



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

**NECROMEMÓRIA:**  
**A HISTÓRIA DE VIDA DO DOUTOR JOSÉ MAURICIO NUNES GARCIA JUNIOR**  
**(1808-1884)**

Vandelir Camilo Neves Deolindo Mário

Rio de Janeiro  
2024

# NECROMEMÓRIA:

A HISTÓRIA DE VIDA DO DOUTOR JOSÉ MAURICIO NUNES GARCIA JUNIOR  
(1808-1884)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientador: Francisco Ramos de Farias

Rio de Janeiro  
2024

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

C341

Camilo, Vandelir

Necromemórka: a história de vida do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior / vandelir Camilo, Neves Deolindo. -Rio de Janeiro, 2024.  
223

Orientador: Francisco Ramos de Farias.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2024.

1. necromemória. 2. memória social. 3. jose mauricio nunes garcia junior. I. Deolindo, Neves II. Farias, Francisco Ramos de , orient. III. Título.

# NECROMEMÓRIA:

A HISTÓRIA DE VIDA DO DOUTOR JOSÉ MAURICIO NUNES GARCIA JUNIOR  
(1808-1884)

Banca Examinadora

Francisco Ramos de Farias (Orientador) – UNIRIO

Andréa Lopes da Costa Vieira – PPGMS/UNIRIO

Diana Souza Pinto – PPGMS/UNIRIO

Ana Flavia Magalhães Pinto – UNB

Iamara Viana –/UERJ

Aprovada em: 12/04/2024

# AGRADECIMENTOS

Minha gratidão ao Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro por ter acolhido o projeto que agora é tese. Por conseguinte, já estendo meu agradecimento ao professor doutor Francisco Ramos de Farias na orientação do trabalho. Assim como, fica o meu agradecimento aos professores e professoras, funcionários e secretário do Programa de Memória Social onde convivi nos últimos anos.

Estendo o meu agradecimento aos funcionários das instituições no qual me debrucei sobre documentos relativos ao personagem pesquisado. Meu obrigado ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Ordem Terceira de São Francisco de Paula, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Medicina, Arquivistas da CCS, e Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro.

Fica também registrada minha gratidão aos professores que aceitaram participar da banca de qualificação e defesa, doutoras Ana Flavia Magalhães Pinto, Luciana Quillet Heymann, Glenda Valim de Melo, Andrea Lopes Vieira, Iamara Viana e Diana Pinto. Obrigado as professoras pelas leituras, críticas e sugestões a essa pesquisa.

Acho válido registrar meu agradecimento a instituição e aos velhos membros da Orquestra Ribeiro Bastos de São João del Rei. Foi lá que tudo começou. A Orquestra Ribeiro Bastos é herdeira de práticas musicais iniciadas em 1755. O conjunto musical é formado por voluntários que buscam preservar, por meio da história, da tradição oral e musical, a importância do conjunto e dos seus antepassados. Fica registrada toda minha gratidão, afeto e saudade, em memória dos regentes dessa Orquestra, à maestrina, Maria Stella Neves Valle, e o maestro, José Maria Neves, meus tios, e pessoas inspiradoras quando tudo isso era somente ideias.

Por fim, quero agradecer aos que me possibilitaram chegar até aqui. Oriundo de uma família de homens e mulheres espelhados pelo interior dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, fica minha gratidão, a essa ancestralidade que pavimentou e abriu os caminhos para minha passagem.

Para família Nunes Garcia:  
***“Nunca é tarde para voltar e  
apanhar o que ficou atrás”***

Provérbio Africano

*O perigo maior está, no fim do percurso, no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. O recurso a narrativa torna-se assim a armadilha, quando potenciais superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou sedução, de medo ou de lisonja.*

*Está em ação aqui uma forma artilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmo.*

***Paul Ricouer, 2018***

CAMILO, Vandelir Neves Deolindo Mário. Necromemória: a história de vida do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior (1808-1884). 2024. 211 f. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024

## RESUMO

A presente tese apresentou como objetivo problematizar a história de vida do médico doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, personagem histórico que atuou como professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em boa parte da segunda metade do século XIX. O contexto histórico que possibilitava uma rede de homens de “cor” atuasse em diferentes setores da sociedade brasileira, ainda que em um contexto escravocrata, é abordada a partir dos referenciais que iluminam esses espaços de liberdade. Nesse sentido, apresentamos uma análise que acontece de forma tridimensional. No primeiro momento, analisamos as narrativas desse personagem por meio dos seus documentos e de sua autobiografia que compõem o seu acervo pessoal. Em segunda ordem, analisamos esses documentos compreendendo além de objeto histórico como objeto sociológico dotado de uma biografia própria. Para isso, contamos a história desses artefatos de memória até seus depósitos em suas instituições de guarda. E, finalmente, buscamos analisar a relação dessas instituições de guarda com os documentos pessoais do nosso personagem. Desse modo, analisamos desde a origem dessa documentação até a relação desses papéis com o mundo contemporâneo. Como resultado de pesquisa foi possível observar que essa história de vida foi constantemente silenciada e não passou por quaisquer investimentos de valores simbólicos, seja por parte de gestores, movimentos identitários ou da sociedade em geral. Por fim, concluímos que esses apagamentos de memória, dentro dos debates étnico-raciais, podem ser conceituados como necromemória na medida em que já supõem uma memória necrosada, manipulada e ausente de valores ou atenção por parte de diferentes setores da sociedade brasileira.

**Palavras-chaves:** necromemória, necropolítica, doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, memória e subjetividade.

# SUMMARY

The objective of this thesis was to problematize the life story of the doctor José Mauricio Nunes Garcia Junior, a historical figure who served as a full professor at the Faculty of Medicine of Rio de Janeiro for much of the second half of the 19th century. The historical context that allowed a network of men of “color” to operate in different sectors of Brazilian society, even in a slave context, is approached based on references that illuminate these spaces of freedom. In this sense, we present an analysis that takes place in a three-dimensional way. Firstly, we analyzed this character's narratives through his documents and his autobiography that make up his personal collection. Secondly, we analyze these documents, understanding in addition to a historical object as a sociological object endowed with its own biography. To do this, we tell the story of these memory artifacts until their deposits in their custody institutions. And finally, we seek to analyze the relationship between these custody institutions and our character's personal documents. In this way, we analyze everything from the origin of this documentation to the relationship of these papers with the contemporary world. As a result of the research, it was possible to observe that this life story was constantly silenced and did not undergo any investment of symbolic values, whether on the part of managers, identity movements or society in general. Finally, we conclude that these erasures of memory, within ethnic-racial debates, can be conceptualized as necromemory insofar as they already presuppose a necrotic, manipulated memory that lacks values or attention on the part of different sectors of Brazilian society.

**Keywords:** necromemory, necropolitics, doctor José Mauricio Nunes Garcia Junior, memory and subjectivity.

# RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse était de problématiser l'histoire de la vie du docteur José Mauricio Nunes Garcia Junior, personnage historique qui a été professeur titulaire à la Faculté de médecine de Rio de Janeiro pendant une grande partie de la seconde moitié du XIXe siècle. Le contexte historique qui a permis à un réseau d'hommes de « couleur » d'opérer dans différents secteurs de la société brésilienne, même dans un contexte esclavagiste, est abordé à partir de références qui éclairent ces espaces de liberté. En ce sens, nous présentons une analyse qui se déroule de manière tridimensionnelle. Dans un premier temps, nous avons analysé les récits de ce personnage à travers ses documents et son autobiographie qui constituent sa collection personnelle. Dans un deuxième temps, nous analysons ces documents, en comprenant en plus un objet historique comme un objet sociologique doté de sa propre biographie. Pour ce faire, nous racontons l'histoire de ces artefacts de mémoire jusqu'à leur dépôt dans leurs établissements de garde. Et enfin, nous cherchons à analyser la relation entre ces institutions de garde et les documents personnels de notre personnage. De cette manière, nous analysons tout, depuis l'origine de cette documentation jusqu'au rapport de ces articles avec le monde contemporain. À la suite de la recherche, il a été possible de constater que cette histoire de vie était constamment passée sous silence et ne subissait aucun investissement de valeurs symboliques, que ce soit de la part des managers, des mouvements identitaires ou de la société en général. Enfin, nous concluons que ces effacements de mémoire, au sein des débats ethno-raciaux, peuvent être conceptualisés comme de la nécromémoire dans la mesure où ils présupposent déjà une mémoire nécrotique et manipulée qui manque de valeurs ou d'attention de la part des différents secteurs de la société brésilienne.

**Mots-clés:** nécromémoire, nécropolitique, docteur José Mauricio Nunes Garcia Junior, mémoire et subjectivité.

# **LISTA DE ABREVIATURAS**

ABM Academia Brasileira de Medicina

BN Biblioteca Nacional

CCS/UFRJ Centro de Ciências da Saúde

FMRJ Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

IHGB Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

# LISTA DE FIGURAS

Imagem 01: Doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior

Imagem 02: Doutor Caetano Lopes de Moura

Imagem 03 Doutor Severiano Rodrigues Martins

Imagem 04 Capa tese concurso cátedra de partos, 1833

Imagem 05 Doutor Francisco Júlio Xavier

Imagem 06 Amônio José Nunes Garcia

Imagem 07 Doutor Joaquim Candido Soares de Meireles

Imagem 08 Padre José Mauricio Nunes Garcia pintado pelo filho médico

Imagem 09 Padre José Mauricio Nunes Garcia (reconstituição facial)

## SUMÁRIO

### PRÓLOGO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
1.1 História de vida e o método .....	31
1.2. O protagonismo negro.....	38
1.3 Estratégias de memória no tempo de Manuel de Araújo Porto-Alegre .....	43
1.4 Necromemórias em lugares de memória.....	49
<b>2. NARRATIVAS DE SI</b>	
2.1 O filho do sagrado.....	48
2.2 O aprendiz de cidadão e livre.....	72
2.3 A carta de perfilhação .....	77
2.4 Nasce um médico.....	85
2.5 1833, o ano dos homens de “cor” .....	96
2.6 Professor Catedrático .....	105
2.7 O atentado: .....	112
<b>3. ARTEFATOS DE MEMÓRIA</b>	
3.1 Arquivos pessoais negros: uma proposta epistemológica .....	117
3.2 A autobiografia de um médico.....	127
3.3 Mauricinas: um projeto musical de memória ao pai padre .....	130
3.4 Imagens e estratégias de memória: construções sociais de nós .....	132
3.5 O acadêmico: memória nas revistas médicas.....	143
3.6 O discurso de 1840 na Faculdade de Medicina.....	158
<b>4. VESTÍGIOS E RESTOS DE MEMÓRIA</b>	
4.1 Dr. José Mauricio na Biblioteca Nacional e em outras instituições.....	161
4.2 As grandes exposições da Biblioteca: lugares de esquecimento.....	167
4.3 Memória do Mundo: os silêncios institucionais.....	170
4.4 Dr. José Mauricio nos dias de hoje: vestígios e restos de memória.....	174
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>ANEXO – Discurso professor catedrático na Faculdade de Medicina do RJ</b>	

# PRÓLOGO

A história que vai ser narrada nas próximas páginas foi poucas vezes contada. Não há registro dela em livros didáticos, nem em romances ou pesquisas acadêmicas. O pouco que sabemos, é de tradição oral, passada de geração a geração, mas somente entre os músicos, e os ditos eruditos. E o pouco que é passado é sempre estereotipado ou mitificado. Todavia, esse fato, até agora oculto, está registrado em documentos pessoais, muito antigos, que foram preservados, graças a ajuda de importantes pensadores, lá no início do século vinte.

A história é de um período do Brasil escravocrata, porém, são histórias de homens negros, livres, professores e médicos que atuaram no Rio de Janeiro, do século XIX. Nós vamos contar a história de vida do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, médico e professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, lá pros idos de 1833.

A origem do doutor apresenta dois momentos distintos, mas marcantes e que irão permear toda essa história. A origem ancestral, da África, exatamente da região de Guiné, donde suas bisavós foram arrancadas, para serem escravizadas, nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. O outro momento é o nascimento social e histórico do personagem doutor Nunes Garcia Junior.

Em princípios de abril de 1808, houve a chegada da família imperial ao Rio de Janeiro. Cronistas da época narram que após o desembarque dos navios na praça XV, o cortejo seguiu até a Igreja do Rosario, ricamente ornamentada, onde dom João VI, pode ouvir um grande coral e orquestra executarem um *Te-deum* de ação de graças, por sua chegada, regido pelo padre José Mauricio Nunes Garcia. Diz-se que o monarca ficou encantando com a figura do padre intelectual, negro, maestro e compositor, tanto é, que semanas depois, o escolheu como mestre de música da sua Capela Real. Foram nove meses depois desses fatos que nosso personagem veio ao mundo. Nasceu em uma casa próxima aos arcos da lapa, coberta de afeto e ternura entre seus pais, sua avó paterna, e o seu irmão mais velho, todos educados desde pequeno em serem portadores daquele segredo: netos de escravos e filhos do padre.

Triste e estranhamente feliz sina da família Nunes Garcia, se em 1739, a avó paterna do médico nascia como propriedade de um fazendeiro de Minas Gerais, cem anos depois, ou seja, em 1839, o doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, assumia, por

concurso público, a cátedra de anatomia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em um século, cativo e cátedra eram experimentados de perto por uma mesma família.

A história que o leitor terá acesso fala de espaços de liberdade, ainda que em um contexto escravocrata. Aqui não teremos negros no pelourinho insubmissos, coisificados ou sem agência humana. Nossa história, são “*escritos de liberdade*”, ainda que em um período escravocrata com sujeitos agentes de suas próprias histórias. Ela fala de redes de afetos, amizades, estratégias, cidadania e uma busca incessante por respeito e autonomia de alguns médicos negros no alvorecer dos anos de 1830.

Mas a nossa história fala também de apagamentos e silenciamentos históricos coercitivos. Esses fatos foram registrados de diversas formas, autobiografia, documentos pessoais, diários, fotografias, discursos, pinturas e toda sorte de objetos foi legada por esse médico. Nas páginas iniciais dos seus apontamentos biográficos, ele afirma querer ser lembrado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro com “memória e honra”. Ele foi tão importante em sua época, tão presente que encontramos um grande problema a decifrar. Porque essa memória foi necrosada, apagada, em quais momentos ou contextos se deram essa necromemória?

Essas são questões de um complexo problema que compartilhamos com você, leitor/a

# 1. INTRODUÇÃO

As primeiras ideias relativas a este estudo iniciaram-se a partir da minha primeira formação como músico dileitante nas orquestras barrocas de Minas Gerais.<sup>1</sup> Ali, graças aos membros mais antigos da corporação, eu ouvia histórias que exaltavam o padre José Mauricio Nunes Garcia como o maior compositor brasileiro e regente de prestígio na Corte carioca. As histórias, que me acompanharam desde sempre, também relatavam que, apesar de religioso, o padre era pai de cinco filhos<sup>2</sup>. Pouco a pouco, fui tendo acesso a outros referenciais relativos ao padre que remetiam a um filho médico, negro e professor, o que chamou minha atenção.

Ainda antes do ingresso no doutorado, acessei a coleção pessoal desse médico, depositado na Biblioteca Nacional. Passei boa parte dos últimos anos transcrevendo sua autobiografia e outros documentos. Muitas das informações recolhidas desse homem foram retiradas das fontes primárias que ele próprio produziu. A percepção que paira até o momento é de um amplo conjunto documental muito pouco explorado desde a sua morte.

Em 18 de outubro de 1884, dia dedicado ao médico, na Corte carioca, às 8:00am, veio a óbito o professor emérito e catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, médico, anatomista e parteiro, doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, aos 77 anos, após longo período sofrendo com artrites, artroses e, nos últimos meses, fotofobia<sup>3</sup>. O registro de morte informa que, no momento final, o moribundo dispensou a presença de um padre; não quis ele receber os últimos sacramentos. O fato ocorreu em um sobrado localizado na Rua Luiz de Camões, 62, nas proximidades da Academia Imperial de Belas Artes e do Conservatório Imperial de Música, onde o enfermo habitava havia pouco tempo – após anos residindo em sua chácara no bairro do Rio Comprido. Os momentos

---

<sup>1</sup> A Orquestra Ribeiro Bastos é uma orquestra e coro organizada no século XIX, mas herdeira de práticas musicais de 1755 em São João del Rei. A função dessa corporação musical é atender as atividades das irmandades religiosas católicas da cidade em novenas, missas, ladainhas. O grupo é formado por voluntários que buscam preservar práticas musicais do Brasil setecentista. Meu avô foi regente e diretor musical dessa orquestra entre 1940 a 1950. E meus tios maternos regentes entre 1977 até 2003. Fiz parte do quadro dessa corporação musical e minha formação musical se deu com os músicos mais antigos dessa Orquestra.

<sup>2</sup> O padre José Mauricio Nunes Garcia viveu uma relação concubinada com Severiana Rosa de Castro entre 1806 a 1813. Nesse período produziram cinco filhos: Apolinário José (1807), organista; José Mauricio, (1808-1884), médico; Josefina (1810-1891); Panfilia (1811-ca.1850); Antônio José Nunes Garcia (1813-1894), jornalista.

<sup>3</sup> Fotofobia é uma condição relativa a sensibilidade a luz natural ou artificial, podendo muitas vezes ser manifestada de forma cônica ou eventualmente causada por outras anomalias. Disponível em: [Gazeta de Notícias \(RJ\) - 1880 a 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 8 out. 2022.

finais foram acompanhados de perto pelos inventariantes e médicos, doutores Ignacio Francisco Goulart, João José da Silva e José Joaquim da França, amigos e compadres de longa data<sup>4</sup>. De fato, o Dr. Ignacio Goulart, como inventariante, foi um dos que tiveram maior proximidade, ficando responsável por boa parte do acervo pessoal do Dr. Nunes Garcia após sua partida.

No dia 29 de outubro, alguns dias após o passamento, o escritor e biógrafo Alfredo d’Escragnolle Taunay (vulgo Visconde de Taunay), também amigo do falecido médico, publicizou, no *Jornal do Comercio* e na *Gazeta de Notícias*, uma carta endereçada ao inventariante Dr. Ignacio Goulart. Nela, o remetente informa que recebeu a notícia de que o quadro a óleo com a imagem do padre José Mauricio Nunes Garcia, pintado pelo filho, fora legado ao inventariante e pede que o doe ao Conservatório Imperial de Música para que a obra fizesse parte da galeria dos grandes vultos da música clássica. O Visconde também relata já ter começado a escrever uma biografia, possivelmente a história de vida do padre<sup>5</sup>. A carta apresenta informações bastante pertinentes sobre as tentativas de forjar uma memória para o religioso como o maior compositor brasileiro e uma memória para o filho, Dr. Nunes Garcia, todavia está com muita “cautela”, pois, aguçando nossos interesses de pesquisa, Taunay acrescenta uma informação e um conselho bastante perspicaz ao destinatário: “talvez v.s. encontre ainda muita coisa nos papéis do nosso bom Dr. Nunes Garcia, pelo que convirá ter muita cautela”<sup>6</sup>.

De fato, a “cautela” sugerida por Visconde de Taunay revela as preocupações da inteligência brasileira que buscavam estabelecer uma imagem ilibada do padre e compositor José Mauricio Nunes Garcia, ainda que com cinco filhos na bagagem<sup>7</sup>. Nesse sentido, a prudência sobre esse acervo recairia, sobretudo, sobre questões relacionadas à divulgação das origens do médico, em relação tanto à sacralidade quanto à ancestralidade negra tão próxima ao cativo – que se refletiam nas escritas do doutor. No mais, o pedido de “cautela” demonstra a potência de um acervo que reflete as narrativas de um sujeito que denunciou constantemente os preconceitos vivenciados na Faculdade de Medicina do

<sup>4</sup> Disponível em: [Gazeta de Notícias \(RJ\) - 1880 a 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 8 out. 2022.

<sup>5</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. *Uma grande glória brasileira: José Maurício Nunes Garcia (1767-1830)*. São Paulo: Melhoramentos, 1930b; \_\_\_\_\_. *Dois artistas máximos: José Maurício e Carlos Gomes*. São Paulo: Melhoramentos, 1930a.

<sup>6</sup> Disponível em: [Jornal do Comercio \(RJ\) - 1880 a 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 6 out. 2022.

<sup>7</sup> PEREIRA, Avelino Romero. *Um herói trágico no teatro de memória: o padre José Mauricio pela narrativa do Visconde de Taunay*. Disponível em: [1628489551\\_ARQUIVO\\_92bc51bdc7e958a6e12ae8085ed5dc16.pdf \(anpuh.org\)](#). Acesso em: 8 out. 2022.

Rio de Janeiro, além do escândalo relativo ao atentado promovido pela própria esposa, que envolveu polícia, processo judicial e divórcio em pleno século XIX.<sup>8</sup>

Não houve uma construção memorialista em torno da história de vida do Dr. José Mauricio Nunes Garcia Junior após sua morte na historiografia, tampouco na memória social ou nos movimentos negros. Não há, até o momento, pesquisas, teses, artigos ou quaisquer outros trabalhos que se debrucem sobre a trajetória desse personagem ou sobre os seus artefatos de memória, tal qual seu acervo pessoal, sua autobiografia<sup>9</sup>. Portanto, esta pesquisa representa um esforço inédito de análise da história e do silenciamento que circunscrevem a trajetória e os artefatos de memória do médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. José Mauricio Nunes Garcia Junior (1808-1884). Trata-se de uma investigação interdisciplinar de cunho sócio-histórico que tem como objeto de pesquisa a história de vida desse personagem, a partir de sua autobiografia e de outros documentos que compõem o seu acervo pessoal. O estudo dedica-se a análises relativas à sua escrita de si e ao apagamento do personagem e dos seus artefatos de memória.

A escrita de si é uma produção marcada pela atribuição de sentidos à própria trajetória. Ela pode ser lida como revelações da forma com que os seres humanos constituem suas subjetividades. Por essa perspectiva, a autobiografia e os documentos serão, nesta tese, compreendidos como atos biográficos, à medida que o ser humano acaba por, constantemente, desempenhar uma *performance* de si mesmo<sup>10</sup>.

Dito isso, buscaremos problematizar, a partir da história de vida do Dr. Nunes Garcia Junior, as produções que compõem a sua subjetividade, ou seja, analisaremos como esse sujeito se coloca e como estas colocações se relacionam com o seu contexto histórico, a partir da escrita de si, pondo em relevo diferentes frentes de sua vida – pessoal, profissional, política e pública, com ênfase em questões relativas aos debates raciais de então. Com isso, pretendemos debater as estratégias de memória utilizadas por ele e os silenciamentos que circunscreveram sua história a partir da recente historiografia e da memória social, tomando por base a história de vida e, por conseguinte, o método autobiográfico.

---

<sup>8</sup> GARCIA JUNIOR, (1860)

<sup>9</sup> Ver: [Busca Textual - Currículo Lattes \(cnpq.br\)](#); Ver ainda: [BNDigital](#)

<sup>10</sup> Ver: MENEZES, Ulpiano T. Bezzer. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998,

Entende-se por “histórias de vida” e, no caso desta pesquisa, “método autobiográfico”, um método ainda em construção que busca complexificar os fenômenos sociais, assim como os situar nos contextos históricos perante os espaços em que os seres humanos norteiam e produzem sua vida social a partir de sua individualidade. Por esse caminho, o método autobiográfico pode valorar a mediação entre as estruturas e ações que ocorrem entre uma história individual e a história social na medida em que a autobiografia é uma microrrelação social (FERRAROTI, 1991). Por esse caminho, a autobiografia do Dr. Nunes Garcia Junior será o fio condutor das redes materiais e simbólicas performadas por ele com base no qual realizaremos a análise<sup>11</sup>.

Bertaux (2016, [1997]) lembra-nos de que, no método biográfico, por privilegiar as narrativas de vida, é fundamental ao investigador ter como foco as pluralidades de narrativas, ou seja, é necessário recolher diferentes narrativas que mostrem a recorrência das particularidades do sujeito, mas as bases do coletivo, geralmente, por meio de estratégias, disputas ou oportunidades daquele grupo social em que o sujeito está inserido. De fato, as narrativas do Dr. José Mauricio Nunes Garcia Junior trazem os testemunhos, o cotidiano e os embates de um sujeito “de cor”, livre e catedrático em um contexto escravocrata e de hierarquias raciais<sup>12</sup>. Ferraroti (1991) aborda as complexidades e peculiaridades no uso do método biográfico na medida em que este não totaliza a sociedade por meio de um único indivíduo. Todavia, suas peculiaridades residem, justamente, na capacidade de os agentes refletirem a sociedade e suas instituições mediadoras por meio dos indivíduos, ventilando as articulações entre eles, as instituições e os campos sociais, buscando perspectivas que possibilitem da leitura de uma biografia do indivíduo para uma biografia do grupo<sup>13</sup>. O método biográfico pode, portanto, revelar um quadro de interações sociais e históricas vivenciadas pelo ser analisado. Seu uso, a partir de uma escrita de si, apresenta potenciais caminhos de pesquisa à medida que se põem em relevo a vida e seus reflexos como uma prática de estruturas das relações sociais e, no caso em questão, étnico-raciais e que despontam microatos de uma história social.

Como supramencionado, o trabalho que apresento é inovador no que se refere aos estudos sobre a trajetória do Dr. José Mauricio Nunes Garcia Junior e, por isso, deve ser avaliado como um primeiro esforço de investigação e problematização de sua história de

---

<sup>11</sup> BERTAUX, Daniel. *As narrativas de vida*. Tradução: Armand Colin. Ed. Mundo Sociais, 2016, [1997].

<sup>11</sup> FERRAROTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. *Sociologia problemas e práticas*. n. 9, 1991, pp. 171-177.

<sup>12</sup> BERTAUX, 2016, [1997].

<sup>13</sup> FERRAROTI, 1991.

vida, conforme o método antes apresentado. Minha pretensão é desenvolver uma análise exaustiva das atividades produzidas por esse médico no campo interdisciplinar da memória em diálogo com a história social, examinando as iniciativas pessoais e profissionais e as estratégias de memória que tiveram relevância nas narrativas produzidas por ele. Além de como a história de vida desse personagem foi influenciada (e beneficiada) pelo capital social do pai padre e como se permitiu a sua participação em uma *intelligentsia* científica e intelectual que se firmava na classe médica brasileira na geração de 1830 a 1860<sup>14</sup> (FERREIRA, 1994; 1997). No mais, busco analisar os usos e a ressemantização dessa memória (individual e social) por diferentes grupos, *a posteriori*.

Se a história de vida de doutor Nunes Garcia Junior foi um percurso delineado pelo capital social paterno, direcionando para a carreira médica, como indicam seus apontamentos biográficos (GARCIA JR, 1860), é preciso ter em mente que essa história foi, certamente, transpassada por estratégias, negociações e escolhas difíceis na convivência com outros médicos e com a sociedade da época por questões diversas. Por um lado, o médico alcançou reconhecimento em vida, mas, por outro, enfrentou sérios preconceitos raciais, seja na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, seja em outros espaços da Corte carioca. Esses conflitos raciais evidenciaram-se na relação mantida com os médicos e diretores da Faculdade, doutores Manoel de Valladão Pimentel (1839-1842) e, principalmente, José da Cruz Jobim, durante os 30 anos em que dirigiu aquela instituição (1842-1872).

Além disso, a relação tensa entre Dr. Nunes Garcia e seus irmãos, em especial o jornalista e abolicionista Antonio José Nunes Garcia (1813-1894) e as irmãs, Josefina (1810-1891) e Panfília (1811-ca.1850), tidas como vivendo sempre em “estado de loucura” (GARCIA JR, 1860, p. 24), é indicativa das tensões que envolviam o núcleo familiar e o suposto reconhecimento paterno sustentado pelo médico, os quais se refletiam em suas subjetividades. Ademais, conforme veremos detalhadamente, mais a frente, a partir dos documentos guardados pelo próprio médico, ele sofreu um atentado em 1853. Segundo o relator, o atentado ocorreu a mando de sua esposa, Anna Francisca da Silva, após os vinte anos de união que culminaram com um desquite registrado em cartório. Todas essas questões que tanto marcaram as narrativas desse médico ajudarão a discutir a trajetória e o contexto histórico desse personagem frente às suas estratégias de memória e reconhecimento.

---

<sup>14</sup> FERREIRA, Luiz Otávio. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. *PhysisUERJ. Impresso*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, 1991, pp. 57-78.

Procurei incorporar ao trabalho os artefatos de memória produzidos pelo Dr. Nunes Garcia Junior, tais quais sua coleção pessoal e sua autobiografia, que compreenderemos como mais do que documentos-fonte de pesquisa; são também objeto histórico social. O objeto histórico, já há alguns anos, vem sendo problematizado por antropólogos, sociólogos e cientistas sociais em geral<sup>15</sup> e, muito recentemente, por historiadores (MENEZES, 1998), que já vêm problematizando suas fontes de pesquisa também como objetos históricos, com seus agentes, interesses e interações com a vida sociocultural, promovendo relações entre espaço e tempo<sup>16</sup>.

Por esse caminho, o documento/objeto será compreendido, nessa tese, como uma categoria em confronto com o documento histórico. Compreenderemos o objeto histórico como uma classe que se caracteriza por atributos intrínsecos, singular e, muitas vezes, auráticos externos ao objeto que passam a ser ideologizados. Ou seja, os objetos históricos podem assumir aquilo que Pomian (1984) já conceituou como “semióforos”. Estes seriam capazes de portar sentido e estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível ou entre o histórico e o contemporâneo<sup>17</sup>.

Por esse caminho, a papelada do Dr. Nunes Garcia será vista como um objeto histórico capaz, ele mesmo, de funcionar como agente de uma história. Abranger esses documentos também como objeto histórico põe-nos, em tela, a trajetória desse artefato que é detentor de uma biografia cercada por discursos, silêncios e interesses que culminaram com sua preservação. Apresento como essa problematização, as diferentes modalidades e efeitos que os objetos históricos podem assumir no mundo contemporâneo, perpassando uma análise exclusivamente da transição dessa coleção pessoal para o espaço público, mas procurando destacar os usos que tal mudança produz nesses objetos históricos sob a guarda de instituições de memória, como é o caso da Biblioteca Nacional<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> KOPYTOFF, Igor. The cultural biography of things: commoditization as process. In: APPADURAI, Arjun (ed.) *The social life of things*. Commodities in cultural perspectiva, Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 64-94.

RADLEY, Alan. Anefact, memory and a sense of past. In: MIDDLETON, David; EDWARDS, Derek (eds.). *Collectroe remembeTing*. London: Sage, 1990, pp. 46-59.

BAUDRILLARD, Jean. 1968. *Le 5ySlêmc des objets*. Paris, Gonthier/Denôel. 1981.

Simulacres cl simulations. Paris, Galiléc;

STILLINGER, Elizabeth, ed. 1980. *The antiques*. New York, Knopf.

<sup>16</sup> MENEZES, Ulpiano T. Bezzer. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998.

<sup>17</sup> POMIAN, Krzstof. Colecção. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 1 (MemóriaHistória). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

<sup>18</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escritas de história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

É importante destacar que a autobiografia aqui referenciada foi uma encomenda do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) na pessoa do então secretário da instituição, o escritor Joaquim Manoel de Macedo, em 1860. Todavia, a obra passou por diversas apropriações e interesses até o seu depósito na Biblioteca Nacional. O fato de ser uma obra encomendada pelo IHGB que acaba por ser depositada na Biblioteca Nacional é, por si só, uma história cercada de ações que valem a pena serem problematizadas nesta pesquisa. Nesse sentido, esse objeto histórico, que é o acervo pessoal do Dr. Nunes Garcia, pode ser compreendido como um grande projeto autobiográfico<sup>19</sup> que somente nos é legado graças aos esforços de pensadores que, em princípios do século XX, buscaram formas jurídicas para preservar esse acervo. Dessa forma, a partir da memória social e de uma análise histórica-social, buscarei descrever a biografia dessas fontes tomadas elas mesmas como objeto histórico e sociológico de análises e investigação que possibilitem uma inflexão nos referenciais teóricos-metodológicos.

Finalmente, o outro desdobramento desta pesquisa refere-se à relação desses objetos/fontes históricos/as com seu lugar de memória. Pesquisadores especializados nas temáticas étnico-raciais já indicam o constrangedor silêncio que impera na maior parte dos acervos brasileiros relacionados a negros e negras do passado brasileiro.

Por esse caminho, proponho uma discussão teórica relativa ao esquecimento e à memória social, colocando em tela a relação desse objeto/documento do Dr. José Mauricio Nunes Garcia Junior, no mundo contemporâneo, com sua instituição de guarda, a Biblioteca Nacional. Conforme abordarei no trabalho, *memória*, *esquecimento* e *apagamento* não se igualam, ainda que sejam envolvidos por etapas, intenções e objetivos, muitas vezes, delineados. Meu intuito é problematizar os enredamentos e as implicações de um acervo pessoal transferido para um espaço público, iluminando quais são os controles de significados que tal transferência implica sobre esse acervo.

De fato, as instituições de memória, como as bibliotecas, os arquivos e os museus, buscam dotar suas coleções com uma áurea mítica, investindo em ações que chancelem seus acervos como *patrimônio*. Se os contextos institucionais tidos como lugares de memória necessitam ressignificar constantemente as suas coleções e documentos históricos, busco analisar quais estratégias são usadas pela Biblioteca Nacional. Para esta análise, verifico, por meio dos documentos e da autobiografia do Dr. Nunes Garcia, os investimentos dessa instituição em suas ações memoriais. A Biblioteca Nacional realiza,

---

<sup>19</sup> Ver FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 21, 1998.

já desde o ano de 1880, suas grandes exposições bianuais, quando expõe em sua sede seus documentos históricos e divulga em catálogo parte das coleções do seu grande acervo “consolidando uma longa tradição na montagem de exposições documentais”<sup>20</sup>. Cabe à instituição, ainda, as outorgas de títulos concedidos a determinados arquivos históricos, que são chancelados pela Biblioteca Nacional como Memória do Mundo, em parceria com a UNESCO, de cujo programa a Biblioteca é membro do Comitê Brasileiro – e como tal é uma das entidades coordenadoras de ações desenvolvidas no Brasil<sup>21</sup>.

Dito isso, as múltiplas formas de acionamento da memória e do esquecimento que serão analisadas nesta tese circunscreveram-se por meio de uma análise tridimensional dos documentos e na sua relação na esfera pública e política de um lugar de memória como a Biblioteca Nacional, que, atualmente, resguarda boa parte do acervo do Dr. José Mauricio Nunes Garcia Junior, assim como de outros intelectuais e médicos negros.

O exercício torna-se analisar os documentos pessoais desse personagem e sua autobiografia de forma tridimensional, conforme já dito, iluminando diferentes aspectos de nosso material de pesquisa. Em primeiro plano, como fonte histórica capaz de revelar histórias e biografias de pessoas; no plano seguinte, como objeto social e histórico capaz de despontar o próprio objeto: uma biografia que revela interesses e discursos que versam sobre a própria história desse objeto histórico que justificaram a sua preservação. Finalmente, busco analisar esses artefatos de memória na sua relação com a instituição de memória a Biblioteca Nacional. O intuito é mais compreender como esses artefatos são ressignificados pela instituição e se são dotados de valores ou silenciados de forma manipulável, muitas vezes, por processos burocráticos, conforme já denunciado por diversos setores da sociedade brasileira<sup>22</sup>.

A história de vida do Dr. Nunes Garcia será problematizada a partir das perspectivas do método autobiográfico, tendo como norte as dimensões históricas e subjetivas (FERRAROTTI, 2013; DELORY-MOMBERGER, 2012) pelo fato de recorrer a documentos de um personagem histórico, tal qual à sua autobiografia, aos documentos de seu acervo pessoal, às suas imagens e aos seus discursos. Essas narrativas colocam-nos defronte às diferentes possibilidades metodológicas em se apreender essa história de vida a partir de diferentes leituras que compõem essas narrativas documentais de um

---

<sup>20</sup> Disponível em: [BNDigital](#). Acesso em 8 de outubro de 2022

<sup>21</sup> Disponível em: [Memória do Mundo | Biblioteca Nacional \(bn.gov.br\)](#). Acesso em: 8 out. 2022.

<sup>22</sup> GOMES, Flavio *et al.* *Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras*. São Paulo: Ed Cia das Letras, 2021.

homem “de cor”, livre e intelectual no período escravocrata da segunda metade do século XIX.

Sobre esse tema, adoto as contribuições de Pinto (2018), Grinberg (2002), Gomes (2005; 2013), Godoi (2016), Munanga (2004) e Viana (2007). Os dois últimos dedicam-se aos debates raciais e ao projeto miscigenador da elite brasileira dos oitocentos e os espaços estabelecidos por essa mesma elite, que permitia – ou não – a aceitação de sujeitos não brancos. Viana (2007), especificamente, analisa a situação de “mulatos” e “pardos” no contexto histórico brasileiro em suas participações em irmandades religiosas ou corporações militares. Os demais autores abordam a trajetória de intelectuais negros do período citado. Por analisarem histórias de vida enquanto projetos individuais de pessoas “de cor” em busca por liberdade e cidadania, seus estudos muito podem contribuir com esta pesquisa<sup>23</sup>.

Pinto (2018) reconhece a importância dos estudos das histórias de vida negras no campo historiográfico por realizar análises que privilegiam os pensadores negros a partir de seus projetos de vida, de sua formação e experiências, a partir de espaços de liberdade e cidadania. Finalmente, a autora observa que esses estudos podem evidenciar as conexões e as experiências associativas de negros e negras por meio de seus relatos como seres agenciados. Para isso, ela se debruça sobre as histórias de vida de Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio e Ferreira de Menezes, todos coevos de nosso sujeito de pesquisa e marcados por preconceitos raciais, cujas histórias podem contribuir com importantes aportes para o campo historiográfico. Nesse caso, essas contribuições ganham relevo ao priorizar o espaço da liberdade de pessoas negras livres ou libertas em detrimento de uma imagem exclusiva do cativo de pessoas negras escravizadas desagenciadas de ações ou atitude. A contribuição da autora reside, justamente, no reconhecimento das individualidades negras desse período em suas agências, estratégias e tensões<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> PINTO, Ana Flavia Magalhães. *Escritos de liberdade*; Ed. Unicamp, GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*; GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão no Brasil*. Passo Fundo: UPP, 2003; GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *A nitidez da invisibilidade: experiências e biografias e biografias ausentes*. In: \_\_\_\_\_. *Da nitidez a invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013; GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no império: Francisco de Paula Brito, 1808-1861*. São Paulo, Edusp, 2016; MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. São Paulo: Autêntica, 2004; VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*. Editora da UNICAMP, 2007.

<sup>24</sup> Godoi (2016), por meio da biografia do editor Francisco de Paula Brito (1808-1861), busca estabelecer um paralelo histórico entre o aparecimento do editor e o próprio desenvolvimento do mercado editorial.

Dito isso, buscarei incorporar as teses de diferentes pensadores de forma interdisciplinar a partir das histórias de vida por meio do método autobiográfico, o qual servirá de base para interpretarmos as narrativas da história de vida, o apagamento e os artefatos de memória do Dr. José Mauricio Nunes Garcia Junior, a partir dele mesmo. Além disso, buscarei referenciar trabalhos teóricos que iluminem histórias dessas escritas de si, tomando a autobiografia e os demais documentos do acervo desse médico como um objeto histórico e sociológico de pesquisa. Ulpiano Menezes (1997) instiga-nos a explorar a biografia dos objetos históricos examinando-os em situação a partir de diferentes contextos históricos e efeitos, dos quais faz parte a história que envolvem a biografia de qualquer objeto. Ou seja, para ele, devemos não nos preocupar em recompor um cenário material da história de um objeto, mas entender quais são as relações que ele e os artefatos de memória mantêm na sua interação social.

Ainda que boa parte do acervo esteja depositado em uma prestigiosa instituição de guarda, como é o caso da Biblioteca Nacional, não podemos deixar de pensar em reconhecimento histórico *versus* artefatos históricos “necrosados” em instituições de guarda (AUGÉ, 2012). Esses esquecimentos, que abordarei como “necromemória”, são capazes de silenciar trajetórias inviabilizadas pela maneira com que essas instituições são fundadas e organizadas, assim como essas narrativas são forjadas e compartilhadas<sup>25</sup>. É importante situar o esquecimento como uma fenomenologia do campo social com diferentes possibilidades de análise. Nesse sentido, pensamos na necromemória a partir de uma perspectiva do apagamento como um fenômeno social que atende a diversos interesses<sup>26</sup>. Ou seja, todas essas ações funcionam como mecanismos complexificados de um processo que acaba produzindo apagamentos manipuláveis de necromemórias, conforme veremos na seção final. Entendo, pois, o esquecimento e sua relação com lugares de memória como um fenômeno social, passível de análises e interpretações

---

Dessa forma, por meio do caso específico desse personagem, o autor pretende contribuir com a recente historiografia do impresso brasileiro ventilando questões sobre raça e imprensa. Essas leituras colocam-nos de frente a uma perspectiva que privilegia uma visão interdisciplinar sobre o sujeito pesquisado.

<sup>25</sup> AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da super modernidade*. São Paulo: Papirus Editora, 2012.

<sup>26</sup> HUYSSSEN, Andreas. Silêncios públicos e políticos. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

(WEINRICH, 2001; HUYSSSEN, 2016; RICŒUR, 2018; POLLAK, 1989; TROUILLOT, 2016; GONDAR, 2016; WITHEHEAD, 2009)<sup>27</sup>.

O objetivo desta pesquisa, é, justamente, analisar o acervo pessoal e a autobiografia do Dr. Nunes Garcia como objeto histórico e fonte de pesquisa problematizando como um espaço social, com seus agentes, embates, interesses, negociações, tensões e estratégias de memória, tanto no passado quanto no presente. Compreendo que artefatos de memória são capazes de estabelecer efeitos em toda a sociedade, na medida em que são destacados ou silenciados e, por isso, nossa pretensão é, a partir de um caso específico, debater conceitualmente os aspectos e as etapas que operaram nas estratégias de memória e esquecimento desse personagem e dos seus artefatos de memória.

Finalmente, com esta exposição, busco chamar atenção para o fato de que a organização relativa a toda essa documentação poderá ser compreendida dentro de uma lógica que suporia pensar como papéis, narrativas e histórias de vida que refletem as estratégias de uma família negra, livre, tão próxima do cativo – como é o caso dos Nunes Garcia –, podem servir para o campo historiográfico, da memória social e dos debates étnico-raciais na contemporaneidade como eclosão de uma resistência a partir de um discurso oculto historicamente e que, agora, se torna público<sup>28</sup> (SCOTT, 2013).

Esta pesquisa estará dividida em quatro seções, nas quais analisarei os artefatos de memória desse personagem de forma tridimensional. Na primeira parte apresentarei um debate teórico relativo ao método de pesquisa buscando iluminar o protagonismo do personagem naquele contexto. Para além disso, buscarei analisar as estratégias de memória do personagem para finalmente apresentar um debate teórico relativo aos apagamentos e silenciamentos a partir de um caso específico como necromemória.

Na segunda parte, a partir das narrativas do personagem, utilizarei a autobiografia e demais documentos do médico como fonte histórica. Para isso, extrairéi a trajetória do personagem em seu contexto histórico, iluminando suas estratégias de memória e

---

<sup>27</sup> WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; HUYSSSEN, Andreas. Silêncios públicos e políticos. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014; RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018; POLLAK, Michel. Memória, história, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. v. 2, n. 3, 1989; TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução: Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016; GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre a memória social. In: DODOBEI, Vera; FARIAS, Francisco R; GONDAR, Jô. *Revista Morpheus*. Edição Especial. v. 9, n. 15, 2016; WHITEHEAD, Anne. *Memory*. London: Routledge, 2009.

<sup>28</sup> SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Livraria Letra Livre; Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2013.

reconhecimento. Procuo, a partir de diferentes referenciais teóricos, problematizar a história de vida de um sujeito negro e livre e filho de um sacerdote e funcionário da Corte de dom João VI, como campo de tensões, embates, agentes, discursos e estratégias, evidenciando sua formação intelectual, assim como as estratégias, interesses e tensões vivenciadas por ele. Abordarei sua formação médica, marcada por relações pavimentadas pelo pai, sua origem mineira e carioca tão próxima ao azorrague até alcançar a cadeira de professor catedrático na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, após três concursos e, segundo ele, após a defesa de nove teses. As aprovações nos concursos do doutor Nunes Garcia e as tensões com o diretor Jobim podem ser analisadas por uma ótica dos debates racistas desse período. Além disso, discorrerei sobre sua atuação como médico a partir dos apontamentos biográficos estabelecidos por ele mesmo, que é um fundamental documento suporte de informação.

Na seção seguinte, buscarei discutir memória e arquivo negro. Para isso, pretendo ventilar a história das fontes dessa pesquisa e, por conseguinte, a metodologia da pesquisa, pondo em relevo, além das narrativas da autobiografia, outros documentos de seu acervo pessoal, tal qual, suas composições *mauricinas* para canto e piano em homenagem ao pai iniciativa que contou com o apoio dos amigos Francisco de Paula Brito, Manuel de Araújo Porto Alegre e Joaquim Manoel de Macedo, evidenciando a trajetória das partituras, também, como objeto histórico social e racial, até o seu total apagamento e esquecimento no meio musical brasileiro. Finalmente, buscaremos destacar as produções imagéticas produzidas por nosso personagem, entendendo como produção de memória, cercada por interesses e estratégias, assim como, seus discursos médicos como o de 1840, proferido como professor catedrático na abertura do ano letivo na Faculdade de Medicina, documento inédito, que apresentamos ao fim desse trabalho. Nesse sentido, buscarei, a partir de um viés sociológico, examinar os atributos intrínsecos a esses objetos, ou seja, traçar a biografia desses objetos históricos desde suas origens, interesses narrativos, privilegiando a biografia do artefato até a sua guarda na Biblioteca Nacional.

Na quarta seção, apresentarei uma discussão teórica relativa à memória e ao esquecimento, tendo como pano de fundo os artefatos da memória do doutor José Mauricio Nunes Garcia e sua relação com a sua instituição de guarda, a Biblioteca Nacional e outras instituições. Nesse sentido, buscarei compreender qual a relação dessa instituição com a coleção de memória e como ela é controlada de significados nas grandes exposições e nas outorgas de títulos chancelados por ela para os acervos históricos sob

sua guarda. Se os contextos institucionais, como as exposições, divulgações, coleções e *souvenirs* ressemantizam objetos históricos de memória, essa seção final buscará discutir se esse acervo é – e como é – ressignificado de sentidos por um lugar de memória como a Biblioteca Nacional.

## 1.1.A história de vida e o método

A memória social é um espaço de representações, simbolismos e poder e, por isso esquecimentos e apagamentos acabam por serem produzidos. Todavia, se o esquecimento é parte integrante dos processos memoriais nós buscamos problematizar os esquecimentos avançando na discussão no que diz respeito aos usos e abusos que são feitos em nome dos esquecimentos, silenciamentos e apagamentos produzidos nos processos memoriais. Essa dualidade entre lembranças e esquecimento nos remete a boa parte dos estudos e debates, surgidos no contexto do século XX, seja nos cenários dos pós-abolições, nas diásporas negras, seja nos pós-guerras com os eventos que culminaram com o holocausto judaico. De certa forma, memória e esquecimentos sociais sempre estiveram no radar desse campo das ciências sociais, nesse interim, diferentes estudiosos de diversas localidades geográficas do globo buscaram reavivar os efeitos da memória e, por conseguinte, dos esquecimentos sociais, problematizando a memória e o esquecimento como resultante de forças do poder e que acabam por estabelecer narrativas ditas oficiais em diferentes contextos e grupos sociais

De fato, podemos notar nos últimos anos, em diferentes países das diásporas negras, especialmente no Brasil, um incomodo que perpassa os diferentes campos das ciências sociais, da militância, e dos debates públicos ao nos depararmos com o “constrangedor” silencio que ainda hoje ronda arquivos públicos, bibliotecas, centros de pesquisa e toda sorte de lugares, dito de memória, em que pese o inexpressivo uso de documentações relativas a histórias de vidas de negros no passado brasileiro (GOMES, SCHARTZ, 2019). Se por um lado, pessoas brancas estão constantemente fazendo parte das histórias ditas “oficiais” e sendo constantemente revisitadas em instituições de guarda, por outro lado, podemos notar uma gama de apagamentos, silenciamentos e constantes manipulações de memória no que pese especificamente a construção de histórias, espaços e trajetória de vida a pessoas afrodescendentes que não esteja única exclusivamente calcada em uma visão histórica da pessoa negra ligada exclusivamente ao cativo. Ora, essa visão já desconstruída pela historiografia não reflete como deveria no debate público sobre a imagem do passado negro brasileiro.

De fato, esse constrangedor silencio e apagamento produzido de forma complexa por diferentes setores da sociedade brasileira acaba por nos colocar de frente ao cerne do problema desta pesquisa e, por conseguinte, ao método que adotaremos para nossa investigação sobre como sujeitos históricos, negros, protagonistas de suas próprias histórias, que buscaram por meio da escrita registrar suas histórias de vida abordando

questões pessoais, profissionais e raciais e, ainda assim, acabaram sendo inviabilizados por diferentes setores da sociedade brasileira.

Por esse ângulo, podemos pensar esses apagamentos e silenciamentos manipuláveis como projetos complexos que podem muitas vezes constituir um projeto de eliminação de sujeitos históricos negros afrocentrados. Ora, se podemos notar a presença tímida e parcial de documentação relativa a pessoas negras, especialmente no recorte cronológico do século XIX, em instituições de memória como a Biblioteca Nacional ou o IHGB, nós buscamos estabelecer, para esta pesquisa, uma análise documental de parte do acervo produzido por nosso médico negro, a partir de seu acervo pessoal que contém documentos oriundos da coleção “documentos biográficos” e uma autobiografia da coleção “Benedito Ottoni” que estão atualmente depositadas na Biblioteca Nacional e que detalharemos em outro capítulo. Para além disso, buscamos confrontar essas narrativas com outros documentos produzidos sobre o doutor Nunes Garcia Junior, seja por meio de notícias, ou informações com o intuito de enriquecer as análises documentais de um mesmo objeto de análise.

Os debates relativos aos esquecimentos, apagamentos, silenciamentos e toda espécie de ação que provoque a eliminação de fatos, histórias ou eventos de uma narrativa dita “oficial” já é uma querela debatida por historiadores, a partir de suas produções historiográficas, ainda que, muitas vezes, a preocupação destes historiadores recaia nos esquecimentos coletivos de forma extremamente generalista. Na medida em que o estabelecimento dessas narrativas históricas acaba por provocar esquecimentos, tais esquecimentos podem ser utilizados como ferramentas de dominação de um passado. Se, esse primeiro sentido, debatido por historiadores e cientistas sociais, sobre silêncios e esquecimentos nos indicam questões perenes no interior do próprio campo historiográfico, nós, por outro lado, buscamos a partir de outros referenciais teóricos (RICOUER, 2018; ROSSI, 2010; LE GOFF, 1990) complexar os esquecimentos, no campo historiográfico e da memória social, a partir de uma perspectiva que compreende os esquecimentos como forjamentos que funcionam como “armas” (LE GOFF, 1990) estabelecidas a partir de uma *memória manipulada* por diversos setores da sociedade, muitas vezes, tomando por base as grandes narrativas históricas ditas oficiais. Dessa forma, buscamos, a partir dos debates históricos, dialogar com o campo étnico-racial para compreender os esquecimentos relacionados a fatos e personagens negros recorrendo as histórias de vida e acontecimentos conexos à presença negra brasileira no século XIX.

O segundo aspecto que me interessa destacar são os esquecimentos a partir dos estudos étnico-raciais em oposição a uma narrativa histórica e sociológica canônica que se firmava até ao menos a década de 1980 nas pesquisas brasileiras. Aqui, busco, em vez de destacar uma cronologia de referências bibliográficas históricas que abordem esquecimentos no campo histórico, analisar as novas perspectivas realizadas sobre o esquecimento como “armas” de grupos dominantes a partir de nosso caso específico. De fato, essas novas perspectivas surgidas nesse período buscavam, antes de tudo, denunciar esses esquecimentos frente às grandes narrativas históricas como um projeto muito bem delineado na sociedade brasileira. A denúncia sobre esses esquecimentos firmados a partir de memórias manipuláveis, no campo historiográfico e das ciências sociais de modo geral não neutralizava completamente as grandes narrativas canônicas estabelecidas até ali, mas também, constituía novas interferências e tensionamentos na constituição de narrativas a serem estabelecidas, sobre o passado, que também levassem em consideração os esquecimentos produzidos no que diz respeito a atuação de pessoas negras, sejam as livres, libertas, sejam intelectuais, famílias escravizadas, as revoltas, os quilombos e todos outros fatos que estavam e estão ‘apagados’ nas narrativas e pesquisas historiográficas. Outra reflexão que vale a pena ser mencionada nos balanços dos trabalhos historiográficos surgidos na década de 1980 se debruçava sobre a história negra brasileira a partir do entendimento das resistências afro-brasileira por uma nova perspectiva. Essa nova miragem nas pesquisas acadêmicas e nas narrativas da militância negra elegia as revoltas negras, os quilombos, os intelectuais negros, e todas as diversas classes racializadas como lugares de liberdade, ao contrário do que a narrativa canônica definia até ali. Por essa nova perspectiva havia por parte desses historiadores, um projeto de desconstrução de narrativas canônicas, sobre o passado negro que visava, justamente, denunciar os esquecimentos, e os apagamentos de fatos históricos do povo negro postos a partir de uma história dita oficial, relativa a sujeitos e eventos negros que começava a ser questionada. As pesquisas da historiadora Beatriz Nascimento buscavam justamente denunciar os esquecimentos produzidos nos estudos históricos e étnico-raciais que acabavam por manipular um passado negro brasileiro:

A história do Brasil foi uma história escrita por mão branca. Tanto o negro quanto o índio, os povos que viveram aqui junto com os brancos, não tem sua história escrita, ainda. E isso é um problema muito sério porque a gente frequenta universidade, frequenta escola e não se tem uma visão correta do passado negro. Então [a história] não foi somente omissa, mais terrível ainda, porque na parte em que ela não foi omissa

ela negligência fatos importantes e deforma muito a história do negro [...] <sup>29</sup>

De fato, até boa parte da década de 1970, prevalecia na historiografia brasileira perspectivas outras relacionadas ao passado negro brasileiro. Prevalecia uma visão que não identificava espaços de liberdade ainda que em um contexto escravocrata. A atuação de intelectuais negros no império era uma questão pouquíssimo abordada, com exceção de alguns personagens que se destacavam como, por exemplo, os engenheiros e irmãos Rebouças ou o advogado Luiz Gama. Prevalecia uma visão que a família escravizada ou livre não haveria condições de manter laços familiares, seja pelas colocações que se estabeleciam relativas às inferioridades negras ou, a atuação fiscalizadora do sistema escravista. Somente em 1976, com a tese Robert W. Slenes, defendida na Stanford University, intitulada *Uma flor na senzala* (1999) que uma outra abordagem foi dada ao tema, sendo ele um dos pioneiros nessa nova perspectiva ao introduzir as relações familiares mantidas por escravizados no Brasil como campo de pesquisa. Após esses estudos, novas pesquisas, artigos e teses buscavam desconstruir narrativas canônicas e problematizar os esquecimentos estabelecidos pelas narrativas históricas oficiais.

O segundo aspecto que merece ser destacado está relacionado ao controle de um passado unívoco por parte daquela historiografia brasileira, interferindo nas construções históricas de negros e negras dos oitocentos exclusivamente como seres *desagenciados*. A história de vida do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior conforme veremos a frente é um bom exemplo dessas complexidades que envolvem esquecimentos e apagamentos de sujeitos diaspóricos ainda que houvesse uma produção de memória por parte deste sujeito e de outros.

Ao propormos nesta tese uma conceituação que busque dar conta a uma contingência de problemas que se constituem em relação aos silêncios e apagamentos de uma determinada memória dos tidos como vulneráveis ou minoritários (GOMES, 2019; TROILLOT, 2016; RICOUER, 2011). – no caso, a pessoa negra – com base em silenciamentos forjados, em diversos campos do saber, tal qual, a história, as artes visuais, a música, somente para citar alguns exemplos, podem ser conceituadas como necromemória

Dito isso, buscamos de forma emergencial problematizar, nessa tese, os problemas que são gerados no debate público, a partir de uma experiência que pode ser configurada

---

<sup>29</sup> Fonte: "O negro da senzala ao soul" [Beatriz Nascimento - "a história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas" - YouTube](#). Acesso em 1 de junho de 2021

como apagamentos de memória, seja da desconsideração aos direitos básicos, do colonialismo, buscando, a partir de novas epistemologias, responder a esses embates, entre esquecimentos e apagamentos manipuláveis da história de vida negra.

Em um segundo momento buscamos metodologicamente colocar esta autobiografia como ela mesma um objeto histórico e sociológico capaz de revelar histórias e representações em sua relação com sua instituição de guarda. A atenção se volta mais para estabelecer elementos do método a partir da relação da Biblioteca Nacional, mantenedora desse acervo, com essa autobiografia e a coleção pessoal pensado como objeto histórico/sociológico, ou seja, qual as relações e se há relações entre a instituição e seu objeto de guarda no mundo contemporâneo.

Para isso, analisamos qualitativamente os resultados dos prêmios *Memória do Mundo* outorgado pela Biblioteca Nacional para acervos históricos mantidos sob sua guarda ou sob a guarda de outra instituição brasileira. Além disso, a Biblioteca Nacional realiza bianualmente as suas grandes exposições na sede da instituição com diferentes temáticas. Dessa forma, optamos destacar, quantitativamente, quais ações realizadas pela Biblioteca Nacional (*Memória do Mundo* e *Exposição de Acervos*) – contribuem para destacar as trajetórias dos personagens históricos negros, livres, no contexto dos oitocentos por exemplo.

Para isso, de modo geral, a pesquisa recorreu ao método relativo a história de vida. De fato, a história de vida é uma importante fonte de informação e estudo para pesquisadores das ciências sociais (CELLARD, 2008). Além disso, a análise sobre histórias de vida de personagens históricos a partir de acervo documental é uma técnica capaz de iluminar por meio dos documentos novos temas e problemas por conta da riqueza do material. (LUCKE & ANDRÉ, 1986) Entenderemos o documento, a partir de Cellard (2008) como todo o vestígio do passado capaz de servir como prova e revelar fatos, cotidianos e testemunhas de um período. Em suma, a análise documental é um procedimento que a partir de técnicas próprias busca apreender e compreender, dentro de suas possibilidades, os sentidos do que foi registrado após o ocorrido. (JUNIOR, OLIVEIRA, *et al*, 2021)<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008; LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986; JUNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa; *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.44, p.36-51/2021

Em um primeiro momento foi realizada uma minuciosa análise das narrativas contidas nos documentos produzidos pelo personagem valorando as questões relativas ao espaço geográfico, ao contexto histórico e as suas subjetividades como um sujeito negro, livre no contexto escravocrata, (DELOROY MONGER. 2011, 2012; FERRAROTTI, 2013; SOUZA, 2014; PINTO, 2018) Essa opção deu-se por uma riqueza de material e possibilidades de análise no campo histórico, sociológico e das relações étnico-raciais. E, em seguida, buscamos analisar a partir de um viés sociológico, esse arquivo e a autobiografia, agora ela mesma não como objeto histórico, mas como objeto social capaz de produzir histórias, narrativas, embates e interesses. (GONÇALVES, 2017)

Para a coleta de dados desse trabalho boa parte do material pesquisado se localiza na sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional. Para isso, foi feita uma transcrição de todos os documentos do acervo do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior. Para o confronto com outros documentos, foram recolhidos dados de jornais e revistas médicas da hemeroteca digital da BN. Esses documentos, após transcritos, serviram de cotejamento com as fontes pessoais. Dessa forma, buscamos realizar uma análise documental objetivando examinar e compreender os documentos do nosso personagem como significativas informações que ele pode nos legar, ainda que a voz pública insista em manter a narrativa predominante sobre a raridade de documentos relativos ao passado negro brasileiro. Finalmente, conscientes que essa documentação, ainda não recebeu tratamento analítico e bibliográfico.<sup>31</sup>

Os apontamentos biográficos do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior constituem a principal fonte de pesquisa deste trabalho por ser um projeto encomendado e levado a cabo por ele nos últimos anos de sua vida. Outros documentos da mesma coleção também estão sendo acessados. Os apontamentos foram produzidos no período de 1860 até 1880 quatro anos antes da morte do autor. Ainda nesse mesmo ano, ocorreu na sede do IHGB, uma solenidade para entrega desses apontamentos biográficos, a fim de serem arquivados na sede do Instituto, conforme recomendação do então secretário do Instituto o escritor Joaquim Manoel de Macedo. Por razões ainda não conhecidas os apontamentos biográficos, não foram entregues ao IHGB, após a cerimônia, todavia, anos mais tarde, todo o acervo do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior foi adquirido pelo bibliófilo José Carlos Rodrigues e depositados em sua grande coleção pessoal.

---

<sup>31</sup> JUNIOR, E. B. OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O; L.SCHNEKENBERG, G. F Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa, *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.44, p.36-51/2021

Em 1911, o historiador e médico, Vieira Fazenda, foi o primeiro a divulgar a existência dos apontamentos biográficos do doutor José Mauricio Nunes Garcia depositados na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional em artigo publicado no jornal *A Noite*. Ainda que as notas de Vieira Fazenda sejam bastante críticas aos apontamentos, o historiador reconheceu a importância do material para a história médica brasileira. Ainda que essa autobiografia tenha ficado boa parte do século XX, esquecida e silenciada, foi somente em meados de 1950, que o musicólogo teuto-uruguaio Francisco Curt Lang, de passagem pelo Rio de Janeiro, para iniciar suas pesquisas musicais nos arquivos de Ouro Preto, localizou e divulgou trechos dos apontamentos biográficos do médico justamente por sua filiação do padre José Mauricio tido como o maior compositor brasileiro. Após outro hiato de esquecimento, em 1997, foi a vez da musicóloga Cleofe Person de Mattos autora da biografia do padre José Mauricio Nunes Garcia reavivar os apontamentos biográficos como fonte de referência para suas pesquisas.

Dito isso, notamos que esses silenciamentos e apagamentos históricos da cultura negra ocorre muitas vezes por uma ausência de investimentos simbólicos positivados sobre esses artefatos de memória. Mais do que isso, notamos que as trajetórias de vida, e por conseguintes, artefatos de memória relativo aos homens de “cor” dos oitocentos, muitas vezes, não recebem por parte dos projetos institucionais investimentos simbólicos, ou de consagração e legitimação sobre a trajetória de homens públicos.<sup>32</sup>

Por outro lado, podemos desafiar essas ações relativas a esses esquecimentos adotando como técnica de análise perspectivas que privilegie esses parques e vestígios de memórias por meio de uma história de vida que destaque o contexto, os interesses, os agentes e personagens envolvidos nessas histórias de um personagem médico, negro, livre, no contexto escravocrata e filho de um afamado compositor daquele contexto histórico.

---

<sup>32</sup> Ver: Heymann, L. Q. (2011). MEMÓRIAS DA ELITE: arquivos, instituições e projetos memoriais. *Revista Pós Ciências Sociais*, 8(15). Recuperado de <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/579>

## 1.2. O protagonismo negro

O protagonismo negro será compreendido, neste trabalho, como a possibilidade de pessoas afrodiaspóricas, em contextos diversos, produzirem, transmitirem e receberem conhecimento, inclusive, sua própria práxis como forma de resistência negra em diferentes contextos<sup>33</sup>. De fato, a afrocentricidade busca desconstruir questões particulares tidas como universais. O que objetiva-se é provocar novas buscas para se analisar os fenômenos culturais, políticos, econômicos e históricos da realidade diaspórica africana. Pensar em protagonismo negro, a partir da afrocentricidade, impõem novos critérios para pesquisas relativas ao passado; sobre as próprias fontes documentais e, sobre as análises relativas a própria história de vida de sujeitos históricos. Afrodiasporicos frente as ortodoxias do método histórico (CONNERS, 2003) Molefi Kenti Assante (2009) pode nos servir de arcabouço para pensarmos em protagonismo negro a partir de seu conceito de Afrocentricidade como uma perspectiva que objetiva colocar a África, suas diásporas e suas pessoas como agentes e protagonistas de suas histórias de vida, ainda que em contextos adversos. Ou seja, “a afrocentricidade é um conceito que reflete um tipo de pensamento, prática, práxis e perspectiva que coloca o Africano como sujeito e agente de fenômenos, atuando sobre sua imagem cultural de acordo com seus próprios interesses humanos” (2009, p. 93).

Nessa perspectiva, pensar o doutor José Mauricio Nunes Garcia, e seus contemporâneos homens “de cor”, como protagonistas negros é, antes de tudo, afrocentrar essas histórias de vida a partir dos interesses e possibilidades desse personagem em seu contexto histórico. Pensar em protagonismo negro é compreender esses sujeitos como agentes de sua própria história, algo que vai ao encontro das análises “vistas de baixo” desses membros de classes ditas inferiores, evidenciando-os como agentes que não só são afetados, mas também afetam a sociedade em que habitam (E.P. THOMPSON, 2012).

Na fotografia abaixo, doutor Nunes Garcia Junior se apresenta sentado, trajando suas vestes como professor catedrático, de paletó preto, colete bordado branco e camisa de seda branca, além de destacar em sua mão, muito bem exibida, seu anel de doutor por conta de sua formatura em 1830. Ainda que todas essas ações tenham se perdido alguns anos depois por conta das transformações da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

---

<sup>33</sup> [Repositório Institucional da UFPB: História e protagonismo negro: africanidade, cultura histórica e ensino de história na trajetória de Abdias Nascimento \(1944-1999\)](#)

Conforme postula Michel Pollak (1999), a medida que essas memórias subterrâneas, silenciadas dessas culturas ditas minoritárias se reconstroem, acabam por tensionar as narrativas institucionalizadas das ditas narrativas oficiais<sup>34</sup>. É preciso registrar que como um homem de “cor”, ainda que vítima de preconceitos e acintes raciais, doutor Nunes Garcia Júnior alcançou, naquela fase final da vida, não somente o reconhecimento e o respeito dos seus pares como médico, professor e intelectual, ele pôde, naquele contexto escravocrata, registrar sua história de vida por ele mesmo.

**Imagem 01: Doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior**



Fonte: Acervo pessoal do autor

Em 1881, um evento na Faculdade de Medicina contou com a participação do imperador, de seu séquito e de autoridades da Escola Médica que visavam homenagear seus professores aposentados com a exibição de fotografias nos laboratórios que se inauguravam e ainda realizar homenagens aos professores já falecidos com a exibição de seus bustos. Os professores aposentados homenageados foram o Barão de Petrópolis e Teresópolis, doutor Pertence Souza Fontes, além do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior. O reconhecimento pelos pares, as homenagens nos anos finais de sua vida,

---

<sup>34</sup> POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. V2. N3, 1999

indicam não somente o lugar de prestígio, mas também de protagonismo negro que doutor Nunes Garcia Junior exerceu como homem livre e catedrático, com seus mais de setenta anos.

Em fins de 1882, um ano após a cerimônia na Faculdade de Medicina, doutor Nunes Garcia Junior novamente se destacou na sociedade dos letrados e intelectuais da Corte carioca. A 13ª Sessão Ordinária do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro contou com a presença do imperador, dom Pedro II, em sessão presidida pelo vice-presidente da instituição barão Homem de Mello. Essa sessão como de praxe passou em resenha o pesar pela morte do antigo sócio barão de São Diogo. Em seguida, foram lidos ofícios de agradecimento de instituições de todo o Brasil que foram agraciadas com publicações do IHGB, tal qual, a Biblioteca de Palmares, em Pernambuco, o Club Literário de Paranaguá e ofícios da cidade de São João da Barra que demonstram o lugar de prestígio e referência do IHGB para outras instituições brasileiras. Como de costume, o presidente solicitou que os sócios correspondentes apresentassem suas ofertas, a fim de serem depositadas no acervo do Instituto.

O primeiro foi o barão de Penedo que ofereceu o seu livro, *missão especial a Roma*,<sup>35</sup> onde atuou como diplomata fazendo diálogo entre o Vaticano e o Império brasileiro na questão religiosa entre a Igreja Católica e a Maçonaria. Em seguida, foi a vez do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, ofertar os seus *apontamentos biográficos* escritos por ele mesmo. É importante destacar que no texto autobiográfico, finalizado dois anos antes, em 1880, o doutor já nos informa saber que os seus apontamentos não serão depositados na “arca” do Instituto Histórico. De toda forma, conforme veremos mais a frente, após essa cerimônia de recepção de sua autobiografia na sede do IHGB, os apontamentos biográficos do médico de fato não foram entregues ao Instituto, todavia, a cerimônia e o protagonismo do doutor Nunes Garcia Junior indicavam o lugar ocupado por esse médico, professor catedrático, naquele contexto, frente à elite cultural e econômica da época e as ações em torno da história e da memória dos seus personagens.<sup>36</sup>

Ainda que o Império Brasileiro vivesse momentos de sérios reveses entre 1880 a 1889, houve uma projeção da elite brasileira em oficializar uma história e uma memória

---

<sup>35</sup> Além desses o socio dr. Mello Moraes Filho ofertou os versículos 17 e 18 de uma Revista Antropológica Açoriana e João Brigidio dos Santos os manuscritos originais de um mapa de ouro de sua majestade de 1755 oelo sr. Machado Portella.

<sup>36</sup>Fonte >[http://memoria.bn.br/DocReaderDocReader.aspx?bib=103730\\_02&Pesq="Nunes%20Garcia"&p agfis=4591](http://memoria.bn.br/DocReaderDocReader.aspx?bib=103730_02&Pesq=). Acesso em 30 de novembro de 2022.

para essa nação que se firmava. A presença do doutor Nunes Garcia Junior em instituições como o IHGB, e a Faculdade de Medicina, ao lado da elite intelectual da época, somente reforçam o lugar ocupado por nosso personagem como protagonista de sua história.

A morte do doutor Nunes Garcia em 18 de outubro de 1884, alguns anos após essas operações de memória, podem revelar dentre outras questões como essas instituições trataram o seu passamento e a forma como essa história de vida foi noticiada. Ainda que a memória e a história de vida do doutor Nunes Garcia Junior tenham se apagado alguns anos após sua morte, mesmo com todas essas ações de memória, podemos constatar que houve uma preocupação dessas instituições em resguardar a história desse personagem em um primeiro momento.

Os eventos de 1881 demonstram que os pares reconheciam a trajetória desse médico e exerciam estratégias historiográficas na construção de narrativas que pudessem abarcar o reconhecimento e a memória desse sujeito. Esses tensionamentos entre memórias subalternas e memórias oficializadas acabam por iluminar apagamentos forçados de histórias de vida como a desses médicos negros que atuaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no raiar da primeira metade do século XIX. Doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior não somente buscou registrar sua história para a posteridade, mas também registrou o nome de seus contemporâneos médicos, negros, intelectuais e professores catedráticos.

Para os interesses desta pesquisa é interessante destacarmos como essas memórias relativas a esses fatos históricos foram necrosadas posteriormente, assumindo o que defendemos como necromemória, ou seja, um apagamento coercitivo e complexo, formulado por ações que buscam manipular esses fatos históricos protagonizados por personagens afro-diaspóricos. Dito isso, o esquecimento será compreendido, nesta pesquisa, como um campo composto por estratégias que, na prática, “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, revigorando diferentemente os protagonistas da ação [,] assim como os contornos dela” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Ricœur (2018), é inovador ao colocar o esquecimento a partir de uma perspectiva mais abrangente; seu trabalho busca, justamente, questionar a visão de muitos pensadores que colocam a memória como algo positivo e o esquecimento como algo negativo, de pesquisas, análises. Entretanto, sua proposta é escapar dessa visão reducionista e, de antemão, alertar que, se há, por um lado, um abuso de memória – diga-se de passagem, nos últimos anos, muito bem-pesquisado e questionado por diferentes pensadores (RICOEUR, 2018 TROILLOT, 2016; HUYSSSEN, 2000) em busca de tornar

fenomenológica a memória social –, há também, por outro lado, um abuso de esquecimentos e apagamentos que não são analisados ou pesquisados à medida que aqueles são esvaziados de sentidos.

Essas ações de memória públicas certamente cooperaram com o esquecimento e o apagamento do doutor Nunes Garcia Junior, como protagonismo negro, à medida que se tornou um homem controverso no forjamento de sua memória frente a memória do pai, um religioso e celibatário católico. Por esse ângulo, o trabalho de Ricœur é fundamental para refletirmos a partir da necromemória, sobre diferentes tipos de engrenagem do esquecimento no campo político e público como ações que funcionam como “armas” de grupos dominantes sob grupos dominados. Os efeitos desses esquecimentos podem ser vivíveis no próprio campo historiográfico, posto que se analisamos o esquecimento histórico sobre esse período, quando desconsidera o saber médico dos oitocentos, constituindo como momento inaugural da medicina brasileira exclusivamente o início do século XX.<sup>37</sup>

Finalmente, entendemos que esses esquecimentos coercitivos, a necromemória é ausência de investimentos simbólicos que revelam muito das dinâmicas e os deslocamentos de artefatos de memória ou de histórias de vida de personagens históricos na vida social e cultural da sociedade com seus conflitos, tensionamentos, ambiguidades e paradoxos com efeitos nas subjetividades coletivas e individuais (GONÇALVES, p.15

Essas interações entre lembranças, esquecimentos coletivos nos interligam a outros dois problemas das estratégias de memória do Brasil oitocentista: a (auto)biografia como um problema historiográfico, na medida em que era atribuída a essas histórias de vida uma história e um passado para o Brasil, conforme veremos melhor a frente.

A autobiografia do doutor Nunes Garcia Junior revela muitas de suas particularidades, mas também do seu contexto histórico, dos seus contemporâneos e de suas estratégias como livre e negro. Uma vez que essas narrativas autobiográficas do nosso personagem estavam supostamente protegidas em instituições de memória, como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o IHGB e a Biblioteca Nacional, essas instituições não foram impedimento para os apagamentos e silenciamentos de memória sobre esse médico negro do período oitocentista. Dito isso, antes de aprofundarmos na história desses documentos, é preciso destacar que essa história de vida de um médico negro e livre somente foi permitida por conta do capital simbólico herdado do pai padre

---

<sup>37</sup> Ferreira (1994)

José Mauricio que possibilitou a um sujeito como doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, homem “de cor”, filho de livres, neto e bisneto de escravizados alcançasse um lugar de protagonismo negro no Império brasileiro.

### 1.3. Estratégias de memória em lugares de memória no tempo de Manuel Araújo Porto Alegre

A elite intelectual do segundo Reinado brasileiro se manteve atenta às questões que pudessem forjar uma historiografia e uma memória para o povo brasileiro, após a independência do país em 1822. Para isso, intelectuais, pensadores, escritores, pintores, se agruparam em torno do novo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro fundado por Januário da Cunha Barbosa e que contava com as bênçãos do império brasileiro. É preciso registrar que os primeiros anos o Instituto funcionou nas dependências do Paço Imperial, na praça XV, e contava com a presença constante do imperador Pedro II.

Com o passar dos anos, outros pensadores se associavam ao Instituto histórico, tais quais, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves de Magalhães, e outros. Eles se agregavam em projetos literários, imagéticos e históricos que pudessem constituir, a partir da história, e da construção de vultos e eventos do passado, elementos dignos de serem registrados como histórica identidade nacional brasileira (OLIVEIRA, 2011). Por um lado, esses pensadores buscavam forjar no exterior uma leitura civilizatória da sociedade brasileira, para o povo europeu, ainda que em uma sociedade escravista e de tantas desigualdades. Por outro, esse projeto historiográfico e de memória forjada pela elite intelectual para o povo brasileiro, a partir das ideologias de pensadores como Manuel de Araújo Porto Alegre visavam estabelecer uma identidade brasileira, constituída a partir de elementos de uma historiografia própria que de certa forma surgia nesse momento no país. O escritor Joaquim Manoel de Macedo, quando secretário do IHGB, cobrava dos sócios uma preocupação com suas escritas historiográficas sobre o passado e o próprio secretário é que recomendava que se privilegiasse, a partir das fontes históricas, uma escrita sobre passado com caráter historiográfico para essa nação que se firmava pós independência de 1822. Nesse sentido, o IHGB tornava-se o lugar de memória que buscava “retirar do esquecimento” brasileiros ilustres e, além disso, resguardar as produções dos seus sócios, ou seja, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro transformou-se em um porto seguro da memória e da historiografia produzida pela elite do império brasileiro.

Conforme já demonstrado em estudos anteriores (SCHWARTZ, 1999, OLIVEIRA, 2011) o IHGB surgiu como um lugar que pudesse reunir pensadores para forjar, por meio da historiografia, e da biografia, um passado para a nação brasileira. É preciso destacar que esses pensadores já estavam preocupados com as produções historiográficas, atentos para a crítica das fontes e, principalmente, a uma crítica com construção de histórias laudatórias que não levassem em consideração fatos, contextos e documentos do período. Na prática, o IHGB se transformava em um “panteão de papel” que tinha como uma de suas atribuições servir de guarda para a história brasileira. Para isso, dentre as estratégias de memórias históricas do IHGB, por incentivo de sua diretoria, os sócios eram estimulados a produzir biografias de grandes vultos e, posteriormente, a diretoria na pessoa do escritor Joaquim Manoel de Macedo incentiva a produção de autobiografias de alguns desses sócios com objetivo de servirem como registro pessoal e produção historiográfica do império brasileiro.

Já desde a inauguração do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, primeiro presidente da instituição, já incentivava aos sócios da agremiação a produção de biografias de vultos históricos em suas publicações com o objetivo de demarcar, divulgar e atualizar o passado glorioso da nação, nesse sentido, a historiografia produzida por esses intelectuais no IHGB nos oitocentos foi uma forma de representar o passado brasileiro utilizando como estratégia um diálogo com aquele presente.

Oliveira (2011) nos lembra que no século XIX, o IHGB, por meio da pesquisa histórica, das biografias e das autobiografias, apresentou produções que demonstravam, antes de tudo, uma preocupação com a crítica documental. A historiografia foi um discurso muitas vezes monumental e laudatório sobre o passado com o intuito de explicar sempre o presente de forma gloriosa. A partir da inauguração do IHGB, as biografias e autobiografias passaram a servir de utilidade pedagógica sobre o conhecimento do passado e, por conseguinte, do presente a partir da história do Brasil. Dessa forma, “os sócios correspondentes da nova agremiação, movidos pelo patriotismo deveriam coligir e organizar documentos para os estudos históricos e geográficos que transformavam o IHGB em um centro autorizado para elaborar discursos sobre o Brasil” (OLIVIERA, 2011, p. 38)

A presença dos sócios correspondentes e diretores no IGHB, como os escritores Manuel de Araújo Porto Alegre e Joaquim Manoel de Macedo, foi fundamental para pôr em prática esses projetos historiográficos e de memória do IHGB. Podemos destacar que o intelectual Manuel de Araújo Porto Alegre foi um homem multifacetado de sua época.

Pensador engajado, foi presença ativa e fluente no Império brasileiro quer como médico, pintor, escritor, mas, foi como intelectual atuante em instituições como o IHGB e a Academia de Belas Artes é que ele pode imprimir suas ideologias no forjamento do que ele entendia como uma “identidade brasileira” que pudesse mesclar elementos da arte europeia com a realidade nacional. Porto Alegre era um pouco mais velho que o doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, nascido em 1806, recebeu os primeiros ensinamentos de um tio que lhe forneceu uma sólida formação intelectual. O doutor Nunes Garcia Junior e Porto Alegre foram colegas nas aulas de pintura do mestre Jean Batiste Debret quando de passagem pela Corte carioca. Companheiros de longa data, além da presença do também escritor Joaquim Manoel de Macedo que completava o trio, foram presenças importantes no Instituto Histórico.

Os apontamentos biográficos do doutor Nunes Garcia Junior foram uma encomenda do amigo pessoal e então secretário do Instituto Histórico, o escritor Joaquim Manoel de Macedo. Ele tinha o objetivo de arquivar o trabalho na sede do IHGB. O interesse de Joaquim Manoel era arquivar apontamentos biográficos dos sócios correspondentes, para isso, ele solicitou apontamentos biográficos dos sócios do IHGB em 1860. O IHGB tornou-se, desde sua inauguração, o lugar onde os homens da elite da segunda metade do século XIX forjavam elos entre o passado e o presente com o intuito de porvir para o país. Pois desde 1838, ano de sua inauguração é que os intelectuais já buscavam estabelecer a narrativa historiográfica a partir dos fatos passados como uma norma no IHGB. Conforme nos lembra novamente Oliveira (2011), no Brasil da segunda metade do século XIX, a pesquisa histórica, a partir da crítica documental, ficou imbricada na própria razão da existência do IHGB para “promover o patriotismo por meio da edificação de um “monumento” da história brasileira (OLIVEIRA, 2011, p. 37)

A historiografia brasileira no contexto histórico dos oitocentos era, até então, baseada a partir de uma narrativa exclusivamente laudatória sobre o passado sem o uso de fontes ou documentos, com ações que buscavam constantemente justificar o presente exaltando o passado. Dentre os objetivos desses novos intelectuais estava o de estabelecer arcabouços historiográficos para se forjar histórias que pudessem retirar do esquecimento personagens e fatos históricos. O IHGB tornou-se, nesse momento, um lugar da memória que visava impedir não somente o esquecimento de vultos e fatos, mas, resguardar e conduzir as narrativas históricas ditas oficiais do Império brasileiro.

Nesse projeto historiográfico, a biografia e, por conseguinte, a autobiografia, exerceu um papel fundamental para esses intelectuais que buscavam organizar e arquivar

papeis que pudessem servir de elaboração e comprovação de uma história brasileira. O objetivo era justamente “arrancar do esquecimento os nomes e feitos dos brasileiros ilustres” (OLIVEIRA, 2011, p. 41). Para isso, esses pensadores buscavam focar em memórias coletivas e individuais de fatos históricos do Império confirmando esse projeto historiográfico do IHGB.

O que podemos observar é que a partir da segunda metade do século XIX, nas revistas do IHGB, tanto o uso das ferramentas da historiografia, assim como, o gênero biográfico representaram as duas possibilidades de se construir o passado brasileiro. Pois, se a historiografia dos fatos visava narrar por meio dos documentos históricos os acontecimentos, buscando sempre a casualidade e o compromisso com o presente para as organicidades dessas narrativas históricas, foram as biografias e autobiografias não publicadas ou as publicadas nas revistas do IHGB, que desempenharam um papel fundante na medida em que tornava essas trajetórias de vidas tidas não como exemplares e virtuosas, mas como histórias de vida da sociedade oitocentista.

O escritor Joaquim Manoel de Macedo, secretário do IHGB, foi um dos fortes adeptos e incentivador para que, no período em que ele atuou como o secretário, os sócios honorários do Instituto Histórico produzissem além de historiografias e biografias de fatos passados, as suas próprias autobiografias para serem arquivadas na sede do Instituto. É importante destacarmos que o escritor Joaquim Manoel de Macedo tinha uma preocupação não somente com os registros e arquivamentos de documentos históricos, mas também uma preocupação com a autenticidade dos fatos nas obras arquivadas no Instituto Histórico.

Em seu discurso pronunciado no IHGB intitulado “dúvidas sobre alguns pontos da história pátria” (1862) o escritor demonstrava sua preocupação com historiadores que acabavam por formular visões do passado glorificador<sup>38</sup>. Para isso, o autor trazia como exemplo personagens da história do Brasil na luta contra holandeses em Pernambuco e criticava como diferentes historiadores produziam diferentes histórias desse mesmo fato, quase sempre cercadas de “ufanias” nas narrativas. A crítica de Macedo recaía justamente sobre os historiadores que reproduziam uma história do Brasil sem critérios e argumentação crítica e sem levar em consideração a autoridade das fontes históricas.

Podemos notar uma preocupação de Joaquim Manoel de Macedo como sócio e secretário do IHGB no arquivamento de fatos e biografias de brasileiros ditos ilustres na

---

<sup>38</sup> Fonte: *Dúvidas sobre alguns pontos da História pátria*, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 25, p. 3-41, 1862

época em que o intelectual Manuel de Araújo Porto Alegre atuava como diretor do IHGB. Nas primeiras páginas dos apontamentos biográficos o doutor Nunes Garcia Junior relata o convite feito pelo então secretário do IHGB, Joaquim Manoel de Macedo, que solicitou aos sócios do Instituto para registrar “uma notícia biográfica dos seus membros” para ser arquivada na sede do IHGB. É importante destacarmos que nesse período o escritor Joaquim Manoel de Macedo como secretário do Instituto foi incentivado pelo próprio imperador, dom Pedro II, a trabalhar no arquivamento dos apontamentos biográficos de outro influente médico negro do século XIX, o doutor Caetano Lopes de Moura, morto em 1860.

**Imagem 02: Doutor Caetano Lopes de Moura**



Fonte: Caetano Lopes de Moura e Mosaico Negro ([wordpress.com](http://wordpress.com))

A trajetória do escritor, tradutor e médico Caetano de Moura, nascido em 1779, na Bahia, filho de escravizados, até sua partida e formação médica em Ruan, na França, e seu ingresso nas tropas de Napoleão Bonaparte estiveram na mira dos intelectuais da segunda metade do século XIX. Foi o próprio imperador Pedro II que após conceder uma pensão de 400 francos a Caetano de Moura ainda residindo na França, lhe encomendou seus apontamentos biográficos. O imperador trabalhou pessoalmente para que a autobiografia desse médico fosse arquivada na sede do IHGB.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Fonte: VEIGA, Claudio. Sobrevivência de um escritor: Caetano de Moura, *Univeritas*, Salvador 19 (especial) 29 -43, 1978

A encomenda foi aceita por Caetano vivendo na Europa sobre as benesses do imperador ele produziu sua autobiografia em um curto espaço de tempo e em dois volumes. A única observação era que somente após sua morte a obra fosse publicizada. De posse do material, o imperador dom Pedro II solicitou que esses apontamentos fossem reescritos pelo Marques de Sapucaí conservando, o próprio imperador, a segunda parte da obra sobre seu controle. Em 1860, alguns meses após a morte do doutor Caetano de Moura, o imperador solicitou ao então secretário do IHGB, Joaquim Manoel de Macedo que depositasse os apontamentos biográficos do doutor Caetano de Moura na sede do IHGB. O gênero biográfico que sempre foi adotado pelo Instituto com intuito de registrar trajetórias heroicas agora também dava espaço para o gênero autobiográfico, visando registrar o pensamento e o contexto dos sócios correspondentes do IHGB. Após a biografia de Caetano Moura, o secretário Joaquim Manoel de Macedo solicitou, na mesma época, por circular, que os sócios pudessem registrar suas histórias de vida a fim de serem arquivadas na sede do Instituto Histórico.

O IHGB era uma agremiação que reunia parcela da elite da Corte carioca e funcionava como um porto seguro, não somente dos trabalhos produzidos por essa elite, mas, sobretudo, como um lugar de memória de suas autobiografias. Nos trabalhos autobiográficos, o secretário propunha aos sócios uma escrita que evidenciasse as subjetividades e personalidades da história de vida deles, todavia, Macedo destacava a importância dos sócios valorizarem o contexto histórico.

Nesse sentido, os escritores Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo como diretores do IHGB buscavam, antes de tudo, cumprir as determinações estatutárias do próprio Instituto inaugurado em 1833. O que de fato o movimento iniciado por Januário da Cunha Barbosa, primeiro presidente da agremiação fez foi justamente estabelecer escritas biográficas como operações historiográficas. A biografia, a erudição, o registro dos grandes feitos como notáveis, esteve no foco do Império por meio do IHGB.

Os apontamentos biográficos do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior então encomendado pelo secretário Joaquim Manoel de Macedo são reflexos do lugar que o gênero biográfico ocupou dentro da instituição, ao buscar agrupar esses relatos de histórias de vida valorando o contexto histórico e suas realidades. Macedo acabou por propor um exercício historiográfico que possibilitou a narrativa das histórias de doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior. A partir do contexto escravocrata, monárquico, o médico pode refletir sobre o lugar de um sujeito racializado em uma sociedade racista e escravista. A proposta de Manuel de Araújo Porto Alegre em relação aos projetos

historiográficos e de memória pode revelar uma face pessoal desse médico que detalha suas vivências e experiências. Todavia, essa autobiografia não foi encaminhada conforme previsto à sede do Instituto e somente foi preservada graças aos esforços de um intelectual da época em uma história que nos propomos a problematizar a seguir sobre apagamentos e silenciamento em lugares de memória.

## 1.4 Necromemória em lugares de memória

O conceito de lugar de memória já vem sendo debatido ao menos desde a década de 1980, quando do lançamento da grande obra “*Liex du memoire*” organizada, dentre outros, pelo historiador francês Pierre Nora. Politicamente, a obra buscava reafirmar a importância da França no campo cultural, mas, mais do que isso, visava teorizar sobre uma áurea nostálgica e saudosista de uma França que foi referência cultural para Europa e o mundo. Nesse sentido, os lugares de memória passavam a ser reconhecidos como aqueles espaços materiais, simbólicos, que pudessem não somente preservar, mas agrupar em torno de si, representações e simbolismos que compensassem àquela ausência. Segundo Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações pronunciar elogios fúnebres, notórias atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, p. 7, 1993)

Ora, o conceito é instigante e abrangente, entretanto, para avançarmos nessa ideia, podemos problematizar, por exemplo, os usos políticos e sociais que envolvem, por exemplo, as memórias das ditas minorias, quando enquadradas em usos políticos, ideológicos, simbólicos e históricos na constituição desses lugares de memória. Além disso, desde a época do lançamento da obra, o conceito de lugares de memória, teorizado por Pierre Nora, em artigo traduzido para o português “entre a memória e a história a problemática dos lugares de memória” (1993), já vinha sendo criticado por diferentes pesquisadores (ENDERS 1993; SOUZA, 2021). Alguns apontam que a ideia desses lugares de memória é deficiente e estaria justamente buscando estabelecer esquecimentos e apagamentos de ordens diversas para a nação francesa.

Por esse caminho, podemos compreender as premissas de um lugar de memória, segundo Pierre Nora, como aqueles locais com efeito em três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, simultaneamente. Entretanto, só é visto como lugar de memória se a imaginação o investe de uma áurea simbólica (NORA, p. 21).

Ao mesmo tempo, reconhecemos que esses lugares de memória com toda a sua áurea simbólica, podem ter também a capacidade de serem produtores de esquecimentos, de apagamentos e silenciamentos das mais diversas ordens visando a atender a diversos interesses<sup>40</sup>. Mais do que isso, os lugares de memória podem, muitas vezes, serem usados politicamente em regimes democráticos ou ditatórias para atenderem diversos interesses, de memória ou de esquecimentos de acordo com as forças que o cercam.<sup>41</sup>

Enders (1993) entende que a obra organizada por Pierre Nora, lugares de memória, nada mais é do que uma tentativa da França de se renovar como referência universal. Nada mais “franco-francês” quanto essa coleção nascida de um orgulho dos historiadores franceses de sua própria memória. A autora é bastante crítica ao artigo do historiador Pierre Nora, considerado por ela, como um texto “indigesto” na medida em que os lugares de memória possuem, geometria variável podendo ser um objeto, ora a memória, ora o trabalho do historiador refletindo a vontade de preservar uma memória consciente, mas não levando em consideração outras memórias da nação francesa e forjando constantes esquecimentos.<sup>42</sup>

Nesse sentido, adotamos a categoria lugares de memória, nessa pesquisa, de forma crítica. Ou seja, partimos das premissas de Nora em compreender os lugares de memória estabelecidos por grupos sociais para suprir uma ausência. Porém, são lugares dotados de interesses políticos, sociais, históricos, econômicos que visam atender a diferentes grupos que investem simbolicamente nesse campo da memória.

Dito isso, pensar em lugares de memória e esquecimentos coercitivos produzidos por esses lugares, sejam os museus, as bibliotecas, os arquivos ou institutos podem revelar, ao mesmo tempo, as estratégias de memória desses lugares que justifiquem sua criação e a sua própria preservação, assim como, podem nos ocultar, mas ao mesmo

---

<sup>40</sup> SOUZA, Santos Cristiele; GASTAUD, Rodrigues Carla. Dos lugares e das políticas de memória em contextos de transição e pós-transição. *Historiae*, Rio Grande, v. 12, n. 1, p. 79-99, 2021

<sup>41</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela Maria de Castro. Direitos e Cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 15-44

<sup>42</sup> Fonte: ENDERS, Armelle. Les Lieux de memoire, dez anos depois. Revista Estudos Historicos, v. 6 n. 11 (1993)

tempo revelar as ações coercitivas que esses lugares produzem sobre o que será silenciado, especialmente quando envolve questões étnico-raciais.

Rossi (1991) nos lembra existir diferentes formas de se induzir o esquecimento nos debates públicos e são muitas as razões pela qual busca-se acioná-lo no debate político. A recente historiografia já nos indica como a própria história está recheada de apagamentos, censuras, sumiços, condenações e uma série de ações que acabam por constantemente impor disputas de narrativas e diferentes usos sobre o esquecimento:

Obras inteiras de história foram reescritas, apagando os nomes dos heróis de um período; catálogos editoriais foram mutilados, assim como foram subtraídas fichas nos catálogos das bibliotecas; foram publicados livros com conclusões diferentes das originais, passagens foram retiradas, textos foram montados em antologias numa ordem favorável a documentar filiações ideias inexistentes e ortodoxias políticas imaginárias (ROSSI, 1991, p. 33).

Antes de tudo, é importante situarmos que dentro dessa polissemia que é o campo do esquecimento, existem diferentes abordagens teóricas, cognitivas e pragmáticas que problematizam sua existência. No campo das neurociências, o esquecimento é considerado uma patologia definida como amnésia (FREUD, 1998). Nas questões pragmáticas e sociais, que é o nosso interesse de análise, o esquecimento refere-se a um dos vértices operatórios da memória social e, por conseguinte, das suas representações frente a eventos passados e presentes<sup>43</sup>. Nesse sentido, é importante frisarmos a operacionalidade e os usos que se dão a partir do esquecimento<sup>44</sup> no campo dos debates étnico-raciais. Nesse campo, os usos do esquecimento operam antes de tudo em articulações, muitas vezes, discriminatórias condicionadas a diferentes níveis de ações e de preconceitos raciais estruturantes da sociedade brasileira.<sup>45</sup>

Huyssen (2014), já denuncia uma ausência de pesquisas e análises a partir de diferentes pensadores, em épocas distintas, relativas ao esquecimento como um campo legítimo de investigação. A denúncia do autor recai, justamente, em dessencializar o esquecimento como um oposto no jogo da memória naturalizada de forma depreciativa e vazia de sentidos

---

<sup>43</sup> Ver Candaü (1996)

<sup>44</sup> Ver Nascimento (2019); Troillot (2016)

<sup>45</sup> Fonte: Pinto (2018); Gomes et al (2014)

De fato, análises relativas ao esquecimento podem nos revelar que esse espaço nada mais é do que um campo ligado a história das ideias, das representações, dos simbolismos e, principalmente, sobre as nossas leituras cognitivas frente aos passados históricos. Ou seja, se metaforicamente o esquecimento é a presença de uma ausência, o que nos interessa analisar é como essas ausências refletem em nossas representações e simbolismos do passado/presente, por conta dos silenciamentos coercitivos de fatos e personagens relacionados aos debates étnico-raciais brasileiros, por exemplo. Além disso, nos questionamos como nossas visões frente ao passado, diante de tantos silêncios e apagamentos de fatos e memórias sobre a destruição de vestígios, conjeturam nas nossas memórias individuais, no nosso mundo contemporâneo.

A partir das experiências traumáticas seja nos pós-abolições da diáspora negra, seja no mundo pós-guerra, o esquecimento passou a ser considerado como objeto de investigação por diferentes pensadores afrodescendentes e europeus que se engajaram a pensar o esquecimento não somente como algo para eles suprirem, mas, para tornar-se objeto de estudo e denuncia a partir dos seus diferentes usos.<sup>46</sup> Foi a partir da teoria decolonial, cultural, da história, da filosofia e da antropologia que podemos verificar um deslocamento das perspectivas relacionadas aos esquecimentos e silenciamentos históricos, no nível público e político, não mais como um processo natural do campo das ideias, mas, sobretudo, como uma ação que envolve diferentes usos e atende a diferentes grupos que forjam narrativas, representações e incorporam, a partir de suas vivências, experiências, preconceitos raciais, o esquecimento de fatos e histórias explicitamente como uma ação naturalizante.<sup>47</sup>

Há uma ação deliberada e coercitiva para se obliterar fatos, trajetórias de vida, lugares e toda a possibilidade de uma interação com o passado negro a partir de uma perspectiva que agencie essas ações, entretanto, nesses casos, o esquecimento é utilizado e justificado porque afinal de contas, segundo eles, não podemos de tudo lembrar<sup>48</sup>

De fato, diferentes abordagens teóricas já questionavam os usos e abusos do silêncio, por parte das classes dominantes que a partir dos Estados Nacionais acionam o esquecimento nos embates jurídicos, públicos e políticos. Um bom exemplo são os acordos de paz no mundo Europeu pós-guerras em que diferentes nações buscavam por

---

<sup>46</sup> Ver Candaü; (1996); Nora (1999)

<sup>47</sup> Fonte: Mignolo (2009)

<sup>48</sup> Maria Paula Nascimento Araújo e Myrian Sepúlveda dos Santos, «História, memória e esquecimento: Implicações políticas», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 79 | 2007, publicado a 01 outubro 2012, consultado a 16 abril 2024. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/728>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.728>

meio do esquecimento entre vencedores e vencidos estabelecer acordos jurídicos para o fim dos conflitos. Nesses acordos, que objetivavam a paz entre as nações oponentes, eram apresentadas medidas para que o esquecimento gerasse um dever de paz entre os povos. Outro bom exemplo dos usos relativos ao esquecimento por parte dos Estados é anistia (RICOUER, 2018), que nada mais é do que um decreto para o esquecimento.

Em segunda ordem, teríamos os esquecimentos no nível público e político dentro do contexto histórico brasileiro a partir dos debates étnico-raciais. De fato, os usos do esquecimento realizados por meio de silêncios e apagamentos públicos e políticos frente à diáspora negra brasileira se constituem, antes de tudo, a partir da retirada da agência humana de sujeitos, fatos e lugares, ou seja, retirou-se qualquer capacidade intelectual, organizacional de pessoas e fatos relacionados ao passado afro-brasileiro.

O que se impõe é uma complexidade de fatores em que as ditas memórias negras são substituídas por narrativas históricas ditas oficiais. Essas narrativas oficiais acabam por operar, tendo em vista uma lógica perversa, com base em uma memória de má-fé que desagencia e apaga quaisquer vestígios históricos por meio da desagencia humana que é a lembrança/apagada de quaisquer vestígios históricos da diáspora negra brasileira. As pesquisas da historiadora Beatriz Nascimento buscavam justamente denunciar os esquecimentos nos estudos históricos étnico-raciais que acabavam por manipular um passado negro brasileiro:

A história do Brasil foi uma história escrita por mão branca. Tanto o negro quanto o índio, os povos que viveram aqui junto com os brancos, não tem sua história escrita, ainda. E isso é um problema muito sério porque a gente frequenta universidade, frequenta escola e não se tem uma visão correta do passado negro. Então [a história] não foi somente omissa, mais terrível ainda, porque na parte em que ela não foi omissa ela negligencia fatos importantes e deforma muito a história do negro [...]<sup>49</sup>

Infelizmente, ainda hoje, permanece uma visão que não problematiza as diferentes ações que compõem os silêncios históricos relativo à liberdade, à resistência, à cidadania, à intelectualidade de negros e negras brasileiras, ainda que em um contexto escravocrata, ou seja, nossos esquecimentos históricos operam em uma lógica que privilegia exclusivamente o cativo, o azorrague, eliminando quaisquer possibilidade de agência para sujeitos escravizados (ASSANTE, 1999; TROILLOT, 2016; NASCIMENTO, 2016).

---

<sup>49</sup> Fonte: "O negro da senzala ao soul" [Beatriz Nascimento - "a história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas" - YouTube](#). Acesso em 1 de junho de 2021

Dessa forma, nos referenciamos para afirmar que os usos e abusos do esquecimento no espaço público e político relativo aos negros e negras brasileiras no contexto escravocrata, não somente elimina e apaga vestígios de memória, assim como, quando recupera fatos históricos, *desagencia* quaisquer eventos ou sujeitos do passado negro brasileiro. Compreendemos que o silenciamento e apagamento relacionado às temáticas históricas, a partir dos debates étnico-raciais, nos espaços da vida acadêmica, pública e política do contexto brasileiro, é um grande projeto que retira o protagonismo de negros e negras dos seus contextos históricos<sup>50</sup> por meio da morte da memória social, ou seja, a necromemória.

Nesta tese, propomos que a conceituação da necromemória é a manifestação do poder de partes de atores da sociedade, da indústria cultural, das narrativas históricas, dos lugares de memória e principalmente de determinado Estado, por meio da (necropolítica e necropoder) (MBEMBE, 2018) visando silenciar, apagar, manipular e, por conseguinte, eliminar as construções, as representações e os destinos políticos de determinado grupo social, a partir das interações do passado com o qual esse grupo terá acesso, mantendo constantemente a manipulação de determinadas memórias

Para Mbembe (2018), grosso modo, a necropolítica é uma ação política que resulta em um projeto de violência, abandono, vulnerabilidade, doença, fome e, finalmente, a morte física de determinados grupos sociais – é singular que Mbembe volte sua atenção para negros e negras como corpos projetados para essa eliminação política do Estado.

Por conseguinte, vamos postular que esse projeto de morte física, por parte dos Estados, (necropolítica) sobre determinados indivíduos, de determinados grupos socio raciais, somente ocorre, após a morte subjetiva desses corpos, seja nas interações históricas com o passado, nas representatividades de lugares de memória, nas construções de identidades positivadas desses grupos. Ou seja, entendemos que o ultraje e a eliminação do corpo físico, produzida pela necropolítica, (MBEMBE, 2018) somente se dá, após a necromemória, ou seja, a manipulação, eliminação, ultraje e morte dessas memórias sociais negras brasileiras<sup>51</sup>. De fato, esta seria a morte subjetiva nas interações de um passado diaspórico, por meio de apagamentos coercitivos, de silenciamentos forçados e de manipulações do passado histórico desses grupos, tidos como subalternos, ou seja, a primeira morte subjetiva (necromemória) e a segunda morte física

---

<sup>50</sup> Ver GONDAR. (2016)

<sup>51</sup> Fonte: GOMES, F., S. LAURIANO, J., SCHWARCZ, L. *Enciclopédia negra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

(necropolítica). Trata-se de um projeto perverso que busca manipular um passado por meio de forjamentos históricos, e outras ações que possam silenciar outras narrativas.

Michel-Rolph Trouillot (2016), em uma crítica relativa aos silenciamentos produzidos seja no campo historiográfico, seja no campo da memória e dos estudos étnico-raciais, denuncia que a construção, das grandes narrativas históricas, acaba por estabelecer, formas complexas de silenciamento de determinados grupos sociais, em distintos momentos e em etapas como: criação, composição, recuperação e ressignificação retroativa de fatos ou eventos relacionados a determinados personagens negros.

O conceito necromemória busca tomar os processos de memória em uma dupla dimensão, no que pese análises sobre os usos do esquecimento em uma dimensão social, histórica e política sobre fatos do passado. É também, uma denúncia, que possa revelar a eliminação de fatos históricos, por meio de instituições de memória, que não dotam de valores simbólicos acervos relacionados a cultura negra brasileira. A ideia é iluminar as representações compartilhadas do passado, a partir de um caso específico, observando como membros de diferentes grupos da sociedade se contradizem acerca das representações e manipulações de memórias ditas “oficiais” do passado histórico.

O que nos chama atenção nesse processo de manipulação de memórias é a vulnerabilidade da memória coletiva e das representações históricas dos corpos negros no contexto brasileiro.<sup>52</sup> A memória coletiva são as impressões, as lembranças, os registros, significativos para um grupo de pessoas pelo fato de fazer parte da história desse grupo e compôs suas identidades. A memória coletiva do negro é apagada simbolicamente ou por meio de uma violenta política aplicada a partir da sociedade e, do próprio Estado, que se coloca como autoritário e fundamentalista<sup>53</sup>. Além disso, da grande mídia à historiografia nacional, da memória ao pensamento social brasileiro relacionado ao passado/presente desses seres negros, há um viés que se constitui, antes de tudo, em uma *estética do silenciamento*, manipulado por parte de diferentes setores elitistas brasileiros com reflexos em outros setores da sociedade e que pactuam um silêncio relativo às memórias vergonhosas ou que reflitam espaços de liberdade de pessoas negras ainda que no contexto escravocrata.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup>Fonte: Ipea - Atlas da Violência v.2.7 -. Acesso em 12 de junho de 2021.

<sup>53</sup> Fonte: Cristofascismo, uma teologia do poder autoritário: a união entre o bolsonarismo e o maquinário político sócio-religioso. Entrevista especial com Fábio Py - Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Acesso em 12 de junho de 2021.

<sup>54</sup> Fonte: Schwarcz (1993)

Necromemória é um projeto político e oficial de Estado. Ela visa a decidir *como, quando, onde e a partir de quais* enquadramentos a memória negra brasileira será atualizada. Um enquadramento de memória é, por si só, um ato de violência que pode se dá através da historiografia nacional, dos processos patrimoniais ou por meio de representações e usos sobre o passado a partir de uma indústria cultural ou até mesmo patrimonial (VELHO, 2006; NASCIMENTO, 2009).

Há uma política (presente) em determinar o enquadramento do que lembrar (passado) para projetar o lugar do negro no porvir (futuro), para isso *desmemorializando* traços de identificação cultural, linguística e religiosa.

Hanchard (2008) encontra sérios desencontros e embates entre uma memória do Estado *versus* a memória negra. Para o autor, os Estados, as economias, manipulam nossas memórias históricas com propósitos diferentes, relacionados ao capitalismo, ao nacionalismo e ao turismo, por exemplo. Por outro lado, a memória negra que o autor compreende como temas relacionados às reparações, escravidão, liberdade, antinacionalíssimos, antirracismo se estabelece a partir de disputas com a memória do Estado. A memória negra e a memória do Estado não se colidem. Ambas convivem na base das disputas nas narrativas o que colabora muitas vezes para manipulações de memórias históricas.<sup>55</sup>

As manipulações de memória a partir do caso do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior são capazes de revelar os diferentes interesses ocultos por trás desses silenciamentos manipuláveis. Pensar nas diferentes formas de esquecimento, perpetradas pelo Estado brasileiro, no espaço público e político como necromemória pode nos iluminar as complexidades que envolvem o enredo e seus reflexos na sociedade a partir dessa história de vida.

Após a morte do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, ocorreram, na Primeira República, estratégias de memória relativas à mitologização do padre José Mauricio Nunes Garcia como o maior compositor brasileiro e das Américas conforme já dito<sup>56</sup>. Entretanto, à bem da verdade, essas ações iniciaram-se graças aos esforços do próprio filho, doutor Nunes Garcia Junior, em parceria com o escritor Manuel de Araújo Poto Alegre, responsáveis por forjar a figura do padre como o “Mozart brasileiro”. Essa narrativa foi mantida na Primeira República e reassumida por modernistas, tal qual Mario de Andrade, que percebiam uma “brasilidade” nas músicas europeizadas do compositor.

---

<sup>55</sup> Fonte: Hanchard (2008)

<sup>56</sup>Fonte: [OSES - Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo](#). Acesso em 13 de abril de 2021

Essas ações alcançaram seu ápice em 1930, ano do centenário de falecimento do padre José Mauricio Nunes Garcia, que, transformado em mito, representava a glória musical brasileira na Era Vargas, a partir da ideia da “mestiçagem” e da democracia racial, tão em voga na época. Essas ações de memória públicas certamente cooperaram com o esquecimento e o apagamento do nosso personagem, à medida que se tornou um homem controverso no forjamento da memória do padre José Mauricio Nunes Garcia, um religioso e celibatário católico eleito como o maior compositor brasileiro e das Américas, apesar de seus cinco filhos.

Finalmente, a partir de um caso específico, buscamos iluminar as formas contemporâneas de interações de como a memória, a história, os processos de patrimonização, são ações manipuladas por diferentes setores da sociedade e, principalmente, parte do Estado que vão atribuir valores simbólicos a determinados passados. Nessa sessão, a partir de nosso problema de pesquisa, buscamos conceituar os usos e abusos do esquecimento, a partir da noção de necromemória, para abarcar as várias maneiras pelas quais as nossas memórias coloniais (revoltas, quilombos, personalidades, intelectuais negros) são ora silenciadas, ora manipuladas até a atualidade. São silêncios, manipulações e apagamentos disponibilizados com o objetivo de provocar, a destruição, e a desunião de uma parcela da sociedade, frente a um passado com espaços de liberdade, diferente daquele do azorrague.

Dito isso, buscamos adentrar na história de vida do nosso personagem, por meio das narrativas produzidas por ele mesmo, seja através de sua autobiografia, das certidões, missivas e outros documentos que ele produziu durante boa parte de sua vida, compondo aquilo que entendemos como suas narrativas de si.

## 2. NARRATIVAS DE SI

### 2.1 O filho do sagrado

Ao dar cabo de sua vida por meio dos seus apontamentos biográficos, em 1860, o doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior contava com seus cinquenta e três anos de idade. Naquele contexto, já era aposentado como professor catedrático na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, todavia, ainda atuava como sócio honorário da Academia Imperial de Medicina. Ali, os debates e pesquisas conduziam a cientificidade da classe médica do País e o colocava em lugar de destaque naquela sociedade. Além disso, atuava ainda como clínico e parteiro em seu consultório particular, na rua da Carioca, onde às quartas feiras atendia gratuitamente escravizadas ou pobres grávidas

Nos apontamentos biográficos doutor Nunes Garcia Junior é bastante detalhista ao apresentar suas origens e sua infância ao nos informar nas primeiras páginas de seus apontamentos biográficos suas origens clericais: “Tendo por progenitor o senhor Padre mestre Jose Mauricio Nunes Garcia<sup>1</sup>, fui batizado na matriz de São Jose em 18 de março de 1809”. Entretanto, durante boa parte de suas recordações autobiográficas o médico relaciona sua cor de pele aos primeiros acionamentos que o pai buscara fazer para inserir o filho naquela sociedade. Segundo ele, o pai buscara por contatos inseri-lo no Tesouro Público como praticante: “eu pedi-lhe que não, para não ser lá sempre o último!. Já nesse tempo previa eu o que tive de vir a sofrer, tão atrozmente, por ser mulato. (GARCIA JUNIOR, 1860, p.8) É fundamental destacarmos como nessas narrativas cidadania e cor de pele se interligam, ainda sim, doutor Nunes Garcia informa que em diferentes ocasiões o pai por meio de seus contatos inseriu o filho em espaços da sociedade.

É fundamental destacarmos que doutor Nunes Garcia Junior não é uma excepcionalidade como intelectual, médico, professor catedrático na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, homem de “cor” naquele contexto. Ele fazia parte de uma geração de intelectuais, dentre os quais, doutores negros que afloraram já na primeira metade do século XIX. É importante destacarmos que a constituição de 1824, quando promulgada doutor Nunes Garcia Junior contava com seus 16 anos de idade e não diferenciava cidadãos por conta de sua cor de pele, assim como, servia de estratégias e garantias políticas para esses sujeitos, não-brancos, pois, foi a partir do artigo 179 da Constituição do Império que garantia a liberdade individual a todo brasileiro nato, independentemente de sua cor de pele. Dessa forma, doutor Nunes Garcia nos informa que “por burla foi e é, para nós outros, o artigo 179 da constituição do império em que nasci!” (GARCIA JUNIOR, 1860, p.64). Ao se verem amparados pela Constituição esses

homens de “cor” tal qual doutor Nunes Garcia Junior ainda que em um contexto de hierarquias raciais e escravocrata se constituía como um homem livre e com todos os direitos de sua cidadania garantido: “cauteloso e reservado como cidadão, servi a pátria sempre que me chamou as armas” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 64)

O doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior foi contemporâneo de uma geração de homens de “cor” intelectuais como os escritores Francisco de Paula Brito, seu amigo pessoal e compadre conforme o médico declara que com Paula Brito era uma relação de confidências. O escritor Amônio Gonçalves Texeira e Souza, o jornalista Antônio José Nunes Garcia, o advogado André Rebouças e por conseguinte os filhos engenheiros, André e Antônio Rebouças, o compositor Candido Inacio da Silva, além dos médicos doutores Francisco Júlio Xavier, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Corte e Joaquim Candido Soares de Meirelles, primeiro presidente da Academia Imperial de Medicina. Esses homens ainda na primeira metade do século XIX, acompanharam atentos as possibilidades dadas a partir da constituição de 1824, alcançaram suas formações intelectuais e garantias constitucionais no primeiro reinado. No período regencial, puderam alcançar uma voz publica, ocupando espaços nas instituições do Estado, no jornalismo e, finalmente, no segundo império puderam publicamente tensionar os debates racistas a partir dos lugares que ocupavam de destaque na Corte carioca ponde em relevo seus direitos. Dito isso, esses homens de “cor” com suas origens tão próximas ao cativo e a escravidão puderam por fatores diversos verem suas experiencias de liberdade e cidadania vivenciadas ainda que em um contexto escravocrata, todavia, essas ações somente se deram graças as estratégias utilizadas pelos antepassados desses sujeitos.

Tanto o nome quanto o sobrenome adotado por doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior provinham de sua origem paterna, seu avô. O alfaiate carioca Apolinario Nunes Garcia era filho de uma “crioula da Guine”, Ana Correa do Desterro (MATTOS, 1999, p. 21), escrava do padre Pedro Nunes Garcia. Naquele contexto colonial, as “crioulas” podiam ser consideradas aquelas mulheres nascidas no âmbito da sociedade colonial, assim como, o termo podia designar pretas, pardas ou escravas de determinado proprietário. Essas pessoas, dentro de suas possibilidades, conseguiam se associar a partir de seus grupos étnicos por meio de irmandades religiosas, associações, candomblé, congadas, reisados ou até mesmo nas vendas de quitutes, por meio de uma rede

associativa que acabava por, muitas vezes, proporcionar uma rede de solidariedade com grupos originários no continente Africano.

É importante destacarmos que em boa parte do processo colonial prevaleceu a atuação dos povos originários dessa região<sup>57</sup>. Ambas as avós do doutor Nunes Garcia foram mulheres de origem guineense. Segundo Lopes (2008), ainda na primeira metade do século XVIII, houve uma diminuição acentuada de guines no Rio de Janeiro em outras regiões do país. Entre 1718 até 1751 o percentual de guines caiu de 19, 25% para 2,24% enquanto os angolas subiram de 2,35% para 15% no mesmo período.<sup>58</sup>

Ana Correa do Desterro foi batizada na igreja de Nossa Senhora da Apresentação, na freguesia de Irajá, nas cercanias da corte carioca.<sup>59</sup> Conforme veremos, a escravizada fez parte do rol dos muitos escravos da propriedade do padre Pedro Nunes Garcia. Esse religioso, feito padre ao fim da vida, foi proprietário de engenho na região da Ilha do Governador, fato que, provavelmente, possibilitou futuramente pavimentar as relações tanto do alfaiate Apolinário José Nunes Garcia, “homem de cor” liberto, e de seu filho, o futuro padre José Mauricio Nunes Garcia.

É fundamental destacar a importância de Pedro Nunes Garcia no contexto do Rio de Janeiro colonial como proprietário de engenho de açúcar na freguesia da Ilha do Governador<sup>60</sup> cercado por um elevado número de escravizados em sua propriedade. Era um homem de posses. Além disso, podemos prospectar na importância econômica e escravocrata desse sujeito naquele contexto – afora ser dono de um engenho e ter tido diversos filhos. Ao fim da vida, Pedro Nunes Garcia fez votos religiosos e assumiu o sacerdócio e a religiosidade como opção de vida.

O Rio de Janeiro colonial caracterizou-se como uma virada econômica nas estruturas do império português por conta da economia açucareira. Antes de tudo, é importante destacar que o Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XVII, já era conhecido como produtor de aguardente e farinha de mandioca e uma das maiores urbes escravistas do mundo. Esses produtos, de certa forma, justificavam a aquisição e

---

<sup>57</sup> Orientação Marta Abreu

<sup>58</sup>Fonte: Lopes Gustavo Accioli. Negro da Costa da Mina e o comércio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos em Pernambuco (tese de doutorado) Programa de Pós Graduação em história econômica, USP (2008)

<sup>59</sup> O termo “crioula de Guiné” pode referir-se a questões geográficas, assim como, propriedade na diáspora brasileira.

<sup>60</sup>Inhaúma/Ilha do Governador, área que compreende todas as terras que se estendem do litoral da baía ao divisor de águas do maciço da Tijuca, estendendo-se, grosso modo, desde o rio Faria, limite aproximado das antigas terras jesuíticas “de Iguaçú”, aos atuais bairros da Penha, Vila da Penha e Cascadura, assim como a fronteira ilha do Governador. Fonte: [Um quebra cabeça \(quase\) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII \(ub.edu\)](#). Acesso em: 19 de agosto de 2021

manutenção de africanos como escravizados visando gerar maiores lucros com uma mão de obra escrava. A cidade se desenvolveu rapidamente em diferentes aspectos urbanos. Conforme nos lembra Santos (2012), tanto o Rio de Janeiro, quanto Havana, em Cuba, foram cidades que assumiram um importante lugar no reordenamento do império ibérico tornando-se lugares relevantes, onde foi naturalizado o funcionamento do cativo e a alta concentração de Africanos nas duas cidades. Todavia, o Rio de Janeiro tornou-se um ponto fundamental para o desenvolvimento do cenário econômico da metrópole.

Conforme nos lembram Fragoso e Florentino (2001), o Rio de Janeiro fez parte de uma “integração ao sistema atlântico português” que gerou grandes fortunas para Portugal. Nesse sentido, o Rio colonial foi beneficiado graças à desorganização no Nordeste, devido às invasões holandesas e a crise econômica na Europa, que possibilitou um aumento no fluxo da produção açucareira fluminense, entretanto, essa importância do Rio de Janeiro, no período colonial, esteve diretamente ligada a um aumento significativo na mão de obra escrava. Florentino (2005b) avança nos indicando como o sistema escravocrata atuava no modo de vida da colônia de forma sistêmica. No período de 1789 até 1808, uma média de 60% dos senhores de engenho no Rio de Janeiro possuía uma média de mais ou menos dez cativos. Esse fluxo já vinha se aquecendo nos anos anteriores a chegada da família imperial quando os portos coloniais receberam milhares de pessoas africanas escravizadas. Estas correspondiam à boa parte da economia açucareira e podem refletir o lugar ocupado pelo padre Pedro Nunes Garcia naquele contexto colonial<sup>61</sup>.

O Rio de Janeiro era formado por uma elite senhorial composta por comerciantes, pecuaristas, religiosos e outros que estavam ligadas também a esfera pública e, por conseguinte, ao poder local. Essa elite carioca, que João Fragoso (2000) definiu como “uma nobreza na república”, com base no mundo político e econômico de então, compunha uma pequena elite, administrada por poucos, mas custeada por todos<sup>62</sup>. É relevante destacar a importância de Pedro Nunes Garcia nesse contexto com plenos poderes na nobreza local<sup>63</sup>. É plausível que o fato da escravizada Ana Correa incorporar

---

<sup>61</sup>Em costas negras: Um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro, c.1790 - c.1830, MANOLO, Florentino, 2005b

<sup>62</sup> Fonte: [FRAGOSO, J. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro \(séculos XVI e XVII\) A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro \(séculos XVI e XVII\)](#). Fonte: <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001002> Acesso em 20 de agosto de 2021

<sup>63</sup> Ver Mattos (1999)

o sobrenome de seu patrão “Nunes Garcia” ao nome do filho Apolinário, “Nunes Garcia”, certamente possibilitou pavimentar as futuras relações de seus descendentes<sup>64</sup>.

Em seus apontamentos, o médico traz desconexas informações relativas à profissão e ao local de nascimento do avô, Apolinário Nunes Garcia, afirmando que era “mestre de campo – nascido na cidade de Campos de Goitacazes” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 10). Essa informação pode ser atualmente melhor problematizada, na medida em que a atividade de “mestre de campo” poderia designar diversos trabalhos remunerados para um sujeito liberto como era o caso dele.

A informação sobre o nascimento de Apolinário na cidade de Campos também pode ser desconstruída na medida em que o próprio processo de *genere* nos informa que Apolinario nasceu na Ilha do Governador, era “pardo forro” e batizado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda. O processo de *genere* foi uma prática antiquíssima adotada em todo período colonial. Era um inquérito que investigava todo o passado do candidato ao sacerdócio ou cargos de comando na colônia. Buscava-se colher informações relativas às origens materna e paterna do candidato, sua reputação, convocava-se testemunhas em razão do candidato possuir o tal “defeito de cor”

Durante o período colonial até 1822, o Brasil adotou a criminalização do negro como política de Estado. Qualquer negro ou descendente de escravizado que quisesse assumir cargo religioso, militar ou como funcionário do Estado, deveria apresentar ao Rei um pedido de dispensa do “defeito de cor”. O padre José Mauricio Nunes Garcia ao solicitar permissão da Igreja Católica para assumir seus votos religiosos apresentou tal requerimento que apresento um trecho abaixo. É importante frisar que, a partir de 1822, com a nova constituição do Brasil, essa dispensa é eliminada em virtude do artigo 179 da Constituição do Império que afirmava ser todo cidadão brasileiro livre, ainda que incongruente era mantido o sistema escravocrata. Ou seja, a mobilidade social de alguns negros foi tolerada tanto na Colônia como no Império, a partir das negociações com o discurso racial vigente. Contudo, a partir de 1822, a descriminalização da dispensa do defeito de cor e a liberdade cidadã do artigo 179 possibilitaram novas estratégias para que determinados homens “de cor”, se movimentassem socialmente<sup>65</sup>. Em 1791, aos 24

---

64Trajetórias de clérigos de cor na América Portuguesa: catolicismo, hierarquias e mobilidade social | Machado de Olivera | Andes. Antropología e História (unsa.edu.ar). acesso em 30 de setembro de 2021.

65 Fonte: CAMILO, Vandelir. Homem de cor: as performatividades de um “mulato” frente ao racismo Doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior (1808-1884). *Revista de Pesquisa Histórica Clio*. Programa de Pós-graduação em História Universidade Federal de Pernambuco Fonte: 244857-181421-1-PB (11).pdf. Acesso em 4 de outubro de 2021.

anos de idade, o futuro Padre José Mauricio, encaminhou sua petição de dispensa do defeito de cor ao deão da Sé representante da Igreja Católica: “Diz Jose Mauricio Nunes Garcia ( . ) que ele para ser dispensado da cor e merecer de Vossa Excelência a dispensa quer justificar que ele é filho de pardos, filhos de pretos, os quais deram boa educação ao justificante... que o justificante não desmerece essa graça, por não estar incurso em alguma irregularidade que não o defeito de cor. espera o suplicante na misericórdia do senhor possa bem aproveitar. fazendo bons serviços no estado sacerdotal. (MATTOS, 1997, p.41)

Finalmente, a história de Vitória Maria, mãe do padre José Mauricio, e avó do doutor Nunes Garcia Junior, não difere muito dos acontecimentos relativos ao esposo Apolinário. Ainda que Vitória Maria tenha nascido na região de Minas Gerais, em pleno ciclo do ouro, e posteriormente se transferindo para a cidade do Rio de Janeiro, a região de Minas Gerais e os entornos da cidade de Vila Rica estão diretamente ligados a ancestralidade mineira do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior.

A partir de fins do século XVIII, com a descoberta de ouro na região de Minas Gerais houve um forte fluxo de portugueses para a região, acompanhados da presença forçada de Africanos como escravizados. Estima-se que milhares de pessoas tenham se transferido para terras mineiras gerando o dobro de habitantes em curto espaço de tempo. Consta que de uma população de trezentos mil habitantes, em 1690, as Minas Gerais tenham alcançado três mil habitantes no auge do ciclo do ouro em fins do século XVIII (STUMPF, 2017). Durante o apogeu, diversas vilas e freguesias foram fundadas com seus templos e suas irmandades religiosas católicas. A ocupação e socialização do território deram-se graças ao trabalho de negros e negras, cativos ou libertos, alguns de origem “mina” que habitaram toda vasta região de Minas Gerais. Essas “minas” tinham tradição no trabalho de mineração e fundição dos metais encontrados. No período citado foi enviado a Portugal mais de oitocentas toneladas de ouro extraídas das Minas Gerais. É importante destacar que foi em Minas Gerais, a partir de um forte fluxo emigratório de portugueses e africanos diaspóricos para o Brasil, que foi gerado uma alta concentração nessa região.

Em 1711 foi fundada a capital a cidade de Vila Rica, principal ponto da região que chegou a contar com quarenta mil habitantes, em 1730, sendo boa parcela formada por escravizados. A região de Minas Gerais foi sem sombra de dúvida a maior

importadora de escravizados durante boa parte do século XIX<sup>66</sup>. Nesse sentido, com um crescimento vertiginoso de pessoas de outras regiões do Brasil, um número exacerbado de escravizados provocou o rápido surgimento de diversas freguesias e vilas nas proximidades de Vila Rica como é o caso de Cachoeira do Campo.

Os primeiros registros relativos ao surgimento de Cachoeira do Campo dão conta de que a localidade foi elevada a paróquia no ano de 1724. Ainda que tivesse uma proximidade com Vila Rica que, naquele momento, vivia o apogeu da extração mineral, a localidade de Cachoeira do Campo, ao contrário, surgia como um empório de provimento da região mineradora. Suas principais atividades se concentravam no trabalho agrícola.<sup>67</sup> Em 1831, a população das Minas Gerais já era estimada em um milhão quatrocentos e setenta e seis habitantes contando com uma população de trezentos e dez escravizados. Em recentes estudos, Fonseca (2015) analisa que em fins do século XVIII a localidade de Cachoeira possuía um elevado percentual de crianças negras, matriculadas em escola pública elementar, em detrimento ao número de crianças brancas, o que pode ser reflexo, não somente da forte presença afro-brasileira na região, assim como, suas estratégias e associativismos em busca de educação, direitos e cidadania.

Ainda em princípios do século XVIII, o intenso ciclo do ouro e o surgimento de diversas microrregiões possibilitou o surgimento de mais vilas e freguesias em Minas Gerais, com seus templos, e suas capelas próprias como as igrejas de Nossa senhora da Boa Viagem e a capela de São Gonçalo do Monte em Cachoeira do Campo.

Em São Gonçalo do Monte, o senhor Simão Gonçalves foi proprietário de diversos escravizados, dentre os quais, uma Joana Gonçalves, segundo testemunhas, uma “crioula da Guiné”<sup>68</sup>. Isso é o que declarou os que lhe conheceram para o processo de *genere*<sup>69</sup> do futuro padre José Mauricio Nunes Garcia para seu ingresso na Igreja Católica, em 1791. Dessa forma, foi requerido pelo Deão do Rio de Janeiro que o vigário Manuel José de Oliveira, a partir dos livros da igreja de Cachoeira do Campo, apresentasse informações para abertura do tal processo de *genere* instaurado e que pudesse apresentar informações relativas à origem materna do futuro padre José Mauricio. O vigário de Cachoeira do Campo declarou ter tido contato com uma “Joana Mina” mãe de uma menina e, ambas, escravas de Simão Gonçalves. Fato é que essa “mina” reconhecida

---

<sup>66</sup> Ver: SLENES (1988); [Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX | Estudos Econômicos \(São Paulo\) \(usp.br\)](#)

<sup>67</sup> Ver LEMOS, (1999)

<sup>68</sup> MATTOS, (1999)

<sup>69</sup> idem

como Joanna Gonçalves, deu à luz a uma filha, em 10 de maio de 1739, batizada em Cachoeira do Campo, e constando em registro como “Vitoria, filha de Joanna, escrava de Barbosa Gonçalves: foram padrinhos José Mendes e Manoel Pereira Chaves, ambos de Itabira”<sup>70</sup>. Essa menina mais tarde era reconhecida como, Vitória Maria da Cruz, filha de Joana Mina e foi a mãe do padre José Mauricio Nunes Garcia e a avó do médico, sendo uma figura fundamental em sua trajetória conforme veremos.

Ainda que somente em fins do século XVIII tenha ocorrido o declínio do ciclo do ouro nas regiões de Minas Gerais, provocando um intenso processo migratório para outras regiões como o centro sul e norte de capitânicas como do Rio de Janeiro, em 1791, foi solicitado que outras testemunhas fossem consultadas para o processo de *genere*. Esse documento apresenta informações bastante esparsas, mas, contundentes, ao nos informar que a menina Vitoria Maria, filha de Joana “Mina” contando com dez anos de idade, foi afastada da mãe e teria viajado em “poder” (MATTOS, 1999) de Barbosa Gonçalves, sem maiores detalhe de destino<sup>71</sup>.

Todavia, graças ao mesmo processo de *genere* ficamos sabendo de forma extremamente ambígua que Vitoria Maria, anos mais tarde, já habitava no interior do Rio de Janeiro. A jovem Vitória Maria da Cruz já era por essa época, com menos de vinte e três anos, viúva, em primeiras núpcias do tenente Raimundo Pereira de Abreu<sup>72</sup>. Foi dessa união que Vitória herdou umas terras na região de Mucuri que ficavam nas proximidades de São José do Imbasay na Freguesia de Maricá, terras essas que Raimundo adquiriu ainda solteiro e que foram herdadas pelo padre José Mauricio e doadas “irmãmente” para os cinco filhos, segundo o médico- “Não obstante, havia ele doado irmãmente a todos uma data de terras de 200 braças de frente com meia légua de fundos, toda de matos de pau Brasil, que possuía em Maricá no lugar denominado Ubatiba” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 58). Por fim, são poucas as informações relativas à história de vida de Vitoria Maria nos seus primeiros anos, seja na região de Vila Rica ou o primeiro casamento nas proximidades da cidade de Maricá. Sabemos que tinha uma irmã e ambas se transferiram para a corte carioca onde Vitoria Maria conheceu Apolinário Nunes Garcia e posteriormente se casaram.

O casamento entre Apolinario Nunes Garcia e Vitoria Maria foi em 1762, na Igreja de Santa Rita, constando que ela contava com vinte e seis anos, sendo Apolinário um

---

<sup>70</sup> idem

<sup>71</sup> MATTOS, (1999)

<sup>72</sup> MATTOS, (1999, p. 206)

pouco mais novo. Esse templo, construído na segunda metade do século XVIII, se localizava na época nas cercanias da cidade. A igreja, logo transformada em paróquia, foi elevada a matriz anos depois e sua confraria transformada em irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Rita. Por volta de 1741, a igreja passou a ter um cemitério de pretos novos quando africanos recém-chegados e que não resistiam à travessia eram ali sepultados como animais fossem a *flor da terra* (PEREIRA, 2011). Esse cemitério funcionou até a segunda metade do século XVIII, quando foi transferido para a região da praia da Gamboa, no Valongo. Além disso, o templo acabou servindo para atender interesses de senhores de escravo que utilizavam a igreja para batizar, casar e converter africanos recém-chegados à terra. Na segunda metade do século XVIII, a igreja de Santa Rita foi palco da união entre Apolinário Nunes Garcia e Vitória Maria da Cruz, pais do padre José Mauricio e avós paternos do doutor Nunes Garcia Junior.

O jovem casal se mantinha financeiramente graças aos serviços de Apolinário como alfaiate, sendo bastante reconhecido nesse mister, segundo depoimentos da época, e, provavelmente dos serviços de Vitória Maria e de sua irmã. Após os cinco anos de união, tiveram o primeiro filho, nascido no dia de São Mauricio, em vinte e dois de setembro de 1767, em um imóvel localizado nas adjacências da rua da Vala, nas proximidades da igreja do Rosário. O futuro padre José Mauricio Nunes Garcia foi então registrado no livro de batismo de pessoas livres da Catedral da cidade.

Além disso, é fundamental destacar as relações raciais negra da família Nunes Garcia com o contexto dos oitocentos - o casamento dos pais na igreja de Santa Rita, o nascimento do primeiro filho e futuro padre José Mauricio na região da Vala, proximidades do Valongo, região marcada por forte presença negra. Destaca-se, ainda, a atuação do padre José Mauricio Nunes Garcia como aprendiz e, em seguida, regente e compositor, justamente, na irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito, nos instigando a refletir sobre os possíveis e ausentes debates étnico-raciais no que se refere à origem racial do padre José Mauricio e, por conseguinte, do filho médico e seus efeitos no contexto escravocrata dos oitocentos. Ainda que o doutor Nunes Garcia Junior não cite os nomes dos ascendentes escravizados, em seus apontamentos biográficos, ele nos informa que os avós paternos, Apolinário Nunes Garcia e Vitória Maria da Cruz eram “ambos mulatos claros e de cabelos finos e soltos como os de muita gente que se diz branca e que só por isso julgou poder esmagar-me” (GARCIA JUNIOR, 1860, p.4)

É provável que Vitoria Maria mantivesse uma rede de contatos entre pessoas de “cor” naquele contexto desde os tempos de Minas Gerais. Importante destacar que diferentes pesquisas já vêm analisando o associativismo negro nos oitocentos por meio de irmandades religiosas, grêmios, jornais e o próprio meio musical. De certo modo, esses espaços funcionavam como parte de um agrupamento no qual um mesmo grupo não somente se identificava e estabeleciam diálogos e práticas sociais, mas, além disso, esses associativismos funcionavam muitas vezes como meio de se forjar práticas sociais e de solidariedades por meio do apoio mútuo em reinvenções de vidas em um contexto escravocrata e adverso<sup>73</sup>.

É certo que as próprias redes mantidas por Vitoria Maria e Apolinário José Nunes Garcia foram facilitadoras para o cumprimento de todas as exigências do burocrático processo de *genere* do padre José Mauricio Nunes Garcia, para tornar-se padre, ainda que sendo um homem de “cor” e sem posses ou fortunas naquele contexto. Dois nomes merecem ser destacados nesse processo. O professor de música de Minas Gerais que já algum tempo habitava a corte carioca, Salvador José de Almeida Faria, músico mineiro, co-conterrâneo de Vitoria Maria e que se instalara na Corte carioca como professor de música. Além desse, o comendador Tomas Gonçalves foi um poderoso protetor do futuro padre. Foi ele que doou um imóvel na rua das Marrecas para o patrimônio do padre José Mauricio cumprir exigência dos futuros sacerdotes terem posses financeiras. Ambos foram importantes testemunhas no tal processo. Após a morte do alfaiate Apolinário em 1774, com o filho contando com sete anos de idade, a mãe, Vitoria Maria, encaminhou o filho José Mauricio para Escola de Música do velho compositor das Minas Gerais Salvador José de Almeida. Ele foi um “homem de cor” nascido nas proximidades de Cachoeira do Campo. É plausível que ambos mantivessem proximidades dentro de uma rede de contatos mútuos, fato é que Salvador José era considerado um dos maiores compositores no período, intelectual atuante, possuía uma biblioteca vasta e foi também fabricante de instrumento, tendo, sem sombra de dúvida, importante participação na trajetória do futuro padre José Mauricio<sup>74</sup>.

Feito clérigo em três de março de 1792, o jovem sacerdote, José Mauricio Nunes Garcia atuou como padre e compositor no Rio de Janeiro colonial. Em 1798, recebeu

---

<sup>73</sup> DOMINGUES, Petronio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). Revista Brasileira de História, vol. 34, n 67.

<sup>74</sup> Fonte: [Folha de S.Paulo - Autor revela formação de compositor - 2/11/1997 \(uol.com.br\)](http://www.uol.com.br). Acesso em 4 de outubro de 2021.

licença pra pregar e foi indicado como regente e mestre de capela na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e, posteriormente, na Igreja de São Pedro dos Clérigos, templo devotado aos sacerdotes idosos e que abrigava a irmandade de Santa Cecília<sup>75</sup>. Esta agremiação religiosa tinha como função resguardar direitos e deveres dos músicos intérpretes.

De fato, José Mauricio já desde muito jovem gozava de prestígio no Rio de Janeiro, antes mesmo da chegada da família imperial, quer como compositor e organista, quer como mestre de capela e regente ao participar como membro da inauguração da irmandade de Santa Cecília. Essa agremiação agregava os músicos profissionais da cidade e ordenava o funcionamento da produção musical da urbe é indicativo do lugar que o padre José Mauricio ocupava<sup>76</sup>. Por fim, de 1808 a 1813, foi indicado a mestre de capela imperial com a chegada de dom João VI.

No período de 1807 ao menos até 1813, o padre José Mauricio coabitou com a jovem Severiana Rosa de Castro que contava com seus dezoito anos. Dessa união tiveram cinco filhos, entretanto, é possível que José Mauricio Nunes Garcia tenha tido outros filhos de uniões instáveis anteriormente<sup>77</sup>. Podemos prospectar que toda a formação intelectual do padre como pregador, sua presença constante como regente em diversos eventos públicos e religiosos na cidade, no porte de um homem de seus trinta e nove anos, tenha encantado a jovem Severiana. Fato é que nesse período, produziram os filhos: Apolinário José, nascido em 1807. O futuro médico doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior nascido em 10 de dezembro de 1808. As filhas, Josefina de (1810-1891), e Panfilia de (1811-ca.1850), e finalmente, o futuro jornalista e abolicionista, Antônio José Nunes Garcia (1813-1894)<sup>78</sup>.

Por outro lado, a mãe do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, senhora Severiana Rodrigues Martins nascida em 1798, uma “parda livre e desimpedida”, segundo o filho, em seus apontamentos biográficos, ainda vivia em um sobrado no bairro

---

<sup>75</sup> É plausível que padre José Mauricio Nunes Garcia, além de regente e compositor, tenha alcançado prestígio também como pregador, muitas vezes contratado por diferentes irmandades religiosas. O frontispício do álbum de musica “mauricinas” composto por doutor Nunes Garcia Junior em homenagem ao pai, traz informações de missas compostas pelo padre José Mauricio e de sermões de sua autoria que infelizmente se perderam, destacamos: sermão das dores, da penitencia, dos santos inocentes, das lágrimas e de pentecostes. Fonte: [mas392457.pdf \(bn.br\)](#). Acesso em 5 de outubro de 2021.

<sup>76</sup>Fonte: ABREU, Dariana Nogueira de. Música, ofício e devoção: a irmandade de Santa Cecília no Rio de Janeiro do século XVIII. 2011. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)–Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2011.

<sup>77</sup> Ver Mattos (1999); Jornal do Comercio

<sup>78</sup> Camilo (2020)

de Laranjeiras até o ano de 1878 quando morreu por volta dos seus noventa anos<sup>79</sup>. Severiana era “filha natural de João de Castro Moreira – homem branco, filho do Porto, com Andreza Maria da Piedade – mulher da raça *quarteron* do naturalista Viny, isto é, nascida de mulato com negra, ambos livres e batizados na freguesia de Santa Rita desta corte” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 10), conforme nos informa Nunes Garcia em seus apontamentos.

A minha mãe a senhora Dona Severina Roza Martins, hoje viúva de Antônio Rodrigues Martins e então Severina Rosa de Castro<sup>ii</sup>, parda livre e desimpedida, filha natural de João de Castro Moreira - homem branco, filho do Porto com Andreza Maria da Piedade – mulher da raça *quarteron* do naturalista Viny, isto é, nascida de mulato com negra, ambos livres e batizados na freguesia de Santa Rita desta Corte. (GARCIA JUNIOR, 1860, p.4)

É plausível que a avó materna do médico, Andreza Maria da Piedade, fosse uma escravizada do português João de Castro Moreira. Além da filha Severiana, outra filha de Andreza com João de Castro é registrada nos apontamentos biográficos como Felizarda Moreira de Castro. Não nos foi possível localizar informações relativas ao naturalista Viny, entretanto, os debates vividos por doutor Nunes Garcia se aproximavam constantemente dos ideais miscigenadores da época.

Segundo doutor Nunes Garcia Junior, após os anos de relação concubinada com o padre José Mauricio e os cinco filhos gerados, sua mãe, Severiana Rosa de Castro se casou posteriormente com o comerciante, ourives, Antônio Rodrigues Martins, morto em 1849<sup>80</sup>, com quem teve outro filho, o médico doutor Severiano Rodrigues Martins, nascido em 1820. José Mauricio e a mãe Severiana mantiveram uma relação bastante distanciada quando o padre José Mauricio ainda era vivo, contudo, se aproximaram e mantiveram estreitos laços até a morte dela<sup>81</sup>. Além disso, Nunes Garcia Junior foi um grande incentivador na carreira do meio-irmão médico doutor Severiano Rodrigues Martins.

Estranha sina de Severiana Rodrigues Martins, neta de escravizadas, filha de uma liberta, com um português, mãe dos cinco filhos do padre José Mauricio Nunes Garcia.

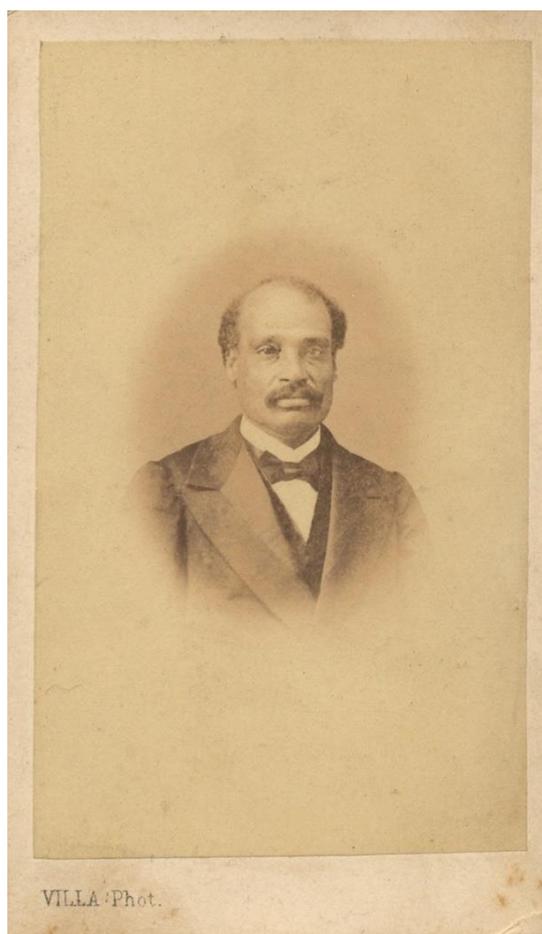
<sup>79</sup> Fonte: *Jornal do Comercio*, 1878

<sup>80</sup> *Jornal do Comércio*, 1849

<sup>81</sup> A Solidão da noite é uma canção para voz e piano, dedicado a minha mãe Senhora Dona Severiana Roza Martins. Essa composição do doutor Nunes Garcia Junior não consta data, mas é plausível que seja após o casamento de Severiana com o comerciante Antonio Rodrigues Martins. Fonte: [A Solidão da noite! : romance dedicado A minha Mãe e Srna. D. Severianna Roza Martins \(bn.gov.br\)](#). Acesso em 4 de outubro de 2021.

Apesar de tudo, pôde assistir a ascensão profissional dos filhos médicos, os doutores Severiano Rodrigues Martins e José Mauricio Nunes Garcia Junior, além do escritor, jornalista e abolicionista, Antônio José Nunes Garcia que gozava de grande reputação entre abolicionistas como Luiz da Gama em fins do século XIX<sup>82</sup>. Viúva, carregando o segredo da relação concubinada durante toda a vida, Severiana viveu até os seus noventa anos em um imóvel herdado do casamento com o comerciante Antônio Rodrigues Martins na rua Ipiranga no bairro de Laranjeiras.

**Imagem 03: doutor Severiano Rodrigues Martins**



**Fonte: IHGB**

Retornando às questões que se interligam frente à paternidade do padre José Mauricio, embora fosse vista como uma questão vergonhosa para todos os integrantes dessa família, temos dados suficientes para entender que as redes e o posterior letramento dos familiares Nunes Garcia fosse uma regra entre os espaços de liberdade de negros e

---

<sup>82</sup> idem

negras na cidade do Rio de Janeiro em boa parte do século XIX<sup>83</sup>. Ainda que possamos nos valer de informações preciosas que indicam a movimentação e a formação intelectual de negros e mulatos nos séculos XVIII e XIX (PINTO, 2018; GRINBERG, 2002; GODOI, 2016; AZEVEDO, 2005) que receberam instrução e desempenharam relevantes funções na diáspora negra brasileira, é importante destacarmos que essas redes funcionaram como estratégias em que esses homens e mulheres recorriam para o alcance de suas cidadanias.

Para além disso, os historiadores do tema relacionados a intelectualidade e racismo (PINTO, 2018; CHALOUB 1999, GRINBERG, 2002) já vêm observando como a formação intelectual e o letramento de sujeitos negros, no século XIX, funcionaria como estratégias postas graças a um amplo movimento associativo entre negros e negras, mulatos e pardos na busca por seus direitos como cidadãos e assim poderem interferir nos rumos políticos da nação (PINTO, 2018).

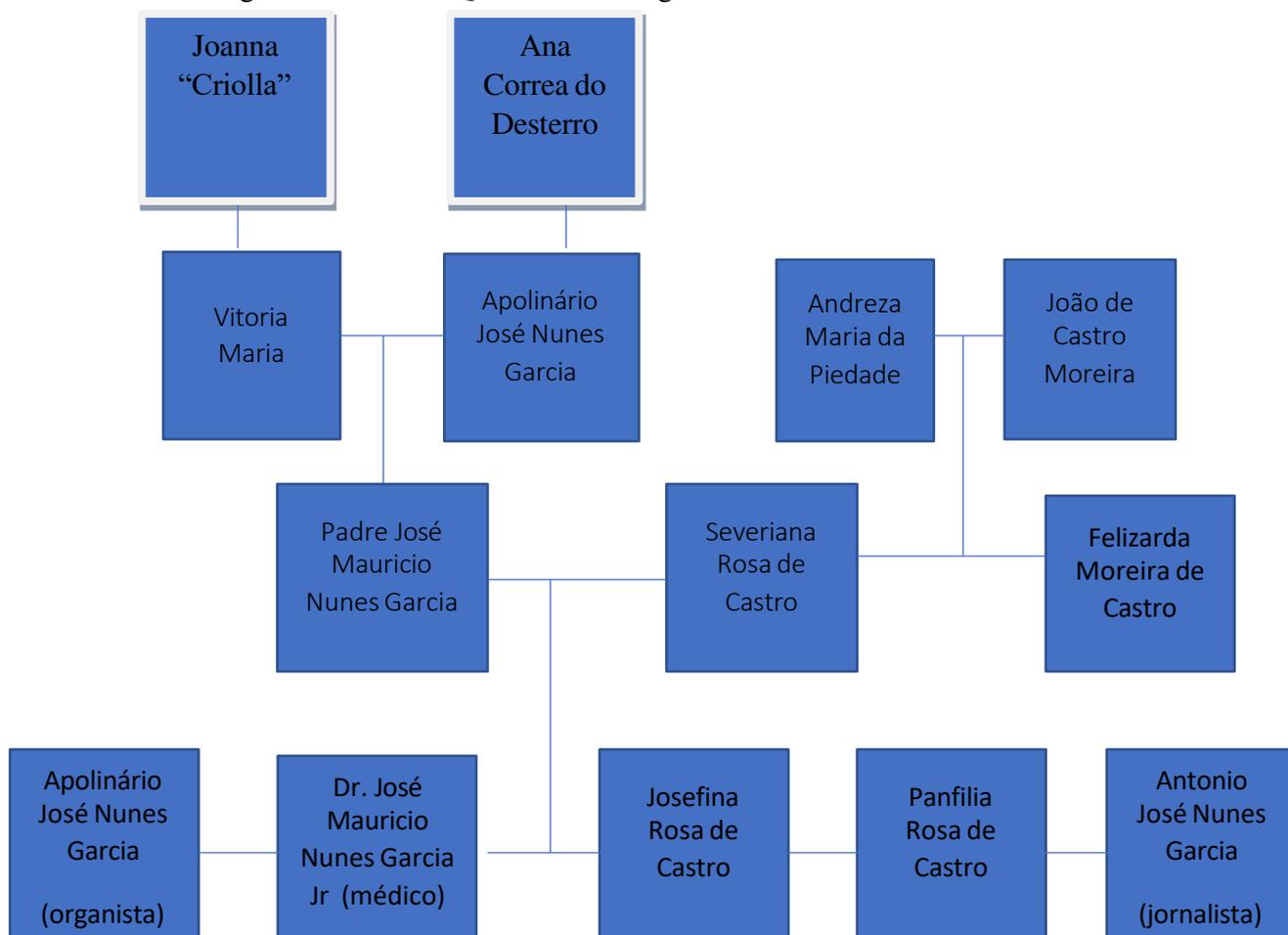
Finalmente, é fundamental destacarmos a rápida ascensão social da família Nunes Garcia naquele contexto sem sombra de dúvida beneficiada pela capacidade dessas pessoas em se manter redes de contato e ajuda mútua. De fato, uma rápida olhada na genealogia dessa família, conforme o quadro abaixo, nos mostra que em um breve período de tempo (cem anos) os Nunes Garcia conseguiram, não somente se distanciarem do cativo, assim como, alcançarem espaços não ocupados por pessoas não brancas até então, ainda que em um contexto escravocrata.

A genealogia da família Nunes Garcia é um bom exemplo para finalizarmos essa seção. Se, em 1739, Vitória Maria, mãe do padre José Mauricio Nunes Garcia, conforme vimos, nasceu na Freguesia de Cachoeira do Campo como “escravizada” sob o “poder” da família de Simão Barbosa. Por outro lado, exatamente cem anos depois, ou seja, em 1839, o neto de Vitória Maria e bisneto de Joanna “criolla”, doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior era aprovado como professor catedrático na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por tese defendida no mesmo ano, caso que em cem anos pessoas de “cor” vivenciaram eventos tão próximos, e tão distantes do cativo, na medida em que esses sujeitos buscavam de todas as formas exercer suas liberdades e cidadanias ainda que tão próximos a vida cativa.

---

<sup>83</sup> Ver Pinto (2018)

Figura 6 – Título: Quadro Genealógico família Nunes Garcia



Fonte: (MATTOS, 1999)

## 2.2 O aprendiz de cidadão e livre

Em suas narrativas, o doutor Nunes Garcia Junior é extremamente detalhista ao referir-se sobre sua infância e juventude. Essa fase constituiu um importante momento de seu constructo individual na medida em que o pai, padre José Mauricio, investia na formação intelectual e moral dos filhos a partir das suas relações pessoais – “Religiosamente educado pelo lado moral, de que meu pai não se descuidou, eu o tive por preceptor e com mais afinco, desde que Nosso Dom João VI retirou-se para Portugal, quando ele ficou então mais caseiro e sossegado ou descansado” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 8). Entretanto, um pouco mais a frente, o futuro médico alista a influência do pai na Corte, e os fatos relativos a sua cor de pele, por conta dos acontecimentos pós-independência brasileira, quando o futuro doutor Nunes Garcia Junior, contando com seus

quinze anos de idade, nos narra sua primeira experiência com o pai frente aos debates racistas de então: “em 1823 [...] sem saber muito ao que me dedicasse, pois que pretendendo meu pai arranjar-me no tesouro público como praticante, eu pedi-lhe que não, para não ser lá sempre o último...! Já nesse tempo previvia eu o que tive de vir a sofrer, tão atrozmente, por ser mulato (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 5, *grifos do autor*.)

É fundamental destacarmos as experiências desse médico com as questões relacionados a cor e a sua constituição pessoal como cidadão, não-branco e livre no contexto dos oitocentos. A constituição de 1824, promulgada quando doutor Nunes Garcia Junior contava com dezesseis anos de idade, definia o que era um cidadão brasileiro, naquele contexto, não os diferenciando pela “cor de pele” e sim por questões de nacionalidade, sendo considerado cidadão brasileiro os nascidos no País, ainda que escravizados, livres ou libertos e excluindo os Africanos. Nesse sentido, a forma com que o doutor Nunes Garcia Junior lidava com suas subjetividades relacionadas a sua cor e a sua cidadania dava-se de forma ambígua, contudo, ele se via um cidadão de fato a partir da constituição de 1824 “cauteloso e reservado como cidadão, servi a pátria sempre que me chamou as armas, muito antes de convencer-me que a não tinha, por burla foi e é, para nós outros, o artigo 179 da constituição do império em que nasci. (GARCIA JUNIOR, 1860, p.74, *grifos do autor*). Doutor Nunes Garcia Junior se apresentava, antes de tudo, como um brasileiro, cidadão, livre e patriótico, segundo ele, e com todos os seus direitos garantidos. De fato, essas garantias e estratégias recorridas por esses homens “de cor” foram pouco a pouco, tornando-se dificultosa a essas pessoas na medida em que a sociedade via com cada vez mais conservadorismo essa ascensão social desses homens “de cor”.

Gomes (2003), a questão entre raça e política foi um debate presente na sociedade oitocentista brasileira. Por um lado, pessoas negras livres ou libertas, pardas e “mulatas” brasileiras colocavam em discussão questões como cidadania, cultura política, e direitos dessas pessoas “de cor”. Viana (2007) nos lembra que nesse período era dado às pessoas mestiços ou negras um acesso controlado para suas mobilidades sociais em um meio extremamente hierarquizado racialmente, todavia, ela nos lembra que a categoria “mulato”, no contexto brasileiro, tinha peculiaridades frente à cidadania e à liberdade dessas pessoas que buscavam se distanciar da experiência do cativo vivenciada por seus antepassados.

Após a morte da avó, Vitoria Maria da Cruz, em 1816, nosso personagem contava com oito anos de idade e a partir de então começou a receber formação intelectual do pai:

“entregue desde então a mim mesmo, aprendi primeiras letras com meu pai (que também me ensinou o italiano, geografia, lógica e retórica – pelas mesmas apostilhas do tempo que ele estudara com os professores Alvarenga e Dom Goulão, a que substituirá por vezes) (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 3). Essa informação é plausível, sobretudo quando observamos a formação intelectual do pai padre José Mauricio Nunes Garcia no período de 1802 até 1804, quando participou das aulas de retórica com Manoel da Silva Alvarenga<sup>84</sup> e certamente manteve-se próximo da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Tal entidade, de caráter intelectual, funcionou nas duas últimas décadas do século XVIII, composta por intelectuais, poetas, escritores e médicos tinha como objetivo debater temas políticos, filosóficos recém-chegados da Europa e que teve um dos fundadores o professor e poeta Manoel da Silva Alvarenga<sup>85</sup>. Para além disso, as historiadoras e os historiadores do tema relacionados a intelectualidade e racismo (PINTO, 2018; CHALOUB 1999, GRINBERG, 2002) já vêm observando como a formação intelectual e o letramento de pessoas negras, no século XIX, funcionaria como estratégias postas graças a um amplo movimento associativo entre negros e negras, mulatos e pardos na busca por seus direitos como cidadãos e assim poderem interferir nos rumos políticos da nação (PINTO, 2018).

Os dados são suficientes para analisarmos como o letramento dos filhos do padre José Mauricio foi uma regra dentro dos espaços de liberdade no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX. O futuro médico avança nos informando sobre sua formação intelectual graças a seu ingresso como aluno no Seminário de São José, provavelmente por influência do pai, narrando que “em 1817 entrei no estudo [d]e latinidade, ouvindo lição do pe. M. Luís Antonio...” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 3). A importância de uma formação intelectual, naquele contexto, em um país de tantas pessoas analfabetas por si só já colocava as filhas e os filhos do padre José Mauricio em um patamar a frente de boa parte da sociedade brasileira de então. De fato, a Igreja Católica e, por conseguinte, seus seminários se faziam presentes em diferentes camadas da vida social de uma colônia tão dependente da metrópole e na formação intelectual de seus membros. Em Serbin (2000), a Igreja Católica se fazia presente não somente como aparato religioso e jurídico, mas como um campo de possibilidades e estratégias de

---

<sup>84</sup> MATTOS, (1997); Kuri et al (1995)

<sup>85</sup> Fonte: [Inconfidência Carioca – Rio de Janeiro | Revoltas | Impressões Rebeldes \(uff.br\)](#). Acesso em 6 de junho de 2021

peessoas em sua formação intelectual graças às possibilidades de estudos em seus seminários a partir dos colégios jesuítas<sup>86</sup>.

O médico segue nos informando que, aos quinze anos, “em 1823 matriculei-me n’aula de francês do mesmo seminário, sendo então lente o Pe. Franche, irmão e sucessor do Pe. Boná, capelão-mor do exército, e nele fui condiscípulo do NN. e Dom. José G. de Magalhães<sup>87</sup>” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 6). Ainda no mesmo período, o médico declarou ter ouvido lições no mesmo seminário, das aulas de filosofia do frei Perez. Além

disso, doutor Nunes Garcia Junior buscou nos informar os espaços intelectuais que ele ocupava e, os seus coevos, o que nos ajuda a compreender sua formação como intelectual não branco no período supracitado. Conforme já visto, ele nos informa ter sido contemporâneo do escritor Gonçalves de Magalhães que, em fins do século XIX, já contava com uma importante reputação como um dos importantes líderes da primeira geração de escritores do romantismo brasileiro. Há um outro nome que, talvez por alguma indisposição maior, Nunes Garcia Junior mantém no anonimato (N.N) como seu condiscípulo, entretanto, ele nos revela outras características de sua juventude e infância.

Conforme nos lembra Pinto (2018), a infância é um momento não somente de aprendizagem, construção individual e afirmação que necessita ser relevado quando se busca analisar determinado aspectos das histórias de vida de determinadas pessoas em algumas sociedades, como também é o momento de compreendermos suas escolhas, experiências e visões de mundo.

O fato de ser filho de um sacerdote, alto funcionário da Corte carioca e conviver boa parte da vida em um núcleo familiar, concubinado, trouxe sérios problemas na formação dessa criança no espaço público. É visível que o jovem Nunes Garcia Junior foi acostumado desde criança a manter as aparências públicas em razão de ser filho de um sacerdote, tendo sido acostumado a se apresentar como “sobrinho” do religioso. De fato, esse jogo de aparências e silêncios para ele era compreendido como resultante de uma resistência frente a estas questões.

Mas com fibra de resistir, desde o berço dadas as contrariedades, privações e desgostos... E conquanto minha juvenil viveza a par duma incrível precoce circunspeção sempre me guiassem a nunca mentir, para ter o prazer de ver meu pai, aprontar-me como exemplo de correção para os meus irmão todos quando tinha de castiga-los, isso

---

<sup>86</sup> Ver: Serbin (2000)

<sup>87</sup> Ainda que por força maior doutor Nunes Garcia Junior não nos revele o nome de um dos seus contemporâneos no Seminário de São José ficamos sabendo que Domingos José Gonçalves de Magalhaes ou Gonçalves de Magalhaes importante escritor para formação da primeira geração de românticos brasileiros foi coevo do médico no período supracitado.

mesmo serviu para me dar dores e dores...(GARCIA JUNIOR, 1860, p.2)

A fibra de resistir desde sempre perante os desgostos e contrariedades aos olhos dele se colocavam frente às questões relacionadas à relação conjugal do pai. Certamente é o que justificaria a constante circunspeção, discrição no agir em público ao relatar as vivências familiares entre os pais e irmãos. Além disso, a avó, Vitoria Maria, incentivava os netos para ter prazer em ver o pai provavelmente em suas atividades públicas seja como regente, organista ou pregador régio. É possível prospectar que o padre José Mauricio impregnou experiências marcantes como pai e foi, sem sombra de dúvida, uma importante figura e referencial nessa primeira fase de vida do futuro médico.

Anos mais tarde, doutor Nunes Garcia Junior declarou que durante os estudos médicos o pai passou a tratar-lhe mais como amigo do que filho possibilitando uma maior proximidade. De fato, se a infância não foi das mais fáceis, sendo filho de um sacerdote é provável que anos mais tarde, a relação e a proximidade entre ambos tenham modificado suas percepções em relação ao pai padre:

Foi assim que conquistei toda a estima de meu pai, e que algumas liberdades lhe mereci - ao ponto de parecer ou tratar-me mais como amigo do que como um simples filho – Ele que me espiava por toda parte e sempre viu que bem longe de vadiar frequentava eu como proveito as Academias de Medicina e Militar ao mesmo tempo... (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 19, *grifos do autor*)

Retornando aos primeiros momentos da infância do futuro doutor Nunes Garcia Junior na Corte carioca, é necessário registrar uma característica bastante peculiar de sua meninice e o que certamente contribuiu em sua constituição individual. As roupas e calçados eram uma marca diferencial entre pessoas brancas, negras livres/libertas e as escravizadas. E os sapatos tornaram-se objetos usados por cidadãos livres e naquele contexto eram símbolo, não somente de poder, mas também de liberdade.

Lavava e engomava minha roupa e até porque havia em casa um oficial sapateiro, quando eu [era] pequeno me perguntavam o que queria ser, eu respondia tolamente “- Quero ser sapateiro para ter minha loja” estomagado pelos chascos com que tal me recebiam, replicava eu logo “-Pois de me a ferramenta que verão.” Deram-me e é fato que calcei sapatos que eu mesmo cortei e fiz o desde então jamais teimaram comigo, cujo dizer era fazer, prometer era cumprir, e empenhador era executar. (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 13)

Doutor Nunes Garcia Junior demonstra conhecimento do seu lugar individual e (étnico-racial) naquele contexto: imperial, escravocrata e de preconceitos racistas no processo de sua construção identitária. Ainda que estivéssemos ante a constituição de 1824, na citação acima, Nunes Garcia Junior já reconhecia seu lugar social naquele contexto como “homem de cor”, contudo cidadão e um sujeito livre. Mais do que isso, ele reconhecia seu prestígio social e o seu lugar naquela sociedade.

É visível o constante reconhecimento dado ao (pai) padre José Mauricio para a sua formação intelectual, moral e religiosa. Essa admiração e reconhecimento paterno acabou, inclusive, por trazer situações embaraçosas para o nosso sujeito de pesquisa, na medida em que lhe suscitou o desejo de ser publicamente reconhecido, não somente como sobrinho, mas, como filho e “perfilhado” pelo padre José Mauricio Nunes Garcia

### 2.3 A carta de perfilhação

A carta de perfilhação ou de adoção foi utilizada tanto em Portugal quanto na América Portuguesa. O perfilhamento era o reconhecimento de filhos ilegítimos ou adotados por determinadas famílias. Essas cartas, em Portugal, nos séculos XVIII e XIX, foram em um primeiro momento emitidas por monarcas e registradas em livros próprios para este fim. Ainda que, em boa parte desses séculos, a adoção ou perfilhação não fosse um princípio reconhecido na Ordenação Filipinas, que era uma legislação que vigorou tanto em Portugal como em seus domínios, a Ordenação previa punições relacionadas, por exemplo, ao celibato dos clérigos. No código penal das ordenações Filipinas, em seu livro 5, no título XXXI é incisivo no que concerne as punições as relações concubinadas de religiosos ao determinar que o frade (religioso) que fosse encontrado com mulher deveria ser entregue ao seu superior. Além disso, outros códigos previam que o celibatário que tivesse filho deveria ser punido<sup>88</sup>.

Todavia, as questões que envolviam celibato de clérigos e reconhecimento paterno foi um debate posto na sociedade brasileira de então. Moreira (2010) ao analisar os testamentos de clérigos de Goiás, no século XIX, problematizou a formação de famílias sacrílegas naquele território<sup>89</sup>. Ainda que a prática fosse abominada pela Igreja Católica, os testamentos e as cartas de perfilhação foram documentos com validades jurídicas e

---

<sup>88</sup> Garnel (2000)

<sup>89</sup>Fonte: MOREIRA, Welington Coelho. Historicidade e representações: celibato, conjugalidades e paternidades sacrílegas em Goiás (1824-1896) UFG (dissertação de mestrado), 2010. Acesso em 20 de dezembro de 2021

garantiam a transmissão de herança diretamente aos herdeiros, já que, boa parte dessas relações se davam em uniões estáveis com uma mesma mulher, como no caso do próprio padre José Mauricio e Severiana Rosa de Castro.

Moreira (2010) nos indica que o reconhecimento de filhos ilegítimos podia dar-se em tabeliões públicos, independente das proibições da igreja. Além disso, na ausência dos tabeliões, o Desembargo do Paço aceitava somente o registro de batismo quando o pai morria sem reconhecer o filho em cartório. A necessidade em ser reconhecido como filho de José Mauricio Nunes Garcia, como o Junior, fez o médico tomar atitudes que ultrapassaram o incômodo daquela situação ao tornar público, anos depois, o fato de ser filho do padre José Mauricio Nunes Garcia. Além disso, não houve por parte do médico um interesse financeiro nessa perfilhação já que o próprio padre havia deixado irremediavelmente o direito as terras na região de Maricá que ele herdara de sua mãe Vitoria Maria da Cruz.

Ainda que o processo de reconhecimento ou perfilhação fosse uma prática bastante usual em Portugal e na América portuguesa sua legitimação seguia todo um trâmite extremamente burocrático. Em um primeiro momento, o adotante poderia ser a pessoa que acolhia ou alimentava uma criança oriunda de outra família ou que reconhecia filhas ou filhos ilegítimos de suas relações. Conforme nos lembra Moreira (2010) esse processo tinha várias etapas – um requerimento em que o casal ou o indivíduo apresentava o seu interesse na adoção ou na perfilhação, uma escritura de adoção reconhecida em cartório, além da participação de testemunhas para investigar a relação dos adotantes com os adotados e as adotadas para finalmente receber o despacho do corregedor.

No Brasil, as cartas de perfilhação seguiam todo um trâmite burocrático caso filhos quisessem ser reconhecidos, ou pais que quisessem reconhecer os filhos e as filhas. No primeiro caso, os filhos deveriam apresentar ao desembargo do Paço todo os trâmites burocráticos para este fim.

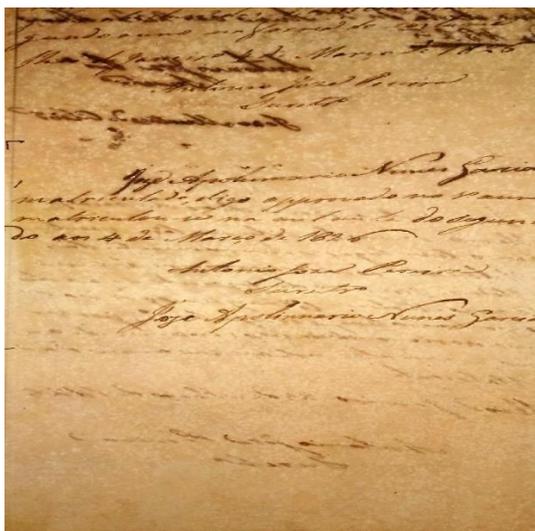
Fato é que a narrativa apresentada pelo médico como o único filho “legitimado” e “reconhecido” por Desembargo do Paço merecem ser mais bem analisadas. Além disso, em seus apontamentos biográficos ele afirma ter sido reconhecido em cartório como “único” filho do padre José Mauricio Nunes Garcia e merecem urgentemente serem revistas. Consta nos livros da antiga Academia Médico-Cirúrgica diferentes alterações no nome do futuro doutor José Mauricio no período em que ele estudou naquela instituição e que também merecem ser mais bem analisadas.

Ele foi matriculado no primeiro ano, em 1825, registrado já acrescentando o sobrenome paterno como “José Apolinário Nunes Garcia, filho de Severiana Rosa de

Castro e não consta filiação paterna. No ano seguinte, no segundo ano de seus estudos na então Academia Médico-Cirúrgica, há uma nova alteração no nome para José Mauricio Nunes Garcia, dessa forma, ele substitui o José Apolinário por José Mauricio.

Em 1826 o documento informa ter sido ele “matriculado, digo aprovado” no segundo ano daquela escola médica. O documento subscrito pelo secretário da instituição ainda consta o nome de José Apolinario Nunes Garcia.

**Figura: Livro matrícula aluno José Apolinario Nunes Garcia, 1826**



Fonte: Arquivo CCS/UFRJ

Em 1828, quando cursava o quarto ano e, não no quinto ano da Academia, conforme ele informou em seus apontamentos, é o ano no qual teria ocorrido a suposta perfilhação, é a mesma época que ocorreram as mudanças definitivas no sobrenome paterno nos livros da Academia. Segundo ele, essa troca de sobrenome nos livros da Academia teria se dado graças a suposta carta de perfilhação (não assinada pelo pai) e a um despacho do Barão d’Juhomerim então diretor daquela Escola, autorizando a mudança de nome nos livros da instituição.

É importante ressaltar que a carta de perfilhação é da data de 1833, alguns anos após o tal despacho que, infelizmente, não localizamos em nossas pesquisas. Dessa forma, é provável que todas as trocas de sobrenome tenham se dado por esforços pessoais do futuro médico naquela instituição. Houve outras mudanças de nome no livro da Academia Médico-Cirúrgica, em outro momento, consta o nome José Marianno Nunes Garcia, entretanto, logo abaixo, ele já assina como José Mauricio Nunes Garcia (Jr), e finalmente, no 5º ano ele toma o passo definitivo e registra-se e assina nos livros da Academia como José Mauricio Nunes Garcia Junior.

Há toda uma trama de datas e documentos estabelecidas por doutor Nunes Garcia que buscam convencer a nós leitores que as mudanças de sobrenome, deram-se graças a uma suposta carta de perfilhação, e que culminou em um despacho do então diretor da Escola de Medicina, Barão d’Juhomerim, permitindo a mudança de sobrenome nos livros da instituição. Em seus apontamentos biográficos, anos mais tarde, doutor Nunes Garcia Junior buscou justificar a razão na troca do sobrenome como única forma de gratidão e reconhecimento paterno a quem lhe velara o berço e o educara inserindo-o naquela sociedade.

É fundamental destacar que o médico forjou uma narrativa de datas em seus apontamentos e nos próprios livros da instituição com intuito de “comprovar” publicamente e provavelmente para seus familiares o suposto reconhecimento paterno do seu pai padre José Mauricio, em cartório. Ainda que anos mais tarde é provável que a iniciativa tenha de alguma forma causado grandes transtornos e arrependimentos. Em seus apontamentos biográficos, doutor Nunes Garcia Junior finaliza a questão afirmando peremptoriamente que:

Para que não seja objeto de dúvidas, declaro que até 1828, quando deu a perfilhação e reconhecimento que fez meu pai, por escritura lavra nas notas do tabelião Jose Pires Garcia, guardei eu o nome de Jose Apolinário Nunes Garcia; como que nos livros da antiga Academia Médica-cirurgiã do Rio de Janeiro deve estar lançado o despacho do Barão d’Juhomerim –como diretor daquela escola quando estudei medicina, estando então no 5º ano, mandando registrar a troca de sobrenome, por isso que pelo fato do reconhecimento paterno coube-me o nome de José Mauricio Nunes Garcia Junior. Tenho disso certidão entre os meus papeis e diplomas. (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 2)

De fato, é fundamental destacarmos que a tal carta de perfilhação atualmente localizada no acervo pessoal do médico, não consta a assinatura do pai como requerente e, além disso, a data do reconhecimento, conforme já dito é o ano de 1833, ou seja, três anos após a morte do padre José Mauricio e, alguns anos após sua formatura como estudante de medicina. A carta, em forma de documento público declara:

Ser ele filho natural do padre José Mauricio Nunes Garcia, já falecido, que o teve no seu estado de sacerdote de mulher solteira e desimpedida... Como tal o criou e o educou declarou ser seu filho na escritura que juntara e que para sua inteira validade houve-se por bem confirmar.

E visto o seu requerimento, dita escritura lavrada na acta do tabelião José Pires Garcia em da[c]ta de três de abril de 1830, e diligências de estilo a que procedeu o desembargador Juiz de Fora interino João Jose de Oliveira Junqueira, de que constava que a dita legitimação era de sua livre e espontânea vontade e sem constrangimento de pessoa alguma, não sendo ouvidos parentes por declarar o menor perfilhado, debaixo de juramento, não ter até o quarto grau.<sup>90</sup>

Há outras questões que ajudam a complexificar todo enredo que envolveu a suposta perfilhação. O menor (doutor José Mauricio Nunes Garcia) declarou debaixo de juramento não ter parentes até o quarto grau. Ora, no ano de 1833 sua mãe Severiana ainda era viva, além disso, os seus quatro irmãos (Apolinário José Nunes Garcia, Panfilia, Josefina e Antonio José Nunes Garcia) eram vivos. Argumento que por si só já descontrói o tal juramento feito o de não ter parentes até o quatro grau frente ao tabelião José Pires Garcia. É provável que essa suposta carta tenha provocado disputas entre os filhos do padre José Mauricio, após sua morte, na medida em que outros irmãos faziam o uso do sobrenome paterno, mesmo não tendo alcançado a suposta perfilhação. A suposta perfilhação foi tornada pública na sociedade carioca pelo próprio doutor Nunes Garcia Junior, no *Jornal do Comercio*, na década de 1830, em situação que envolvia imbróglis na Faculdade de Medicina.

Na década de 1830, uma série de problemas entre os professores da Escola de Medicina que se opunham à posse do doutor Nunes Garcia como professor catedrático extrapolaram os muros da Escola e chegaram aos principais jornais da época. O que não era um fato raro, na medida em que as disputas entre a classe médica muitas vezes alcançavam outras esferas públicas. No caso do doutor Nunes Garcia Junior os ataques se deram principalmente nos jornais e foram de tal forma que a própria origem clerical do médico foi colocada em embate de forma sarcástica entre os colegas médicos. É provável que essa ação tenha provocado diversas confusões na vida do nosso personagem no nível familiar e profissional. Certamente que ocorreu uma divisão entre os filhos do padre José Mauricio, na medida em que o médico se assegurava como o único filho reconhecido perante os demais irmãos. Finalmente, é fundamental destacar que esse suposto reconhecimento paterno acabou sendo, anos mais tarde, desmentido pelo próprio médico nas páginas finais dos seus apontamentos biográficos. É provável que todos os contragostos que essa perfilhação tenha lhe causado, entre os irmãos, os amigos e

---

<sup>90</sup> Mattos (1999)

contemporâneos provocaram algum arrependimento conforme ele declarou de forma imperativa que:

É por tanto esta a razão por que, sendo 4 os meus irmãos de pai e mãe ao tempo do meu reconhecimento paterno, e por cujos direitos pugnado, eu se ia dando o fato de ficar sem nenhum efeito a escritura, ou sem a assinatura do outorgante, que a nada atendera por aquele preceito materno. Não obstante, havia ele doado irmãmente a todos uma data de terras de 200 braças de frente com meia légua de fundos, toda de matos de pau Brasil, que possuía em Maricá no lugar denominado Ubatiba; terras que até hoje nem sei quem as refuta, porque em balde gastei dinheiro para examinar isso, e por fim entendi ser melhor deixá-las aos dos senhores de engenho que delas se apropriaram, ficando eu com a escritura de compra lavrada a favor de meus avós paternos, no traslado das diligencias para a medição e ação proposta aos intrusos posseiros. (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 58)

Fundamental é destacarmos as razões, segundo o médico, que justificaram a obstinação em obter esse reconhecimento paterno. De fato, havia uma vergonha frente a relação concubina entre o pai e a mãe. A avó, Vitoria Maria, foi, segundo o médico, a figura que idealizou em sua subjetividade a sua suposta primazia em ser ele o filho do padre José Mauricio, sendo, dessa forma, segundo ele, natural o requerimento para que fosse reconhecido como filho do pai padre José Mauricio conforme os preceitos de sua avó Vitoria Maria da Cruz.

Sem entrar e nem poder entrar nos motivos porque meus pais se desonraram, e pelo que fui eu para o poder de mim avó paterna com 6 meses de idade, é exato que, quando menino, fugia eu do estar com minha mãe maternal pela putativa que tanto me afazava; e que não menos e por isso, se não pelo amor de criação, que de minha avó e madrinha ouviu o meu pai muitas vezes isto: “Não tireis para os outros o que for de Jose, porque este é que é vosso filho” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 58)

É provável que tais palavras emblemáticas, ditas pela velha Vitoria Maria: - “Não tireis para os outros o que for de José, porque este é que é vosso filho” ecoassem nas subjetividades do neto em ser reconhecido como único filho do padre. E preciso destacar que provavelmente as colocações de Vitoria Maria estivessem relacionadas ao fato de José Mauricio Junior ter assumido, ainda muito novo, a responsabilidade na criação dos irmãos mais novos, apesar de não ser o mais velho, talvez, até mesmo por conta de um possível

distanciamento do irmão mais velho, Apolinário José Nunes Garcia, reforçariam na visão da velha avó de que esse é que poderia ser reconhecido como filho.

É interessante pensar que a justificativa dele para a troca de sobrenome e a posterior “carta de perfilhação” estivessem relacionados por um lado, ao reconhecimento em ser filho de José Mauricio Nunes Garcia, ainda que um padre, e por outro lado, a gratidão a todos os esforços do pai para sua formação intelectual, além de pavimentar as futuras relações desse filho médico, naquela sociedade, inserindo em instituições e contatos da Corte. Em seus apontamentos, doutor Nunes Garcia Junior justifica que todos os esforços em ser reconhecido como filho legítimo do padre José Mauricio no espaço público deu-se por uma gratidão filial ao pai presente desde a infância:

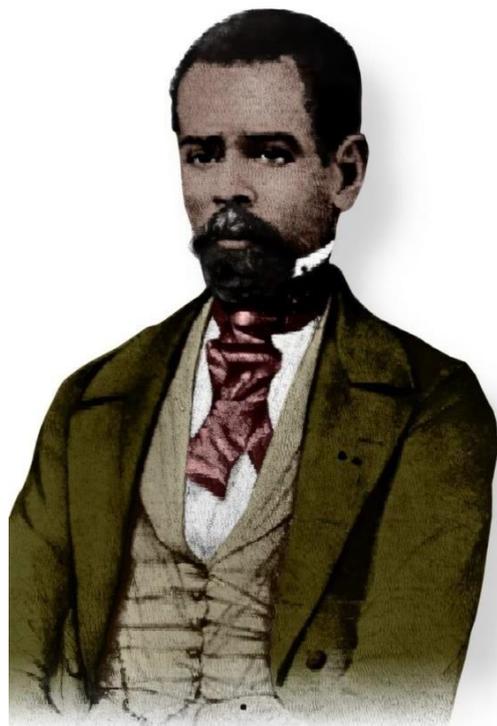
Reconsiderando quanto vai dito e como filho, é exato que no fato de haver trocado ou traslado o belo nome de mãe, não pequei nem venialmente, pois que só como criança o fiz, quando [me] não queriam conceder que por uma inata gratidão, essa criança assim pagará os afagos e carinhos que recebera de quem velava-lhe ao berço e que não o negara, velando-lhe a cabeceira na hora extrema! (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 73, *grifos do autor*)

É importante destacar que todos os filhos do padre José Mauricio foram batizados pelo próprio pai, sendo a avó materna, Vitoria Maria, a madrinha de todos os netos. Os padrinhos foram músicos do ciclo de amizades do padre José Mauricio. Nos registros, localizados por Mattos (1999), todos os filhos homens possuíam o nome ou sobrenome “José”, poderia ser indicativo de uma devoção familiar a São José, o padroeiro das famílias, segundo a Igreja Católica. Além disso, todos os filhos foram batizados na Igreja de São José, nas proximidades da Capela Imperial, (atual praça XV). Na localização de de Mattos (1999) consta os seguintes registros nos livros cartoriais oriundos da Igreja de São José – Apolinário José (1807); José “Apolinário”, futuro José Mauricio Junior (1808), Josefina (1810), Panfilia (1811) e Antônio José (1813).<sup>91</sup> Registrados como filhos de Severiana Rosa de Castro sem filiação paterna.

#### **Imagem 04 Amônio José Nunes Garcia**

---

<sup>91</sup> Mattos (1999)



Fonte: Acervo pessoal do autor

De fato, até a morte do padre José Mauricio é provável que os filhos e as filhas vivessem sob sua guarda. Ainda que no espaço público fossem reconhecidas e rechechidos como “sobrinhos” do padre José Mauricio, é fundamental se levar em consideração a infância e a experiência histórica dessa fase da vida do doutor Nunes Garcia Junior nos colocando defronte algumas considerações fundamentais para sua história de vida. As razões que envolviam a necessidade em ser visto no espaço público como o filho legitimado de um religioso, ainda que convivendo em núcleo familiar sacrílego, forjava uma situação extremamente ambígua, que acabava por refletir em complexos sentimentos que envolviam, por um lado, orgulho e vergonha pelo fato do padre José Mauricio ser seu pai, e, por outro, havia uma gratidão ao pai conforme narra em seus apontamentos que recebera do pai “caricias e afagos” durante toda a infância.

Finalmente, podemos observar que essa primeira fase da vida do doutor Nunes Garcia Junior foi uma infância marcada por diferentes circunstâncias entre família, formação intelectual, raça e cidadania. É a criança filho do religioso que se desenvolve com muita descrição e circunspeção quando ao mesmo tempo deveria ter o prazer de ver o pai, e servir de exemplo para os irmãos, já que, somente passou a conviver com sua mãe aos dezoito anos de idade, já que a madrinha e avó cumpria esse papel.

Além disso, o fato de calçar sapatos desde pequeno colocou essa criança em um lugar ambíguo em sua constituição egóica como pessoa não branca, porém, calçado, livre

e cidadão. E, finalmente, a formação intelectual, a passagem por diversas instituições até alcançar a Faculdade de Medicina o que constituía uma situação pavimentada pelas relações e contatos do pai padre que o inseriu em instituições como a recém-inaugurada Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro.

## 2.4. Nasce um médico

A história da medicina e saúde no Brasil vem se firmando como importante campo no meio historiográfico e das ciências sociais brasileiras. As diferentes pesquisas surgidas nos últimos anos têm nos iluminado aspectos importantes para a compreensão da história da saúde no País no que concerne ao: atendimento clínico; doenças parasitológicas; epidemias, pesquisa, ensino médico e principalmente a relação entre raça (negra) e medicina no século XIX.

Lima (2011) defende a tese que no século XIX, o campo médico sempre esteve ligado as questões raciais. Em primeira ordem podemos observar como o ensino médico e a própria prática médica sempre estiveram ligadas ao corpo escravizado, especialmente no século XIX quando podemos notar a relação entre escravidão e aprendizado médico em instituições como a Santa Casa de Misericórdia e a própria Faculdade de Medicina. Em 1840, em seu primeiro discurso como professor catedrático da Faculdade, doutor Nunes Garcia Junior já denunciava publicamente os abusos cometidos contra os corpos dos escravizados para suas aulas de anatomia. Conforme afirma Lima (2011) esses corpos de pessoas escravizadas ficavam muitas vezes disponíveis na Santa Casa para observação clínica e experimentação dos médicos como bem entendessem para sua arte de cura. Estabelecia-se desta forma uma relação dupla com as pessoas escravizadas adoentadas, em que, ao mesmo tempo, usufruíam dos cuidados e atenções dos médicos por sua condição de paciente, eram também objeto de estudos, de testes, de novos tratamentos e remédios que se desejavam anexar à medicina brasileira (LIMA, 2011,p.102)

Para nosso entendimento de análise sobre questões relativas à medicina produzida nos oitocentos como pré-científica ou ausente de investigações e experimentos é uma leitura superada, assim como, a ideia de uma homogeneidade no discurso da elite médica sendo uma visão suplantada, atualmente. Não havia unidade no discurso médico de então, assim como, a partir da visão do doutor Nunes Garcia era uma classe extremamente preconceituosa racialmente com os pares médicos, homens “de cor” (GARCIA JUNIOR, 1860). Compreendemos que a classe médica, daquele contexto, no qual doutor Nunes

Garcia Junior estava inserido, tinha um papel de destaque naquela sociedade, como um importante campo para o desenvolvimento científico, intelectual e clínico, tendo esses doutores, consciência sobre o lugar de si no saber médico de então, para isso, a classe médica buscava estabelecer uma unidade para discurso médico e social no País<sup>92</sup>

Foucault (1999) nos lembra que o marco epistemológico do surgimento da moderna medicina ou da medicina social foi justamente o nascimento da clínica médica. A medicina clínica passou a se configurar com a observação e descrição dos sintomas. As análises cadavéricas, por exemplo, passaram a serem usadas para investigações específicas de doenças, a partir dos órgãos ou tecidos, e finalmente estudos sobre as doenças tropicais (febre amarela; cólera e outras) e suas terapêuticas, especificando, nesse sentido, a medicina.

No contexto brasileiro, Luiz Otávio Ferreira (1994) nos ajuda a entender como a formação médica, após o período de 1808, até alcançar as reformas administrativas ocorridas a partir de 1879, deu-se por uma forte influência da Escola francesa na formação e atuação médica brasileira. Ou seja, nos primeiros oitentas anos de desenvolvimento da prática médica, o que se pode observar é uma forte influência dos referenciais francófonos na formação educacional, nos referenciais teóricos da classe médica de então e na própria atuação de seus doutores<sup>93</sup>.

Nesse primeiro momento, a formação médica brasileira passou por profundas transformações que visavam, antes de tudo, reprimir práticas consideradas não-científicas, por aquela elite médica, todavia, a preocupação da classe era também, dentre outras questões, atuar de forma a identificar e classificar as doenças e com a própria formação médica. Se em um primeiro momento não havia uma obrigação de análise sobre as causas de doença, e sim remediá-las, em um segundo momento, com o surgimento da medicina social e a clínica médica, ao lado da experimentação, pesquisas passaram a serem práticas mais presentes. Em sua aula magna como professor catedrático em discurso, doutor Nunes Garcia Junior apresenta um balanço de sua formação como médico, e nos informa sobre os referenciais teóricos franceses:

Concedamos por um momento que isto não basta: o renome que sabido granjear por seus serviços feitos em prol dos conhecimentos anatômicos e no século atual, *Cruvilhier, Bourgerie, Manec, Broc, Baille* e muitos

---

<sup>92</sup> Ver: Machado (1978); Costa (1981); Vailati (2010); Rizzini (2007)

<sup>93</sup> Fonte: <https://www.scielo.br/j/physis/a/yyd546qDJh3vbBf8gcrxHFv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 de novembro de 2021

outros que a França tem tido a fortuna de servir de berço, não é em grande parte devido aos trabalhos dos seus predecessores ou a mesma doutrina deles?<sup>94</sup>

Ainda que referenciados trabalhos considerem o nascimento da medicina brasileira com o surgimento da Instituto Soterápico em Manguinhos, em 1900, é fundamental destacar que outros trabalhos indicam outras perspectivas relativas à geração médica que atuou no século XIX, como uma elite cientificamente ajustada para o desenvolvimento da medicina brasileira de então<sup>95</sup>. Ao observamos, a partir de um caso específico, a formação, atuação e pesquisas do doutor Nunes Garcia Junior, no contexto dos oitocentos, compartilhamos novamente das mesmas colocações de Luiz Otavio Ferreira (1996) sobre esse primeiro movimento científico da medicina social brasileira. Neste, o doutor Nunes Garcia Junior vivenciou, seja como estudante ou médico, um contexto de uma forte tradição clínica, não como um obstáculo para a ciência ou menos ainda como um movimento pré-científico, mas, ao contrário, como uma primeira institucionalização científica médica e, sem sombra de dúvida, formada por uma geração portadora de uma refinada formação intelectual, baseada na pesquisa, nos experimentos e observações, sendo a carreira médica posta, desde então, como um projeto fundante para a produção de conhecimentos próprios no campo da saúde que passaram a serem descritos, analisados, interpretados exclusivamente por essa “elite médica” do qual doutor Nunes Garcia Junior era parte<sup>96</sup>

Jose Mauricio Nunes Garcia Junior ingressou na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro em março de 1824<sup>97</sup>. O jovem contava com seus dezesseis anos, conforme nos informa: ter sido aprovado pelo próprio diretor da instituição, Barão d’Inhomirim<sup>98</sup>, provavelmente, atendendo a pedido do pai, padre José Mauricio, por ter sido dispensado de passar por exame de seleção.<sup>99</sup> O interesse do jovem pela carreira de parteiro o possibilitou ser primeiramente acolhido pelos professores de anatomia, José Joaquim Marques e, em seguida, por seu futuro mestre, compadre e o qual se tornou seu amigo

<sup>94</sup>Fonte: O discurso de abertura do ano letivo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1840. In: *Metodo Anatomico*. Tipografia Transcrição Vandelir Camilo (prelo)

<sup>95</sup> Machado, (1978); Costa,(1981); Vaillati, (2007); Elder, (2010)

<sup>96</sup>Ferrerira, (1994)

<sup>97</sup> Garcia Jr, (1860)

<sup>98</sup> Vicente Navarro de Andrade (1776-1850) Era português da cidade de Guimarães. Formado em medicina pela Universidade de Coimbra foi professor e diretor na então Academia Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro, além de médico pessoal de dom Pedro I foi o primeiro e único Barão d’Inhomirim.

<sup>99</sup> Garcia Jr. (1860)

peçoal, doutor José Maria Cambucy do Valle, ambos professores da Escola de Medicina da Corte.

No caso da Academia Médico-Cirúrgica e sua posterior transformação em Faculdade de Medicina, em 1833, as narrativas do nosso personagem podem fornecer informações interessantes, seja para o campo histórico científico, seja para os debates étnico-raciais, por conta do contexto da sua formação e atuação como médico e estudante no período escravocrata brasileiro, se constituindo como um sujeito não-branco. Se por um lado, os usos dos corpos de pessoas negras como objeto e experimentos de pesquisa da classe médica era posto de forma naturalizada, por outro lado, os professores não-brancos da Faculdade de Medicina não ficavam indiferentes ao debate, seja com denúncias, seja como vítimas do próprio preconceito racial que experimentavam, ainda que fossem professores substitutos ou catedráticos da instituição. Essas análises podem, ainda, despertar no campo interdisciplinar da memória social, a partir desses debates étnico-raciais, questões entre representação e poder de performances de pessoas negras no ensino e na medicina frente ao preconceito racial. No mais, podem ajudar a resolver nossa dificuldade de compreensão em vislumbrar, em um contexto escravocrata, pessoas negras em espaços de intelectualidade e do poder médico de então, como eram as Academias Médicas. Justamente por uma necromemória que atua em nossas reflexões, temos dificuldade de conseguir vislumbrar a possibilidade, não somente de atuação, mas de formação de jovens negros estudantes de medicina.

Em um primeiro momento, o ensino nas Academias Médico-Cirúrgicas estava um tanto distante de uma boa formação, seja na Colônia, seja no Império, uma vez que as primeiras turmas de alunos e professores eram bastante defasadas. No discurso de 1840, escrito já pelo então professor catedrático da Faculdade de Medicina, doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, ele nos traz interessantes informações relativas aos primeiros anos da Academia Médico do Rio de Janeiro e suas transformações para o campo científico e educacional do país:

De 1811 data a fundação das Academias de medicina do Brasil, as quais não obstante começarem muito incompletas, ótimos resultados deram, á par dos conhecimentos médicos de então: porém, nesse tempo o Brasil flutuava entre os prazeres da nova *gerarchia* nacional que assumiria, e o das esperanças de uma futura independência, o que por si só era bastante para exercitar o desenvolvimento da esfera científica dos Brasileiros, os quais além de não conhecerem nessa época a face das necessidades públicas e das desordens, contavam, ainda mais, com toda a proteção do governo, embora fosse ele pouco livre. Em 1818,

essas mesmas Academias tomaram uma nova face, com a aquisição do exercício de outros e bem hábeis professores, de que a metrópole pouco depois buscou privar-nos *com a sua mensagem ao trono!* (GARCIA JUNIOR, 1840, p. 20).

Ficava bastante evidente pelas narrativas do doutor Nunes Garcia Junior que havia toda uma dependência do ensino médico brasileira antes da Independência, tendo a metrópole, muitas vezes, privado o próprio desenvolvimento da medicina social em solo nacional. Essa situação acabava por refletir uma formação extremamente precária em que, muitas vezes, havia professores e alunos pouco assíduos, quando não com total desprestígio oficial do governo (SCHWARCZ, 1993, p. 256). Por outro lado, essas mesmas Academias já buscavam estabelecer uma cientificidade própria, ainda que a classe médica e a sociedade brasileira vissem como esperança uma possível independência de Portugal.

Se em um primeiro momento as Academias Médico-Cirúrgica foram criadas a imagem e semelhança da escola portuguesa de medicina, em seguida, predominou a inspiração francesa, inclusive com médicos brasileiros se formando na Faculdade de Paris<sup>100</sup>. Se o apoio do governo às Academias, segundo o médico, foram dados tardiamente e no primeiro momento de forma extremamente precarizada, foi a partir de 1818 que houve novos investimentos na Academia Médica com a contratação de professores e maiores investimentos no ensino, ainda que Portugal dificultasse constantemente o desenvolvimento da medicina brasileira.<sup>101</sup>

A história da Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro se entrelaça com a própria história da formação médica do doutor Nunes Garcia Junior. Em seus apontamentos biográficos ele nos informa que seu primeiro professor de anatomia foi o mestre, doutor Joaquim José Marques, em 1824. No seu ingresso a turma contava com 72 discípulos que, na segunda lição anatômica de músculos ficou horripilada e reduzida a 15 alunos – “enjoados ou horrorizados pela mutilação dos cadáveres – perdendo a ciência naquele número muitos bons e hábeis estudantes” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 6), é o que declara Nunes Garcia sobre os discentes que se iniciavam no ramo científico de então.

O médico avança nos indicando que desses 15 alunos foram seus contemporâneos os médicos – “João Francisco de Souza, Porfinio J. da Rocha e Francisco Crispiano

---

<sup>100</sup> Fonte: Schwarcz (1999, p.256)

<sup>101</sup> Garcia Junior, Discurso como professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1840) ver (GARCIA JR)

Valdetaro, atual pedagogo das princesas, sendo todos os outros passados pelo fio da morte!” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 6). Em seus apontamentos, ele apresenta detalhes relativos as aulas de anatomia da Academia Médico-Cirúrgica em seu tempo de estudante. O fato de estar situada em uma cidade veraneia, como o Rio de Janeiro, as aulas anatômicas acabavam por putreficar os corpos rapidamente, fazendo com que em muitas ocasiões os alunos se vissem obrigados a mascar fumo e as vezes sincro ou gengibre para suportar os exercícios anatômicos.

Ainda assim, nessas aulas, doutor Nunes Garcia nos informa que havia no local cuspinhadores para os alunos que ficassem enjoados. De fato, o único que não enjoava para espanto dos jovens estudantes era o professor doutor Joaquim José Marques. Nessa época, segundo seu relato, as aulas ocorriam de forma dinâmica sobre os cadáveres, em julho do mesmo ano ele já tinha contato com os estudos da esplancnologia<sup>102</sup>. Nesse período, a Academia Médico-Cirúrgica funcionava nas dependências do colégio dos jesuítas no alto do Morro do Castelo e as aulas de anatomia eram em uma chácara na praia de Santa Luzia. Havia diversos inconvenientes nessas aulas anatômicas com os cadáveres. Nunes Garcia Junior nos informa que era costume pôr um sinal na janela da sala de aula para que o professor, que morava no Morro da Gloria, pudesse ter conhecimento do estado dos corpos (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 6).

É certo que doutor Nunes Garcia Junior não tornou-se médico por acaso. Os investimentos ocorridos por parte do Estado no campo da medicina, a partir da década de 1818, tendo seu ápice na década de 1830, deu-se graças a um amplo apoio por parte do Império que incentiva uma coletividade da classe médica que assim podia se impor como detentores desse campo. Ainda que essa classe médica não estivesse homogênea e se colocasse, muitas vezes, entre embates e disputas públicas, é plausível que essa elite médica que se formava após a chegada da família Imperial tenha chamado atenção do padre José Mauricio para a formação do filho médico. Conforme o próprio doutor Nunes Garcia declarou em seus apontamentos sobre a relação do pai com os doutores de então: “por lhe terem dito os médicos que para minha confluência não se devia contar comigo para grandes estudos e, pois, que pela música não seria mais feliz do que ele” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 14). Ainda que no ano seguinte a essa declaração, o pai tenha inscrito o filho no Seminário São José para aulas de francês, idioma pedido no processo de

---

<sup>102</sup> É um campo da anatomia que trata das vísceras.

seleção, pouco a pouco, a classe médica se estabelecia como uma elite médica de então e o padre José Mauricio assim como o filho não estavam indiferentes a essas observações.

Foi partir da década de 1830, com a criação da Sociedade de Medicina, posteriormente transformada em Academia Imperial de Medicina, é que podemos ver não somente a institucionalização desse campo, assim como, as transformações do ensino e da carreira médica por conta da atuação da Academia Imperial de Medicina. As reformas no ensino da então Escola de Medicina no pós-independência brasileira já era uma demanda anterior, posta pela classe médica que culminou com crescimento de cadeiras disciplinares e concurso público para provimento de cargos em 1833.

Além disso, o acesso do pai padre José Mauricio, aos médicos portugueses da Corte, provavelmente, estimulou o interesse na carreira de parturiente tanto para o pai, assim como o filho Nunes Garcia Junior. A partir de 1830, médicos puderam encontrar oportunidades de trabalho, não apenas na Faculdade de Medicina, ou na Santa Casa, mas também nas clínicas e no próprio atendimento médico familiar, o qual crescia vertiginosamente em uma cidade como o Rio de Janeiro, o que acabava por alijar outras práticas de cura vistas desde então pela classe médica como não-científicas:

Apresentei-me como parteiro pela predileção que me merecera o estudo da obstetrícia – oferecendo-me a partejar mesmo de graça e a qualquer hora, a despeito da guerra que me faziam as comadres ou parteiras que aqui havia nesse tempo, e bem encorajado pelos casos graves que já em 1827 eu tive de resolver (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 27, grifos do autor)

É o que declara o médico em seus apontamentos biográficos após anos de formação na Academia Médico-Cirúrgica e após sua formatura, tendo em vista os embates que se davam entre parteiras e os médicos parteiros. Ao ingressar na Academia Médica, Nunes Garcia Junior devia ter um conhecimento bastante satisfatório dos idiomas: francês, italiano e latim. Além de gramática da língua portuguesa, geografia e matemática, na medida em que o ingresso nas Academias solicitava dos candidatos alguns requisitos básicos, o aluno que soubesse geometria ou latim poderia se matricular no segundo ano<sup>103</sup>.

Nunes Garcia Junior se destacou, segundo suas narrativas, tanto como aluno da Academia Médica, quanto como professor da mesma instituição, graças a sua formação e aos seus interesses por diferentes campos médicos: anatomia, partos e, ao fim da vida,

---

<sup>103</sup> Fonte: [Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro](#). Acesso em 21 de dezembro de 2021

o magnetismo animal do qual se tornou adepto e clínico produzindo vários trabalhos teóricos. Contudo, foi entre a anatomia e sua atuação como professor catedrático e o parto, atendendo em sua clínica particular, que ele viveu por mais de trinta anos. Conforme veremos, em diferentes momentos de sua trajetória, a escrita científica foi extremamente importante na história de vida de Nunes Garcia Junior, foi graças as aulas da então Academia Médica que ele se aproximou do médico e professor doutor José Maria Cambuci do Valle que se tornou seu mestre e amigo, por lhe “votara toda a sua estima, consideração e intimidade (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 20). Em sua primeira tese para concurso de professor catedrático em 1833, Nunes Garcia exaltou o incentivo do mestre e amigo em sua formação como parteiro e anatomista e relembra das muitas vezes que precisou atender clinicamente os operados de “fístula” na troca de curativos, justamente, nos horários que coincidiam com a obrigação de tocar órgão na Igreja da Lampadosa e do Santíssimo Sacramento, sendo em diversas ocasiões liberado pelo mestre Cambuci do Valle.

Era eu organista das Irmandades da Lampadosa, e Sacramento, e da ordem 3<sup>a</sup> de São Francisco de Paula, cujas Missas implicavam com as horas da clínica. Fui-lhe expor isto, e pedir que me concedesse ir curar os doentes da minha enfermaria quando acabasse daquele serviço, e ele não só anuiu – com forma das minhas precisões ou faltas de meios; como fez-me depois saber quanto estimara que uma só vez não tivesse eu faltado a minha promessa, pelo que, havendo um dia, um operado e sendo perguntado em minha ausência se devia fazer o curativo porque eu não tinha chegado, respondera ele, que não era preciso, porque tinha certeza que eu não deixaria de ir faze-lo “Não se enganou, porque sendo eu chefe de turma dessa enfermaria e tendo ao meu cargo todo o lado direito da 1<sup>a</sup> enfermaria de cirurgia onde abundavam os operados de fistulas do ano, com tal paciência fazia-lhe o curativo que nunca houve a notar-se uma só cicatrização irregular.. (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 20).

O mestre e doutor José Maria Cambuci do Valle era um pouco mais velho que doutor Nunes Garcia Junior. Ele nasceu em 1791 e contava com um pouco mais de 30 anos quando conheceu o jovem Nunes Garcia Junior. Cambuci do Valle foi aluno dos primeiros anos da Academia Médico-Cirúrgica recebendo ensinamentos dos primeiros mestres da instituição. Em 1823, já era cirurgião formado e professor substituto da Academia Médico, atuando como parteiro e professor catedrático. Ele publicou vários trabalhos, como o plano de organização da Escola Médica e a comissão de doenças reinantes atuando como secretário do General Labatut no Ceará, em 1832, mesmo época

do concurso para Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o que permitiu que doutor Nunes Garcia Junior se candidatasse a cadeira do mestre no concurso de 1833.

Havia por parte do doutor Nunes Garcia Junior uma amizade e gratidão por todo apoio recebido desse mestre. Ele nos informa que antes de se formar, em 1827, o velho mestre Cambuci do Valle o incentivava na realização de trabalhos parturientes para desenvolver melhor os seus conhecimentos:

E bem encorajado pelos casos graves que já em 1827 eu tive de resolver, com toda felicidade sempre, e, pois, que logo ao 1º parto a que assisti levado pelo meu mestre Dr.Cambucy[i] do Valle em casa do General Albino Gomes Guerra e tendo por ajudante o meu outro mestre Sr. Antonio Americo de Mazedo – sem o menor acidente houve de praticar a embriotomia, reclamada para que extinta da bacia, consegui acreditar-me em pouco tempo; adquiri clientela embora pouca miudeza... (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 27)

Na década de 1830, Cambuci do Valle alcançou relativo prestígio: quer como parteiro, quer como professor catedrático e membro nato da Academia Imperial de Medicina, eleito em 1829. As teses relativas às complicações do parto, ou as alternativas para salvar mãe ou filho no momento do parto, foi um debate posto na classe médica em boa parte do século XIX. As questões que envolviam a opção pelo aborto ou a embriotomia, que é a retirada do feto, foi posto entre disputas médicas, até a criação da Sociedade de Medicina, quando muitas vezes, o recém-nascido ou o feto passaram a serem considerados menores. O próprio Cambuci do Valle participou desses debates e provavelmente influenciou a atuação de Nunes Garcia Junior como parteiro em anos de convivência e amizade. Após a morte do mestre, doutor Nunes Garcia Junior foi solidário a esposa e filhos trazendo auxílio financeiro necessário.

Provavelmente, doutor Nunes Garcia Junior contou com o incentivo de vários outros professores nos anos em que foi aluno da Academia Médico-Cirúrgica. O período discente nessa escola, conforme ele nos narra, foi justamente quando a instituição passava por constantes adaptações com a inclusão de disciplinas, contratação ou transferência de professores. Em seus apontamentos biográficos, o médico nos informa alguns dos mestres que atuaram no seu período discente entre 1825 até 1828:

Quadro 01 – Título: Professores e matérias médicas cursadas por doutor Nunes Garcia

Filosofia	Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto (Barão D'Iguaraçu)
Patologia exata	Dr. Antonio Amâncio de Azevedo, sucessor do Dr. Amaro Baptista Pereira
Partos e arte obstetrícia	Dr. J. Maria Cambucy do Valle (no impedimento do Dr. Silveira que foi nomeado pelo governo para curar os afetados dos flagelos das fibras intermitentes em Macacú)
Operações e Aparelhos	Dr Jeronimo Alves de Moura
Medicina pratica, matéria médica e arte de formular	Dr. Mariano J. do Amaral

**Fonte:** Estabelecida pelo autor a partir dos apontamentos biográficos, 1860

No ano de 1829, Nunes Garcia Junior conclui seu curso e obteve seu diploma de cirurgião, ainda que repetente do 4º e 5º ano. Essa repetição era uma norma para os que quisessem retirar além do diploma de doutor, o título de cirurgião. Além disso, ele nos informa que mereceu os mais honrosos atestados de diferentes professores tendo muitos desses no seu rol de amigos pessoais. No mais, sobre sua formação, doutor Nunes Garcia Junior nos informa que no período de 1825 até 1828, se matriculou na Escola Militar, onde aprimorou sua formação intelectual. Ainda que nesse período as Escolas Militares estivessem com defasagens de professores, ele nos conta ter conseguido estudar mineralogia com Dom João da Silveira Caldeira e José Florindo de Figueiredo Rocha, sendo dirigido por frei Custódio Alves Serrão, maranhense de nascimento que foi um cientista e diretor de algumas instituições dentre as quais o Museu Real e o Jardim Botânico.

Em 1829 o futuro médico declarou a importância em possuir o título de doutor frente a todas as dificuldades antecedentes a Independência Brasileira, em 1822, para a formação médica do Brasil Colônia, assim como, o reconhecimento da classe médica como a única a possuir legitimidade no que se referiria no combate ao charlatanismo. Ainda que não houvesse uma homogeneidade nos discursos da classe médica, conforme já dito, foi graças aos esforços de dom João VI que, segundo ele, a Academia Médico passou por importantes transformações no nível burocrático e educacional:

Em 1829 – queria eu dizer, completei o curso daquela Academia e tirei logo a minha carta ou diploma de cirurgião, não obstante de repetir as matérias do 4º e 5º ano a obter o título de cirurgião formado segundo a lei de 9 de julho de 1826, por que sem isso, não se era médico, quero dizer, não podia ninguém dirigir tratamentos, especialmente médicos, sem expor se às multas e condenações da fisicatura mor ou do cirurgião mor do império, cujos beliguinos atropelaram aos filhos da antiga

Academia dita – do castelo, - até a promulgação da lei que se intitulou – dos cirurgiões formados – ou que então serviu para rogar aos Brasileiros o título de doutor, reservado para os filhos da universidade de Coimbra ou qualquer outras da Europa, contra tudo o que aqui mesmo fora estatuído e decretado por lei, no tempo em que por influência de Frei Custódio se organizara a Academia Médico – Cirúrgica, no reinado de Sr. Dom João VI, essa lei que se apelidou do Bom Será – para que tratando dos preparativos dizia ele: “Bom Será que saibam x x” é lei que foi executada pelo então diretor da Academia Dr. Manoel Luís.(GARCIA JUNIOR, 1860, p. 18, *grifos do autor*)

Além disso, as provas da Academia eram, segundo ele, concorridas e bastante exigentes, tendo examinadores como Doutores Mariano J. Paiva do Amaral, o mais terrível dos examinadores da antiga Escola |(GARCIA JUNIOR,1860). Nunes Garcia Junior acrescenta informações sobre uma sabatina como dr. Peixoto em que foi questionado, a partir do Compendio de *Magendie*, sobre a voz humana. Segundo Nunes Garcia era “uma asneira de compendio” (GARCIA JUNIOR, 1860) que conforme sua explicação, defendia a ideia de que a formação da voz humana dava-se a partir dos mesmos mecanismos que os instrumentos musicais de sopro com palheta. Ora, Nunes Garcia Junior que era músico e filho de compositor sabia que a palheta somente produzia os sons. De fato, o som desses instrumentos é modificado por chaves e orifícios, além é claro, da habilidade do músico intérprete. Nessa sabatina, Nunes Garcia Junior defendeu a tese, se apoiando em Richeran, explicando que o som se dava na laringe a partir das “cordas vocais”. (GARCIA JUNIOR, 1860). A explanação dada por doutor Nunes Garcia Junior perante essa banca o fez ser apelidado de *o palheta* e, ao final do exame, o próprio arguente dr. Peixoto abraçou-o considerando desde então seu amigo pessoal.

Em 1829, doutor Nunes Garcia ao se matricular como repetente no 4º ano da Academia Médico Cirúrgica pode assistir novamente aulas de partos, com seu velho mestre Cambuci do Valle e o professor Jeronimo Alves de Moura, na cadeira de operações e aparelhos, e aperfeiçoar sua formação como parteiro. A inscrição nessas disciplinas, provavelmente, já era uma busca em se apurar nessa especialidade que o acompanhou durante toda a vida de médico parteiro. Finalmente, em 1831, alguns meses após a morte do pai, padre José Mauricio, o novo médico realizou seus exames finais e, se apossando de seu diploma, começou uma nova fase em sua história de vida:

Concluídos meus estudos e fazendo exame em março de 1831(estava eu de ponto de partos e operações na noite das garrafadas); muni-me do meu diploma de cirurgião formado; apresentei-me como parteiro pela

predileção que me merecera o estudo da obstetrícia (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 27).

O momento histórico e político não era dos melhores para o enfrentamento entre portugueses que apoiavam Dom Pedro I e brasileiros que se opunham a sua presença, o que culminou com garrafas atiradas por portugueses contra brasileiros na rua da Quitanda e acabou provocando a renúncia do próprio imperador.

Não houve nesse primeiro momento, a partir dos apontamentos biográficos, informações relativas a questões que envolvessem preconceito e debate racial quando ele era aluno da Academia Médico-Cirúrgica, ainda que, ao se performar como “mulato”, naquele contexto, não fosse impedimento para vivenciar sofrimentos e preconceitos raciais naquela sociedade.

Por outro lado, como veremos, o preconceito racial foi abordado e pormenorizado em seus apontamentos biográficos quando ele assumiu a função de professor substituto e, posteriormente, catedrático da instituição, em 1839, ora denunciando os abusos nos usos de corpos de pessoas escravizadas para as aulas de anatomia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ora assumindo uma identidade racial, não-branca, se colocando como intelectual, médico e professor catedrático, posição que certamente o colocava em constantes embates com os seus contemporâneos formado por boa parte de professores catedráticos, homens brancos e muitos com doutorados em faculdades da França.

Após formado, o jovem médico e parteiro doutor Nunes Garcia Junior alugou um pequeno sobrado na rua Buenos Aires, n. 217, ao lado da igreja matriz do Santíssimo Sacramento. Ele ainda mantinha alguns alunos particulares de piano, para ajudar no orçamento e desde então se dedicou assiduamente a sua carreira médica como parteiro: Além disso, alguns anos depois, inaugurou sua própria clínica particular funcionando durante anos em diferentes endereços na Corte carioca.

## 2.5 1833, o ano dos homens de “cor”

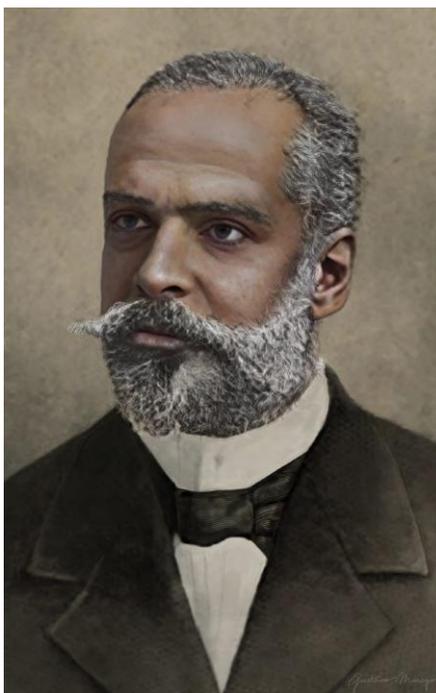
Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”  
§ 14, Artigo 179 da Constituição do Império, 1824

O ano de 1833 foi sacudido por importantes acontecimentos na vida de homens negros e intelectuais que atuavam no Império brasileiro, sobretudo na Corte carioca. O

retorno do médico, doutor Francisco Júlio Xavier, da Faculdade de Paris, após defesa de tese na Europa, é um bom exemplo para pensarmos como a Faculdade de Medicina da Corte serviu de palco para a discussão dos problemas raciais no primeiro semestre daquele ano. O doutor Júlio Xavier, ao retornar para o Brasil, não era o primeiro homem de “cor” a concluir seus estudos na Europa. Outro médico negro, o doutor Joaquim Candido Soares de Meireles, formado em Paris, em 1827, e de volta ao Brasil, desde essa época, tornou-se o primeiro presidente da Academia Imperial de Medicina, evidenciando um lugar de ruptura e embate desses sujeitos contra o preconceito racial na classe médica.

Nos anos iniciais da década de 1830, tratou o governo brasileiro de reorganizar as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Para isso, seriam tomadas algumas ações impactantes na vida acadêmica e que acabariam por refletir na própria relação da sociedade com a classe médica. Ficou planejado a realização de concurso público para provimento de cargos de professores catedráticos, além das adaptações de matérias médicas com o estabelecimento de novas disciplinas, novas regras para o ingresso de alunos e de professores catedráticos e substitutos. Esses deveriam apresentar defesa de tese médica perante banca. O concurso público para provimento de cargos dos professores catedráticos ocorreu em vinte e seis de março de 1833, e contou com a participação de dois médicos negros, na mesma prova, para a cátedra de partos: os doutores Francisco Júlio Xavier e José Mauricio Nunes Garcia Junior que eram concorrentes, todavia, se colocaram contra o doutor Domingos Cardoso de Azevedo, evidenciando todo o embate racial de então na garantia de seus direitos, em concurso público, como mandava a constituição em não diferenciar os cidadãos por conta da cor de pele.

#### **Imagem 05 Doutor Francisco Júlio Xavier**



Fonte: Acervo pessoal do autor

Os detalhes relativos as estratégias que esses homens, médicos, adotaram para se colocarem frente a situação foi a do confronto direto. Pinto (2005) informa que os embates e as estratégias adotadas por esses homens de “cor”, davam-se de forma diversas na arena publica, possibilitando que denunciasses o preconceito de cor e chegassem a diferentes espaços de poder. É fato que naquele momento prevalecia a divisão de classes raciais de acordo com a variação da tonalidade da pele, o que possibilitava que alguns homens de “cor” alcançassem cargos públicos, ainda que a constituição não diferenciasse os brasileiros. Em seus apontamentos biográficos, o próprio doutor Nunes Garcia nos informa dessas diferenciações no contexto em que vivia, “prevalecendo por isso a distinção de “mulatos” claros e escuros” (GARCIA, 1860). A citação é indicativa de todo preconceito de então, mas ilumina a divisão de castas em que a sociedade brasileira estabelecia para os homens de “cor” em diferentes escalas de cores que permitissem alguns ascenderem socialmente em detrimento de outros da mesma cor.

É importante destacarmos que se em um primeiro momento, ocorreu possibilidades de ascensão social, desses homens de “cor”, em um segundo momento, passou a haver uma preocupação da elite, já em fins da década de 1830, de dificultar, a partir do preconceito racial, que a maior parcela negra livre e liberta da sociedade brasileira, ou seja, os homens de “cor”, alcançassem quaisquer cargos de comando ou destaque na sociedade. O que de fato tornava-se uma ação extremamente complexa, na

medida em que você tinha o Brasil, como o país com o maior contingente de pessoas negras livres da diáspora ainda que em um contexto escravocrata.

Mattos (2009) nos lembra que, a partir da década de 1830, o debate racial estava posto<sup>104</sup>. Ainda que a independência e a promulgação da constituição tenham se dado em um contexto liberal e a escravidão se mantivesse como política socioeconômica. Entretanto, a medida em que se estabelecia a ideia de cidadania, a todo brasileiro, não podendo se diferenciar por conta de sua cor de pele; esses sujeitos negros buscavam também poderem exercer suas liberdades cidadãos, mais do que isso, eles buscavam ocupar, por meio de concurso, os cargos públicos em pé de igualdade com pessoas não-negras. A autora avança nos indicando como a raça estava forjada em uma construção social, em volta por disputas e significados, de quem poderia ser cidadão e exercer cargo público, naquele contexto, em um embate que esses sujeitos livres e libertos se faziam presentes. De fato, durante boa parte do período regencial, as elites não conseguiram evitar os embates políticos, as revoltas e o próprio debate racial, assim como, não conseguiram evitar que esse debate se espalhasse pela sociedade brasileira ainda que houvesse a manutenção de hierarquias de cor herdadas do império português (MATTOS, p. 365, 2009)

Doutor Nunes Garcia Junior, em seus apontamentos biográficos, narra, pormenorizadamente, os momentos que antecederam o concurso. Ele que nos informa ter sido recebido em sua residência, por seu amigo pessoal, compadre e concorrente daquele concurso, o doutor Francisco Júlio Xavier. Ali, ambos trataram sobre suas participações nessas provas para a cátedra de partos da Faculdade e propuseram-se de enfrentar fortemente o oponente doutor Domingos Cardoso, homem branco, e segundo doutor Nunes Garcia, protegido do diretor da Escola médica (GARCIA JUNIOR, 1860).

Ainda que houvesse, naquele momento, uma concorrência leal entre ambos, não podemos deixar de destacar que concorreriam não somente a mesma cadeira de partos, mas a todo o *status* adquirido em estar entre os catedráticos médicos, naquele contexto, já que ambos exerciam a especialidade de parteiro e, a classe médica assumia, cada vez mais, o discurso oficial da prática médica. Nosso personagem nos informa, ainda, ter confessado ao amigo, doutor Júlio Xavier, que vislumbrava sua vitória nesse concurso, pelo fato dele ter se formado na faculdade de Paris e nosso personagem não, além dele

---

<sup>104</sup> Fonte: MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. IN CARVALHO, José Murillo et al (orgs). Repensando o Brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009

ser filho de um influente médico carioca o doutor Francisco Júlio Xavier (pai), médico da marinha. Todavia, é importante destacarmos que se deu uma parceria entre esses oponentes, contra o doutor José Cardoso, já que o debate racial estava posto, conforme nosso personagem nos informa:

Deu-se o concurso, tratando-nos muito bem reciprocamente, porque ambos nos reservamos para arguir fortemente ao 3º candidato, Dr. José Cardoso de Menezes, - vulgo o Dr. Boloriha – (que era protegido do Dr. Peixoto, então diretor da Escola) o qual insultou-nos na sua lição oral, e com efeito tinha razão por que era branco, e via-se a frente de dois mulatos cujas forças sentiu! (GARCIA JUNIOR, p. 23, 1860)

A citação acima revela como o embate racial estava posto, naquele primeiro semestre de 1833, na escola médica da Corte carioca, e como o concurso público desses doutores serviu de veículo para expor o patamar do debate racial, sobretudo, nesse ano, já que foi somente no segundo semestre é que vimos o surgimento de uma imprensa exclusivamente voltada para a causa negra tendo como mote denúncias de escravidão e o preconceito racial com o editor Francisco de Paula Brito. Nesse sentido, pensar em como a identidade racial, desses dois médicos, feitas por eles mesmos, impactaram as estratégias e os esforços dos dois participarem desses espaços de poder em confronto com outro candidato branco, nos revelam toda uma construção identitária não-branca. Além disso, a citação pode nos revelar que ambos se posicionavam no enfrentamento direto ao seu oponente (GARCIA JUNIOR, 1860). Mesmo acuado, perante dois homens negros, ainda que doutores, não fizeram com que o doutor Domingos, se visse repellido em responder com insultos, aos candidatos médicos negros, seus oponentes, frente a banca formada por outros doutores médicos.

Por essa perspectiva, entendemos que essas possibilidades de ruptura desses médicos negros são oriundas de um processo ocorrido, sobretudo, por meio da constituição do Império, lançada nove anos antes, e que em seu artigo 179 serviu, não somente de garantia individuais, mas como possibilidade de ascensão social desses sujeitos livres e libertos, como intelectuais, profissionais, artistas, técnicos e médicos. Conforme nosso personagem informa “... por burla foi e é, para nós outros, o artigo 179 da constituição do império em que nasci! (GARCIA JUNIOR, p. 64, 1860).

Ainda que compreendamos que os direitos desses homens de “cor” como sujeitos livres, antecedessem a própria constituição, podemos pensar que já era uma prerrogativa utilizada por esses homens, antes de 1822, pondo em relevo uma cultura de organização,

estratégias e ações desses homens de “cor” muito antes do que podemos considerar (PINTO, 2018), ou como informa nossa personagem, em seus apontamentos, sobre a relação desses “mulatos” com a liberdade - “em um lugar de tantos mulatos como o Rio de Janeiro, em o qual é já o mulatismo um princípio anteposto à doutrina do artigo 179 da constituição do Império” (GARCIA JUNIOR, 1860, p.40) nos indica como a ideia de liberdade, a esses grupos identitários, já antecedia a própria constituição de 1824.

Dessa forma, compreenderemos que a Faculdade de Medicina, alguns meses antes do próprio surgimento de uma imprensa negra como agente transformador da população de “cor” já era palco, para que esses homens negros impusessem seus direitos, como cidadãos livres, em busca de suas ascensões sociais nos espaços de poder e nos concursos públicos, em pé de igualdade com seus oponentes, ali nos primórdios do ano de 1833.

Jeane Berrance de Castro (1965) em trabalho seminal referente a “imprensa mulata” apresentou questões relevantes sobre o surgimento de veículos midiáticos antirracista, sobretudo no ano de 1833. A tese da autora acaba por privilegiar, de forma exclusivista, a imprensa negra brasileira, como a única possibilidade de ascensão social dos homens de “cor” daquele período, quando afirma que “os homens de cor, livres, por meio da imprensa, ascenderam socialmente como profissionais, quer como técnicos, quer como intelectuais” (CASTRO, p. 184).

Nesse sentido, buscamos avançar nas colocações da autora no que concerne a compreender o ano de 1833, como um rompante de possibilidades dadas em diferentes frentes, a esses sujeitos livres ou libertos, todavia, foi um movimento marcado oficialmente ao menos desde 1824, mas certamente com reflexos antes disso. Nesse sentido, consideramos a imprensa negra, como a faculdade de medicina da Corte, os pasquins, as revistas médicas, como *meios* através do qual, esses sujeitos negros por meio da Constituição do Império, buscavam constituir seus direitos e se fazerem presentes em diferentes setores da sociedade. Pinto (2010) considera essas estratégias por garantias de direitos dos homens de “cor” com uma prática iniciada há bastante tempo, antes da própria constituição, seja para denunciar o preconceito racial no debate público, seja como forma de alcançar, posteriormente, suas garantias individuais por meio da constituição.

Todavia, a constituição do Império de inspiração iluminista que estabeleceu não haver diferenças entre os indivíduos por conta da sua cor de pele, acabou por legalizar, ao mesmo tempo, a cobrança por direitos desses homens negros. De fato, nove anos depois do lançamento dessa carta magna, no contexto da minoridade em que ela surgia,

no que concerne a questão racial, assistimos no ano de 1833, diferentes frentes de embate entre homens de “cor” em diversos setores da sociedade.

Entretanto, é importante destacarmos a capacidade de articulação desses sujeitos negros com personagens “brancos” e influentes que ocupavam postos de comando, seja a nível político ou jurídico. Godoi (2018) nos indicou a importância que o poeta Evaristo da Veiga deteve na trajetória do jovem editor Francisco de Paula Brito. O doutor Nunes Garcia foi, sem sombra de dúvida, incentivado por alguns personagens de destaque que saíram em sua defesa, frente às injustiças da direção da Faculdade de Medicina contra ele. A figura do então desembargador, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, nas ações após concurso de 1833, em favor do nosso personagem, foram fundamentais para o seu ingresso na Faculdade de Medicina como professor substituto.

Aureliano foi deputado provincial, juiz de paz, ministro de Estado, e, a partir de 1833, foi titulado como Visconde de Sepetiba. Após o vazio provocado pela saída de Diogo Feijó, o então desembargador Aureliano passou a exercer forte influência no período regencial e, sobre a própria figura do jovem monarca dom Pedro II. É importante destacarmos que Aureliano sempre demonstrou constante preocupação e atenção com os grupos ditos minoritários daquele contexto. Peixoto (2016) informa que ele liderou uma briga solitária contra o sistema escravista, recriminando publicamente as punições em pelourinho, por isso, exigindo seu fim, assim como, os castigos e humilhações contra escravizados e se fazendo muitas vezes presente na defesa desses sujeitos.

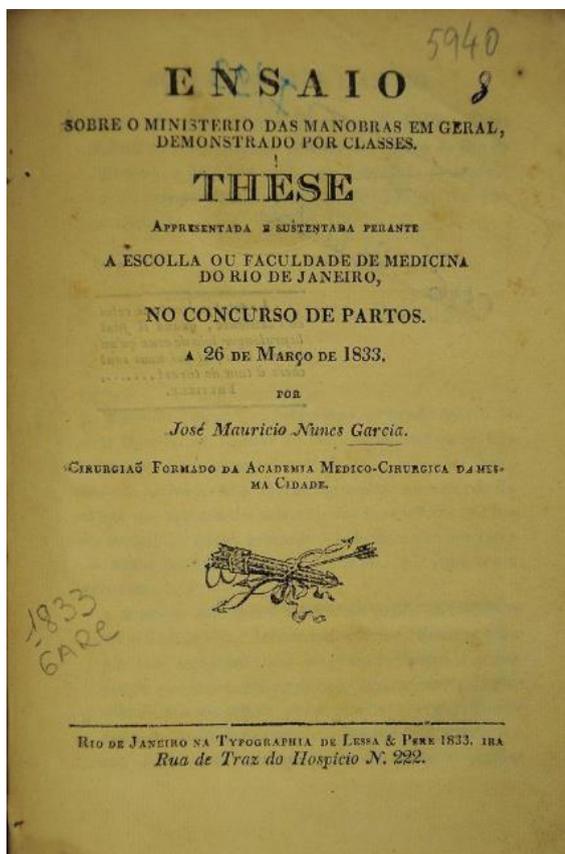
O contexto do período regencial respirava novos ares após a renúncia de Diogo de Feijó e o seu indicado a assumir o cargo de ministro de Império, Pedro de Araújo Lima, o marques de Olinda. O gabinete inicialmente contou com nomes influentes da província de Pernambuco, tal qual, o Visconde de Albuquerque, que era visto como o “ministério das capacidades”, período em que foi criado o colégio Pedro II, o IHGB, e o arquivo público. De fato, esse ministério foi breve, sendo substituído, em três de agosto de 1832, por novos nomes, tal qual, o desembargador Aureliano Coutinho, que assumiu diferentes pastas nos ministérios do Império, o que possibilitou ações mais progressistas no que tangesse os usos constitucionais e imperiais, nas garantias dos direitos de homens de “cor” e em espaços até então não reservados para estes.<sup>105</sup> Aí se justifica o seu decreto determinando o ingresso imediato do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior como

---

<sup>105</sup>PEIXOTO, Priscila. O Caminho do Aterrado e o pensamento urbanístico no Brasil (1825-1853), *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.10, 2016

professor substituto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1833.<sup>106</sup>

**Imagem 06 Capa tese concurso cátedra de partos, 1833**



Tese dr. José Mauricio Nunes Garcia Jr, concurso 1833.  
Fonte: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

As decisões políticas tomadas após independência tiveram reflexos alguns anos depois no que concerne as alterações postas nas configurações de lutas e resistência negra no contexto regencial. O período regencial pode assistir a explosão do direito a palavra no espaço público, por conta dos direitos constitucionais, o que possibilitou debates para que a raça negra estabelecesse grupos identitários específicos e com capacidade de articulação no espaço público. Nesse caminho, assistimos os dois candidatos negros se apresentarem, como concorrentes, para a cadeira de partos, em concurso público, para a faculdade em princípios de 1833, cercados de estratégias para eliminar seu oponente, expondo todo o embate daquele período.

Nesse concurso, ambos os candidatos precisavam defender uma tese perante banca formada por professores da instituição. O doutor Júlio tratou sobre a importância

<sup>106</sup> Garcia Jr.(1860)

do aleitamento materno. Doutor José Mauricio abordou manobras no parto e o doutor Cardoso sobre infecções uterinas. É importante destacarmos que ambos os médicos negros alcançaram a mesma pontuação nessas provas. Todavia, houve uma escolha para o doutor Francisco Júlio Xavier que assumiu a cátedra de Partos reforçando a possibilidade desses homens de “cor” estarem nesses espaços se quer reservado para eles.

Ainda que o doutor Nunes Garcia não tenha sido aprovado para a cátedra de partos, ele conseguiu tomar posse como substituto na classe de anatomia graças ao decreto do desembargador Aureliano conforme já dito. Entretanto, somente em 1839, após outro concurso, ele conseguiu assumir a cátedra de anatomista, ainda que contando com ajuda de amigos e de outro decreto para tomar posse de sua cadeira. Entretanto, é importante destacarmos que a escola médica contou, a partir de 1833, com dois professores de “cor”, em seus quadros professorais e, era inevitável que o debate racial estivesse posto e tensionado por esses sujeitos.

**Imagem 07 doutor Joaquim Candido Soares de Meirelles**



Fonte: Acervo pessoal do autor

É importante destacarmos que o médico doutor Joaquim Candido Soares de Meirelles, apesar de todo prestígio, não conseguiu ingressar na Faculdade Médica por conta das indicações políticas denunciadas por ele mesmo em jornais, porém, ele exerceu influência na relação desses médicos, doutores Júlio Xavier e Nunes Garcia Junior, com a Faculdade. Ele foi grande incentivador para que o doutor Nunes Garcia lançasse seu

manual anatômico ainda que desencorajado pela própria diretoria da Escola. Em seus apontamentos, o doutor Nunes Garcia apresenta íntima relação com o amigo médico doutor Soares a nos informar “aceitei o conselho do meu compadre e amigo o Dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles, fazendo me sentir o fato de poder ser desatendido por uma Faculdade despeitada.” (GARCIA JUNIOR, p.50, 1860). O trecho também revela a queixa sobre o manual de anatomia escrito por ele e, em um primeiro momento, desprezado pela Faculdade Médica, embora, posteriormente, adotado oficialmente como livro da Escola médica.

Finalmente, buscamos destacar que o contexto histórico do período regencial e sua relação com o debate racial, especialmente na Faculdade de Medicina na Corte, em 1833, no que pese a relação desses médicos negros com seus pares e superiores, carece de maiores estudos e problematizações. Entretanto, é importante destacarmos que nesse contexto do século XIX, o conceito de raça esteve atrelado a racialização (biologizante) que buscava justificar a escravidão e, por conseguinte, estabelecer restrições aos direitos civis dos homens negros livres ou libertos. Todavia, dentro do contexto da diáspora negra brasileira, ao possibilitar que uma parcela considerável da população não-branca brasileira vivesse de forma livre ou liberta, essa construção social de raça acabou estabelecendo diversas contradições, ligadas a direitos civis, políticos e ao direito à cidadania de homens negros em um contexto escravocrata. A situação acabava por estabelecer embates diretos entre negros e brancos. Importante destacar que em diferentes espaços ocorreram esses embates, sendo a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, somente um dos muitos exemplos, dessa arena de disputas nos primórdios do ano de 1833, que reflete parte de um esforço coletivo de intelectuais negros em controlar os códigos que dominavam aquele contexto e subvertê-los.<sup>107</sup>

## 2.6 O professor Catedrático

Ao realizar uma leitura atenta nos apontamentos biográficos do doutor Nunes Garcia Junior, observa-se pormenorizadamente as narrativas relativas ao seu concurso e a sua ascensão ao título de professor catedrático de anatomia descritiva da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1839. Ainda que para obter sua cátedra ele tenha passado

---

<sup>107</sup> Fonte: Pinto, 2005

por sérias dificuldades colocadas pela diretoria da Faculdade, nosso protagonista conseguiu o cargo pleiteado.

Em relação ao concurso de 1839, o doutor Nunes Garcia Junior nos apresenta informações pertinentes sobre a sua tese, as provas para o concurso e as dificuldades impostas pela Faculdade para que ele assumisse de fato sua cátedra. Todavia, antes de adentrarmos aos embrolhos que envolviam tal processo, talvez seja interessante voltarmos ao concurso anterior, no qual enfrentou todas as adversidades para participar de uma seleção no qual a vaga já pertencia ao seu oponente.

Em 1838, veio a óbito o professor Cambucy do Valle e nosso doutor negro já pode experimentar a ira e os rancores da diretoria e professores daquela Faculdade ao se inscrever no concurso anterior ao de anatomia para a cadeira de Operações e Aparelhos que estava vaga. Ainda que ele soubesse que a cadeira “pertenceria” a outro professor substituto da seção de cirurgia, dr. Francisco de Paula Menezes, que de fato foi o empossado, ele nos informa ter escrito uma tese sobre os “tumores da fossa ilíaca” tendo sido impressa em três versões: a primeira na Tipografia do amigo e compadre Francisco de Paula Brito, a segunda na oficina do escritor Texeira e Souza e, a terceira, no Jornal do Comercio. Entretanto, devido ao pouco tempo, a tese não foi finalizada a contento do autor.

Em princípios de 1839, o médico e professor José Joaquim Marques, lente de anatomia, sairia, então, para a aposentadoria. O doutor Nunes Garcia já era, desde 1833, professor substituto do velho mestre e, por direito, era o único que poderia tomar posse dessa cadeira conforme os estatutos da própria Faculdade, incorporados pela Reforma de 1833. Todavia, o que se viu foram as mais diversas dificuldades impostas ao médico, fazendo com que ele recorresse ajuda de pessoas externas à instituição, como o senhor Manuel Antônio Galvão, então deputado, desembargador, senador e, finalmente, ministro do Superior Tribunal de Justiça. Foi ele quem interferiu pessoalmente em toda a querela desse concurso.

Doutor Nunes Garcia Junior nos informa que durante sua prova oral, nesse concurso de 1838, notou a - “troca de olhares significativos entre os próprios juízes do concurso e o [seu] meu contendor” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 28). Lima (2023) nos informa todas as políticas escusas que envolviam os concursos para professores da Faculdade de Medicina da Corte carioca. O próprio doutor Joaquim Candido Soares de Meireles homem afamado como médico da Corte, primeiro presidente da Academia

Imperial de Medicina, foi um dos que jamais conseguiu adentrar ao cargo de professor da Faculdade por conta desses apadrinhamentos. Foi o próprio doutor Soares de Meireles que relatou, na época, toda esta “coterrie” que o ministro do Império, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, havia causado, nomeando por decreto o seu médico pessoal para a cadeira de Clínica Cirúrgica, no qual doutor Soares, formado em Paris, estava destinado.<sup>108</sup>

Ainda que não tenha sido aprovado nesse concurso, doutor Nunes Garcia Junior, nos informa que sua tese sobre os “tumores da fossa ilíaca” foi levada para Europa e com esse trabalho ele obteve o título de membro correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa.

No ano seguinte, em 1839, se aposentou o doutor José Joaquim Marques, professor de anatomia. Naquele momento, nosso protagonista era o único substituto desse velho mestre e já atuava como professor de anatomia substituto, inclusive trabalhando com alunos do 2º e 3º ano em estudos de “espectrologia aos ligamentos, músculos, vísceras e dos órgãos dos sentidos é que seguia aos nervos e vasos” (GARCIA JUNIOR, 1860, p.29). De fato, seu relato, os estatutos da Escola determinavam que, no impedimento do professor catedrático, os professores substitutos existentes daquela cadeira deveriam realizar concurso entre eles. Todavia, a cadeira de anatomia era vista como “incomoda e maçante, nada de agradável ou diletante se não para aqueles que se voltam a dissecação” (GARCIA JUNIOR, 1860, p.29) declarou doutor Nunes Garcia por conta de seu concurso e por ele não ter até aquele momento professores substitutos concorrentes.

Os estatutos da Faculdade de Medicina desse período no qual doutor Nunes Garcia se baseia foram regulamentados na Reforma de 1832. Esses estatutos buscaram justamente provocar mudanças estruturais em toda escola médica que a partir de então ficou denominada como Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, substituindo a antiga descrição de Academia Médico-Cirúrgica. Os estatutos previam mudanças nos exames discentes e determinavam o período letivo de 1 de março a 31 de outubro, onde o curso passou a ser de seis anos, com quatorze matérias lecionadas exclusivamente por professores doutores. Finalmente, determinou-se que os professores substitutos somente

---

<sup>108</sup>LIMA, Silvio Cezar de Souza. JOAQUIM CANDIDO SOARES DE MEIRELLES: UM MÉDICO NEGRO NA CORTE IMPERIAL (1797-1868). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 320-343, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/968>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

poderiam ser demitidos após consulta a Congregação e esses podiam, por meio de concurso, preencher a vaga dos professores catedráticos<sup>109</sup>.

Ao informar a diretoria da Faculdade de Medicina sobre a singularidade daquele concurso pelo fato de ser ele o único substituto daquela matéria, doutor Nunes Garcia Junior sofreu serias perseguições e acintes da diretoria da Escola na pessoa do diretor doutor Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto ou Barão Iguaraçu. Foram os jornais de então que serviram para doutor Nunes Garcia denunciar publicamente, os acintes da diretoria por conta da realização do seu concurso com concorrente. O fato que o mais incomodava era ser o seu oponente seu ex-aluno, Domingos Azevedo Marinho Americano, recém-formado e protegido na diretoria da Escola e no Ministério do Império. De fato, as denúncias nos jornais provocaram alguns efeitos meses depois quando o então Senador e Ministro do Superior Tribunal de Justiça senhor Manuel Antônio Galvão entrou em sua defesa.

No *Jornal do Comercio* podemos acompanhar todos os embrolhos por conta desse concurso para professor catedrático, que acabou por ultrapassar os muros da Faculdade e expunham publicamente sua origem sacra e, nas entrelinhas, a opinião racista de que era incapaz para o cargo em virtude de sua “cor”. O que de fato podemos observar é que a diretoria impôs os maiores obstáculos para a realização do concurso e, em seguida, impuseram dificuldades para que ele pudesse tomar posse de sua cátedra em um processo que durou ao menos entre junho e novembro de 1839.

Em 29 de junho de 1839, o doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior denunciou por meio do *Jornal do Comercio* a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em nota, o médico explanou o fato de a diretoria da Faculdade até aquele momento não aceitar ele como o único concorrente para o concurso da cátedra de anatomia, por ser ele o único professor substituto, conforme determinava os estatutos. O médico, estrategicamente, denunciava a escola médica por infringir, segundo ele, os artigos 179 da Constituição do Império tão aclamado pelos homens “de cor”, além do artigo 93 do Código Criminal e o 7º artigo da Lei Orgânica da Escola<sup>110</sup>.

Ao recorrer publicamente ao artigo 179 da Constituição do Império que justamente garantia a liberdade individual a todo brasileiro, além dos direitos civis, o médico evidenciava o possível preconceito racial por parte da diretoria daquela Escola ao

---

<sup>109</sup> Fonte: ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO (fiocruz.br) Acesso em: 3 de janeiro de 2023.

<sup>110</sup> Fonte: *Jornal do Comercio*, 1839

dificultar sua ascensão à cátedra. Hebe Matos (1999) nos lembra que a Constituição de 1824, no seu artigo 179, revogava a mancha de sangue ao estabelecer direitos civis a todo Brasileiro ainda que em um sistema escravista.<sup>111</sup> Além disso, ao recorrer ao artigo 93 do Código Criminal, doutor Nunes Garcia Junior expõe a Faculdade Médica ao evocar “os crimes contra os livres exercícios dos poderes públicos” que em seu artigo 93 definia de 4 a 6 meses de prisão a quem usasse de violência ou ameaças aos membros das câmaras legislativas e para os que buscam melhor influir em seu emprego ou pelo que tenha sido dito ou praticado em local empregatício<sup>112</sup>.

As denúncias do doutor Nunes Garcia Junior e sua busca por direitos publicamente suscitou a ira da direção da Faculdade de Medicina. Todavia, para espanto do médico, o jovem recém-formado, Domingos Marinho Azevedo Americano se colocou como possível candidato a cátedra de anatomia, apoiado por outros professores e pelo próprio diretor da Escola, doutor José Martins da Cruz Jobim, desafeto do doutor Nunes Garcia Junior.<sup>113</sup> Esse recém médico, doutor Domingos Americano, era protegido do senhor Bernardo Paiva de Vasconcelos, ministro do império, e que quando substituído por Francisco Paula Albuquerque também mantinha preferência sobre doutor Domingos. Segundo doutor Nunes Garcia Junior a cadeira de anatomia havia sido reservada ao doutor Domingos Americano como dote de casamento (GARCIA JUNIOR, 1860).

Nesse período, o Império vivia dias de turbulências e a Faculdade Médica como de costume vivia seus embates entre professores médicos. De fato, o que vemos é que doutor Domingos assumiu publicamente uma clara ofensiva contra doutor Nunes Garcia Junior nos jornais se garantindo certamente por essa proteção que tinha de membros do Império e na própria Faculdade de Medicina, o que serviu de palco para que esses doutores praticassem as mais diversas ofensas e preconceitos contra o nosso doutor negro nos jornais.

É o próprio doutor Nunes Garcia Junior que, em 20 de julho de 1839, confirma para os leitores do *Jornal do Comercio* sua origem sacra já denunciada publicamente por doutor Domingos Americano: “declaro que minha educação foi cuidada e dirigida pelo meu respeitoso pai, o muito conhecido padre José M. N. G”<sup>114</sup>.

---

<sup>111</sup> MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Ed. Zaar, Rio de Janeiro, 1999

<sup>112</sup> Fonte: TINOCO, Antônio Luiz Ferreira. *Código Criminal do Império do Brasil anotado: história do direito brasileiro*. Editora Senado Federal, Brasília, 2033

<sup>113</sup> GARCIA JUNIOR, José Mauricio Nunes. *Apontamentos biográficos* (manuscrito), Rio de Janeiro, 1860

<sup>114</sup> Fonte: *Jornal do Comercio*, 1839

É certo que ele buscou em uma jogada estratégica e bastante capiciosa trazer para o debate não sua origem sacra, mas, sua “cor” de pele relacionando-a aos direitos de todo cidadão brasileiro, já definido na Constituição de 1823 em seu artigo 179 onde denunciava no mesmo jornal sobre as dificuldades impostas pela escola médica: “as habilitações que o abaixo assinado tem para o magistério da cadeira em questão, em uma Escola nascente, a não ser sua cor escura e em despeito ao artigo 179, § 14”<sup>115</sup>. Denunciou ele fazendo referencia a sua “cor” de pele e as dificuldades impostas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Pinto (2018) defende a tese de que as estratégias utilizadas por esses homens de “cor” ao exporem a sociedade, suas demandas, relativas à cor e à cidadania, permitiu-lhes capacidade de produzirem tensionamentos e efeitos em toda sociedade ao recorrerem constantemente ao artigo 179 da Constituição do Império, ao código criminal, com a possibilidade de detenção e as próprias leis orgânicas que instruíam as Academias Imperiais.

A sociedade de então vivia esses tensionamentos com esses homens de “cor” ao se verem em pé de igualdade em espaços da Corte carioca. O editor Paula Brito já denunciava em jornais voltados para a população negra, por volta do segundo semestre de 1833, a ausência de homens não-brancos em espaços outros como as repartições públicas, as Academias e outras instituições do Império. O próprio doutor Domingos Marinho Azevedo Americano, ainda que protegido pela Escola Médica, arrostou de todas as formas para concorrer com doutor Nunes Garcia no concurso singular para a cátedra de anatomia descritiva. Em 23 de setembro de 1839, expirou o prazo para inscrição de concorrentes, ainda assim, o doutor Domingos Marinho recorreu a Comissão de Instrução Publica ao se sentir “injustiçado” perante o doutor José Mauricio Nunes Garcia<sup>116</sup>.

Nos apontamentos biográficos, o próprio doutor Nunes Garcia nos informa que o diretor da Faculdade, doutor José Martins da Cruz Jobim, procurou o Ministro do Império, senhor Antônio Galvão, em sua residência, pedindo que não aprovasse doutor Nunes Garcia Junior por meio de um concurso singular, sem concorrentes, por ver ali a brecha para novos problemas na Escola médica da Corte. Somente em 4 de novembro de 1839, por decreto do Regente, em nome do Imperador, o doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior era nomeado o primeiro professor proprietário da cadeira de anatomia geral e descritiva em concurso próprio dessa matéria no cargo, que se manteve até 1857.

---

<sup>115</sup> Fonte: Jornal do Comércio, 1839

<sup>116</sup> Fonte: Jornal do Comércio, 1839

Dessa forma, ter um homem de “cor” naquele contexto histórico, como primeiro professor catedrático de anatomia descritiva da Faculdade de Medicina da Corte carioca colocava doutor Nunes Garcia Junior, como tantos outros, homens, negros, livres ou libertos, frente às tensões vividas nesse período, como pioneiro no seu campo de trabalho. É fundamental destacarmos que apesar de todas as interdições, sujeições e dificuldades, ainda que em um contexto escravocrata, esses médicos negros, por meio de suas atuações, tensionavam todas as complexidades das relações raciais no Brasil imperial. Esses sujeitos conseguiram se impor e colaboraram mutuamente para o desenvolvimento da sociedade brasileira com suas presenças integradas a essa realidade como cidadãos brasileiros, exigindo não somente reconhecimento como doutores, mas respeito, como médicos e homens de “cor” de seus pares.

A partir dos apontamentos biográficos e das relações de ajuda mútua entre esses médicos negros, seja na Faculdade de Medicina, seja na Academia Imperial de Medicina, podemos refletir como a união desses sujeitos, negros letrados, médicos, se relacionavam em projetos coletivos que visavam estabelecer uma identidade racializada que por meio da politização e de estratégias, a partir das leis e da constituição, encontrassem brechas para terem seus direitos garantidos e possibilitassem que a partir de 1833, a Faculdade de Medicina contasse com dois médicos negros.

Nesse sentido, essas memórias aflitivas do nossa protagonista exposta em formas de apontamentos biográficos possibilitou-lhe uma reflexão sobre tudo o que isso representa enquanto espaços de experiência de seus traumas, raivas e decepções. De certa forma, essas lembranças impedidas ou silenciadas, acabaram sendo estruturadas entre uma grande repressão, não ditos, silêncios e rancores. Ainda que continente brigando por seus direitos.

Em diálogo com Pollak (1999) podemos pensar como essas memórias pessoais se coadunam aos contextos históricos de um Brasil escravista, e posto em hierarquias de raças entre pessoas brancas e negras. Ou seja, na maioria das vezes é relevante considerarmos uma clivagem entre memória oficial, muitas vezes, estabelecidas por narrativas ditas oficiais por parte dos Estados, que vai privilegiar a histórias de vida de homens, brancos, dentro de toda uma normatividade, a memória histórica, construída a partir do ofício do historiador, e uma memória dominante, surgida nos grupos sociais por meio de tradições, representações e simbolismos de determinadas sociedades, essas e outras memórias subterrâneas, narradas de forma oculta e distanciada de quaisquer análises é o que revela diferentes camadas de investimentos simbólicos como o caso do

doutor Nunes Garcia Junior e seus apontamentos biográficos. Todavia, é fundamental destacarmos que essa autobiografia, somente foi realizada, graças aos esforços de um projeto da elite cultural brasileira e, por conseguinte, a um projeto que visava a construção de uma história nacional em diálogo com a história autobiografia dos sócios do IHGB então projetada por intelectuais como Joaquim Manoel de Macedo e Manuel de Araújo Porto Alegre, amigos pessoais do doutor Nunes Garcia Junior, e projetores de um passado histórico e factível dos brasileiros visando sempre a valoração das fontes históricas e a produção de escritas biográficas e autobiográficas da elite intelectual de então. Para isso, essa classe recorria a estratégias e lugares de memória que pudessem servir de arcabouço para essas estratégias de memória em lugares de memória como IHGB.

## 2.7 O atentado

A união matrimonial entre José Mauricio Nunes Garcia Junior e Anna Francisca da Silva durou exatamente vinte anos. Os anos finais da relação deram-se de forma extremamente abrupta e conturbada em questões que envolvia traição e uma sequência de tentativas de assassinato por meio de envenenamento, segundo ele, a mando de sua esposa Ana Francisca como “autora e cúmplice do crime” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 55).

Todo enredo é detalhadamente pormenorizado por doutor Nunes Garcia Junior que nos apresenta detalhes desde o casamento com Ana Francisca até o desfecho final com a separação e a sua expulsão da residência deixando marido e filho para trás. Anos mais tarde, em seus apontamentos biográficos, o médico declarou que “Em 22 de setembro de 1833, dia em que meu pai contava os seus anos é que por isso escolho para o fato, casei com a mulher de que estou hoje divorciado perpetuamente e por sentença do vigário geral (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 31).

A cerimônia realizou-se em vinte e dois de setembro de 1833, dia natalício do pai padre e três meses após o concurso para a Faculdade de Medicina que lhe garantiu um salário fixo como professor, desde 16 de julho de 1833, como substituto na Seção de Cirurgias na turma de anatomia. O casamento ocorreu na imponente igreja matriz do Santíssimo Sacramento, localizando atualmente na Rua dos Passos, às quatorze horas, tendo por celebrante o vigário Luís Francisco de Menezes. Os padrinhos dos noivos foram os amigos de longa data do doutor Nunes Garcia Junior que compunham aquela geração de homens “de cor”: O velho mestre e médico doutor Cambuci do Valle, além do amigo

peçoal, professor e compositor, Candido Inácio da Silva, ex-aluno do padre José Mauricio, e, na época, referenciado na Corte com suas composições de lundus e música orquestral. É plausível pensarmos que a mãe Severiana Rodrigues Martins e as irmãs Panfilia e Josefina, além do meio irmão Severiano Rodrigues, estivessem presentes na cerimônia. No registro de casamento não consta por questões naturais o nome do pai do noivo, padre José Mauricio Nunes Garcia, entretanto, consta o nome de solteira da mãe.

Anna Francisca da Silva era filha de Francisco Fernandes Novaes com Francisca Ignacia da Silva. Os dados mais concretos que nos chegam é que ela foi batizada na Freguesia da Candelária<sup>117</sup>, no mais, são parcas as informações sobre o início da relação entre namoro e casamento do casal, apesar do curto espaço de tempo. Sabemos que era alfabetizada. Doutor Nunes não faz referência ao início da relação, mas dedicou diversas composições para a esposa<sup>118</sup>. Segundo Mattos (1999) é plausível pelo sobrenome materno, Anna Francisca, tivesse alguma ligação familiar com o compositor Candido Ignacio da Silva, padrinho dos noivos.<sup>119</sup>

É possível que não tenha sido das mais confortáveis a vida do jovem casal Nunes Garcia. Ainda que contando com um salário fixo como professor substituto e os atendimentos clínicos, a renda deveria atender, não somente a esposa, assim como, as irmãs Panfilia e Jofina que já viviam como pensionistas na Santa Casa de Misericórdia às expensas do irmão.

O jovem casal, em um primeiro momento, residiu na antiga rua do Piolho, futura rua da Carioca, em um sobrado dividido entre residência e a clínica médica. Anos depois, é provável que, com melhores recursos financeiros, o casal se transferiu para uma chácara no bairro do Rio Comprido. Além disso, doutor Nunes Garcia e Anna Francisca da Silva mantinham uma residência de veraneio, na cidade de Valença, interior do estado do Rio de Janeiro, para onde se deslocavam com frequência. A partir do registro de separação impetrado pelo doutor Nunes Garcia Junior, podemos saber um pouco mais sobre o patrimônio material do casal que era constituído por louças, mobílias, imóveis,

---

<sup>117</sup> A freguesia da Candelária até o século XVIII compreendia a região da então rua direita até a rua ouriveres (atual rua Miguel Couto) além da região da Santa Casa da Misericórdia e o antigo morro do Castelo. Soares nos lembra que a região era importante ponto escravista e de comércio marítimo por sua proximidade com o mar e desempenhando forte papel sobre a população africana. Fonte: [Uma porta para o mundo atlântico: africanos na freguesia da Candelária da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, século XVIII – Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro](#)

<sup>118</sup> Ver: Maurcinas (1849)

<sup>119</sup> Mattos (1999)

escravizados, e uma considerável quantia financeira, ainda que a dívida do casal fosse elevada, no momento da separação.

Em seus apontamentos biográficos, doutor Nunes Garcia Junior é contraditório ao referir sobre o fim da relação de vinte anos com Anna Francisca da Silva. Primeiro nos informa que nada deixara à esposa: “aquele monstro em forma de gente” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 48). Todavia, no registro de separação ele não somente assume a dívida do casal como disponibiliza alguns objetos a sua ex-esposa. Ainda que ela tenha sido expulsa de sua residência na presença dos escritores e amigos, Joaquim Manoel de Macedo e Manuel de Araújo Porto Alegre, e por eles acompanhada até a região do Saco do Alferes, no bairro do Caju. Ali, residia a mãe de Anna Francisca que dias depois voltou a residência do casal para retirar os pertences da filha.

Esse fato é sem sombra de dúvida o mais traumático na escrita da história de vida do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior em seus apontamentos biográficos. São recorrentes as vezes em que ele retorna ao tema pormenorizando todo o episódio. As tentativas de assassinato, o conluio entre a esposa e o escravizado, José, que ele alugou do senhor Clemente J. de Goes Vianna, para cuidar de suas refeições foram encaminhadas ao chefe de polícia da cidade o fato lhe envergonhou por toda vida<sup>120</sup>. Todos os detalhes desde a descoberta das tentativas de assassinato, a localização das provas do crime, assim como, os depoimentos dos envolvidos foram relatados nos apontamentos biográficos e, segundo ele, em um diário destinado a esse fim e ainda não localizado em nossas pesquisas. Segundo o doutor Nunes Garcia, ele encontrou na gaveta da esposa, restos de venenos, junto a resposos com a letra de Anna Francisca que diziam: “Não te posso mais valer, hás de morrer por força; lá vai Jose Mauricio com baração, aos meus pés corre gritando, D. Anna me valha XX” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 48, *grifos do autor*). Além dos resposos, doutor Nunes Garcia localizou restos do veneno em uma mistura de “timbó com vidro moído” administrado pela esposa e que contou com ajuda dos cozinheiros da residência.

De Azevedo (2006) analisa a criminalidade escrava no século XIX e destaca interessantes pontos sobre a preocupação em que vivia a elite brasileira de então. Após anos do sistema escravista a massa negra dos oitocentos demonstrava toda sua

---

<sup>120</sup> Os escravos de ganho foram pessoas que se viam obrigados a realizar algum tipo de trabalho remunerado e, após algum período, retornavam ao seu proprietário a soma estipulada. Muitos desses escravizados conseguiram comprar suas alforrias e liberdades. É certo que havia maiores vantagens desses escravizados sobre os demais na medida em que podiam circular mais “livremente” pela cidade.

insatisfação, muitas vezes, por meio da violência física. Agressões físicas, verbais e até a morte dos seus senhores eram práticas que cada vez mais se naturalizavam naquele contexto. Por outro lado, o Estado imperial buscou cada vez mais criminalizar qualquer violência dessa massa negra contra os seus senhores. A elite brasileira naquele momento estabeleceu a criminalização do negro e, em 1835, instituiu o crime de pena de morte a todo escravizado que atentasse contra a vida do seu proprietário.<sup>121</sup>

É preciso destacar que nosso personagem não era proprietário do escravizado que admoestava suas refeições com timbó e vidro moído. Ainda que tenha sido conduzido a polícia, o escravo de ganho, José, o doutor Nunes Garcia também solicitou a presença do seu proprietário, Clemente J. de Goes Viana, ao chefe da Polícia. No mais, não temos elementos suficientes para saber a razão dos atentados, entretanto, nosso personagem divaga sobre o perfil de sua esposa. De fato, Anna Francisca poderia até vir a ser beneficiada financeiramente com a morte do marido, entretanto, o registro de separação nos indica que era bastante elevada o valor das dívidas do casal. Nos apontamentos biográficos doutor Nunes Garcia faz uma citação que talvez possa justificar as tentativas de assassinato de Anna Francisca ao nos informar já ter conhecimento “dos seus convícios e bebedeiras...” (GARCIA JUNIOR, 1860, p.48, *grifos do autor*)

Silva (2007) apresentou pertinente análise sobre o alcoolismo no século XIX, como um problema social. Para a autora, naquele contexto histórico o abuso do álcool já estava diretamente ligado a comportamentos violentos e criminosos. O aumento nos casos de criminalidade, por conta da bebida alcoólica, fizeram com que os Estados, pouco a pouco, buscassem reprimir o uso do álcool em virtude das crescentes ondas de violência, assassinatos e suicídios em fins daquele século. Ainda que não tenhamos elementos suficientes para justificarmos as razões dos atentados praticados por sua esposa Anna Francisca, exclusivamente por conta dos “convícios e bebedeiras” da esposa conforme denunciado por doutor Nunes Garcia, entretanto, valha a pena apresentar ao leitor algumas questões que antecederam a descoberta e o desfecho dessas tentativas de assassinato.

Em oito de dezembro de 1850 veio a óbito, repentinamente, vítima de um acidente vascular, o doutor Francisco Júlio Xavier, compadre e amigo pessoal de nosso personagem, deixando consternada a classe médica e a sociedade de então. A morte do médico chocou de tal modo a sociedade que diferentes iniciativas buscavam auxiliar os

---

<sup>121</sup> Ver De Azevedo (2006)

familiares do doutor Júlio. Esse médico viveu uma relação com uma mulher divorciada do primeiro casamento e com ela tivera seis filhos, incluindo um recém-nascido. Em um primeiro momento, nosso personagem, ao lado do editor Francisco de Paula Brito, se cotizou em abrir uma loteria para que com o valor arrecadado pudessem amparar esposa e filhos do doutor Júlio.

Em seus apontamos biográficos, doutor Nunes Garcia informa que não satisfeito com a questão financeira levou para sua residência, além dos filhos do doutor Júlio, as amas de leite e a viúva com uma criança de colo: “ninguém duvide! “Deus escreve direito por linhas tortas!” Chegavam 11 bocas para uma panela pobre, e nunca sentimos fome. (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 46) revelou nosso personagem.

A iniciativa certamente pode ter causado desconforto e a ira da esposa, Anna Francisca da Silva, ao ver sua chácara tomada por crianças e amas que totalizam onze membros de outra família. Tanto é que alguns meses após a iniciativa o próprio doutor Nunes Garcia se viu obrigado a se desfazer da adoção, justamente, por conta das intrigas de Anna Francisca. Além disso, para piorar toda o enredo, os Nunes Garcia haviam perdido recentemente o filho mais novo do casal, Apolinario Nunes Garcia, uma criança de colo contando com menos de cinco anos.

Em meados de 1853, aniversário das bodas de porcelana de casamento, nosso personagem se viu às voltas com a expulsão da esposa, o divórcio, a vergonha pública e a condenação dos envolvidos. A esposa divorciada se afastou do convívio do filho e marido que nunca superou o fato. Esse é sem sombra de dúvida o mais atroz e marcante ato na escrita da história de vida desse médico “parece-me suficiente o que deixo escrito sobre um tal fato, por tanto o mais insuportável da minha vida” (GARCIA JUNIOR, 1860, p.25) Finalmente, todas essas narrativas fazem parte dos apontamentos biográficos do doutor Nunes Garcia Junior e, de outros artefatos de suas memórias que nos ajudam a ilustrar essa pesquisa e que compõem o acervo pessoal de nosso personagem onde vamos nos debruçaremos na próxima sessão.

## 3. ARTEFATOS DE MEMÓRIA

### 3.1 Arquivos pessoais negros: uma proposta epistemológica

Não existe, até o presente momento, uma definição específica para a categoria que estamos adotando nesta tese como “arquivos pessoais negros”. Trata-se, inclusive, de uma episteme sequer consolidada no meio acadêmico. As epistemologias, grosso modo, podem ser lidas como projetos filosóficos que visam teorizar um determinado conhecimento científico e os critérios que permitem demarcar sua validade. Nos últimos séculos, uma visão específica de conhecimento tem sido privilegiada em detrimento a outras. A ciência modernista eurocêntrica tem condicionado o modo de produzir conhecimento tomando sua experiência frente a outras regiões e sociedades do mundo como a única válida. Em oposição a essa ciência, foram ganhando repercussão outras propostas epistemológicas, praticadas nas experiências do sul global, a partir de uma revisão dos paradigmas de um pensamento epistemológico convencional.<sup>122</sup>

Souza (2007), por exemplo, busca uma construção científica que possibilite relacionar a constituição dos saberes à natureza e às intervenções no mundo em que elas se desenvolvem. Ou seja, o autor busca, antes de tudo, iluminar, a partir de uma sociologia das ausências, um espectro de possibilidades culturais, históricas e de saberes tornados invisíveis por uma epistemologia hegemônica e hierarquizante do conhecimento. É como se possibilidades de se problematizar produções de saberes, fora do eixo normativo, e a partir de contradiscursos, fossem epistemologias menos importantes. Certamente, pensar em um acervo pessoal que ponha em relevo questões concernentes à raça (negra) impõe outras leituras para se pensar em epistemologias que discutam relações entre arquivos pessoais e históricos de intelectuais negros, no contexto brasileiro

Ainda que sejam bastante atuais os trabalhos com arquivos pessoais e, mais recentemente, arquivos pessoais e gênero, no caso, políticas de reparação pela ausência de arquivos de cientistas mulheres em instituições, eles ainda são poucos, e sua importância está tanto no campo político, quanto no campo das pesquisas e problematizações.

---

<sup>122</sup> Fonte: João Arriscado Nunes, «O resgate da epistemologia», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80 | 2008, publicado a 01 outubro 2012, consultado a 04 setembro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/693>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.693>

Esses estudos, definidos como arquivos pessoais, memória e feminismo são demonstrativos do quanto o tema relacionado a acervos pessoais e questões multidisciplinares é candente na atualidade. (PEREIRA, 2019; SIMIONI, ELEUTÉRIO, 2018; ARAUJO, 2022)<sup>123</sup>. É preciso destacar que não buscamos para esse debate acionar os referenciais teóricos da arquivologia sobre o acervo pessoal do doutor José Mauricio Nunes Garcia. Todavia, é interessante destacarmos os referenciais que adotaremos, apesar de poucos, para tratar arquivos de sujeitos negros e, posteriormente, as possibilidades históricas sociais de análise

Dito isso, buscarei trabalhar com as publicações relativas à categoria “arquivos negros” e as suas possibilidades multidisciplinares de análises. Elas devem envolver os arquivos pessoais, por um viés histórico e etnográfico, que valorize as subjetividades do acervo, a partir de um caso específico, como do nosso personagem, além do contexto histórico de um período escravocrata brasileiro (HARTMAN, 2020; HEYMANN, 1997).

O artigo de Saidya Hartman, intitulado *Vênus em dois atos* (2020), é um dos pioneiros a problematizar o termo “arquivo negro”. A autora apresenta uma inovadora proposta de análise e método para a categoria “arquivos negros” a partir da história. Em primeira ordem, ela propõe forjarmos a categoria “arquivos negros” para além da ortodoxia dos campos disciplinares que o cercam, tal qual, a história ou a própria arquivologia. Hartman defende a tese de que arquivos negros são lugares que se apresentam, antes de tudo, como locais de perdas, não ditos, silêncios, visto que se estabelecem a partir de elementos de uma história extraoficial. Além disso, a autora reconhece a escassez de fontes relativas aos arquivos negros e indica que esses silêncios narrativos, nesses acervos, ocorrerão constantemente frente às narrativas que são impostas sobre os ditos subalternos, o que produz nesses arquivos negros um caráter de incompletude. Hartman propõe como possibilidade de método no trabalho com os arquivos negros, uma fabulação crítica.

A fabula, ao determinar os elementos básicos da narrativa, a partir de eventos cronológicos, experimentados por atores que agem, causam e experimentam esses eventos, pode nos ajudar a reconstituir, por meio das subjetividades produzidas nos

---

<sup>123</sup> Ver PEREIRA, Zelia Maria Cruz. Mulheres e Arquivos Pessoais nas Instituições de Memória Portuguesas. Seminário de Saberes Arquivísticos, UEPB, 2019. Fonte: 4635-12576-3-PB.pdf Acesso em 14 de Agosto de 2023; ARAUJO, Fernanda da Costa. Arquivo e feminismo: o acervo de Maria Lacerda de Moura. História e Cultura. Dossiê Temático. v.11, n.1, jul/2022;); SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Mulheres, arquivos e memórias. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 71, p. 19-27, dez. 2018.

arquivos negros do médico doutor Nunes Garcia, suas formas de contar e entender seu mundo social e seu contexto histórico. Os sujeitos envolvidos nesse arquivo negro são aspectos que a autora compreende como fundamentais para se interpretar as incompletudes que estabelecem arquivos históricos pessoais de pessoas negras.<sup>124</sup>

Uma das possibilidades de análises para esses arquivos negros reside em não buscar resgatar a vida de pessoas escravizadas ou que viveram a diáspora negra, mas construir um quadro completo da vida dessas pessoas, valorando a história dessas pessoas não somente pelo documento, mas iluminando os contextos históricos, os contradiscursos sobre aquele acervo e a própria trajetória do arquivo até chegar aos dias atuais. Todavia, é fundamental termos em mente que os limites do arquivo negro, frente à ortodoxia da arquivologia ou da história cultural, para dar somente um exemplo, ocorrerá pela total impossibilidade de representar a incompletude desses arquivos sobre a vida de negros precisamente por meio desses arcabouços teóricos.

Entretanto, a proposta de Hartman para trabalharmos com esses arquivos negros é justamente valorarmos esses elementos básicos da história, apresentando, quando possível, a sequência de divergências narrativas do ponto de vista da disputa e, fundamentalmente, deslocar a narrativa autorizada ou preestabelecida e imaginar o que poderia ter ocorrido, ter sido dito, ou ter sido feito, divergente da história oficial. O resultado desse método é uma “narrativa recombinante”, que “enlaça os fios” de relatos incomensuráveis e que tece presente, passado e futuro (HARTMAN, 2020, p. 29).

Hartman defende a tese de que é preciso ampliar a instabilidade e os silêncios manipuláveis que produzem os arquivos negros e, a partir de então, se produzir uma contra-história desses arquivos racializando-os na intersecção entre fabula, crítica e contexto histórico. Nesse sentido, pensar em contra-história, por meio de arquivos negros, é transmutar os modos e métodos de pesquisa prevalentes sobre os arquivos pessoais, e reconhecer esses relatos históricos como narrativas insurgentes, perturbadoras e constantemente marginalizadas pelas narrativas ditas oficiais.

Para Hartman, ao valorizarmos essas vozes ocultas, e estabelecermos epistemologias a partir de arquivos pessoais negros, nós de antemão já estaremos por questionar os próprios métodos epistêmicos das ciências sociais conforme ela explana:

---

<sup>124</sup>MiekeBal, *Narratology: IntroductiontotheTheoryofNarrative* (Toronto: Universityof Toronto Press, 1997), 7

É possível exceder ou negociar os limites constitutivos do arquivo? Ao propor uma série de argumentos especulativos e ao explorar as capacidades do subjuntivo (um modo gramatical que expressa dúvidas, desejos e possibilidades), ao moldar uma narrativa, que se baseia na pesquisa de arquivo, e com isso quero dizer uma leitura crítica do arquivo que mimetiza as dimensões figurativas da História, eu pretendia tanto contar uma história impossível quanto amplificar a impossibilidade de que seja contada. A temporalidade condicional do “que poderia ter sido”, segundo Lisa Lowe, “simboliza adequadamente o espaço de um tipo diferente de pensamento, um espaço de atenção produtiva à cena da perda, um pensamento com atenção dupla, que procura abranger os objetos e métodos positivos da História e da ciência social e, simultaneamente, as questões ausentes, emaranhadas e indisponíveis pelos seus métodos (HARTMAN, 2020, p. 28).

A partir dos métodos e questionamentos propostos pela autora, que convergem para nossas questões de pesquisa, nós compreendemos os arquivos negros como todo e qualquer meio material, seja os documentos históricos, as imagens, reuniões de fala, registros esparsos, de posse pessoal ou institucional, que nos remeta às causas, eventos e às memórias coletivas da diáspora negra. Tomando como base as narrativas pessoais, os depoimentos que denunciam violação de direitos humanos por conta do racismo, a militância, a intelectualidade negra, os depoimentos relativos à causa étnico-racial, os arquivos negros são plurais.

Nesse sentido, é plausível compreendermos todas essas narrativas que produzem um arquivo negro a partir desses documentos pessoais como “discursos ocultos” (SCOTT, 2013), ou seja, como narrativas que ocorrem fora dos espaços dos dominantes. É como se os documentos que compõem esses acervos negros fossem produzidos em um espaço de confiança, onde essas pessoas podem se expressar sem serem reprovadas. Trata-se de espaços onde os ditos subalternos podem se resguardar do controle e performar suas próprias identidades. Dito de outra forma, esses discursos ocultos podem funcionar como uma “infrapolítica” à medida que se põe, a partir do que foi ocultado historicamente, como ponto de resistência na contemporaneidade.

Se por um lado são poucos os referenciais que nos apontem possibilidades de análises relativas aos arquivos pessoais negros de caráter histórico, como o dos intelectuais e militantes, por exemplo, por outro lado, ao buscarmos definir a categoria arquivos pessoais negros e propormos possibilidades de análises para esta categoria, trataremos como base teórica: Luciana Heymann (1997) e Jose Reginaldo Gonçalves (2007). Esses autores nos possibilitam análises socioantropológicas sobre o objeto, nesse caso, um acervo pessoal, suas multiplicidades, e a relação desses arquivos com seus

lugares de memória, como os arquivos pessoais históricos institucionalizados com que trabalhamos nesta pesquisa.

Heymann (2012) nos ajuda a compreender as possibilidades analíticas e metodológicas sobre acervos pessoais a partir de estudos etnográficos que valorizem outros aspectos sobre os documentos<sup>125</sup> e Jose Reginaldo Gonçalves nos dá referência para refletir sobre as possibilidades epistêmicas no trabalho com objetos pessoais e históricos, quando transferidos para instituições públicas, além da própria relação dessas instituições com seus objetos de guarda.

Ainda que não tenhamos nenhuma pretensão em realizar uma discussão aprofundada no campo da arquivologia ou da antropologia, conforme já anunciado, buscaremos nos valer desses referenciais para pensarmos as possibilidades de análises de um acervo pessoal negro em uma instituição de guarda prestigiosa como é o caso da Biblioteca Nacional. Heymann (2013), ao propor uma análise etnográfica sobre os arquivos pessoais, tem como objetivo problematizar a relação que o titular daquele arquivo manteve com seus papéis durante sua vida e a própria relação das instituições de guarda com os arquivos pessoais sob a sua guarda. Ou seja, as configurações, os usos, os significados que essas instituições dão ao seu acervo é o que para a autora pode ser destacado nessas análises. Essa vertente de estudos, definida como antropologia dos arquivos, busca sempre deslocar o olhar sobre o acervo pessoal do seu conteúdo para a história da constituição do arquivo e, por conseguinte, como esse arquivo é acessado, preservado e divulgado por seus mantenedores.<sup>126</sup>

Os arquivos pessoais podem nos revelar, dentre outras questões, a subjetividade, a personalidade e as atitudes do titular em cargos ocupados ou posições tomadas, todavia, não queremos com essa afirmação equivaler um acervo pessoal a transfiguração do próprio titular daquele acervo, porém, por meio desses papéis que compõem esse acervo pessoal podemos acessar a intimidade e os desejos do seu titular, esmiuçar o contexto histórico, as subjetividades produzidas pelo personagem e as práticas, representações, dimensões e autoimagem que o titular faz de si perante os outros.

O acervo pessoal do doutor José Mauricio Nunes Garcia é indicativo de um arquivo-memória que, dentre outros documentos, contém uma autobiografia que é uma

---

<sup>125</sup>Fonte: HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012, p.261-282

<sup>126</sup> Fonte: Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

das peças que compõe esse acervo. Com isso, podemos afirmar que o acervo do doutor Nunes Garcia Junior é um repositório de vivências e experiências de um médico negro no contexto escravocrata luso-brasileiro. De fato, boa parte dos documentos desse arquivo revela as vivências profissionais do doutor Nunes Garcia na Faculdade de Medicina e os registros dos preconceitos raciais sofridos enquanto professor catedrático daquela Escola médica. É perceptível que sua autobiografia serve como indicação detalhada dessas vivências pessoais, dos preconceitos vividos, além disso, por meio desse texto autobiográfico, ele faz referência a outros arquivos que podem registrar sua história.

Dito isso, esse olhar sobre as subjetividades produzidas por um acervo pessoal negro pode nos servir de base para problematizarmos a trajetória do personagem, seus círculos de amizade e sociabilidade; suas estratégias como homem de “cor” naquele contexto além de suas produções intelectuais, seus escritos e suas interferências no âmbito privado e público e, sobretudo, é possível conhecermos a trajetória do acervo até os dias atuais. O acervo pessoal do doutor Nunes Garcia Junior pode nos ser indicativo sobre as configurações de memória, relações étnico-raciais, a gestão do passado e suas configurações no presente, ou seja, como se deu a história do acervo pessoal desse médico até seu ingresso na Biblioteca Nacional e quais usos e sentidos são atribuídos a esse acervo nos dias de hoje, questões perenes nos próximos capítulos.

Gonçalves (2007) nos referencia para compreendermos a transição desse acervo pessoal de uso cotidiano do nosso personagem até sua entrada na Biblioteca Nacional, atual mantenedora desse acervo, além de análises que iluminem a relação dessa instituição com esse acervo. Ora, se adotarmos uma visão etnográfica sobre esse acervo pessoal, compreendendo-o como um objeto social, que desempenha diferentes funções histórico-sociais e culturais, e que ao ser retirado de seus contextos pessoais e familiares originais, sendo reclassificados como itens de uma grande coleção institucional, como é a Coleção Júlio Ottoni do qual o acervo pessoal do doutor Nunes Garcia faz parte, nos coloca frente a diferentes questões nesse debate. Por esse caminho, acompanhar o deslocamento desses objetos históricos, nesse caso, um acervo pessoal, posteriormente institucionalizado, é um exercício que em grande parte demonstra a dinâmica da vida social e cultural, pois esses objetos atravessam diferentes contextos, nos revelando o seu deslocamento, transformação e podendo ser alçado a patrimônio cultural.<sup>127</sup>

---

<sup>127</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Ed. Coleção, museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro, 2007. p. 15

Essas coleções, ao alcançarem o status de patrimônio cultural, são capazes de tornarem-se bens inalienáveis e estabelecerem ligações entre passado e o presente. Ou, como já definiu Pomian (1984), em *Semioforos*, ao categorizar a possibilidade desses objetos históricos, quando institucionalizados, servirem para ligar o visível ao invisível<sup>128</sup>. Ora, por esse caminho estamos problematizando os sistemas de classificação que cercam passado e presente, por meio do acervo de nosso personagem. Nessa grande coleção, o arquivo do doutor Nunes Garcia é numericamente um item dentre outros milhares de documentos que o bibliófilo e empresário José Carlos Rodrigues acumulou durante anos, reunindo importantes documentos do Brasil colonial e imperial.

Além disso, conforme Gonçalves (2007) nos lembra, os objetos quando classificados como itens de coleções podem se constituir a partir de diferentes modalidades, na medida em que não desempenham unicamente a função de marcar uma identidade, mas, podem contribuir na própria história e constituição do objeto na sua relação com sua instituição de guarda. Devemos considerar que a importância de análises relativas a esses objetos, no caso arquivos pessoais institucionalizados, históricos e racializados se constituem não exclusivamente como parte de um contexto histórico, mas, sobretudo, como “componentes dos processos institucionais, epistemológicos e políticos que sofrem por parte das sociedades através de coleções, museus, arquivos e patrimônios culturais” (GONÇALVES, 2007, p. 22).

Dito isso, esses objetos institucionalizados podem revelar aquilo que já fora teorizado por Kopytoff (1986) como a biografia cultural das coisas. Conforme o autor nos lembra, a entrada desses (objetos) documentos pessoais em instituições públicas é apenas uma das etapas das biografias desses objetos.<sup>129</sup>

Dessa forma, a partir dos referenciais de Gonçalves (2007) podemos pensar que esses arquivos pessoais históricos, inicialmente guardados em residências, de sua criação, até sua doação a instituições de guarda, como arquivos, museus ou bibliotecas públicas, podem assumir um caráter simbólico ao serem institucionalizados, porém, podem ser arquivos silenciados ou até mesmo ocultados do grande público, todavia, são objetos capazes de revelar a relação deles próprios com sua instituição de guarda, na medida em que podem ser tomados como categorias que atendem a grupos diversos. Nesse sentido,

---

<sup>128</sup> Fonte: POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: GIL, Fernando (Org.). *Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

<sup>129</sup> Fonte: KOPYTOFF, I. The cultural biography of things: commoditization as a process. In: APPADURAI, A. *The social life of things: commodities in cultural perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 64-91

essas instituições de guarda pensadas como lugares de memória, como é o caso da Biblioteca Nacional, podem se constituir como um privilegiado campo de análises e revelador de questões políticas, epistemológicas, configurando-se como área de pesquisa e reflexões para compreendermos as relações dos apagamentos socio-raciais, simbólicas e políticas, entre diversos grupos sociais, especialmente os grupos tidos como minoritários na sua relação com os lugares de memória.<sup>130</sup>

Problematizar esses deslocamentos e os usos ou não usos que instituições de guarda produzem sobre suas coleções é uma forma de compreender as práticas sociais, culturais determinantes de uma sociedade. Ao problematizar os usos e não usos do acervo pessoal de um médico negro em uma instituição pública pode nos revelar os processos simbólicos que esses objetos assumem ao serem capazes de servir de testemunhos para movimentos identitários, entretanto, não serem acionados por desconhecimento da própria instituição.

Gonçalves (2007) vai nos lembrar que esses movimentos dos objetos materiais, de uso pessoal, até seu ingresso em instituições de guarda nos colocam em uma situação fundamental que é o ato do colecionamento presente em qualquer sociedade. A coleção é uma categoria cultural e histórica própria do ocidente moderno e constantemente sujeita a transformações como uma categoria universal. Nesse sentido, esses objetos ao circularem entre as esferas pessoais e públicas, realçados por questões raciais históricas, estarão constantemente sendo reclassificadas e podendo, muitas vezes, alcançarem a forma de “bens inalienáveis ou patrimônios culturais “como é o caso dessa coleção “Benedito Ottoni” do qual a história de vida do nosso personagem faz parte. Porém, ainda que essa coleção assuma a categoria de patrimônio cultural, “mantidos e guardados sob o controle de determinados grupos’ (GONÇALVES, 2007 p. 28) não podemos deixar de chamar atenção que esta atribuição não impede a produção de esquecimentos sobre outras obras que compõem essa coleção.

Pensar nas representações de um acervo pessoal como do nosso personagem nos coloca frente a questões candentes para propormos epistemes para os debates que envolvem os arquivos pessoais de intelectuais negros quando institucionalizados. Em primeira ordem, devemos levar em consideração que são espaços antes de tudo de incompletude como fala Hartmann (2020) e que passam por interferências de sujeitos que, muitas vezes, manipulam as narrativas e os próprios usos sobre os documentos

---

<sup>130</sup> GONÇALVES (2007), p.23

históricos. Em segunda ordem, ao pensarmos em arquivos negros, é fundamental escaparmos de aspectos ortodoxos das disciplinas sobre essa temática e assumirmos uma leitura que desafie as próprias definições dadas aos arquivos pessoais, pondo em relevo a história do acervo e dos documentos que o compõem, as subjetividades, os silêncios, as interferências sobre esse arquivo, levando em consideração o componente dos debates étnico-raciais.

Talvez seja fundamental trazermos para o debate o fato desse arquivo histórico, depositado em uma instituição prestigiosa, caso da Biblioteca Nacional, sendo um dentre outros milhares de documentos que compõem a coleção Benedito Otton e documentos biográficos, não faz com que o acervo do doutor Nunes Garcia Junior seja tido como de “valor histórico” ou investido em capitais simbólicos em seu entorno.

O arquivo do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior localizado na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional é fruto além da coleção Benedito Otton e da coleção documentos biográficos. Esses documentos biográficos custodiados na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional compreendem mais de quarenta mil dossiês produzidos no Brasil Império em decorrência das atividades da Secretaria de Negócios do Império, criada em 1823 e mantida até 1891. Essa documentação aborda questões de ordens diversas: concessão de títulos, mercês, instrução pública, transferência, comércio, navegação e estradas eram responsabilidades dessa secretaria.

Os documentos que dizem respeito ao nosso personagem estão localizados em duas pastas oriundas dessa coleção. Todavia, é importante destacarmos que essa descrição não se apresenta de maneira funcional na medida em que carece de atualizações de indexação na base de dados além de melhor acondicionamento para a documentação e futuros projetos que possam produzir conhecimentos sobre esses documentos seriam ações importantes.

O pesquisador que realizar uma busca inicial no sistema da instituição localizara somente uma entrada com o nome completo do nosso personagem que são os apontamentos biográficos. Os demais documentos passam por sérios problemas de desatualização na busca, um bom exemplo são as duas entradas dos documentos relativos ao nome, José Mauricio Nunes Garcia, que pode ser tanto o nosso personagem ou seu homônimo, o pai, urgindo uma atualização no sistema. Nas buscas com o homônimo consta somente dois documentos relativos ao nosso personagem e um sobre o seu pai requerendo licença para seu curso de música ainda na primeira metade do século XIX.

De nosso médico consta um requerimento para tratamento de licença médica de 1844 com indicação do catálogo (0320,003,01) e um requerimento de licença medica tambem para tratamento de saúde de 1851, (0320,003,04) ambos encaminhados para a Secretaria de Império. Entretanto, o pesquisador que solicitar o requerimento de 1844, por exemplo, será suspenso não por um documento, mas, por quarenta e quatro documentos avulsos relativos ao nosso personagem não informado na base de dados.

Boa parte dessa documentação reflete a vida professoral do nosso médico, especialmente o período como professor catedrático da Faculdade de Medicina. É preciso destacar que há uma recorrência de pedidos de licença médica do nosso personagem no constantemente no período de três meses para tratamento de saúde em sua casa de veraneio na cidade de Valença. Nos apontamentos biográficos doutor Nunes Garcia relata como as dificuldades no magistério, o preconceito de “cor” tanto lhe amarguravam a vida e arruinavam a sua saúde: “deu-se isto em 8 de dezembro de 1850, nas vésperas de partir eu para a serra, doente e com licença do governo; e por tanto, asseverei logo ao Sr. Jobim que tinha dado procuração bastante ao Sr. Francisco de Paula Brito. (GARCIA JUNIOR, 1860, p.61) nos relata doutor Nunes Garcia sobre mais dos problemas causados com a direção da Escola e muitas vezes amparado por amigos como editor Paula Brito.

Constam outros documentos relativos a pedidos de licença médica que muitas vezes eram dificultados pela direção da Escola Médica na pessoa do diretor doutor José Carlos Jobim. Incluir-se documentos de embates entre os médicos doutor José Carlos Jobim diretor da Faculdade de Medicina do Rio e o doutor Nunes Garcia Junior muitas vezes com extensos relatórios de acusação e defesa. Além disso, a recibos e pagamentos relativos a cátedra de anatomia e diversos documentos relativos ao embrolho entre nosso personagem e a direção da Faculdade na importação de produtos franceses para o laboratório de anatomia. Há fata documentação que indicam terem durado alguns anos esses embates na medida em que o diretor Jobim acusava nosso personagem de ter furtado aparelhos anatômicos da Escola médica.

Ambas as coleções apresentam documentação preciosa relativa a história de vida do doutor José Mauricio, entretanto, a autobiografia é singular por refletir as narrativas pessoais do médico nos últimos anos de sua vida e que são fonte dessa pesquisa, mas, ao mesmo tempo é um objeto histórico capaz de revelar ações que cercam a trajetória desse texto autobiográfico.

### 3.2. A autobiografia de um médico

A autobiografia de nosso personagem, conforme já visto, foi uma encomenda do então secretário do IHGB, Joaquim Manoel de Macedo, em circular de 1860, que requeria apontamentos biográficos dos sócios correspondentes. A doação dos manuscritos autobiográficos do médico, doutor Caetano de Moura, morto em Paris, no mesmo ano e que teve o IHGB como guardião dos seus apontamentos biográficos, em trabalho que contou com a intensa participação do próprio imperador, Pedro II e de, então escritor, Joaquim Manoel de Macedo, não podem ser desconsiderados para compreendermos os objetivos do Instituto ao resguardar os registros autobiográficos de nosso personagem principal<sup>131</sup>.

A autobiografia do nosso personagem foi iniciada em vinte e dois de setembro de 1860, dia natalício do pai padre José Mauricio Nunes Garcia. É plausível que o texto tenha sido escrito em dois momentos distintos. A primeira parte foi registrada em 1860, certamente antes da morte do amigo pessoal e editor Francisco de Paula Brito (1861), constantemente citado na obra. A segunda parte, escrita em 1880, quatro anos antes de sua morte, foi finalizada em formato de *post scriptum*, em sua chácara no bairro do Rio Comprido no dia vinte e cinco de abril de 1881. Nessa sessão, o autor buscou, vinte anos após iniciado o trabalho, apresentar uma conclusão autobiográfica de sua atuação, contado com setenta e quatro anos de idade, destacando sua atuação como professor, pesquisador e clínico atuante. Ele também destaca nessa fase final da vida o uso das técnicas do magnetismo animal para clinicar, já que se encontrava impossibilitado de exercer sua arte como médico parteiro, em virtude de problemas na visão.

Em dois momentos distintos do texto autobiográfico, nosso personagem cita ter conhecimento que seus apontamentos biográficos não seriam depositados no IHGB, vinte anos após iniciado o trabalho. Todavia, essa certeza poderia ter sido desfeita, no ano seguinte, quando em 1881, localizamos notícias de uma cerimônia realizada no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em sessão ordinária, com a presença do imperador d. Pedro II e dos sócios correspondentes do Instituto. Nessa ocasião, a agremiação receberia a produção de alguns sócios constando que - o doutor Nunes Garcia Junior “entregou” os seus apontamentos biográficos: escritos por ele, afim de serem depositados na arca do IHGB.<sup>132</sup>

Porém, por razões outras, doutor Nunes Garcia Junior, extraoficialmente, não fez a entrega de seus apontamentos para o Instituto Histórico. Após sua morte, em quatorze

<sup>131</sup>Fonte: VEIGA, Claudio. Sobrevivência de um escritor. *Universitas*, Salvador, (19 especial) 29,43.1978

<sup>132</sup> Fonte: Garcia Junior (1860)

de outubro de 1884, seu acervo pessoal ficou sob a responsabilidade dos seus inventariantes na pessoa do médico, amigo pessoal e compadre, o doutor Ignacio Goulart. Médico atuante na Corte, foi este que em carta ao Visconde de Taunay informou que o doutor Nunes Garcia havia deixado um quadro a óleo com a pintura do pai e um acervo pessoal com muitos papéis, é o próprio doutor Ignacio que nos informa pelo *Jornal do Comercio* já ter iniciado uma biografia do doutor Nunes Garcia Junior<sup>133</sup>. Esse acervo do médico passou alguns anos resguardado, provavelmente, em sua última residência na rua Luiz de Camões, 62, onde o médico veio a óbito. De fato, após a morte do doutor Ignacio Goulart, em 1891, é plausível que tenha se dado imbróglis sobre o destino final da autobiografia e do acervo pessoal do médico.

Ainda não temos elementos suficientes para afirmarmos o motivo da não entrega desses apontamentos biográficos por nosso personagem, para serem resguardados na sede do IHGB, mas conseguimos acompanhar a trajetória desse acervo até o seu destino final na Biblioteca Nacional e os usos e silenciamentos sobre esse arquivo durante boa parte do século XX.

Pollak (1989) vai nos lembrar que esses silenciamentos e reabilitações em memórias do passado são um movimento que ocorre entre disputas que buscam impor determinadas memórias coletivas. As lembranças esquecidas acabam sendo vencidas pelo silêncio para evitar culpabilizar as vítimas. No caso do médico, certamente sua filiação sacra constrangia não somente a elite cultural da época, assim como, a própria igreja católica. Finalmente, é mister compreendermos que esses silenciamentos como o do nosso personagem, por meio de seu acervo, ocorrem como silêncios e não-ditos que se passam por meio de fronteiras estanques em um perpetuo deslocamento (POLLAK, 1989, p. 5).

Foi graças aos esforços de intelectuais da época, envolvidos na aquisição desse acervo em fins do governo do presidente Afonso Pena, que ele não se desfragmentou ainda mais. Em 1911, o médico e historiador, Vieira Fazenda, nos traz detalhes dessa autobiografia nos informando que graças a um “auto de um sequestro” a autobiografia teria sido encaminhada para a grande coleção do bibliófilo José Carlos Rodrigues. É importante destacarmos, Vieira Fazenda, ainda que seja bastante crítico ao texto autobiográfico, destacou a importância histórica desse material, contudo, o historiador

---

<sup>133</sup> Fonte *Jornal do Comercio*, 1894

não faz menção ao acervo pessoal do doutor Nunes Garcia onde estão localizados os apontamentos biográficos.<sup>134</sup>

É importante destacarmos como esses apontamentos biográficos, por vezes, surgiam no debate nacional da elite intelectual de então, assim como, muitas vezes permanecia ocultado por diferentes setores da elite. Para Pollak (1989), essas memórias silenciadas, subalternizadas, acabam por agir de forma subversiva na medida em que são escritas, nesse caso, autobiografias imperceptíveis, esses escritos afloram em momentos de crise e sobressaltos.<sup>135</sup> De toda forma, esses apontamentos biográficos em outros momentos, foram acionados pela elite cultural de então, exclusivamente para exaltar a figura do padre José Mauricio Nunes Garcia. Não houve por parte dessa elite cultural, nenhum interesse em divulgar, ou resguardar, a história do filho médico. Além disso, essas memórias silenciadas acabam, às vezes, por não revelar questões outras como detalhes sobre outros documentos que pertencem ao acervo pessoal do doutor Nunes Garcia. Ainda que a autobiografia faça parte desse acervo pessoal, o acervo e sua existência jamais foram divulgados, analisados ou sequer pesquisados. Esse mal do passado, a vontade de lembrar esquecendo esses acontecimentos por conta do filho de um padre, colocaram toda a história de vida e o acervo pessoal de nosso personagem em uma espécie de contradições de memória e história (POLLAK, 1989).

Após a divulgação de Vieira Fazenda em meados de 1911, somente na década de 1950 é que os apontamentos biográficos foram novamente divulgados, dessa vez, pelo musicólogo, Francisco Curt Lang, de passagem pelo Rio de Janeiro para iniciar suas pesquisas nos arquivos musicais de Minas Gerais. É plausível que tenha sido indicado por outros músicos sobre a existência desses apontamentos do filho do padre José Mauricio, justo no momento em que se reafirmava a imagem ilibada do padre “mulato” compositor. Curt Lang, ao ter acesso à obra, buscou exaltar exclusivamente as poucas informações do médico sobre atuação do pai músico na Corte carioca. Todavia, o musicólogo reconheceu a importância da obra e destacou o preconceito racial sofrido pelo médico na Faculdade de Medicina. O interesse de Curt Lang por essa obra o levou a editar trechos da autobiografia, em espanhol, na *revista de estudios musicales* ainda naquele ano<sup>136</sup>.

---

<sup>134</sup> Fonte: Jornal do Comercio, 1911

<sup>135</sup> POLLAK Michael (tradução) Flaksman, Dora Rocha. Memória, esquecimento e silencio. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.*

<sup>136</sup> LANGE, Francisco Curt. *Estúdios Brasileños.*, *Revista de Estudios Musicales*, Mendoza, Universidade Nacional de Cuyo, n. 1-3, p. 176-91, abr. 1950

Entre esse jogo de esquecimentos e apagamentos deste texto autobiográfico é que defendemos a tese da necromemória. Por esse caminho, podemos pensar a necromemória como uma estratégia histórica, cultural, social e política que visa estabelecer narrativas que podem conduzir a silenciamentos e apagamentos manipuláveis das memórias sociais-coloniais negros por partes de setores da elite. A uma arrogância intelectual da elite em normalizar uma situação *sine qua non* em que brancos tem um mandato divino para impor seu ritmo e seus valores aos negros (BIKO, 1978, p.79)

Após o achado, novamente os apontamentos biográficos caem em esquecimento, sendo representado somente quarenta sete anos depois de Curt Lang, quando a musicóloga Cleofe Person de Mattos (1998), biografista do padre José Mauricio, divulgou trechos dos apontamentos, contudo, sem fazer nenhuma menção a coleção pessoal do médico. O trabalho de Cleofe é referencial, ainda hoje, porém, a visão histórica romântica forjada por essa biografista sobre o padre José Mauricio acaba por estabelecer o nosso personagem como um “homem de temperamento difícil, recalcado por preconceitos – era mais escuro do que o pai visto que a contribuição branca ficara mais distante” (MATTOS, p. 227). De fato, em boa parte do século XX, prevaleceu uma visão que estabelecia o processo miscigenador como uma etapa na constituição da identidade brasileira. Munanga (2004) nos lembra que esse processo se estabeleceu como um mecanismo seletivo que visava dificultar uma formação de uma identidade racializada.<sup>137</sup>

Finalmente, podemos observar que os apontamentos biográficos do doutor Nunes Garcia Junior foram algumas vezes divulgados por setores da elite cultural brasileira que visava estabelecer uma biografia do padre José Mauricio como o maior compositor brasileiro. A obra apenas era acionada para esse fim, porém, reafirmamos que esta autobiografia é somente uma das peças que compõem o acervo pessoal desse médico que jamais fora acionado em problematizações mais profundas.

### 3.3 Mauricinas: uma estratégia de memória musical

#### **As Mauricinas**

Coleção de 40 valsas e 15 peças de piano e canto, entre modinhas, lundus, barcarolas, romances etc, tudo composições do sr. *Doutor José Mauricio*, encadernadas em 1 vol; com o retrato do insigne professor de música, o sr. Padre José Mauricio, de saudosa

---

<sup>137</sup> Fonte: MUNANGA, Kabangele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Ed Autentica, São Paulo, 2004

memória; vende-se unicamente na loja de Paula Brito. Preço 10\$00<sup>138</sup>

A citação acima é relativa à campanha de divulgação das partituras Mauricinas, compostas por nosso personagem, em memória a seu pai. Em boa parte do ano de 1849, houve uma ampla divulgação dessa coleção musical, muito por conta do contexto em que ela surgia: o de amplo desenvolvimento da música popular brasileira como os gêneros das modinhas e, em meados do século, o lundu, ambos de origem luso-afro-brasileira e que adentrando a música de salão da elite, apropriavam, a cultura afro-luso-brasileira de então. No mais, nesse período, finalmente surgiram as partituras impressas e a inauguração de diversas editoras voltadas para o mercado musical Brasileiro que fizeram do país uma verdadeira “indústria cultural” (LEME, 2005)

Com isso, podemos identificar como a memória social pode ser acionada por meio da música e de suas partituras para analisarmos os contextos dessas partituras e seus usos ou não usos na atualidade. Pollak (1989) nos referênciamos que toda memória é socialmente constituída e, por conseguinte, toda documentação (nesse caso partitura) o é. Ora, tanto a memória individual quanto a memória coletiva apresentam pontos flutuantes, mutáveis e que fazem dessa relação documento, sociedade e memória estarem disponíveis a tantos interesses quanto a diferentes grupos sociais (POLLAK, 1992).

As partituras que compõem as Mauricinas foi uma forma de memorizar realizações da família “Nunes Garcia” (pai e filho compositor) com aquela sociedade, em meados dos oitocentos, para isso, popularizando o nome e as músicas desses personagens na esfera da música popular brasileira de então. Em Huyssen (2014), memória e arte podem ser usadas como estratégias políticas, assumindo diferentes significados e visando, muitas vezes, constituir por meio da cultura e da música uma memória pública<sup>139</sup>.

É importante destacarmos que essas coleções musicais que compõem as Mauricinas foram compostas em boa parte da década de 1830 por nosso personagem que, além de médico, teve formação como compositor e pianista, recebida do pai. Essa década foi o mesmo período em que surgiram na Corte carioca, as tais modinhas para canto e acompanhamento de piano, atribuídas ao padre José Mauricio, lançadas pela recém-inaugurada Tipografia P. Laforge, ao menos sete anos após a morte do religioso, em 1830, intituladas: *No momento da partida* (1837); *Beijo a mão que me condena* (1838); *Marília*,

<sup>138</sup>Fonte: [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_04&pesq=%22mauricinas%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=4344](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=%22mauricinas%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=4344). Acesso em 9 de dezembro de 2023

<sup>139</sup> Fonte HUYSSSEN, Andreas. Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014,

*se não me amas* (1840).<sup>140</sup> Nesse sentido, essas composições musicais atribuídas ao pai padre surgiram “coincidentemente” no mesmo período de intenso processo composicional do filho médico e em momento de forte incremento do mercado cultural da Corte do Rio de Janeiro, por conta, evidentemente, do intenso movimento musical popular e intelectual no país. Somado a isso, as estratégias para referenciar o nome do padre José Mauricio, encabeçadas pelo filho e o amigo Manuel de Araújo Porto Alegre, podem ser lidas como uma ampla transformação da música popular brasileira do século XIX aliada a um grande projeto de memória que será problematizada nesta sessão. Todas essas transformações certamente estavam na mira do doutor Nunes Garcia, e de seus amigos pessoais e intelectuais, ao buscarem estabelecer uma memória histórica e pública ao padre José Mauricio. Todavia, a partir da década de 1830, acrescentavam elementos da música popular brasileira tão em voga na época a partir do lançamento das Mauricinas e paralelamente no aparecimento dessas modinhas atribuídas ao padre José Mauricio.

Há alguns anos, a musicologia brasileira vem pondo em relevo essas composições populares atribuídas ao padre José Mauricio, evidenciando um tensionamento no campo, entre os próprios teóricos dessa área que questionam, não somente que a autoria dessas modinhas seja do padre, assim como, atribuem a participação do filho médico nesse projeto musical<sup>141</sup>. Com isso, o aparecimento dessas modinhas atribuídas ao padre “coincidentemente” em momento de intensa produção composicional de nosso personagem, é que nos faz teorizar sobre a plausível participação do filho médico nesse amplo projeto de memória, por meio da música, visando, em primeira ordem, memorizar a figura do padre José Mauricio popularizando seu nome, e em segunda ordem, doutor Nunes Garcia buscou perpetuar sua atuação como músico compositor no álbum dedicado à memória do pai padre José Mauricio.

Retornando ainda algumas questões relativas a essas modinhas atribuídas ao padre José Mauricio, é interessante pôr em destaque a composição *Beijo a mão que me condena*, de 1837. Ainda que não seja o interesse dessa pesquisa aprofundar o debate teórico no campo musicológico, buscamos, a partir desses tensionamentos, problematizar a possível atuação do filho médico como compositor dessa modinha. De fato, *Beijo a mão que me condena*, é um dos primeiros trabalhos impressos do padre já que as primeiras tipografias

---

<sup>140</sup> Fonte: Vaccari, P. (2020). A modinha como expressão nacional do século XIX: desmistificando a aura de gênio do Padre José Maurício Nunes Garcia. *Revista Da Tulha*, 6(2), 35-63.

<https://doi.org/10.11606/issn.2447-7117.rt.2020.174410>. Acesso em 10 de dezembro de 2024. Além disso, recentemente foi localizada a modinha *Estas lágrimas sentidas impressa* no ano de 1842.

<sup>141</sup> Vacari (2020);

musicais, surgiam na década de 1830, após a morte do religioso. Essa modinha é escrita para canto e piano e apresenta três versões distintas, ambas com poucas alterações.<sup>142</sup> A versão lançada por P. Laforge é dividida em duas sessões, a primeira estrofe “beijo a mão que me condena” e a segunda estrofe “sou infeliz, sou desgraçado”. Ainda que os apontamentos do médico tenham sido iniciados na década de 1860, podemos observar a recorrência em que as palavras “sou infeliz” e “sou desgraçado” abundam no texto autobiográfico e poderiam ser indicativos de um vocábulo recorrentemente utilizado pelo médico<sup>143</sup>. Além disso, em 1876, houve a publicação de um referencial guia para músicos intitulado *Trovador: coleções de modinhas, recitativos, arias, lundus, e etc* e que contém letra de diversas modinhas e lundus brasileiros, registrando o nome do compositor e por vezes do letrista. Nesse livro consta que o “doutor Nunes Garcia” é o letrista dessa modinha.<sup>144</sup> Ainda que não tenhamos elementos suficientes para atribuímos essas modinhas a bagagem composicional do filho médico, é plausível pensarmos em sua ampla participação, nesse projeto de memória social e musical, certamente, como compositor e letrista dessas modinhas atribuídas ao padre José Mauricio.

Em 1849 foi lançada as Mauricinas que é uma coleção musical formada por valsas, canções, lundus e modinhas compostas por doutor Nunes Garcia Junior e dedicadas a memória do padre José Mauricio Nunes Garcia. A feitura da obra pode colocar em evidência diversas questões, entre memória, identidade, imagem. As Mauricinas foram editadas pela Tipografia Heaton & Rensburg instalada na rua da Ajuda, 68.<sup>145</sup> A capa da obra contém informações bastante pertinentes para questões de memória e identidade. Além disso, consta nas folhas desse álbum musical desenhos do filho relativos ao padre José Mauricio além de citações que destaquem sua produção intelectual e composicional, além de ter feito um desenho com o rosto do pai que trataremos no próximo capítulo. Na capa das Mauricinas, contém o desenho de uma lira, instrumento símbolo dos músicos com as iniciais do padre J.M.N.G. Nas laterais, o filho faz constar diferentes composições “sacras” do padre, tais quais, missa de nossa senhora do Carmo, novenas, te deum em ré, elementos da música e outras peças musicais de cunho religioso católico. E, na parte superior do desenho, o filho registrou a produção intelectual do pai, os seus sermões “das

<sup>142</sup> Existem a versão de P. Laforge, além da versão de Melo de Moraes Filho em “cantares brasileiros” (MATTOS, 1967)

<sup>143</sup> Em uma busca quantitativa ao vocábulo “desgraçado” e “infeliz” nos apontamentos do médico há uma recorrência a essas palavras para falar de si..

<sup>144</sup> Fonte: [Trovador : coleção de modinhas, recitativos, arias, lundús, etc : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#). Acesso em 2 de janeiro de 2024.

<sup>145</sup> Fonte: [Mauricinas \(Garcia Jr., José Maurício Nunes\) - IMSLP](#). Acesso em 2 de janeiro de 2024.

dores, de santa Cecília, das lágrimas, de Pentecostes” e outros evidenciando a produção intelectual religiosa do pai. E, na parte inferior do desenho, o filho registrou a missa de réquiem e a ópera “as duas gêmeas” compostas pelo padre José Maurício e jamais localizada. É interessante observarmos que o filho não faz constar, nessa relação, as supostas modinhas atribuídas ao pai padre na capa das Mauricinas surgidas alguns anos antes, certamente privilegiando a imagem do compositor sacro e pregador régio que o filho buscou perpetuar.

As Mauricinas contêm vinte peças musicais, importante destacarmos que a numeração dessas músicas se dá a partir do número quatro, não contendo os três primeiros números. Poderíamos especular sobre essas três primeiras peças ausentes da coleção, seria um descuido do autor ou essas três peças poderiam ser as tais composições, atribuídas ao padre, que foram excluídas desse álbum? De fato, a ausência de documentos e fontes primárias nos dificulta pensarmos nas questões que envolvem as Mauricinas e, o aparecimento de composições, ditas do padre José Maurício, surgidas após sua morte, como um amplo projeto de memória encabeçado pelo filho médico e pelo intelectual Manuel de Araújo Porto-Alegre. É importante destacarmos que, somente no ano de 1837, nosso personagem compõe mais de sete modinhas e valsas pondo em relevo um período produtivo como professor substituto de anatomia da Faculdade de Medicina, mas, sobretudo, como compositor popular brasileiro.

Algumas composições são dedicadas a pessoas do círculo social de nosso personagem. À esposa Anna Francisca é oferecida as valsas número 8, “amor e saudade” e a valsa número 9 “a minha palavra”. Há outras valsas dedicadas a senhoras e senhoritas da Corte que nosso personagem preferiu manter no anonimato, publicando somente as iniciais do nome dessas mulheres. Há ainda composições em memória dos amigos Cândido Inácio da Silva e ao doutor José Maria Cambucy do Vale, ambos padrinhos de casamento do nosso personagem e dedicadas por conta do recente falecimento de ambos. Para o doutor Cambucy foi dedicado a valsa “cambucina” e para o amigo Cândido Inácio da Silva “saudades negras”. Da mesma forma, há uma composição ao amigo pessoal, Manuel de Araújo Porto Alegre, a valsa número 18 intitulada “Porto Alegrense”. Assim como, há uma composição que doutor Nunes Garcia Junior dedica em memória do padre José Maurício intitulada “saudades de meu pai”. Há uma interessante modinha com música do doutor Nunes Garcia e letra do seu amigo pessoal Francisco de Paula Brito em texto que trata sobre a amizade entre ambos e as questões de liberdade.

Ora, o gênero musical da modinha se confundia, segundo autores da época, com a própria ideia de uma arte “genuinamente” popular e brasileira e, por certo que, ao memorizar e popularizar a figura de um religioso tido até então exclusivamente como um compositor de música sacra colocava a imagem do padre em outros camadas da sociedade brasileira e, por conseguinte, do próprio filho como compositor<sup>146</sup>. (LIMA, 2010)

Ainda que não tenhamos a pretensão em nos aprofundar historicamente nesse contexto musical, é fundamental destacarmos novamente a influência intelectual do pintor, professor e multifacetado pensador que foi o escritor Manuel de Araújo Porto Alegre para a “geração de 1830” especialmente em seu retorno ao país, em 1837, no mesmo ano de intensa produção musical do nosso personagem, como compositor, e do surgimento da primeira modinha atribuída ao padre José Mauricio. É plausível que amizade e intimidade entre Porto Alegre e doutor Nunes Garcia que é descrita pelo próprio médico, em seus apontamentos biográficos, como uma relação íntima tenha influenciado as produções musicais e imagética de nosso personagem sobre o pai padre conforme veremos (GARCIA JUNIOR, 1860). Naquele momento, Porto Alegre já havia lançado seu livro relativo às artes no Brasil, defendendo a tese da construção de uma arte e de uma música brasileira, a partir de elementos da cultura Europeia, buscando se distanciar, segundo ele, do “elemento bárbaro” nas artes, ou seja, da cultura indígena e negra que seria, segundo ele, elemento preponderante para o desenvolvimento de uma cultura brasileira.<sup>147</sup>

Garcia (2019a) nos lembra que dentre os projetos de Porto Alegre estavam o de desenvolver uma grande arte brasileira unindo (música e pintura). Para isso, a Escola de Belas Artes, o Conservatório de Música e a Opera Nacional estiveram constantemente no radar desse pensador<sup>148</sup>. Para ele, a ópera ocuparia um lugar fundante na arte brasileira na medida em que incluiria música, teatro e literatura nacional. Por outro lado, outros gêneros musicais populares como a modinha e o lundu não estiveram fora do olhar desse intelectual que incentivava essa música brasileira popular com elementos europeus. Ele não esteve aquém à produção da música popular brasileira daquele período. Tanto é que

---

<sup>146</sup> LIMA, Edilson Vicente de. A modinha e o lundu dois clássicos nos trópicos (tese de doutorado) Escola de Comunicação e Artes, Musicologia, USP, 2010

<sup>147</sup>Fonte: PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. “Algumas Idéas sobre as Bellas Artes e a Industria no Império do Brasil”. In: “Revista Guanabara - Revista Artistica, Scientifica e Litteraria”. Rio de Janeiro: (diversas), 1849 a 1855. Tomo I.

<sup>148</sup> Garcia, G. V. (2019a). Araújo Porto Alegre e a música no Brasil Império: filosofia, história, ideias e projetos. Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, 480(1), 121-147.

foi letrista de diversas modinhas daquele período<sup>149</sup>. Porto Alegre incentivava a produção popular por encontrar ali elementos melódicos, ainda que ele fosse bastante crítico a origem negra do lundu, e da própria modinha, contudo, ele entendia que o encontro dessas músicas com a técnica europeia permitiria composições inovadoras.

De fato, após o retorno de Porto Alegre ao país, em 1837, podemos observar como esse intelectual, assim como, o escritor Gonçalves de Magalhães, foram incentivadores de grupos artísticos de então a produzirem música popular brasileira<sup>150</sup>. Pois de verdade, esses pensadores podem ser lidos como artistas incentivadores das produções de modinhas e lundus de então<sup>151</sup>. A influência de Porto Alegre sobre o movimento artístico, interpretativo e composicional de então, em especial suas parcerias, com outros músicos como no caso o nosso médico e compositor, revelam um Porto Alegre, não somente teórico das artes, assim como, letrista pragmático no forjamento de música brasileira. De fato, é plausível pensarmos que a proximidade pessoal de Porto Alegre com nosso personagem, tendo participado como letrista em algumas das modinhas que compõem o álbum *Mauricinas*, é indicativo do lugar ocupado por esse pensador, e principalmente é indicativo dos projetos e estratégias que esses intelectuais dos oitocentos recorriam por meio da música para forjar uma cultura popular brasileira.

A revista *Guanabara* é um bom exemplo de estratégias utilizadas por esses intelectuais dos oitocentos. Fundada em 1849, tinha publicação mensal na Corte carioca. A revista foi inaugurada por Manuel de Araújo Porto Alegre, Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo de caráter fictício e deu impulso na formação de uma literatura nacional até 1856, quando encerrou suas atividades. Em 1850, as páginas da revista divulgavam o lançamento da coleção de música as *Mauricinas* em homenagem ao padre José Mauricio. Leme (2005) nos lembra que a implementação do mercado editorial de partituras no Império fez do Brasil o país que mais imprimiu partituras nas Américas. Na segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro continha mais de dez Tipografias voltadas exclusivamente para o mercado musical. Foi a partir da década de 1840 que houve um aumento considerável de partituras intituladas de “ramalhetes” ou “coleção” que constituíam na reunião de grandes sucessos da época com valsas, lundus, modinhas,

<sup>149</sup> A modinha “Lá no largo da Sé Velha” com música de Candido Inacio da Silva possui letra de Manuel de Araújo Porto Alegre, nessa música, o escritor denuncia e informa hábitos da Corte carioca.

<sup>150</sup> Fonte: FARIA, Regina Lucia. *Nacionalização da literatura brasileira e sua configuração da imagem do País. Diálogos Latino-Americanos*, nº 1, 2000

<sup>151</sup> Fonte: PEIXOTO, Priscila Alves. *Os escritos de Manuel de Araújo Porto Alegre sobre cidades [1844-1853] temporalidades e sedimentações* (dissertação mestrado) PROURB FAU UFRJ

além de arias de operas que tinham grande procura por músicos e professores de música da cidade.<sup>152</sup>

É importante contextualizarmos que o período da segunda metade do século XIX foi extremamente produtivo para o mercado musical no Brasil dos oitocentos, o que colocava essas partituras (do padre José Mauricio e do doutor Nunes Garcia) no que havia de mais moderno para divulgação de obras musicais em nível nacional. Leme (2005) nos lembra ainda após a proibição que impedia a imprensa no Brasil, somente em 1824 é que consta como data da primeira publicação de uma partitura impressa no país. A partir da década de 1830, houve um aumento considerável de impressões musicais na Corte, seja para os professores e alunos de música, seja para os intérpretes que podiam contar com variadas tipografias do ramo musical. O trabalho pioneiro de Pedro Laforge, diga-se de passagem, editor de diversos compositores brasileiros, inclusive dessas tais modinhas até então desconhecidas do padre José Mauricio, que surgiram por meio de suas edições, no mesmo período em que o filho compunha esse álbum, revelam a movimentação desse mercado e, sobretudo, os interesses desses pensadores. De fato, no século XIX, o Brasil foi o país que mais editou partituras musicais na América Latina<sup>153</sup>. O lançamento de partituras contendo modinhas, lundus, arias de opera tornou-se conforme já dito uma “indústria cultural” daquele período, popularizando não somente a opera, assim como, os mais diversos estilos musicais e compositores nacionais.

Há bem da verdade o texto introito das Mauricinas é o mesmo texto publicado na revista Guanabara e acaba por memorizar e exaltar fatos relativos à história de vida do nosso personagem negro, ainda que seja uma obra em memória ao padre José Mauricio. Nessa introdução, há uma narrativa laudatória que exalta exclusivamente as características do nosso personagem como médico, parteiro, professor anatomista, influente na Faculdade de Medicina, homem da ciência, e referência médica na corte.<sup>154</sup> De fato, ao contrário da capa da obra, no texto introdutório, não há qualquer menção a fatos da vida do homenageado padre José Mauricio. Não há, por exemplo, referências a uma história de vida cronológica do padre, sua formação intelectual e musical, por exemplo.

---

<sup>152</sup>Fonte: LEME, Monica. Impressão musical no Rio de Janeiro (sec XIX): modinhas e lundus para iaiás e ioiôs. ANPPOM – Décimo Quinto Congresso/2005

<sup>153</sup> Idem

<sup>154</sup> GARCIA JUNIOR, José Mauricio Nunes. Mauricinas: coelços de canções e valsas dedicadas a memória do padre José Mauricio Nunes Garcia. Tipografia Heaton & Rensburg, Rio de Janeiro, 1849

É fundamental destacarmos que essa primeira geração de biógrafos do padre José Maurício (Manuel de Araújo Porto Alegre e Joaquim Manoel de Macedo) não se constrangiam ao narrar fatos relativos à vida do padre José Maurício a partir da ótica do filho médico e compositor. Na introdução do texto das Mauricinas, os editores informam aos leitores músicos que “nessas melodias está a repercussão de um mundo, de um mundo ignorado pelo celibatário”<sup>155</sup> fazendo referência as origens sacras do doutor Nunes Garcia Junior. Pois, somente a partir da segunda geração de biógrafos do padre, na pessoa do Visconde de Taunay, em fins do século XIX, ocorreu um silenciamento sobre a figura do médico, silenciamento esse estendido as próprias Mauricinas conforme veremos no fim deste capítulo.

Segundo Lima (2010), a modinha e o lundu são dois gêneros musicais que têm acompanhado a história cultural luso-brasileira difundindo-se rapidamente e em diferentes camadas sociais<sup>156</sup>. Esses gêneros muitas vezes veiculavam características da metrópole para a colônia ou da colônia para a metrópole, indicativo das práticas musicais daquele contexto iniciado por volta do século XVIII. É certo que de meados aos fins do século XIX, esses gêneros musicais foram inseridos em diferentes camadas sociais e já serviria para alguns autores definirem o gênero como uma identidade do povo brasileiro.<sup>157</sup> Mario de Andrade (1930 [1980]) defendia a tese, a modinha teve um poder sintático único no país, pois carregada de elementos populares acabou por unificar o conteúdo artístico em língua portuguesa pela primeira vez no país.<sup>158</sup>

Simon Frith (1987) pode nos ser útil quando propõe uma análise para a música a partir de eixos que relacionem música e sociedade por tópicos que iluminem os discursos por trás dos usos de determinada identidade por certo grupo social.<sup>159</sup> Para isso, o autor propõe quatro funções sociais da música: a identidade, a relação musical entre vida pessoal e pública. E a capacidade que a música possui na organização do tempo, por meio de uma memória coletiva. Finalmente, uma questão talvez mais subjetiva no que pese uma análise sobre a função social da música a partir da ideia de posse, ou seja, tal música, pertenceria a tal história de vida ou a tal contexto histórico e social e, por conseguinte,

---

<sup>155</sup> Idem

<sup>156</sup> LIMA, Edson Vicente. *A modinha e o lundu: dois clássicos nos trópicos*. (tese de doutorado) Escola de Comunicação e Arte, USP, 2010

<sup>157</sup> Kiefer (1977); Tinhorão (1991; 1998)

<sup>158</sup> Andrade (1930).

<sup>159</sup> CAMILO, Vandelir. MESQUITA, Daniela. Pires de Albuquerque. *Artes Musicais e Ciências Sociais Representações musicais e legado na morte de crianças Do Ciclo das crianças mortas, Kindertotenlieder, de Gustav Mahler, ao Orixá Abíkú, do Candomblé Ketu nigeriano. História e Parcerias*. (anais do XVIII Encontro de história da ANPUH, 2018

revelaria práticas de tais contextos, por exemplo. Por esse caminho, o autor pode nos ajudar a compreender a música popular brasileira do século XIX, a partir dos usos feitos sobre as Mauricinas e, ainda, as tais composições atribuídas ao padre José Mauricio no mesmo período, a partir das funções sociais que essas partituras musicais representariam naquele momento como forma de memorizar a figura do pai de nosso personagem.

A questão da identidade e a música, no caso das modinhas, já foram debatidas por musicólogos brasileiros (NEVES, 1980) que buscaram relativizar a música popular brasileira do século XIX, como reveladora dos gostos, das diferenças e das semelhanças na cultura luso-brasileira. Essas composições de nosso personagem, em memória ao pai, se estabeleciam em um momento de rico incremento social da música onde inevitavelmente o nome dos “Nunes Garcia” estariam em pauta na medida em que revelariam o compositor sacro com o que havia de mais moderno, naquele contexto cultural, que eram as modinhas e os lundus de salão. Além disso, as Mauricinas revelariam naquele momento, em 1849, o professor catedrático da Faculdade de Medicina que também se impunha como compositor de música brasileira.

As Mauricinas possuem composições conforme já dito com letras de Manuel de Araújo Porto Alegre, Francisco de Paula Brito e outros amigos pessoais de nosso personagem que revelam o lugar que essas composições ocupavam no momento do seu lançamento estando cercada da elite intelectual de então. Além disso, a relação entre vida pessoal e pública, por meio da música, é questão cadente para nosso personagem, à medida que as partituras das Mauricinas podem ser consideradas lugares de uma memória honrosa ao pai, por toda a produção intelectual do religioso, mas é sobretudo, um dos momentos de publicização e atualização de sua própria figura como “um médico, um médico parteiro, que compartilha as emoções de um pai venturoso...”<sup>160</sup> por meio da música. Nesse sentido, as Mauricinas é uma reunião de vida pessoal e pública da família “Nunes Garcia” e que acabava estrategicamente perpetuando o nome deles para a sociedade dos oitocentos, visando estabelecer, uma memória histórica nacional e musical dessa família de músicos. A ideia era não permitir um possível esquecimento sobre a história de vida do padre e, por conseguinte, do filho, para isso, solidificar a ideia do padre compositor sacro e também popular e do filho médico, parteiro e, sobretudo, compositor de modinhas e lundus, era preciso.

---

<sup>160</sup>Mauricinas (1849)

Segundo Ferlim (2015), as modinhas, os lundus foram sendo constituídos pouco a pouco, na cultura brasileira, todavia, para a autora os intelectuais, os homens das letras e das artes dos oitocentos buscaram evidenciar o caráter nacional com a música popular do século XIX como um lugar de projetos, estratégias, embates sobre identidade nacional e questões raciais<sup>161</sup> (FERLIM, 2015, p. XX).

É importante destacarmos que o país vivia uma ebulição no campo cultural. A música e o número de pianos em residências na Corte estavam extremamente popularizados entre a elite e acabava por refletir em diversas camadas da sociedade. Se, em um primeiro momento, os saraus ocupavam o espaço social daquela sociedade que se reuniam em volta de um piano para cantar e tocar em residências, pouco a pouco esse hábito residencial foi sendo substituído, ora pelos clubs musicais que se espalhavam pela cidade, ora em grandes companhias de Opera, quando chegaram da Europa e estabeleceram fortes mudanças estruturais nas artes no Brasil. É fundamental destacarmos como a música brasileira era constituída por uma riqueza de composições e edições musicais que popularizou diversos compositores brasileiros e europeus. Com isso, o surgimento dessas composições Mauricinas, após o aparecimento de supostas modinhas atribuídas ao padre José Mauricio, certamente fizeram parte desse projeto estratégico de memória da elite cultural brasileira com reflexos ainda hoje.

Candau (2005) vai nos lembrar como as representações forjadas e compartilhadas do passado podem influir na forma como os membros de um grupo utilizam essas representações visando atender a interesses diversos. Essas iniciativas podem, muitas vezes, evidenciar os usos da memória, por meio da música, entre silenciamentos e apagamentos que essas partituras assumem ainda hoje<sup>162</sup>.

Para encerrar, há uma história bastante ilustrativa de como música, memória, poder e sociedade podem atender a diversos interesses, seja na exaltação de determinadas composições musicais, seja no silenciamento e apagamento de determinadas músicas a depender do contexto. Em fins de 1890, o empresário Alfredo Pinto de Moraes por meio do *Jornal do Comercio* informava ao Visconde de Taunay, que era naquele momento um importante herdeiro de memória do padre José Mauricio, e que tinha como grande projeto a aquisição de todas as composições manuscritas do padre José Mauricio. Na reportagem,

---

<sup>161</sup> FERLIM, U. D. C. Música popular no Brasil do século XIX: sujeitos em debates estéticos e políticos na definição das “modinhas” como representação da identidade nacional. *Música Popular em Revista*, Campinas, ano 3, v. 2, p.,

<sup>162</sup> CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*, Ed Piaget, 2005

o empresário informava ao Visconde ter adquirido em um leilão na Corte carioca duas obras musicais de pai e filho localizadas em um mesmo envelope. Tratava-se da Missa de 1801 para coro e orquestra do padre José Mauricio, e o álbum musical de partituras Mauricinas do dr. Nunes Garcia Junior.

Ora, até aquele momento, havia por parte do Visconde de Taunay uma solidificação no projeto de memória ao padre José Mauricio Nunes Garcia, por meio do Estado brasileiro como o maior compositor “sacro” das Américas<sup>163</sup> e o encontro dessa Missa ajudava no processo, todavia, a publicização de tal informação das Mauricinas certamente não estavam nos projetos do biógrafo do padre. O Visconde foi o responsável no parlamento para que o Estado adquirisse todas as partituras manuscritas do padre José Mauricio já catalogadas e fossem doadas ao então Instituto Nacional de Música. É certo pensarmos que o encontro dessa Missa, de 1801, ajudava nesse processo.<sup>164</sup>

De posse da Missa de 1801 do padre José Mauricio, o Visconde de Taunay compartilhou com o meio musical a novidade e em parceria com o maestro Alberto Nepomuceno apresentaram essa Missa na reinauguração da Igreja da Candelária, em julho de 1898<sup>165</sup>. Apesar disso, houve, por parte do Visconde, um silenciamento sobre as partituras das Mauricinas, ainda que fosse uma homenagem à memória do padre, entretanto, composta pelo filho médico, justamente no momento que se firmava a imagem do religioso celibatário aos ideias nacionalistas.

A partir do momento em que instâncias do poder produzem memórias e impõem uma narrativa organizacional por meio da manipulação, das tensões e do preconceito, elas nada mais são do que uma forma perversa de forjar esquecimentos, a partir de estratégias de memória que privilegiam os interesses dos narradores “oficiais”. O esquecimento, segundo Ricœur, (2007) operaria em uma lógica ardilosa de evitar o contato com o passado e um não querer saber que imputa atos de omissão, negligência, imprudência e morte de quaisquer subjetividades produzidas – em nosso caso, no campo musical-étnico-racial.

O destino das Mauricinas foi por parte da inteligência cultural brasileira, daquele momento, o silenciamento, e posteriormente, o apagamento estendido até os dias de hoje.

---

<sup>163</sup> A aquisição de partituras do padre José Mauricio Nunes Garcia pelo Estado Brasileiro foi um projeto liderado pelo Visconde de Taunay e a propositura foi do deputado de Minas Gerais, Pandia Calogeras, que inclui no projeto aquisição de partituras do colecionador Bento das Mercês e de Gabriela Alves de Souza que propôs a venda de partituras do padre em seu poder por dois contos de reis (MATTOS, 1999)

<sup>164</sup> Fonte: POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

<sup>165</sup> MATTOS (1970)

Pollak (1989) apresentou uma pertinente discussão sobre disputas de memória quando problematizou como algumas memórias “proibidas” ou “clandestinas” presente em diferentes cenários culturais evidenciam a existência de um fosso que separa a sociedade civil e a ideologia de um partido, ou de um Estado, que busca estabelecer uma narrativa hegemônica. Por esse caminho, a proposta de estatizar as partituras e, por conseguinte, a história de vida do religioso por Taunay, em fins do século XIX, buscou produzir um mito, por meio da história de vida e das composições do padre José Mauricio Nunes Garcia, todavia, a partir da interdição de qualquer referência ao filho médico ainda que em homenagem à memória do pai padre. A musicóloga Cleofe Person de Mattos (1970, p.143) autora de um catálogo temático de obras do padre José Mauricio ao registrar a Missa de 1801 em CPM 102, narra a história dessa partitura, mas também não faz citação as Mauricinas.

Por esse viés, nos parece fundamental propor diferentes possibilidades para o conceito de necromemória. De fato, o termo ilumina os usos nos apagamentos e silenciamentos de memória sem igualá-los no conteúdo, na medida em que são ações que objetivam manipular, no presente, diferentes interações de recortes do passado, a fim de realizar uma projeção para o porvir seja por meio da história, das artes plásticas ou da música.

Em busca por programas de concerto ou notícias de jornais no meio cultural carioca não foi localizada, até o presente momento, quaisquer menções às coleções músicas Mauricinas compostas por nosso personagem, seja nos dois últimos séculos, assim como, na atualidade, ou seja, não houve até o presente momento interesse ou conhecimento de cantores e pianistas sobre essas partituras o que eterniza o obscurantismo sobre essa obra.<sup>166</sup> Se, por um lado, há um desconhecimento do meio musical interpretativo brasileiro sobre as partituras Mauricinas também não houve a devida atenção do mesmo meio musical e histórico no que tange análises, divulgação, sobre essa coleção musical como objeto sócio-histórico, permanecendo, ainda hoje, como uma espécie de memória “clandestina” no meio musical brasileiro, ao contrário da Missa de 1801 e das supostas modinhas atribuídas ao padre José Mauricio Nunes Garcia.

---

<sup>166</sup> Em 2007, Clayton Junior Dias, bolsista SAE/UNICAMP, se propôs a realizar um estudo analítico musical das Mauricinas com orientação da professora Adriana Giarola Kayama apesar do pioneirismo o trabalho jamais foi publicizado e se quer divulgado permanecendo no próprio site da instituição somente o título da pesquisa sem acesso ao público. Fonte: [prp.unicamp.br/pibic/congressos/xvcongresso/cdrom/pdfN/430.pdf](http://prp.unicamp.br/pibic/congressos/xvcongresso/cdrom/pdfN/430.pdf). Acesso em 5 de janeiro de 2024

### 3.4 Imagens e estratégias de memória: representações sociais de nós

O campo da Memória social, e suas conexões interdisciplinares, vem ganhando cada vez mais relevo no que pese discussões entre memória e imagem para os estudos das ciências sociais com destaque às fotografias e às pinturas, especialmente em contextos coloniais, caso do nosso interesse de pesquisa. Nesse caso, a fotografia e a pintura podem funcionar como artefatos documentais dotados de valores, não somente estéticos ou econômicos, mas, sobretudo, valores informativos e testemunhais de determinado contexto histórico e social.

É recente no meio historiográfico debates que ponham em relevo a relação entre imagens e os seus usos nos mais diversos suportes em contextos coloniais. Nesse sentido, esse campo busca evidenciar a relação entre fotografia e imagens em geral como propaganda colonial em que são evidenciados os interesses daqueles que produzem, veem, divulgam, utilizam e disseminam essas imagens. De fato, essas imagens coloniais revelam um processo complexo visível em duas ordens que são: a objetividade da imagem e o olhar do fotógrafo, suas representações, simbolismos inerentes ao ato fotográfico. Em um contexto histórico, escravocrata e com hierarquias de raça, como o Brasileiro, entre outros, a fotografia pode refletir diferentes interesses de quem fotografa e o resultados com aquela imagem, na medida em que a imagem cristaliza o objeto fotográfico.<sup>167</sup> (PEREIRA, 2017) Além disso, destacamos que as fotografias que causam muitos ruídos e efeitos acabam sendo constantemente consumidas esteticamente e não politicamente conforme desenvolveremos nessa sessão<sup>168</sup> (BARTHES, 1980, p. 60).

As imagens produzidas por nosso personagem sobre o pai padre José Mauricio Nunes Garcia, com traços embranquecidos, é, ainda hoje, constantemente acionada, ora para justificar a interferência imposta da raça branca aos traços negroides do padre e que não pode beneficiar o filho, conforme afirma Mattos (1998), ora para oficializar exclusivamente essa figura do padre pelo fato de ter sido pintada pelo filho, testemunha presente a essa história de vida. Todavia, muitas vezes, ambas as leituras sobre essa

---

<sup>167</sup> Fonte: PEREIRA, Teresa Matos, 'Fotografia e propaganda colonial. Notas sobre uma união de interesses na primeira década do Estado Novo', *Comunicação Pública* [Online], Vol.12 n° 23 | 2017, posto online no dia 15 dezembro 2017, consultado o 26 setembro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/cp/1966>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.1966>

<sup>168</sup> BARTHES, Roland. *A câmara clara: notas sobre a fotografia* (tradução Júlio Castanõn Guimaraes. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980)

pintura não põem em tela o fato de ter sido o quadro pintado, por um homem negro, livre, intelectual em um contexto escravista que colocava a pessoa negra como sinônimo exclusivo de escravizada. Além disso, traremos para o debate as imagens do nosso personagem, seja em pintura a óleo para a Academia Brasileira de Medicina, seja em daguerreotipo para a Faculdade de Medicina e, ainda, o autorretrato recentemente localizado no arquivo histórico da Faculdade de Medicina da UFRJ.

Imagens, fotografias, pinturas são dotadas de poder social que podem revelar, sobretudo, os interesses coletivos de grupos específicos em exaltar ou ocultar determinadas obras de artes de diferentes períodos históricos, além disso, essas análises sociais, por meio das imagens, podem apresentar diferentes representações sociais do contexto histórico em que foram produzidas e sua relação com o mundo contemporâneo.

A representação social é um conceito que atravessa diferentes campos disciplinares e já vem sendo debatido por variados pensadores especialmente em questões que envolvam representação e imagem. De certa forma, esse conceito tem sido utilizado nas ciências sociais e em suas interconexões com a história, a memória, sociologia, psicologia, antropologia e as diferentes formas artísticas buscando sempre questionar os possíveis usos sociais das imagens. De certo, essas análises podem nos ajudar a compreender o objeto de arte como objeto histórico levando em consideração alguns fatores como a relação social entre história, identidade, memória, simbolismos, estética e sociedade. Para Denise Jodelet (2002), o conceito de representação social reflete uma forma elaborada de conhecimento compartilhado, tendo objetivos práticos, que contribuem para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (2002, p. 22).

Ainda em Jodele (2002), podemos refletir sobre o conceito de representação social como algo fluido e que evolui na história na medida em que intervém nas relações do passado com o presente. As representações sociais entre memória e artes visuais podem revelar, principalmente, os agentes e seus interesses, ao forjarem, a partir de suas experiências de vida: as redes e vínculos sociais, econômicos, intelectuais e intersubjetivos que cercam o objeto histórico artístico. Esses fatores, por si so, podem refletir o modo como os agentes se colocam no mundo materialmente e simbolicamente por meio das artes visuais. Finalmente, compreendemos que análises a partir das representações sociais podem revelar fenômenos significativos das ideologias refletidas no objeto artístico e histórico e nas experiências cotidianas dos agentes envolvidos, todavia, esses fenômenos podem ser abordados tanto no plano individual, assim como,

no plano coletivo enquanto forma de conhecimento, saberes e interesses. Destarte, no plano individual essas representações sociais podem estar baseadas em pertencimentos sociais, nas trocas intersubjetivas que induzem a engajamentos ideológicos e práticos sobre as artes. No plano coletivo, configuram-se por visões compartilhadas que são comuns a uma formação social e que se disseminou por meio das comunicações (JODELET, 2017, p. 24).

As questões imagéticas relativas ao doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior sejam como pintor das imagens do pai ou como fotografado, podem ser lidas como representações sociais do contexto artístico e racial dos oitocentos, no plano individual e coletivo, na medida em que evidenciam as perspectivas e os agentes daquele período do romantismo brasileiro. Mais do que isso, essas imagens podem ser reveladores do lugar que o corpo negro livre e intelectual ocupou em um contexto escravocrata. No mais, as imagens de autoria do doutor Nunes Garcia podem ser lidas como projetos de memória que visavam constituir a imagem de um padre José Mauricio Nunes Garcia, de fato, embranquecida e jovializada, conforme debateremos, a partir dos paradigmas ideológicos e artísticos daquele contexto. Por outro lado, ao se colocar como médico e homem de “cor” nas imagens de si, o doutor Nunes Garcia buscou representar o homem não-branco, médico, professor catedrático, valorado em si pelo seu anel de doutor muito bem-posicionado para as fotos e seus trajes professorais, além é claro, da imagem de homem catedrático em sua posição na Faculdade de Medicina da Corte.

Das poucas referências feitas aos artefatos imagéticos que se localizavam no acervo pessoal de nosso personagem, há uma citação feita pelo Visconde de Taunay, em missiva ao doutor Ignacio Goulart (inventariante do acervo do doutor Nunes Garcia) sobre o quadro a óleo do padre José Mauricio, pintado pelo filho, solicitando que esse quadro fosse doado ao Instituto Nacional de Música conforme já vimos. Outra citação, agora sobre o desenho litografado do padre que é cópia da figura do quadro, é de Manuel de Araújo Porto Alegre para a apresentação da coleção de música Mauricinas do doutor Nunes Garcia Junior que vem adornada com a face do padre José Mauricio. Nessa polêmica imagem do padre retratado visivelmente de forma modificada, Manuel de Araújo Porto Alegre, colega de nosso personagem nas aulas de pintura do mestre Debret na Academia Imperial de Belas Artes, é crítico a esse desenho do padre realizado em virtude das incorreções artísticas, todavia, Porto Alegre que era pintor, destaca que à aprovação geral desse desenho por todos que conheceram o padre José Mauricio foi

unânime, ainda que ele não cite os nomes dessas pessoas que conviveram com o religioso, ambos buscaram perpetuar essa imagem como a oficial do padre José Mauricio.

Á sublime arte da música juntou o sr. Dr. José Mauricio a do desenho: o retrato que acompanha a obra musical também é de sua feitura: e apesar de algumas incorreções ligeiras de rigorosos princípios da arte de desenhar, não deixa de estar próprio, e de ter merecido a aprovação geral de quantos conheceram o grande José Mauricio (MAURICINAS, 1849, p. xx).

Manuel de Araújo Porto Alegre buscou eternizar a imagem de um padre José Mauricio, antes de tudo, como um ser miscigenado muito antes da feitura desse quadro, se o padre não era branco, adquiriu segundo ele feições e gostos europeizados. Porém, ele reafirma a não negritude do religioso, em suas palavras, o padre havia se afastado das suas origens africanas e adquirido trações “miscigenado” (PORTO-ALEGRE, 1836; 1856) Ora, essa constituição de um padre embranquecido é antecedente a própria imagem desenhada pelo doutor Nunes Garcia Junior entre as décadas de 1830 a 1840. De fato, as narrativas estabelecidas por Porto Alegre e, por conseguinte por nosso personagem, é de um religioso que se constitui, antes de tudo, como o resultado de um processo miscigenador na raça e na arte que, a partir dos elementos da cultura europeia, pode alcançar a fama, a sublimação, o reconhecimento e mistura das raças no campo artístico musical brasileiro.

Em um dos primeiros trabalhos relativos à música brasileira, *ideias sobre música* (1836) Porto Alegre, no período que se sucedeu à Independência, buscou estabelecer uma identidade para a música brasileira, a partir de elementos históricos ele realizou uma teoria para a música nacional. Nesse momento, a figura do padre e suas composições sacras e populares permitiu que se fizesse uma aposta em um projeto ousado. A ideia era forjar o religioso brasileiro como o maior compositor clássico, não somente do Brasil, mas sobretudo das Américas. Para isso, alçavam o padre comparativamente a uma das maiores figuras de destaque da música europeia daquele momento o compositor Wolfgang Amadeus Mozart. O trabalho de Porto Alegre visava colocar o padre José Mauricio como uma espécie de Mozart dos trópicos, em 1836. Ele interrogava sobre as dificuldades na execução das composições do padre José Mauricio “como se poderá executar o miserere, a missa de Santa Cecilia, essa produção imortal do fluminense Mozart? (PORTO-ALEGRE, 1836, p. 180)

As imagens desenhadas, por nosso personagem, de seu pai, na edição das Mauricinas e o próprio quadro a óleo pintado por ele refletem, por um lado, as diretrizes históricas estabelecidas por Manuel de Araújo-Porto Alegre para o forjamento de um padre europeizado distanciado dos elementos Africanos, entretanto, no contexto histórico, daquele período, idealizavam o ser negro, a partir do processo de miscigenação, como parte da sociedade e por conseguinte representativo de uma suposta ideia de identidade brasileira. Esse projeto certamente foi planejado e posto em prática pelo próprio doutor Nunes Garcia Junior e Porto Alegre ao forjarem de uma imagem do padre José Mauricio. Se, em um primeiro momento, buscou-se relativizar a atuação do religioso brasileiro, ao compositor austríaco Mozart, em um segundo momento, o mesmo Porto Alegre e o doutor Nunes Garcia Junior buscaram justificar as questões raciais que envolviam o padre José Mauricio, a partir da ideologia do miscigenado como possibilidade de arianização da raça negra por meio da miscigenação. Em 1856, o escritor justificava a negritude do padre José Mauricio por meio do debate miscigenador, afirmando que “o religioso tinha as dimensões e saliências de uma forte constituição e tinha nos lábios, na forma do nariz, e na saliência dos pomolos os caracteres da raça mixta” (PORTO-ALEGRE, 1856, p. 7), por essa época o desenho do filho já era divulgado e somente confirmava as palavras de Porto Alegre sobre um padre miscigenado e não negro.

Ora, a partir daí estava posta uma perspectiva que se impõe, ainda hoje, que é de velar a negritude do religioso, e por conseguinte, a própria existência do filho médico e negro, pondo em tese o debate sobre a miscigenação nos oitocentos. Kabangele Munanga (2004) nos lembra que é visível as propostas da elite brasileira no passado colonial na medida em que estabelecia parâmetros para os mestiços “pardos e mulatos” transitarem entre a pessoa negra (escravizada) e a pessoa mestiça (livre ou liberta), “torna-se claro através de elucubrações que o mestiço representa[va] apenas uma fase transitória no caminho da arianização do qual nasceria um tipo étnico único, representativo do futuro do povo brasileiro (MUNANGA, 2004, p. 70).

De fato, essa perspectiva histórica da elite intelectual dos oitocentos buscou justamente constituir o ser misto entre negro e branco em torno de uma ideologia da identidade nacional em que o elemento da mestiçagem e do sincretismo cultural formulariam o ideal da unidade nacional que visaria camuflar quaisquer debates ou questionamentos raciais.

Nesse sentido, o quadro a óleo retratando o padre José Mauricio pintado por seu filho explicaria a partir do discurso miscigenador de então, as ideologias, sobre a figura

de pessoas negras de destaque artístico no passado brasileiro. A pintura desenhada por doutor Nunes Garcia é típica do romantismo e apresenta um equilíbrio entre liberdade e idealização nacionalista. A característica desse período na pintura brasileira é evocar temas a partir das emoções, das fantasias e dos sonhos. Outra característica desse contexto em que doutor Nunes Garcia Junior pintou a tela com a face do pai é de uma certa idealização da natureza, da política e da própria vida social. O quadro pintado por nosso personagem equilibra o retrato histórico e o tema religioso. É histórico porque retrata um personagem atuante como músico na Corte de dom João VI no Brasil. É religioso porque escolhe um conceito e o representa socialmente com rosto, insígnias religiosas e cívicas em destaque. Nesse caso, o conceito de intelectualidade é plausível por retratar um padre, embranquecido, todavia, podemos destacar como característica que o desenho feito pelo filho não encara o público e desvia o olhar, entretanto, ele exhibe as insígnias cívicas como a Ordem da Rosa e as insígnias religiosas como o solidéu, paramento litúrgico usado por padres, bispos, Papa e, somente retirado em momento específicos de ofício religioso católico. Outra característica do quadro é o individualismo e as subjetividades produzidas pelo indivíduo retratado com olhar lacônico. Finalmente, é mister afirmarmos que essa obra reflete muito do contexto histórico em que artistas e seus quadros ou fotografias podiam facilmente, idealizar ou exagerar, algum tema ou característica do retratado.

O quadro retratando o padre José Mauricio atualmente está localizado no Rio de Janeiro na sede da Escola de Música da UFRJ. A pintura, em comparação a máscara mortuária, buscou suavizar os traços do padre, é visível que os lábios afinados, assim como, o nariz e os olhos foram alterados buscando alterar a aparência do compositor.

**Imagem 09: Padre José Mauricio Nunes Garcia pintado pelo filho médico.**



**Fonte:** CONCERTO | Revista CONCERTO

Em fotografias e imagens que retratam faces humanas trabalham com a ideia de máscaras para designar de que ponto uma face é o produto de uma história ou de uma sociedade.<sup>169</sup> Entende-se que essa máscara geralmente acaba por estabelecer debates na sociedade que busca dar sentido para essas faces, mas ao mesmo tempo quer dar ruído e sentido crítico ao retrato em pinturas e fotos. Ora, nesse sentido, as imagens podem constituir uma verdadeira crítica social engajada que evidencie o sentido político e moral de um rosto fazendo da foto algo subversivo não quando aterroriza, perturba, ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa (BARTHES, 1980, p. 62).

Em recente trabalho, atendendo ao pedido do autor desta tese, buscamos reconstituir a partir da máscara mortuária do padre José Mauricio, realizada por Joaquim Manuel de Macedo e depositada atualmente na sede do IHGB, apresentar uma reconstituição facial do padre José Mauricio visando contrastar com a pintura do nosso personagem. Para isso, o artista plástico, designer e desenhista Gustavo Marigo (2022), por meio da reconstituição facial estabeleceu a face do religioso nos evidenciando as modificações realizadas por nosso personagem para a pintura de seu pai. No trabalho de Marigo (2022) é visível que o filho médico buscou inserir o desenho dentro de uma

---

<sup>169</sup> Litz (2009)

perspectiva de unidade nacional por meio da miscigenação. Ainda no trabalho de Marigo (2002), é possível ver os traços negroides salientes, os lábios e narizes característicos, assim como, os cabelos encarapinhados, não desenhado pelo filho. Além disso, pela máscara mortuária vemos um padre José Mauricio mais envelhecido, morto aos sessenta e dois anos, com traços bastante exauridos e marcas visíveis na face. O lipoma na testa foi registrado pelo filho no quadro, é visível na máscara mortuária essa protuberância, e destacado no trabalho de Marigo, segundo a musicóloga Cleofe Person de Mattos (1998) seriam em virtude da doença final que acometeu o religioso nos últimos tempos.

**Imagem 10: Figura Padre José Mauricio Nunes Garcia.**

Imagem estabelecida a partir da máscara mortuária por reconstituição facial por Gustavo Marigo.



**Fonte:** acervo pessoal do autor.

As representações sociais do quadro pintado pelo filho, no contexto da época atual, buscam, muitas vezes, não somente justificar, mas, sobretudo, confirmar uma suposta branquitude do padre José Mauricio em detrimento a sua negritude. É certo que o debate busca perpetuar, ainda hoje, no meio musicológico, uma idealização de unidade nacional que contempla a mistura das raças como a própria identidade brasileira, capaz de comportar todas as diferenças nacionais, e que visa unicamente abafar quaisquer debates sobre racismo na estrutura brasileira.

E, é nesse contexto que a pintura do padre é utilizada por musicólogos e músicos ora para comprovar a branquitude do religioso, ora com fins estéticos em discos e

partituras que buscam perpetuar essa visão romântica. A justificativa recai sempre no fato de ser um desenho realizado pelo filho. De fato, o que podemos observar é que essa imagem não é tida como objeto histórico capaz de produzir outras problematizações sobre o contexto de sua produção e sobre os interesses do doutor Nunes Garcia ao retratar o pai dessa forma. Muitas vezes, as críticas veladas sobre o fato de o filho médico ter desenhado o pai embranquecido, não levam em consideração os personagens envolvidos em torno dessa figura, e as estratégias envolvidas para memorizar o religioso como o maior compositor brasileiro. Finalmente, uma parcela considerada de musicólogos brasileiros (MATTOS, 1996; ANDRADE [1930] 1980, NEVES,[1982] 2008; MARIZ, 1994; e outros)<sup>170</sup> ao recorrerem a imagem pintada pelo filho discursando sobre as origens do padre e seu distanciamento do universo afro-brasileiro, não levam em consideração que essa imagem nada mais é que a continuação das primeiras biografias sobre o religioso que visavam perpetuar um padre José Mauricio distante do universo negro, ou seja, a mesma capacidade que alguns desses pensadores tem de buscar desconstruir as primeiras narrativas biográficas laudatórias sobre o padre José Mauricio poderiam incluir essa desconstrução sobre o quadro no mesmo bojo de problematizações que o cerca e não tratá-lo como comprovação de algo ou unicamente como obra estética.

Além de retratar o pai padre, o doutor Nunes Garcia foi retratado em três ocasiões, em daguerreotipo para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A fotografia em daguerreotipo foi localizada pela musicóloga Cleofe Person de Mattos que não nos traz maiores informações sobre essa fonte<sup>171</sup>. É plausível pensarmos que essa fotografia é a mesma que consta em notícias do *Jornal do Comercio* por conta da homenagem na Faculdade de Medicina quando o doutor Nunes Garcia viu sua foto exposta em um dos laboratórios. O fato ocorreu após sua aposentadoria, quando doutor Nunes Garcia Junior contava com mais de quarenta anos de idade. Porém, a foto pode ter sido retirada alguns anos antes, é plausível pensarmos na década de 1850, já que o daguerreotipo aportou em terras brasileiras somente em 1840<sup>172</sup>. Nessa imagem, o doutor Nunes Garcia também não encara o espectador, todavia, mantém um olhar altivo, costeleta típica da elite da

<sup>170</sup> Fonte: Mattos, (1998)

. José Maurício Nunes Garcia: Biografia. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional / Dep. Nacional do Livro; ANDRADE, Mário. 1980. Modinhas Imperiais. Obras completas de Mário de Andrade XVIII. Belo Horizonte: Editora Itatiaia [orig. 1930]; NEVES, José Maria. Musica Contemporânea Brasileira, Ed. Contracapa, [1982] 2008 MARIZ, Vasco. História da música no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

<sup>171</sup> Fonte MATTOS (1970).

<sup>172</sup> Fonte: [A chegada do daguerreótipo no Brasil – os primeiros registros no Rio de Janeiro | Brasileira Fotográfica \(bn.gov.br\)](#). acesso em 7 de setembro de 2023

época, e exibe os trajes dos professores da Faculdade médica. Paletó preto, blaser branco e nó de gravata afrancesado e na mão esquerda seu anel de doutor. Essa é uma das raras imagens que retratam um médico, negro, livre e professor catedrático da Faculdade Médica da Corte em meados do século XIX.

Nesse sentido, pensar em necromemória e imagens de homens negros nos oitocentos podem nos apresentar questões pertinentes. É importante destacarmos que no campo da historiografia brasileira os debates já questionam a reconstrução do passado e em sua transmissão que se dá, muitas vezes, de forma coercitiva e sustentada pelas classes dominantes.

Além disso, muitas vezes, no mundo contemporâneo as imagens de Debret retratando o corpo negro escravizados são utilizadas para resumir o século XIX. A noramlização nos usos dessas imagens de Debret, por exemplo, contribuem para a necromemória relativa a imagens de homens negros, livres, médicos, ainda que em um contexto escravocrata dos oitocentos.

A outra imagem faz parte do acervo da atual Academia Brasileira de Medicina e exibem um doutor Nunes Garcia Junior mais envelhecido. A barba e os cabelos brancos já são indicativos da idade de um homem que após a aposentadoria se dedicou ativamente às reuniões, debates e pesquisas realizadas pelos acadêmicos médicos. Os trajes de terno e gravata já não exaltam o professor catedrático que por essa época já estava aposentado, entretanto, valorizam o intelectual pesquisador e sujeito atuante daquela agremiação.

E, recentemente, foi localizado no acervo histórico da Faculdade um autorretrato na pasta do ex-aluno doutor Nunes Garcia. O acervo da instituição resguarda algumas valiosas fontes primárias relativas à vida estudantil de nosso personagem apesar de ser um acervo em boa parte artificial, ou seja, constituído de alguns documentos anos depois. Nesse autorretrato, feito ao que parece em algum cômodo da escola médica, o nosso personagem é retratado de corpo e rosto. Os trajes são similares a fotografia daguerreotipa, com o traje professoral, todavia, nesse desenho, o doutor Nunes Garcia adicionou a insígnia da Ordem da Rosa que recebeu do pai o que leva a pensar sobre a importância desses títulos para ele. A mesma insígnia foi retratada pelo filho na pintura do pai. Nesse desenho, doutor Nunes Garcia encara seu expectador com olhar altivo a pose é indicativa de um sujeito seguro de si.

Em outras palavras, ao analisar o esquecimento, por meio de imagens, como um conjunto de fragmentos capazes de refletir uma narrativa oculta a partir de determinados interesses sociais, históricos, econômicos, raciais é revelador de como o esquecimento

de determinadas imagens é uma prática social adotada por diferentes setores da sociedade visando a atender a diferentes interesses.

Finalmente, podemos observar que o doutor Nunes Garcia foi um homem que soube recorrer estrategicamente ao uso de imagens. Ora para firmar a imagem de um padre José Mauricio Nunes Garcia como religioso, brasileiro e homem não-negro, ora a sua própria imagem se firmou como médico e homem negro onde ele buscava destacar ser ele um sujeito livre, professor e catedrático em um contexto escravista

### 3.5 O acadêmico memória nas revistas médicas

Em meados do século XIX, uma das principais estratégias de aceitação e legitimação da medicina social foi pôr em prática a publicação dos primeiros periódicos médicos brasileiros. Essas revistas contavam com a divulgação de artigos científicos, pesquisas e debates dos médicos acadêmicos que buscavam, em um primeiro momento, atender as demandas sociais daquele contexto, estabelecendo uma maior homogeneização do discurso médico e que pudessem servir de diálogo institucional entre leigos, médicos e sociedade em geral.<sup>173</sup> Nos apontamentos biográficos de nosso personagem, há passagens interessantes relativas as suas produções científicas e os seus estudos realizados nos últimos anos de vida. Nos *post-scriptum* de seu texto, ele nos informa já estar finalizando algumas conferências “a respeito do ensino sobre biologia transcendente” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 79) e uma teoria magnética que era baseada em estudos sobre as polarizações dos fluidos magnéticos no organismo humano, afirmando que “exceto que cheguei a acertada e provas da pilha orgânica e baterias que todos temos[...] conhecendo as maravilhas do sonambulismo provocado” (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 79, *grifos do autor*).

Nos últimos anos, nosso médico participou ativamente de estudos pioneiros relativos ao magnetismo animal no Brasil e ao tratamento de algumas doenças por meio do sonambulismo, chegando a fazer parte de uma Sociedade de Propaganda de Magnetismo e do Juri Magnético do Rio de Janeiro, inaugurada em 1861, sob as proteções de dom Pedro II.<sup>174</sup> De certa forma, em um segundo momento, o magnetismo animal

---

<sup>173</sup> FERREIRA, Luiz Otávio. O nascimento de uma instituição científica: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX. 1996. 176 f. (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996

<sup>174</sup> Fonte: [IMPERIAL INSTITUTO MÉDICO FLUMINENSE \(fiocruz.br\)](http://www.fiocruz.br). Acesso em 6 de agosto de 2023

entrava em voga no Brasil, com as bênçãos do Império, ainda que pudesse servir exclusivamente a cura e somente ser administrador por médicos. Doutor Nunes Garcia se voltou com atenção para esse método, tendo no último ano de vida apresentado seu estudo, *memórias sobre magnetismo animal*, na exposição que ele conduziu na inauguração da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro<sup>175</sup>.

De fato, os estudos magnéticos, pesquisas e experimentos sobre sonambulismo, além de conferências sobre essa técnica foram publicizados pelo próprio doutor Nunes Garcia ainda em vida. Dessas conferências havia uma no qual ele já havia começado a escrever relativa a como clinicar magneticamente, buscando estabelecer uma metodologia do seu trabalho para outros médicos. Segundo ele, havia ainda outro livro a ser publicado sobre o magnetismo animal intitulado “projeto do meu 5º livro de estudos magnéticos” no qual ele refutava as teorias do espiritismo kardecista nos informando “que desde 1875 estava com o amigo sr. Dr. [Joaquim Manoel de] Macedo, para hoje voltar a mim sem a razão que pedi, lá ficando o outro em que refuto o dos espíritos de Alan Kardec” (GARCIA JUNIOR, 1860, p.79). No mais, ele nos acrescenta a informação de já estar finalizando dois novos livros. O primeiro sobre os partos da princesa imperial e, o segundo livro, contendo “minha estatística obstétrica” (GARCIA JUNIOR, 1860, p.79) indicativo não somente de sua grande área de formação, o parto, mas, sobretudo, o seu constante interesse por métodos de vanguarda para época, além dos estudos anatômicos.

Em sua autobiografia, nosso personagem informa ao leitor que entre os seus papeis, “na minha pasta velha” (GARCIA JUNIOR, 1860), nós poderíamos localizar as missivas que ele manteve com o professor de Anatomia da Faculdade de Medicina da Bahia, doutor Jonhathas Abbott (1796-1868). Além disso, ele informa ter deixado uma sinopse a concluir, do terceiro volume de suas lições de anatomia que já era adotada há tempos pela Faculdade de Medicina da Corte. De fato, com essas informações, nosso personagem nos revela a atuação de um sujeito que operou como médico e pesquisador sobre temas diversos no campo da medicina, especialmente, ao fim da vida, evidenciando seu empenho como membro titular da Academia Imperial de Medicina e como cientista, pesquisador de temas originais, e da vanguarda médica brasileira do século XIX, como o magnetismo animal e os estudos obstétricos. Nesse sentido, Schwarcz (1993) indica

---

<sup>175</sup> Fonte: Câmara FP. Pré-história da psicoterapia brasileira: a chegada do magnetismo animal no Brasil, 1823-1887. Debates em Psiquiatria [Internet]. 30º de junho de 2013 [citado 11º de agosto de 2023];3(3):34-8. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/365>. Acesso em 11 de agosto de 2023

como os médicos cariocas buscavam por meio do estudo desvendar as doenças tropicais como cólera e dengue por exemplo.<sup>176</sup>

Se por um lado, a partir da década de 1860, podemos conjecturar sobre a atuação do doutor Nunes Garcia Junior como médico e acadêmico atuante nessa “elite médica” brasileira, por outro, nos chama atenção como uma figura tão presente na imprensa médica brasileira, daquele contexto, ainda assim se faz tão ausente dos debates atuais do campo da história e da saúde brasileira. Rossi (1991) nos indica como esses esquecimentos, muitas vezes, estão ligados a coerção e a tentativa de um pensamento enrijecido que acaba por gerar esses apagamentos de memória<sup>177</sup>. Certamente, o fato de se buscar estabelecer uma história da saúde brasileira, a partir do início do século XX, acaba por impedir que ideias circulem, se firmem e acabem direcionando ao silêncio e o olvido como é o caso dessa primeira geração de médicos brasileiros voltados a pesquisas e estudos sobre a saúde brasileira no contexto do século XIX.

Foi nesse contexto de pesquisas e análises da saúde brasileira que a imprensa médica se tornou o lugar fundamental para que esses doutores publicizassem seus trabalhos, a partir da primeira metade do século XIX. Em Ferreira (1996) a imprensa médica foi fundamental por constituir um espaço da medicina social que era capaz de aglutinar, em torno de si, as demandas sociais da classe médica e, de mobilizar a própria classe em detrimento de outras práticas de cura. De fato, boa parte destas publicações se aglutinavam em torno de dois eixos - as epidemias e as doenças relacionadas aos pobres.<sup>178</sup>

No período de 1827 a 1843, o Brasil contou com uma gama variável de revistas médicas. Em um primeiro momento, graças ao contexto político, editorial e científico da Sociedade de Medicina, posteriormente, transformada em Academia Imperial de Medicina, foi possível o surgimento dos periódicos *Propagador das Ciências Médicas* (1827-28), *Semanário de Saúde Pública* (1831-33), *Diário de Saúde* (1835- 36), *Revista Médica Fluminense* (1835-41) e *Revista Médica Brasileira* (1841-43).<sup>179</sup> Uma das características desses primeiros periódicos médicos brasileiros era buscar

---

<sup>176</sup> Fonte: Schwarcz, Lilia Moritz, *Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>177</sup> ROSSI, Paolo (tradução Nilson Paulin). *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Ed Unesp, São Paulo, 1991

<sup>178</sup> Fonte: FERREIRA, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996 (História, Tese de doutorado),

<sup>179</sup> Fonte: [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)

estabelecer um diálogo com parte da sociedade brasileira para que posteriormente se firmasse uma agenda sanitária. Para nosso interesse de pesquisa relativo à atuação do doutor Nunes Garcia Junior, nas revistas médicas, recorreremos a duas últimas publicações brasileiras produzidas pela Academia Imperial de Medicina. Primeiro pelo fato de que na época de seu lançamento, nosso personagem já era membro da Academia e encontramos diversas passagens com seu nome nessas publicações ao contrário das duas primeiras publicações. Dessa forma, voltaremos nossa atenção sobre a *Revista Médica Fluminense* e a *Revista Médica Brasileira*.

Antes de tudo, é importante contextualizarmos sobre o surgimento da imprensa em solo brasileiro após anos de proibição da metrópole portuguesa. De modo geral, esses periódicos médicos foram pioneiros na medida em que buscavam ampliar pesquisas sobre doenças e tratamentos para diferentes setores da sociedade. A participação da Academia Imperial de Medicina, nesse processo, como detentora dessas publicações legitimava cada vez mais seus ideais de institucionalização médica como possuidora única do saber médico e, por conseguinte, os médicos e seus membros se impunham como especialistas únicos em pesquisas sobre doenças do corpo.

Segundo Sampaio (2005), os médicos por meio da imprensa conquistaram um espaço de combate a curandeiros e quaisquer outras formas de tratamento que não passasse exclusivamente por eles, conseguindo o feito de que a própria imprensa aderisse a esse discurso anticuranderismo<sup>180</sup>. Schwarcz (1993) nos lembra que em meados da segunda metade do século XIX, a *Gazeta Médica da Bahia* com sua publicação mensal já buscava homogeneizar o discurso da classe médica, para isso, estabeleciam uma produção própria, com maior autonomia e prestígio para a profissionalização médica.<sup>181</sup> (SCHWARCZ, 1995, p. 260).

Além disso, é necessário racializarmos o debate e problematizarmos o fato do surgimento em uma imprensa negra, contemporânea, a atuação dos médicos negros doutores José Mauricio Nunes Garcia, Joaquim Soares de Meirelles e Francisco Júlio Xavier que eram bastante presentes na imprensa médica brasileira com seus discursos, pesquisas e tratamentos para diferentes doenças. Suas presenças enriqueciam o debate racial de então e do próprio lugar de negros livres, intelectualizados naquela sociedade

---

<sup>180</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura*. Ed UNICAMP, São Paulo, 2005

<sup>181</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. Ed Cia das Letras, São Paulo, 1995.

médica.<sup>182</sup> Todavia, é fundamental destacarmos que o termo racial (negro) se fazia presente nos debates da classe médica de formas diversas, seja como experimento de medicações e tratamentos que tomava pessoas negras como experimentos, ou nos usos de corpos de pessoas negras para pesquisas e até mesmo nas aulas anatômicas, conforme observado por nosso personagem sobre os abusos da Faculdade de Medicina no uso do corpo de povos negros e pobres nas aulas anatômicas. O próprio doutor Nunes Garcia, conforme veremos no próximo capítulo, em seu discurso de posse como professor catedrático (1840), informou sobre os maus usos sobre o corpo de pessoas negras em sala de aula. Se por um lado é parco os estudos que se debruçam sobre a atuação de negros e seus próprios tratamentos de saúde nos oitocentos, é visível os trabalhos que mostrem como raça, higiene, sanitarismo e saúde estiverem presente nas pesquisas dos doutores do século XIX.

De fato, as notícias que circulavam entre a classe médica no meio editorial brasileiro podem ser entendidas como lugares de memória e simbólicos na medida em que alicerçam memórias de um determinado período, são simbólicos por refletirem o comportamento de pessoas em um determinado contexto histórico. Por esse caminho, nosso personagem fez parte de um lugar de memória relativo aos primeiros jornais médicos brasileiros que revelam sua atuação como médico, professor e principalmente acadêmico naquele período. Com base nessas revistas, podemos observar que em seus discursos e posicionamentos na Academia Imperial de Medicina refletem um doutor Nunes Garcia Junior respeitado na instituição e, constantemente, sendo chamado a opinar por seus pares em diversas atribuições da Academia, seja na relação da instituição com a sociedade, seja na relação da Academia com o Império. A Academia Imperial de Medicina, a partir da segunda metade do século XIX, ampliou sua atuação na sociedade brasileira e, por conseguinte, em sua relação com o Estado. Suas atribuições eram expandidas no saber e na prática médica, no regulamento do exercício da medicina, na solução de problemas higiênicos e até mesmo na comercialização de medicamentos que eram constantemente divulgados em suas publicações<sup>183</sup>. Nesse sentido, doutor Nunes Garcia Junior se fez presente nesse lugar de memória como um ser atuante na instituição acadêmica e bastante presente nos debates com seus pares doutores seja nas publicações

---

<sup>182</sup> Ferreira (1994)

<sup>183</sup> Fonte [SOCIEDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO \(fiocruz.br\)](http://SOCIEDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO (fiocruz.br)). acesso em 5 de agosto de 2023.

da *Revista Médica Fluminense* seja na *Revista Médica Brasileira*, ambas publicadas pela Academia Imperial de Medicina.

A *Revista Médica Fluminense* funcionou entre 1835 a 1841, com circulação mensal e foi publicada em seis volumes. A publicação surgia após o *Semanário de Saúde Pública* que também era mantido pela Academia Imperial, mas com publicação semanal. A revista publicava desde resumos das sessões da Academia, discursos, informes, pesquisas sobre a saúde e as condições da medicina brasileira. Na sessão de seis de outubro de 1836, o doutor Nunes Garcia apresentou para os acadêmicos duas partes de seus estudos relativos a um caso de ferimento no estômago com derramamento de sangue na cavidade do órgão, seguido de peritonite, gastrite, supuração e um tumor no epigástrico, curado, segundo ele, em 15 dias com os seus tratamentos<sup>184</sup>. Schwarcz (1995) informa que os médicos cariocas do século XIX, em comparação aos médicos baianos, no mesmo período, muitas vezes, buscavam a originalidade na descoberta de tratamentos ou inovações para o campo médico.

Essas inovações podem ser observadas nas páginas da própria revista médica carioca. Em sessão de vinte e três de agosto de 1838, presidida pelo doutor Freire, nosso personagem informou aos acadêmicos médicos ter criado uma nova cadeira para ser utilizada por mulheres no momento do parto. Nessa sessão, ele apresentou uma miniatura do aparelho em metal que foi remetida para avaliação da comissão formada pelos acadêmicos doutores Júlio Pereira de Carvalho e J.B. da Rosa<sup>185</sup>. O atraso na formação dessa comissão foi cobrado pelo próprio doutor Nunes Garcia Junior, na sessão seguinte, ao ser informado que um dos médicos se recusou a participar dessa tal comissão e seria substituído pelo doutor Otaviano Rosa, ainda que esse fosse amigo pessoal de nosso personagem, doutor Nunes Garcia pediu aceleração na análise dessa cadeira para partos por seus pares.

No número seguinte, infelizmente, a revista não nos informa o resultado desta comissão sobre a invenção médica do nosso personagem, mas apresenta detalhes das denúncias publicadas por doutor Nunes Garcia relativas às tramoias do seu concurso para a Faculdade de Medicina de 1839. Ele apresentou (indicar a fonte) na revista médica detalhadamente todo enredo da história, já visto anteriormente pelo leitor, todavia, nessa publicação ele incorporou detalhes minuciosos aos acadêmicos sobre a defesa de sua tese e as três provas que participou. Ainda que não nomeie os seus oponentes sobre esse

---

<sup>184</sup>Revista Médica Fluminense, (p.127)

<sup>185</sup> Revista Medica Fluminense (1833 – 1844)

concurso doutor Nunes Garcia Junior de modo sarcástico referência o diretor doutor José Martins da Cruz Jobim, seu colega na Academia Imperial de Medicina e diretor da Faculdade Medicina, e estende a denúncia ao seu ex-aluno, nos informado que dos trinta e um julgadores de sua defesa, ele foi reprovado somente por um, insinuando a participação do doutor José Martins da Cruz Jobim. É certo que o discurso médico oficial ainda não tinha uma homogeneização nas narrativas, estando muitas vezes os médicos em pé de guerra. A relação dificultosa entre doutor Nunes Garcia Junior e o doutor José Martins da Cruz ultrapassavam os muros da Escola, mas não impediam a atuação destacada de nosso personagem nos debates médicos dos acadêmicos sobre assuntos diversos.

As mudanças climáticas, as alterações no estado de saúde da população de determinada localidade da Corte estiveram no radar do nosso médico nessas publicações acadêmicas. Em sessão, em fins do ano de 1839, doutor Nunes Garcia informou aos confrades ter observado muitos casos de bronquite, diarreia e disenteria. Ele informa ainda casos de angiocolite e reumatismo na região apoveronose dorso-lombar em diferentes localidades da Corte carioca e um caso de aborto. Ferreira (1998) nos lembra que nessa primeira fase a sociedade médica (1831-1843) tem um maior dinamismo ao manterem com regularidade a publicação de periódicos científicos como também detiveram poder político, na construção de um aparato institucional da medicina, na medida em que, por meio dessas revistas, os médicos mantinham um contato direto com os letrados da Corte e com o governo (FERREIRA et al, 1998, p. 485)<sup>186</sup>.

Ora, a atuação da Academia Imperial de Medicina com o governo era constituída de forma respeitosa onde os médicos buscavam estabelecer a hegemonia de suas prescrições e melhorias na vida cidadina. De fato, o Império e o próprio imperador reconheciam essa importância da classe médica e da atuação da Academia de Medicina como os únicos legitimadores a falar e tratar sobre saúde no Brasil em detrimento a outras práticas de cura como as de origem africana ou indígena. Foi publicado um relatório na revista por conta das congratulações que os acadêmicos médicos apresentaram ao imperador, ao participarem do séquito que acompanhou a coroação de dom Pedro II. Nos seus apontamentos biográficos, doutor Nunes Garcia Junior informou sobre esse acontecimento, nos narrando que, em 1841, havia sido nomeado como membro titular da Academia Imperial de Medicina para assistir a deputação da coroação de dom Pedro II e

---

<sup>186</sup> Fonte: FERREIRA, Luiz Otavio. A sociedade de medicina e cirurgião do rio de janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. *História da Ciência da Saúde Manguinhos*. Iv 3, 475-491, 1998

tendo recebido convite para entrar no séquito, assim como, para o baile Imperial (GARCIA JUNIOR, 1860).

A partir de 1841, a Academia Imperial de Medicina passou a publicar a *Revista Médica Brasileira* que era um prosseguimento da *Revista Médica Fluminense*. A nova publicação visava reforçar um novo formato e melhorias na publicação já que parte dos acadêmicos passaram a arcar com os custos da revista. A revista registou uma sessão calorosa entre os médicos doutores Nunes Garcia, José Bento e Sr. Reis sobre casos e tratamentos de tétano na Corte carioca, nosso personagem informou já estar tratando alguns casos com essência de rosas e terebentina com sucesso.

Ainda em 1841, após consulta do governo imperial sobre a viabilidade de construção de um hospital nos moldes do Hospital Geral Frances, doutor Nunes Garcia apresentou um discurso em sessão pública em que dividiu em seis pontos, suas colocações sobre a atuação da Academia Imperial, sobre o projeto deste hospital, sendo acompanhado por seus pares. Nesse sentido, podemos observar que a influência desses médicos na sociedade, por meio da Academia, estavam diretamente relacionada a influência da elite formada por intelectuais e políticos luso-brasileiros em torno da ideia de uma reforma e modernização do antigo sistema colonial, para isso, esses médicos ao lado dessa elite foram fundamentais para a inauguração de um novo processo social da medicina brasileira culminando com a reestruturação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. (FERREIRA et al, 1998).

É interessante observamos que em diferentes sessões da Academia, durante o ano de 1841, o doutor Nunes Garcia se fez presente, ora para opinar com seus pares, ora informando sobre suas novas pesquisas e tratamentos médicos. Em sessão calorosa entre ele e o doutor Francisco Júlio Xavier, ambos debateram publicamente na Academia sobre a elefantíase e sua evolução. Doutor Nunes Garcia por conta da atuação como anatomista propunha que as investigações sobre essa doença se dessem diretamente sobre o cadáver para análises detalhadas. Esses debates da Academia eram calorosos e muitas vezes se davam entre médicos, químicos, naturalistas e botânicos que acabavam por refletir o caráter amplo da Academia em suas sessões.

Na sessão seguinte, nosso personagem novamente é convidado a opinar sobre o pedido do médico Adolpho Rhodius, que solicitava o seu ingresso na Academia Imperial como membro titular, para isso, Adolpho apresentou documentos e diploma da Faculdade de Medicina de Berlim. Nas sessões seguintes, doutor Nunes Garcia informou aos seus pares tratar-se de diploma e documentos falsos e apresentou voto contrário ao ingresso

do doutor Adolpho à Academia sendo acompanhado por demais acadêmicos. Há diversas referências a pessoa do doutor Nunes Garcia em diferentes sessões da Academia. Foi enviado um estudo do senhor doutor Meirelles relatando casos de febre no Largo da Carioca e na rua da Vala, no qual ele pediu atenção para possíveis casos de cólera. O relato do doutor Meireles é seguido do doutor Nunes Garcia que afirma ter presenciado casos de febre também na mesma região. Ambos se colocam contrário ao voto do doutor Paulo Menezes e solicitam a criação de um Conselho de Salubridade.<sup>187</sup> De fato, a invenção de uma agenda sanitária, visando combater as epidemias, foi uma das características dos médicos brasileiros que visavam por meio da imprensa médica, analisar, recolher denúncias e estabelecer um diálogo direto entre sociedade e classe médica.

O nascimento do periódico médico não foi um fenômeno social isolado de seu contexto, mas a expressão de uma valorização da classe médica por parte da elite lusobrasileira cujo resultado foi a valoração da ciência e da própria classe dos doutores. É nesse lugar de valoração, pesquisas, em uma busca por uma homogeneização dos doutores que o médico Nunes Garcia Junior se faz presente<sup>188</sup>.

A memória do nosso personagem nas revistas médicas se revela como um sujeito respeitado por seus pares, inovador no campo médico, atuando com assuntos da vanguarda médica, e ainda um médico interessado em pesquisas e tratamentos ou na invenção de aparelhos parturientes e defensor de um discurso que prestigiava a sua classe médica como a detentora única e exclusiva nos assuntos relacionados ao saber científico e médico brasileiro, seja na Academia Imperial de Medicina, assim como, na Faculdade de Medicina.

### 3.6 O discurso de 1840 na Faculdade de Medicina: o professor catedrático

O ano letivo na Faculdade de Medicina se iniciava no mês de maio e prosseguia até o mês de outubro, quando os alunos passavam por provas e testes para finalizarem os anos de estudo que perfaziam seis anos para se tornarem médicos<sup>189</sup>. No início dos anos letivos, era tradição na Escola médica que um professor apresentasse um discurso para a comunidade docente e discente por conta da abertura daquele ano escolar, em um evento

---

<sup>187</sup> Revista Medica Brasileira p.55

<sup>188</sup> FERREIRA, Luiz Otavio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43):.

<sup>189</sup> Fonte: [Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro](#). Acesso em 7 de setembro de 2023.

que contava com importantes médicos e doutores de então. No ano de 1840, é o doutor Nunes Garcia Junior que é o indicado pelos regulamentos para proferir o discurso de abertura daquele ano letivo aos seus pares médicos e discípulos. Ainda que não fosse a primeira vez que o discurso fosse proferido por ele, o evento marcava a sua estreia como professor catedrático e proprietário da cadeira de Anatomia que o possibilitava abordar alguns pontos espinhosos do ensino médico no que tangia a disciplina da anatomia ministrada por ele.

É plausível conjecturarmos a partir das palavras iniciais do nosso personagem nesse discurso que o auditório estivesse tomado por autoridades médicas de então, além é claro dos alunos e professores doutores da Escola, nesse sentido, podemos presumir que doutor Nunes Garcia era prestigiado pelos doutores: Francisco Júlio; Manoel Feliciano Pereira de Carvalho; Luiz Francisco Ferreira; Thomaz Gomes dos Santos, dentre outros, que buscavam cada vez mais homogeneizar o discurso médico frente a outras práticas de cura.

Para Sampaio (2005), o processo de homogeneização do discurso da classe médica foi bastante lento no que tangia a uma possível proximidade entre médicos e o Estado na busca de um discurso unificador. Todavia, conforme nos mostra a autora, os primórdios da medicina brasileira se deu em um cenário extremamente adverso para os médicos, a ausência de doutores em cidades distantes, a concorrência com outras práticas de cura, os experimentos e erros médicos fizeram com que a classe médica, ainda que com muitas discórdias e disputas, pudessem estabelecer minimamente um discurso homogêneo que colocassem esses doutores como sinônimo de eficazes e científicos por meio de suas análises clínicas, teses, pesquisas e discursos (SAMPAIO, 2005; p. 150).

O discurso de 1840 do doutor Nunes Garcia pode ser visto como um ato de memorização da história de sua vida que se entrelaça a própria história da Faculdade médica da Corte quando ele lá ingressou como estudante, em 1824, e se aposentou da mesma instituição, como professor catedrático em 1857, ou seja, foram trinta e quatro anos acompanhando todas as transformações e mudanças estruturais pela qual passou a Escola médica e que fazem parte das narrativas do personagem ao abordar sobre o desenvolvimento do ensino médico brasileiro de então.

Segundo Ferreira (1994), as orientações teóricas do ensino médico na Faculdade de Medicina, nesse período, recebiam uma forte influência da medicina escolar e clínica francesa, ainda que as disputas teóricas se dividissem entre os adeptos do brousseismo – que era a medicina fisiológica experimental, contrária à Escola de Pinel – e os adeptos do

ecletismos, surgidos na primeira metade do século XIX – que se baseavam no ceticismo dos médicos ao brousseísmo e que tinham como dogma a valorização da experiência a partir da observação e de pesquisas realizadas a partir de autópsias conforme defendia nosso personagem, por conta de sua atuação como anatomista (FERREIRA, 1994).

Há, por exemplo, uma interessante passagem desse discurso de abertura relativa, justamente, aos corpos utilizados nas aulas de anatomia do doutor Nunes Garcia Junior na FMRJ. Segundo ele, os corpos trazidos para as dissecações eram da

[...] classe mais indigente da sociedade, ou dos escravos, e que est[avam] circunstanciados à pernicioso influência do nosso clima – a natureza das moléstias com que tais indivíduos sucumbem –, às consequências dos tratamentos, que as vezes nem poderão ter, do mesmo modo que ao uso dos maus alimentos a que foram forçados, modificando o estado de suas organizações durante a vida (GARCIA JR, 1840, p. xx).

Porto (2006) já nos indicou a complexidade que envolvia a saúde de escravizados por conta das diferentes realidades no campo ou nos centros urbanos, todavia, a forma como os corpos negros foram administrados no século XIX, objetivava, muitas vezes, servir de objeto de estudos com experimento de medicações e tratamentos, todavia, alguns tiveram direito a tratamento médico na Santa Casa da Corte. Porém, muitas vezes esse corpo foi utilizado pela medicina para análises ou para anatomizar, por meio de pesquisas *in loco*, doenças e estudos sobre o corpo. O incomodo do doutor Nunes Garcia recai sobre a época do ano que se realizavam essas autópsias o que rapidamente provocava a decomposição desses corpos<sup>190</sup>.

No mais, o discurso referênciava figuras históricas no campo da medicina brasileira. Os primeiros professores e outros mestres que atuaram na antiga Academia Médico-Cirúrgica são citados. Doutor Nunes Garcia Junior referênciava seu mestre, doutor Joaquim José Marques, célebre anatomista que atuou nos primeiros anos no professorado médico na Corte carioca. Reverencia também professores médicos, seus antecessores, doutores Joaquim da Rocha Mazarem e Américo D’Urzedo, pela dedicação ao magistério.

Além disso, apresenta severas críticas aos contemporâneos diretores da escola pelas constantes dificuldades para sua atuação como professor no magistério. Em um rápido intercruzamento com sua autobiografia, localizamos que esse primeiro período,

---

<sup>190</sup>Fonte: PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. *Notas de pesquisa*. V 13, n. 4, p. 1019-27, out.-dez. 2006

como professor catedrático, segundo suas narrativas pessoais, foi de “picardias e acintes” conforme já visto dos diretores, doutores José Martins da Cruz Jobim e Valadão Pimentel (GARCIA JR, 1860, p.41), o que dificultava suas aulas, a ausência de um professor auxiliar que a lei orgânica da Escola previa e que jamais foi concedido ao médico, todavia, esse período foi de intensa atividade e pesquisas na Academia Imperial de Medicina.

O discurso de 1840 lido na abertura do ano letivo foi acrescentando a introdução do método anatômico, escrito por doutor Nunes Garcia Junior, lançada pela Tipografia de Silva Junior e adotado por um bom tempo pela Faculdade de Medicina. Certamente que a exibição desse método na abertura de sua obra visava perpetuar a formação intelectual e as experiências do nosso personagem para os alunos da Escola médica.

Doutor Nunes Garcia Junior informa-nos que seu método anatômico foi inspirado no trabalho do médico francês Frederic Dubois Eliomar ou Dubois d’Amiens (1799-1873), autor de um referencial método anatômico adotado pela Faculdade de Medicina de Paris em meados do século XIX. Ele defendia que, apesar da inspiração no método de Dubois d’Amiens, o seu era circunstanciado na realidade brasileira e nas reformas necessárias ao ensino de anatomia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Seu objetivo em criar um método de ensino próprio foi facilitar sua atuação no magistério pelas dificuldades no manejo e conservação dos corpos escravizados nas aulas. Novamente, no entrecruzamento com outros documentos, localizamos, em outros papéis de seu acervo pessoal, a razão para a criação do método anatômico:

[...] pelo que mais não podia eu seguir meus cursos anuais segundo o programa que para eles dava (e programa que foi sempre aprovado pela faculdade) sem indizível trabalho meu e tanto porque não tive nem esperava ter um preparador como a lei me mandava dar, como porque nenhum dos tratados de anatomia conhecidos se prestava a economia interna de minha aula – balda de tudo – e demais a mais devendo meus cursos serem essencialmente práticos sem que meus discípulos e ouvintes tivessem um escrito ou compêndio que os guiasse nesse mister, que lhes servisse de norma para os meus trabalhos ou preparações: devendo[,] enfim[,] serem essas preparações repetidas ou secundadas uma e mais vezes por outros estudantes, a se puderem ver os mesmos objetos duas e mais vezes em cada um ano, para que[,] assim[,] e por intuição[,] ficassem gravados na memória de todos, com a localidade ou topografia – os atributos dos diversos aparelhos e seus órgãos, nos 4 primeiros cursos preparei eu mesmo os objetos de que tratava, ou dirigia as diversas turmas de dissecação (GARCIA JR, 1864, p.60).

As críticas do doutor Nunes Garcia Junior relativas ao ensino na FMRJ recaíam, naquele momento, sobre o calendário escolar e as disseções dos corpos. Ele declara que

as aulas de anatomia eram ministradas durante sete meses letivos, em dias alternados e em lições que não poderiam extrapolar uma hora, seguindo regras estatutárias da escola. Assim sendo, sua proposta consistia em uma alteração do calendário, na medida em que, segundo ele, era impossível lecionar anatomia geral no primeiro ano e descritiva no segundo ano pelo fato de que havia sérios problemas com a manipulação dos cadáveres durante o verão da cidade do Rio de Janeiro, o que provocava a rápida putrefação dos corpos e o que limitava os estudos sobre os cadáveres, obrigando a criação de um método “todo seu” (GARCIA JR, 1840).

Assman (2011) entende que a escrita é um meio de eternização e, por conseguinte, é um suporte de memória na medida em que pode tornar-se intocada pela ação destrutiva do tempo que ela representa. A escrita do doutor Nunes Garcia Junior, nesse discurso, buscou imortalizar a atuação de um médico e professor catedrático que teve sua história de vida médica misturada com a própria história da medicina brasileira em seus primórdios, ou seja, doutor Nunes Garcia assume por meio da narrativa a autoridade de uma figura testemunhal de boa parte dos acontecimentos da história da Faculdade médica até 1840. Assman(2011) entende que essa condição material de suportes de memória por meio da escrita pode externalizar-se e superar a lembrança, na medida em que, a escrita é um meio e uma metáfora da memória que busca não ser esquecida. Por esse caminho, podemos afirmar que doutor Nunes Garcia buscou não ser esquecido por meio desse discurso posteriormente publicado visando perpetuar a imagem do professor catedrático e médico atuante do século XIX<sup>191</sup>.

As sugestões do doutor Nunes Garcia Junior para a FMRJ perpassavam várias questões ligadas às aulas e ao calendário escolar. Para isso, ele propunha que a organotomia fosse estudada no primeiro ano, para aproveitar melhor a época do ano para a manutenção dos corpos.

Esse discurso, produzido por um médico, professor catedrático da FMRJ, é de grande importância por seu valor histórico, social e étnico-racial. O discurso é fruto da visão do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, enquanto professor catedrático, baseando seus referenciais a partir da medicina francesa. Entretanto, o discurso ocorreu em um contexto brasileiro, escravocrata e racialmente hierarquizado por um médico negro entre professores catedráticos brancos, formados em Paris, que compunham o quadro professoral da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que ali o ouviam.

---

<sup>191</sup> Fonte: ASSMANN, Aleida. Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

O discurso diz muito sobre a situação da FMRJ; os métodos utilizados na aula anatômica elucidam fatos sobre a transformação da antiga Academia Médico Cirúrgica em Faculdade de Medicina; ventila sobre a importância fundamental do Estado Imperial brasileiro na manutenção do ensino e da ciência; e discorre sobre o perfil dos jovens estudantes médicos naquele contexto. Novamente em diálogo com outros documentos do seu acervo pessoal, no mesmo período, doutor Nunes Garcia Junior declarou, em sua autobiografia, que seus discípulos mais habilitados foram os médicos “doutores Moraes e Valle; Ezequiel; Sobral Pinto; Francine; Cunha Pinheiro e o doutor Pertence, logo que chegou de Paris e doutor Fernando França” (GARCIA JR, 1864, p.60).

Ricœur (2007) em seus estudos relativos ao esquecimento social apresenta um vasto campo de investigação e problematização nas ciências sociais. Para esse pensador, o esquecimento pode ser operado tanto como uma *memória impedida* quanto como uma *memória manipulada*. Assim, compartilhamos como Ricœur a tese de que a memória manipulada resulta de uma *má fé*, operada por agentes responsáveis pelas narrativas tidas como oficiais que buscam enquadrar as narrativas pretéritas de forma genealógica.

Finalmente, podemos refletir sobre esses apagamentos relativos a trajetória do doutor Nunes Garcia como acadêmico e professor como necromemórias. Dito isso, entendemos esses silenciamentos e apagamentos relativos a intelectuais negros como uma construção de memória que busca justamente memorizar desagenciando as vozes e os posicionamentos de intelectuais negros e atuantes em boa parte do século XIX.

## 4. VESTIGIOS E RESTOS DE MEMÓRIA

### 4.1 Dr. José Mauricio na Biblioteca Nacional e em outras instituições de memória

A Biblioteca Nacional é sem sombra de dúvida a instituição que resguarda boa parte das fontes históricas produzidas por nosso personagem. Existem documentos avulsos em diversos setores da instituição (seção de manuscritos, obras gerais, partituras musicais). Além dessa instituição, a Academia Brasileira de Medicina, o Arquivo Nacional e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro detêm parcos documentos, mas fundamentais para compreendermos fatos relativos à história de vida do doutor José Mauricio Nunes Garcia.

Heymann (2012) nos lembra que esses acervos pessoais institucionalizados podem ser lidos como lugares de projeções do titular do acervo, de sua história de vida, seus contatos pessoais, suas estratégias e ações, naquele contexto histórico. Fundamental, seguindo a autora, é pensarmos na relação desses documentos com sua instituição de guarda como o resultado das ações dos profissionais dessas instituições de memória com esse conjunto documental que irá se transformar em fonte histórica (HEYMANN, 2012, p.280)

O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro foi o lugar escolhido por nosso personagem para o depósito da *missa de santa Cecilia*, de 1826, última composição do padre José Mauricio para coro e grande orquestra. No ano de 1853, por conta do seu ingresso naquela agremiação, o médico encaminhou a partitura e uma carta para o Instituto. Nessa missiva, o doutor Nunes Garcia destaca atuação do pai, o rápido período para composição da obra e aspectos de sua relação com o padre José Mauricio. A carta fala também de si, dos seus desejos em perpetuar a memória do pai e, inevitavelmente, perpetuar também a sua memória, para isso, buscando uma instituição de prestígio para resguardar essa memória histórica musical.

Ilmo. Snr. Dr. Secretario do Instituto Histórico. Remetendo a V.S.<sup>a</sup> o autógrafo das duas últimas partituras de meu pai, e que destinava há muito oferecer para o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde deu-me ele a honra de aceitar por seu sócio correspondente, cumpre que eu dê as razões aqui tive de atender para isso. (...) do que produziu como contrapontista o primeiro Mestre de Capela da Corte do Brasil, e sendo certo que esse gênio musical compôs o autógrafo em questão em menos de 30 dias..., A última Missa e Credo do Pe. Me. Jose Mauricio que digo [,] são verdadeiros tipos e eu mal podia guardar, é só nos Arquivos do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e, que. me apraz ver esses originais.<sup>192</sup>

<sup>192</sup> Fonte: [A Missa de Santa Cecília | Musica Brasilis](#). Acesso em 5 de janeiro de 2024

Por esse caminho, podemos prospectar como o Instituto Histórico era naquele contexto social e cultural um *locus* privilegiado para o doutor Nunes Garcia, então recém sócio do IHGB, preservar a memória do pai compositor e, por conseguinte, a sua própria história de vida como a do filho doador dos manuscritos da última composição do pai. E conforme destacado, o primeiro mestre de capela do Brasil nas palavras do filho. Ainda que o IHGB, não seja uma instituição voltada para a guarda ou execução de partituras musicais é o que pode nos fazer prospectar a ausência de projetos visuais ou expográficos que tornem possível iluminar a presença da família Nunes Garcia no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Gonçalves (2007) propõem que acompanhem a história nos deslocamentos dos objetos pessoais até sua institucionalização e possível patrimonialização. Por esse caminho, podemos analisar as ambiguidades, os tensionamentos, e os paradoxos nesses deslocamentos, assim como, os seus efeitos na subjetividade individual e coletiva da vida social. Ainda em Gonçalves, essa transformação de objeto pessoal a objeto histórico e seu ingresso em instituições de memória vai se dar de formas diversas e complexas. Desde a forma da doação dessas partituras, o contexto cultural e social em que foram adquiridos pelo IHGB, o formato da transferência de coleção particular para essas instituições de memória, suas reclassificações são questões candentes. (GONÇALVES, ANO, p. 50)

Em paralelo, a transferência do acervo do doutor Nunes Garcia Junior para instituições de memória favoreceu a preservação dos vestígios de sua memória. Em um primeiro momento, essa doação de acervo privado para acervo histórico, foi uma empreitada realizada por nosso próprio personagem e, em um segundo momento, por intelectuais coevos a ele e que lusificavam a preservação dos objetos do doutor Nunes Garcia, antes de tudo, por conta de sua polemica filiação Porém, não por terem sido de um médico, compositor ou professor da Faculdade de Medicina, mas, por terem sido produzidos pelo – filho - do padre José Mauricio Nunes Garcia, constituindo-se em uma espécie de memória por tabela.

Além disso, essas coleções não foram valoradas simbolicamente, seja por meio do IHGB, assim como, na Biblioteca Nacional o que perpetua essa necromemória na medida em que não há nenhum investimento sobre a documentação desse personagem para usuários. Todavia, ainda que outras instituições resguardem documentos do nosso personagem, não ocorreram até o momento, quaisquer investimentos simbólicos desses

lugares de memória nos acervos relativos a história de vida do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior.

A Academia Brasileira de Medicina resguarda um quadro a óleo, pintado em fins do século XIX do doutor Nunes Garcia; e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, uma pasta de ex-alunos que contém um autorretrato do nosso personagem, além de alguns documentos fotocopiados de jornais da época. A Academia de Medicina, por sua vez, não possui em seu acervo nenhuma documentação escrita pelo nosso personagem, porém, as pesquisas, os discursos, e os textos produzidos por doutor Nunes Garcia podem ser localizados na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Já o Arquivo Nacional resguarda parca documentação de nosso personagem principal. Nessa instituição, consta partes do testamento do médico, além de alguns processos que ele participou como inventariante. Além disso, o Arquivo Nacional contém uma curiosa documentação, relativa a um processo penal que consta o doutor Nunes Garcia como réu, alguns anos antes de sua morte. Em 1881, um ano após finalizar os seus apontamentos biográficos, o doutor Nunes Garcia realizou um empréstimo no valor de um conto de reis com o escritor e amigo pessoal Joaquim Manoel de Macedo. Após a morte do escritor, em onze de abril de 1882, a tal dívida foi assumida por um advogado que levou a questão para o judiciário em um processo que se arrastou ao menos até um ano antes da morte do nosso médico e que infelizmente não sabemos o desfecho, faltam páginas finais do processo em que consta a sentença.

E, finalmente a Faculdade de Medicina resguarda uma pasta de ex-alunos com alguns documentos originais e outros fotocópias de jornais e notícias da época, além de um autorretrato provavelmente feito na década de 1850 após o recebimento da Ordem da Rosa por serviços prestados na epidemia de febra amarela

Finalmente, podemos afirmar que prestigiosas instituições de memória, tal qual, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Instituto Histórico resguardam documentos preciosos relativos à trajetória do doutor Nunes Garcia Junior ou até mesmo fontes primárias produzidos por ele durante sua vida. Ainda que esse sujeito tenha se registrado em parcela considerável de documentos, partituras e pinturas resguardados nessas prestigiosas instituições do país, não ocorreram, até o presente momento investimentos simbólicos sobre essa documentação histórica por nenhuma dessas instituições, produzindo-se, muitas vezes, lugares de esquecimento para nosso médico negro.

## 4.2 As grandes exposições: lugares de memória e esquecimento

A Biblioteca Nacional realiza bianualmente suas grandes exposições nas quais expõe em seus salões os objetos (iconográficos, manuscritos, obras raras, partituras) que fazem parte do seu acervo institucional. Essas grandes exposições são uma tradição na instituição, desde 1881, até os dias de hoje, perfazendo mais de cento e quarenta anos pelo qual a Biblioteca Nacional busca divulgar e popularizar documentos do seu acervo relacionando a efemérides, trajetórias pessoais, acontecimentos históricos ou movimentos políticos, culturais que segundo a instituição, tornam-se dignos de serem lembrados. O objetivo da Biblioteca Nacional com essas exposições de partes do seu acervo a cada dois anos é realizar “a montagem de exposições documentais [que] é uma tradição na BN, iniciada em 1881, com a organização da Exposição da história do Brasil.”<sup>193</sup>

Por esse caminho, podemos prospectar a partir de nosso objeto de pesquisa sobre a relação dos documentos/monumentos da Biblioteca escolhidos para serem expostos, nessas exposições, na medida em que a instituição busca por meio do seu acervo monumentalizar seus documentos. O documento lido como monumento foi proposto pelo historiador Le Goff (1978 [2013]) ao conceber a ideia de documentos/monumentos independente da revelação documental, mas como um conjunto do que já existiu no passado e, sobretudo, uma escolha efetuada pelas forças dos que operam em projetos de memória e história no presente<sup>194</sup> (LE GOFF, 1978 [2013])

De fato, podemos observar que desde fins do século XIX, até o ano de 2020, houve por parte da Biblioteca Nacional grandes exposições em sua sede, valorizando histórias de vida, e fatos que retratavam exclusivamente aspectos de parte da memória da elite brasileira. Heymann (2011) já constatou como as elites, por meio de suas instituições de memória, podem atribuir “valor histórico” para acervos sob sua guarda recorrendo em investimentos de valores simbólicos e de consagração de capital político dos atores envolvidos nesses projetos de memória.<sup>195</sup>

É importante destacarmos que exposições em bibliotecas, arquivos e em museus, ou seja, esses espaços de memória são para o *sensu comum*, a parte mais visível e reveladora de uma instituição de memória, como é o caso das exposições da Biblioteca Nacional. Entretanto, é importante destacarmos que essas exposições refletem aspectos

<sup>193</sup> [www.bn.br](http://www.bn.br) Acesso em 22 de setembro de 2023

<sup>194</sup><sup>194</sup> LE GOFF, Jacques. História e memória {tradução Bernardo Leitão} Ed Unicamp, 2013

<sup>195</sup> HEYMANN, Luciana. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. R. Pós Ciências Sociais.v.8, n.15, jan./jun. 2011

diversos da relação dessa documentação com o que será investido de valores simbólicos, históricos e identitários. Por outro lado, as exposições da Biblioteca revelam também partes do corpo interno da instituição, evidenciando, os documentos do acervo institucional que estão sendo monumentalizados evidenciando os sujeitos e os interesses envolvidos no que é exposto e valorado como patrimônio.

Podemos pensar que essas grandes exposições da Biblioteca Nacional envolvem equipes multidisciplinares em suas idealizações e montagens. Entretanto, essas exposições nos revelam o processo e interesses dos atores envolvidos demonstrando toda a complexidade que envolve os projetos memoriais. Porém, se essas grandes exposições da Biblioteca Nacional, refletem o compromisso social da instituição com a sociedade, podemos refletir como essas exposições podem funcionar como lugares de memória, simbólicos e funcionais, todavia, ainda assim, podem ser lugares que geram esquecimentos.<sup>196</sup>

Esses esquecimentos e apagamentos produzidos ainda que em lugares de memória, nos evidenciam o cerne dessa pesquisa que é, antes de tudo, um distanciamento sobre os binarismos entre - memória e esquecimento ou indivíduo e sociedade - e destacar o esquecimento como um fato social, capaz ele mesmo de produzir apeamentos de ordens diversas, ainda que cercado por estratégias de memória, como essas exposições da Biblioteca Nacional em diálogo com nosso objeto de pesquisa.

O esquecimento de um médico que conta com boa parte do seu acervo documental resguardado na BN, pode ser problematizado, a partir de diferentes campos, que envolvem os atuais debates referentes a memória e questões de gênero e relações étnico-raciais na sua relação com instituições de memória como é a Biblioteca Nacional.

Grosso modo, observamos que ocorreram mais de cento e dez exposições organizadas pela Biblioteca Nacional nos últimos anos. De fato, é visivelmente constrangedor o silenciamento relativo a questões de gênero ou aos debates étnico-raciais nessas grandes exposições. É valorado constantemente a figura de homens, brancos, intelectuais da elite cultural nacional e internacional. Das poucas mulheres homenageadas em todos esses anos somente o nome da escritora Raquel de Queiroz se destaca. Porém, em questões voltadas a negritude ou aos debates étnico-raciais se deu

---

<sup>196</sup> CURY, Marília Xavier. Reflexões sobre a importância pública das exposições antropológicas. Museu, Identidades e Patrimônio Cultural. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 7, 2008.

somente uma exposição nos últimos anos relacionada ao centenário da abolição da escravidão, em 1988.<sup>197</sup>

A exposição por conta do centenário da lei áurea deu-se em um contexto no qual instituições do Estado foram incentivadas a homenagear o centenário da abolição por conta da Lei Sarney. De fato, podemos observar que nessa exposição intitulada *por uma história do negro no Brasil* ficou dividida em quatro partes que valorizavam, por meio dos documentos resguardados na Biblioteca Nacional: a escravidão no Brasil; o fim do tráfico negreiro; o movimento abolicionista e a busca por direitos e cidadania. Ainda que essa mostra tenha se dado a partir de uma leitura relativamente, genérica, sobre o ser negro no contexto histórico brasileiro e na própria relação cativo/liberdade. É preciso destacarmos que essa foi a única exposição realizada pela BN com o objetivo de iluminar a questões do negro no Brasil por meio do seu acervo.

Não houve, por exemplo, até o presente momento nenhuma grande exposição do acervo documental da Biblioteca Nacional relativo a fatos, histórias ou trajetórias de vida de pensadores negros contemporâneos ou históricos como é o caso, por exemplo, do doutor Nunes Garcia, ou o advogado André Rebouças, ou ainda o editor Francisco de Paula Brito ou ainda diversos pensadores do século XIX ou dos dias atuais, ainda que alguns desses intelectuais negros contenha parcela considerável de acervo documental depositados na Biblioteca Nacional.

Michael Handrich (2013) em *Memory Black VS Memory State*, debruça sua atenção sobre embates entre as memórias oficiais do Estado e memórias não-oficiais relacionadas às populações negras. Esse autor, que realizou suas pesquisas frente aos debates étnico-raciais, em diálogo com a filosofia e a psicologia, entende que as grandes narrativas históricas organizadas pelas elites dos Estados nacionais estão constantemente em desacordo com as memórias coletivas negras. Para o que nos interessa, nesse momento, Handrich nos ajuda a compreender o esquecimento no debate público, nas grandes exposições ou nesses projetos de memória, como uma poderosa – “arma” - utilizada por grupos dominantes, na medida em que a memória e o esquecimento estão ligados pela mesma estratégia, a partir das grandes narrativas produzidas pelos Estados e por seus atores políticos. Dito de outro modo, o esquecimento possibilita a um conjunto

---

<sup>197</sup> Fonte: [BNDigital](#)

de pessoas a oportunidade de marginalizar experiências traumáticas ou eventos honoríficos de grupos afrodescendentes.<sup>198</sup>

A crítica às grandes narrativas históricas dá-se pelo entendimento do autor de que toda narrativa histórica acaba por gerar esquecimentos e, por conseguinte, silenciamentos, apagamentos e invisibilidades manipuláveis. A denúncia dele reside justamente sobre a capacidade de poder de uma seleta intelectualidade, sobre a narrativa histórica e, a memória social, na produção das grandes narrativas canônicas que se estabelecem como essas “armas” poderosas, no campo das forças sociais e cognitivas.

De fato, o que podemos observar é que as grandes exposições da Biblioteca Nacional, a cada dois anos, apresentam-se como uma celebração carregada de investimentos simbólicos para os seus acervos. Ao tomarmos as próprias exposições como um lugar de memória observarmos que a instituição recorre a diferentes estratégias para atribuir “valor histórico” aos acervos sob sua guarda<sup>199</sup>. Todavia, é fundamental destacarmos que esses investimentos sociais e simbólicos vão gerar esquecimentos de ordem diversas.

Porém, é fundamental termos em mente que esses esquecimentos não são processos naturais nos enredos de memória, por certo que esses esquecimentos e apagamentos funcionam como parte de interesses e estratégias que atendem a diferentes grupos da elite e da memória nacional em detrimento a outras memórias<sup>200</sup>. É perceptível que esses silenciamentos, nessas grandes exposições da BN, se torna complexo em diversas ordens, especialmente em questões relacionadas aos grupos ditos minoritários de gênero ou raça, sejam nessas grandes exposições, assim como, nos projetos de memória do mundo da UNESCO.

Esse projeto de memória de caráter universal tem como proponentes, no Brasil, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, diga-se de passagem, todas essas instituições são detentoras de acervos relativos ao nosso personagem e desempenham a função de mediadoras brasileiras junto aos órgãos estrangeiros na outorga do título memória do mundo.<sup>201</sup>

---

<sup>198</sup> [Hanchard](#), Michael; Black Memory versus State Memory: Notes toward a Method. *Small Axe: a caribbean journal of criticism*. Volume 12, issue 2, June 2008

<sup>199</sup> HEYMANN, Luciana. (2011)

<sup>200</sup> Idem

<sup>201</sup> Fonte: [Apresentação \(arquivonacional.gov.br\)](http://arquivonacional.gov.br). Acesso em 25 de setembro de 2023

### 4.3 Memória do Mundo: poder, legado e estratégias de memória

O programa Memória do Mundo foi instituído pela UNESCO em meados da década de 1990, com o objetivo de identificar e preservar arquivos e documentos que podem compor o patrimônio histórico da humanidade. Segundo o comitê, o programa Memória do Mundo, tem como eixo estratégico um amplo projeto para “assegurar a preservação das coleções documentais de importância mundial, por meio de seu registro na lista do patrimônio documental da humanidade, democratizar o seu acesso e criar a consciência sobre a sua importância e a necessidade de preservá-lo”.<sup>202</sup> O programa é de caráter internacional e contém objetivos ousados, tal qual, facilitar a preservação do patrimônio mundial por meio da conservação de técnicas mais modernas; possibilitar a catalogação e a digitalização desses acervos para pesquisas e consultas online e; finalmente, buscar uma maior consciência que possibilite uma maior circulação de cópias desses documentos objetivando a preservação das fontes primárias.

Esse programa foi criado em 1992, por Frederico Mayor Zaragoza, então diretor Geral da UNESCO que após os efeitos da guerra da Bósnia, quando ocorreu a perda de mais de dois milhões de livros, documentos, periódicos e arquivos históricos provocando perdas de valores inestimáveis. Se, de fato, boa parte da documentação dos povos do mundo está registrada em documentos bibliográficos e arquivísticos extremamente frágeis, a ideia é que esse outorga de memória do mundo, a determinados arquivos e documentos históricos possam não somente, assegurar a identificação desses acervos, mas, sobretudo, atribuir a esses documentos a chancela de “patrimônio da humanidade” outorga que busca assegurar valores simbólicos consagrados a conservação.<sup>203</sup>

O programa memória do mundo conta com diversas instâncias em diferentes regiões do mundo, distribuídas em comitês por diferentes territórios, em nível internacional, nacional e municipal, demonstrando a rede de atores envolvidos na outorga do título. No Brasil, o comitê foi estabelecido, em setembro de 2004, com o objetivo de promover os projetos da UNESCO para a memória do mundo, além de trabalhar em consonância com os países latinos e caribenhos para identificar, avaliar e selecionar documentos e coleções a fim de serem alçadas a importância mundial em seus três níveis: nacional, regional e mundial. É importante destacarmos que o decreto que estabelecia as

---

<sup>202</sup> Fonte: [Apresentação \(arquivonacional.gov.br\)](http://arquivonacional.gov.br). Acesso em 25 de setembro de 2023

<sup>203</sup> Fonte: [Apresentação \(arquivonacional.gov.br\)](http://arquivonacional.gov.br). Acesso em 25 de setembro de 2023

diretrizes do Programa Memória do Mundo, no Brasil, forma suspensos em 2019, e revogados em janeiro de 2023.

O Brasil já outorgou cento e onze títulos como “bens do patrimônio brasileiro nominados no registro nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo – mow da UNESCO”. Desses mais de cem títulos concedidos podemos observar uma variável gama de acervos pessoais, documentos históricos, políticos, objeto de artes e somente uma obra cinematográfica. Dos políticos, o ex-presidente, Getúlio Vargas, teve o seu arquivo pessoal chancelado como patrimônio da humanidade graças aos esforços da instituição que abriga seu acervo. Além de alguns cientistas, políticos, intelectuais e escritores, tal qual, o arquivo pessoal dos escritores: Machado de Assis, João Guimaraes Rosa, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Lima Barreto, Arthur Ramos. Além dos cientistas, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. O arquiteto Oscar Niemayer também tem o acervo outorgado como memória do mundo. Além de outros nomes tais quais, Jesco Von Patkarnmer, Alexandre Rodrigues Ferreira, Francisco Bhering, Roquete Pinto, Hebert Souza, Rubens Gerchman, Jean Pierre Chablot,, Vladimir Klotzak, Bertha Lutz, e finalmente o acervo do IPEAFRO oriundo do arquivo pessoal do intelectual Abdias Nascimento receberam outorga da UNESCO.<sup>204</sup>

Além disso, documentos como a Lei Aurea, a Carta da Abertura dos Portos as nações amigas, atas, cartografias, atlas, livros de irmandades católicas também foram chancelados patrimônio da memória do mundo nos últimos anos. Quanto a questões do gênero feminino e memória social, com exceção do acervo de Bertha Luz, não há outras mulheres com arquivo pessoal no Brasil outorgado como memória do mundo. No mais, as questões relacionadas à negritude, com exceção dos arquivos pessoais dos escritores, Lima Barreto e Abdias Nascimento, além de quatro processos de Africanos livres na justiça amazonense do século XIX; e os periódicos identificados como os cinco primeiros jornais da imprensa negra brasileira também foram outorgados como memória do mundo.<sup>205</sup>

As instituições que desejam tornar seu acervo outorgado com o título memória do mundo devem preencher alguns requisitos básicos. Pois, devem ser antes de tudo, lugares dotados de capacidade para investir em estratégias sobre seus próprios acervos documentais de memória e, que sejam capazes de estabelecer uma identidade

---

<sup>204</sup> Memória do mundo

<sup>205</sup> Fonte: [MOW tabela acervos 2007 2018 com links.pdf \(arquivonacional.gov.br\)](#). Acesso em 25 de setembro de 2023

institucional. Além disso, a UNESCO exige que o acervo postulado ao título, tenha caráter histórico e seja institucionalizado, e finalmente preencha os requisitos impostos pela comissão nacional anualmente. Heymann (2011) nos lembra que as elites sempre instituíram estratégias e lugares para suas memórias e histórias de vida. De certa forma, a elite nacional sempre estabeleceu estratégias para a manutenção e a preservação de suas memórias, para isso, institucionalizando, acervos, lugares para suas memórias e dotando esses artefatos de memória de investimentos simbólicos.

Além disso, essa elite sempre dotou seus lugares de memória de investimentos econômicos, simbólicos e históricos que pudessem valorar simbolicamente seus acervos. É fundamental destacarmos a capacidade que algumas dessas instituições, da elite brasileira, possuem para dotar de simbolismos seus projetos de memória por meio diversos, por exemplo, com mecanismos de divulgação, legitimação institucional e, a consagração de trajetórias de vidas tomadas como históricas e exemplares dignas de não serem esquecidas. Para isso, essas elites privilegiam seus acervos, buscando outorgas de títulos de importância nacional e, quiçá internacional como o programa Memória do Mundo (HEYMANN, 2011)

Huyssen (2000) nos lembra que nos últimos anos assistimos a um “boom” de memórias representado nas mais diversas manifestações: filmes, livros, exposições, documentários, lugares, outorgas de títulos são uma pequena mostra de como a memória é um projeto complexo e capaz de acionar diferentes atores sociais.<sup>206</sup> Todavia, é fundamental destacarmos que se por um lado, podemos observar que a memória e os projetos relacionados a ela, vivem um grande “boom” Por outro lado, essas memórias que se destacam, que vivem esse “boom” estão, antes de tudo, refletindo as estratégias e os poderes que essas instituições de memória detêm para investirem em seu capital simbólico consagrando a ideia de legados. De certo, que essas ações envolvem estratégias e capacidade política dos atores envolvidos nesses empreendimentos de memória em detrimento de outras memórias. Heymann (2011) avança na tese que essas instituições de memória, das elites, revelam mais que o seu poder, mas, a capacidade que elas detêm de investirem simbolicamente, sobre seus acervos dotando-os de valores históricos.

As instituições proponentes que alcançaram o título de Memória do Mundo para os seus acervos no Brasil é um bom exemplo disso. São instituições capazes de acionar dispositivos, tal qual, celebrações, biografias, livros, monumentos, por meio do qual essas

---

<sup>206</sup> HUYSSSEN, Andreas, Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia, Aeroplano Editora e Consultoria, Rio de Janeiro, 2000

elites mantem e conservam suas memórias constantemente atualizadas. Por outro lado, essas instituições e seus acervos são capazes de atender a uma lógica que privilegie os princípios básicos da historiografia, da museologia, da arquivologia, para dar somente alguns exemplos, de como esses acervos, tidos como patrimônio da humanidade, podem estar dentro de uma perspectiva que atenda a capacidade de algumas instituições dotarem seus acervos de valores simbólicos e econômicos.

Por esse caminho, os acervos relacionados a pauta racial, por exemplo, podem não atender a esses princípios, impostos pela UNESCO, na medida em que essas memórias históricas podem estarem inscritas, em outras formas de registro, tal qual, a oralidade, a tradição, os costumes, a imaterialidade ou até mesmo a incompletude que nos falou Saydia Hartmann (2020) sobre os arquivos negros. O caso dos acervos afro-brasileiros que foram consagrados ao título de patrimônio da humanidade podem ser reflexos daquilo que Heymann (2205) já apontou como “legado” associado a um personagem ou trajetória que visam por meio de diferentes estratégias captar recursos e investimentos que forjem valores históricos para seus acervos.

Finalmente, podemos observar que os parques arquivos relacionados a memória negra brasileira são relativos a instituições proponentes, capazes elas mesmas de se produzirem investimentos de capital simbólico e econômico. Destacamos o IPEAFRO, detentor do acervo do pensador Abdias Nascimento; a própria Biblioteca Nacional, como proponente e detentora dos primeiros jornais da causa negra brasileira e o Tribunal de Justiça do Amazonas, detentor de acervo de escravizados em busca de suas liberdades premiados como o título da UNESCO. Ora, essas instituições certamente refletem, não somente o poder e a capacidade que elas detêm institucionalmente, por conta de todos os capitais simbólicos e econômicos que as cercam na busca por outorgas e títulos que consagrem seus acervos, mas, sobretudo, porque também são detentoras de herdeiros ou agentes de memória, certamente funcionários que se tornam atores fundamentais nesse processo por assumirem o legado desses personagens históricos.

Ainda que o acervo do doutor Nunes Garcia Junior esteja em instituições de guarda prestigiosas como é o caso da Biblioteca Nacional, do IHGB e do Arquivo Nacional não fazem desse acervo pessoal ser detentor de investimentos de capital simbólico. Porém, de certo é que a ausência de herdeiros, ou funcionários, que pudessem divulgar, atualizar e historicizar essa memória, muito colabora para esse apagamento de um médico negro dos oitocentos. Certamente que ausência de atores que possam investir de capital simbólico o arquivo pessoal do doutor Nunes Garcia Junior é sintomático em

como memória e atualizações de narrativas está relacionada ao poder que esses acervos possuem. É certo que a ausência de sujeitos internos a essas instituições (Biblioteca e Arquivo Nacional, IHGB) impõem uma situação *sine qua non* sobre esse arquivo do doutor Nunes Garcia.. Pois, de fato, a medida em que o acervo do nosso personagem está depositado em instituições prestigiosas da memória brasileira, como é o caso da Biblioteca Nacional não fazem acervo ser mais consultado ou divulgado, pelo contrário, prevalece ainda hoje uma ausência de investimentos sobre o arquivo pessoal do doutor Nunes Garcia e, por conseguinte, sobre sua história de vida fazendo com que esse acervo apareça como vestígios ou melhor seria pensarmos em restos de uma memória no mundo contemporâneo.

#### 4.4 Dr. José Mauricio nos dias de hoje: vestígios e restos de memória

No campo historiográfico os vestígios ou fontes históricas são definidos como todo suporte material ou imaterial, produzido por seres humanos, capazes de revelar com o tempo, informações ao mundo contemporâneo. Podem ser objetos escritos, imagens, sons, capazes de nos apresentar fatos relevantes sobre determinados períodos da história. Esses vestígios, podem ser tipizados em documentos textuais, vestígios arqueológicos, registros orais, representações pictóricas que são matérias primas para o historiador ou pesquisador interessado no passado.

Para além disso, é fundamental destacarmos a relação do vestígio como fonte histórica e sua relação com a sociedade e as instituições de memória que vão determinar o que, e como, esses vestígios materiais poderão serem alçados a chancela de patrimônio ou, renegado ao esquecimento, como uma espécie de resto ou lixo histórico de determinadas instituições de memória e certamente com reflexos na sociedade.

Heymann (1997) analisa a questão do “lixo histórico” a partir de documentos que compõem arquivos pessoais. A autora busca justamente destacar os materiais que são marginalizados e inviabilizados nas descrições arquivística para pesquisadores e usuários em uma ação que conta com a participação de documentalistas personagem fundamentais nessas descrições arquivísticas por refletirem diferentes subjetividades. Ou seja, é preciso estar atento para as formas em que esses documentos/objetos serão organizados e, descritos em busca de pesquisas em seus sistemas. Caso contrário, podemos limitar a “memória historicizável” privilegiando alguns documentos em detrimento a outros descritos de forma econômica ou muitas vezes ausentes de informações.

Se, de fato, determinados documentos são constantemente desvalorizados, perante outros e, por conseguinte, alguns documentos acabam ocupando um lugar secundário e marginalizado em instituições de memória é fundamental destacarmos a relação desses documentos com o mundo contemporâneo. A partir de nosso objeto de pesquisa observamos os documentos que compõem o acervo pessoal de nosso personagem, na seção de manuscritos da BN, ocuparem, grosso modo, um lugar de privilégio, por fazer parte da grande Coleção de Benedito Ottoni, tão exaltada pela instituição. Por outro lado, os documentos relativos ao nosso personagem podem assumir características de um “lixo histórico” na medida em que estão relegados a um lugar de classificações generalizantes sobre o personagem e que o condena a descrições econômicas sobre o seu acervo e, sua trajetória de vida e, certamente, dificultam o acesso inicial para pesquisadores ou usuários e contribuem no forjamento desse lugar de resíduos de memórias e esquecimentos.

A descrição dos documentos relativos ao acervo do doutor Nunes Garcia na seção de manuscritos é um bom exemplo. Consta na busca digital no site da instituição por nosso personagem, numerações que não descrevem todo o material existente e mantem oculto parcela considerável desse acervo. A primeira é a coleção Benedito Ottoni relativa exclusivamente aos apontamentos biográficos. E, a segunda relativa aos documentos pessoais do nosso personagem pertencente a coleção “documentos biográficos”. Entretanto, ao buscarmos pela segunda coleção “documentos biográficos” encontramos outros documentos do doutor Nunes Garcia que se quer constam na busca daquela seção.

Ou seja, a descrição do acervo para pesquisadores e usuários exclui uma parcela considerável de documentação do doutor Nunes Garcia. De certo que essa dificuldade de acesso inicial ao acervo do médico negro acaba por produzir lixos históricos e, por conseguinte, lixos de memória que, ora não registram se quer partes de um todo desse acervo e acaba por marginalizar uma parcela considerável de documentos do personagem em diferentes situações de sua vida, por conta dessa econômica descritiva do acervo e que certamente acabam por colocar esses documentos como restos de uma memória histórica.

Debarry (2017) problematiza a questões relativas a esses restos ou resíduos de memória produzidos pela sociedade, destacando o objeto histórico desde o seu deslocamento do uso pessoal para o público; bem como o seu futuro e sua transmissão para o mundo contemporâneo. Por esse caminho, o autor categoriza o objeto-resto. Esses objetos-restos podem estar constantemente em deslocamento, mas acabam sendo abandonados a ponto de poderem serem qualificados como “resíduo” (DEBARRY,2017). O resíduo histórico se mantem como uma ação perturbadora de protestos. Esse resíduo

histórico é aquilo do qual a sociedade busca banir, silenciar e eliminar de formas diversas. Seja por meio dos lixos históricos que nos fala Heymann (1997) desde as descrições econômicas e genéricas de determinados acervos para usuários e pesquisadores, seja o que nos fala Debarry (2017) sobre esses objetos-restos tornados resíduos de um passado histórico. Fundamental é destacarmos que esses lixos históricos, esses restos modificam-se de acordo com os contextos. Esses objetos restos tem valores simbólicos, históricos, subversivos e podem representar um certo perigo nas narrativas de uma unidade nacional. (DEBARRY,2017; p..107).

É preciso destacarmos sobre o tratamento que o mundo contemporâneo pode dar a determinados objetos históricos, em detrimento a outros objetos como uma ação constantemente reconfigurada. Podendo esses documentos serem tratados, ora com destaque, ora sem valor ou sem utilidade, ora consagrados as grandes narrativas pelo qual a memória se fixa nas sociedades contemporâneas, tendo como referência justamente esses vestígios e fontes históricas que podem assumir a tarefa de informar, para impedir o esquecimento, e uso identitário para determinados grupos sociais se requalificando de acordo com o regime de valores. (DEBARRY, 2017)

É por conta dessas fontes históricas, por exemplo, que impedem o total desaparecimento do doutor Nunes Garcia Junior e, desempenham a função de vestígios dessa memória, ainda que não seja uma documentação acionada por grupos identitários, historiadores e usuários geral, os documentos do nosso personagem estão resguardados em instituições como a Biblioteca Nacional, o IHGB, o Arquivo Nacional, a Faculdade de Medicina e a Academia Brasileira de Medicina são instituições de memória que não recorrem a investimentos simbólicos sobre o acervo do médico conforme já visto.

No mais, constam informações preciosas sobre a história de vida do doutor Nunes Garcia Junior nos principais jornais daquele período, atualmente registrado na hemeroteca digital da BN. De fato, boa parte dessas fontes produzidas sobre o nosso personagem se constituem de documentos esparsos, e muitas vezes, desfragmentados em diferentes instituições de memória e até mesmo no mercado de livros antigos. Podemos destacar que a ABM preserva somente uma fonte imagética do nosso médico e não possui documentos escritos, ainda que a presença do doutor Nunes Garcia tenha sido marcante no cotidiano dessa instituição. Já o IHGB, do qual nosso personagem foi sócio, resguardou somente uma partitura musical que é a *missa de santa Cecilia* composição do padre José Mauricio, doada ao IHGB, em 1859, época de seu ingresso como médico e sócio correspondente naquele Instituto Histórico.

Podemos observar que essas instituições citadas anteriormente mantem seus discursos oficiais e suas atividades, por meio de estratégias de memória, que garantem não somente a sobrevivência dessas instituições de memória, mas, sobretudo, se constituem em ações simbólicas que elas adotam buscando valorizar as suas fontes históricas ou os vestígios documentais dos seus acervos, a uma ideia de unicidade e originalidade, entretanto, o acervo do doutor Nunes Garcia Junior e, de outros intelectuais daquele período ainda não foram acionados por esses lugares de memória

De fato, esses lugares de memória surgiram para resguardar parcela considerável de documentos que pudessem estabelecer uma ideia de identidade histórica da nação brasileira. Porém, é fundamental destacarmos que na relação dessas instituições com nosso personagem em ações como as descrições arquivísticas desse sujeito, há, até o presente momento ações que mais obscurecem o nosso personagem por conta de ingerências e certamente questões que envolvem gênero e relações étnico-raciais.

As fontes históricas produzidas por doutor Nunes Garcia são sem sombra de dúvida de valores históricos por diversas questões. O caráter histórico, social, científico e principalmente o debate racial são características que permeiam essa fonte histórica, todavia, ela ainda não foi acionada no mundo contemporâneo, se quer pôr essas instituições de memória que são depositárias desses documentos. De certa forma, essas fontes históricas, relativas ao doutor Nunes Garcia, ainda que sejam dotados de valores simbólicos, assumem características de restos de uma memória histórica, na medida em que não são somente silenciadas, mas, sobretudo marginalizadas por suas instituições de guarda formando uma espécie de vestígios de lixo histórico, onde apesar de todo o seu valor, é uma documentação a margem, desde a descrição do documento para usuários até as dificuldades impostas na localização de documentos nesse acervo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atenção dada ao esquecimento social – seus, usos e abusos, suas configurações, manipulações e sentidos – a partir da história de vida desse personagem histórico – pouco visível, entretanto, fundamental para compreendermos como produtor histórico-sociocultural permeou toda esta pesquisa. O doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior foi um ator político dotado de artefatos de valores simbólicos e históricos, porém, ainda não tendo sido acionado para projetos, pesquisas e grupos ou pautas se articularem nos debates históricos e étnico-raciais revelam todo o esquecimento que o cercam mesmo mais de cento e quarenta anos após sua morte.

Por esse caminho, pomos o foco dessa pesquisa em realizar uma análise do esquecimento, tomando por base, a história de vida do médico doutor José Mauricio Nunes Garcia. Ao associarmos a relação desses artefatos de memória com suas instituições de guarda e, com a própria cultura institucional e em diferentes momentos históricos, associamos o esquecimento, nos debates étnico raciais, como necromemória – um apagamento que não se justifica, por exemplo, por ausência de fontes históricas sobre o universo afro-brasileiro, como do caso dessa pesquisa. Esses apagamentos e silenciamentos históricos são conferidos por gestores de instituições de memória, usuários de acervo, sociedade em geral, estruturas governais, ou seja, uma gama de atores e situações proporcionam a necromemória que revela dimensões importantes do esquecimento, muitas vezes, preterida em debates sobre memória social, no que concerne os estudos étnico-raciais. A necromemória é um esquecimento que preserva, porém, ao mesmo tempo, manipula, desinforma e coercitivamente forja um passado histórico.

Nesta arena de reflexões fica em jogo, em primeira ordem tensionar essa associação clássica entre memória e esquecimento, sendo o esquecimento justificado, dentro de projetos e estratégias de memória, como algo bastante natural. Porém, é preciso destacar que ao tensionar esses esquecimentos e apagamentos como necromemórias o próprio campo da memória social fica tensionado, por esse caminho, a crítica ao esquecimento é necessária sem cair em relativismo generalizado, ao postularmos como Joel Candau (2005) que compreende que os estudos na memória social e aí incluiríamos os estudos sobre o esquecimento devem analisar os efeitos, as representações partilhadas do passado, suas expressões concretas, observáveis e particulares, além é claro o que se voltou para o cerne de nossa pesquisa que é, como os membros do grupo e da sociedade dizem, pensam, refletem sobre essas representações do passado.

Por esse caminho fica em jogo questionarmos os reflexos que o esquecimento produz na sociedade em geral, a partir dos debates étnico-raciais, tomando por base, a história de vida de um intelectual negro e livre dos oitocentos e, sua relação com a memória, para isso, biografando a história dos artefatos que comprovam sua existência. De fato, é fundamental destacarmos que boa parte dessa documentação produzida por nosso personagem, somente chega aos dias de hoje, graças a uma rede de atores que buscaram preservar esses artefatos com a justificativa de serem oriundos do filho do padre José Mauricio Nunes Garcia, esse digno de ser lembrando e exaltado por boa parte da inteligência cultural brasileira. Dito isso, é importante destacarmos o esquecimento produzido na relação de instituições de guarda com esses artefatos de memória e seus reflexos na relação do mundo contemporâneo com seu passado.

Outra dimensão apresentada nesta pesquisa diz respeito em relação a instituições de memória, como a Biblioteca Nacional, por exemplo, e políticas de memória *versus* esquecimentos produzidos por essas mesmas políticas que podem ser indicativos do contexto histórico e político de cada momento. No caso do acervo pessoal do nosso personagem, essa política de memória foi iniciada pelo próprio titular desse acervo que buscou conservar seus documentos e uma autobiografia e, posteriormente por intermédio de intelectuais que buscaram patrimonializar a história de vida desse médico.

Esta tese teve a pretensão, a partir da história de vida do doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior, destacar os usos na reconstrução histórica do personagem por meio dos seus artefatos e, por conseguinte, iluminar as representações partilhadas de suas memórias como um projeto não explorado e ainda não dotado de valores simbólicos – institucionais, sociais, governais - buscando contribuir para um campo de estudos pouco explorado sobre esquecimentos e apagamentos no que concerne aos estudos étnico-raciais podendo serem conceituados como necromemória. Neste conceito, a atenção é sempre deslocar o olhar do esquecimento, não como algo natural, nos discursos e projetos de memória, mas, como algo projetado, estruturado, e instituído, por meio do qual determinados personagens históricos, muitas vezes, relacionados a grupos ditos minoritários não puderam serem acessados, tanto no sentido institucional como no sentido identitário, frente ao que foi legado em documentos, imagens ou toda sorte de artefatos em detrimento de outros sujeitos tidos como parte da memória oficial brasileira. A reflexão sobre a história de vida do doutor Nunes Garcia Junior e a sua memória associada a ideia de uma necromemória que se relaciona a apagamentos de personagens, fatos, e histórias de vida de grupos étnico-raciais levou-me, assim, a investir na história

de vida do doutor José Mauricio Nunes Garcia e na cultura institucional dos que resguardam seus documentos pessoais, além de buscarmos destacar as políticas de memória que essas instituições adotam como estratégias de memória, porém, destacamos as conexões entre o esquecimento desse personagem e a definição de políticas institucionais e oficiais do Estado brasileiro ao elegeram o que é histórico, exemplar e digno de ser lembrado, pesquisado e valorado simbolicamente.

A reconstituição da história de vida do nosso personagem por meio dos documentos que ele mesmo produziu revelam os sentidos conferidos pelo próprio médico a um projeto de memória que buscava perpetuar, antes de tudo, o nome do seu pai, não somente para os profissionais ou apreciadores da música, mas sobretudo para a sociedade em geral, ainda que o filho não tivesse a pretensão em eleger o pai como o maior compositor brasileiro, tanto é que em suas palavras o pai foi um dedicado professor, inspetor de música e compositor de algumas peças sacras (GARCIA JUNIOR, 1860, p. 41), todavia, o contexto posterior a morte do padre permitiu forjar uma imagem do padre José Mauricio como uma versão do “Mozart brasileiro” o que por conseguinte esse estatuto ao religioso acabava por produzir uma memória de si do filho, porém, o médico destacava o seu lugar, antes de tudo, como um “homem de cor”, descendente de povos negros, porém, um sujeito livre, cidadão, brasileiro, inserido em uma rede de pessoas negras capazes de conjuntamente criarem estratégias que atendessem a interesses em comum, porém, em um contexto escravocrata e de hierarquias raciais.

Nesses sentidos, o acervo pessoal do doutor Nunes Garcia Junior ainda que não tenha sido acionado institucionalmente por prestigiosas instituições de memória mantedoras de seu arquivo ou de outros documentos seus, ainda que sendo papéis que refletem a memória viva do personagem pelo fato dele próprio tomar sua vida como objeto de memória e, porque se dedicou a registrar fatos de sua trajetória, para isso, recorrendo a instituições mais prestigiosas daquele contexto, para resguardarem os seus papéis pessoais.

Nas narrativas do médico é visível que ele buscou perpetuar uma imagem como o único filho do padre José Mauricio, apesar dos quatro irmãos que o acompanharam por boa parte da vida. Nesse sentido, ele buscou estabelecer uma imagem exclusiva entre ele e o padre José Mauricio excluindo os nomes dos irmãos em sua autobiografia certamente que buscando se perpetuar como o único filho do compositor. Finalmente, nosso personagem mantinha uma postura eivada por uma busca incessante por seus diretos,

porém, de forma muitas vezes sarcástica por conta de todo preconceito de “cor” vivido por ele na arena pública, ainda que ele ofereça ao seu leitor detalhes do preconceito racial experimentado por sujeitos negros livres e, no seu caso, um médico e professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

A coleção pessoal e outros documentos avulsos do doutor José Mauricio é pouco valorado em suas instituições de guarda como é o caso da Biblioteca Nacional, que de fato apresenta outro tratamento ao se referir, por exemplo, aos documentos e partituras do pai padre muitas vezes exaltados nos últimos anos pela mesma instituição. A relação dessas instituições de memória com o acervo do médico é de distanciamento e impessoalidade que vem nos últimos anos caracterizando o não reconhecimento público do titular na medida em que sua história de vida se perde diante de outros eleitos como personagens históricos e dignos de serem recordados.

Boa parte da documentação produzida por nosso personagem, somente pode se manter até os dias de hoje, graças a parte de uma intelectualidade brasileira de fins do século XIX, que buscou resguardar esses documentos em instituições de prestígio, assim como, por ações do nosso personagem, titular desse acervo, que buscou por meio de sua escrita de si perpetuar o seu legado em instituições de prestígio da época.

Por meio desses objetos históricos e sociais nos pudemos chegar as culturas das instituições que resguardam documentos do doutor Nunes Garcia Junior. De um lado, há pluralidade da documentação nessas instituições que podem buscar justificar a razão pela ausência de investimentos sobre o legado desse personagem, por outro lado, outros intelectuais negros e, que também possuem documentação na mesma sessão do nosso personagem na Biblioteca Nacional ainda carecem de maiores investimentos simbólicos. No caso, essas instituições de memória ao manterem o foco, exclusivamente, sobre determinados personagens históricos alimentam o que entendemos como a necromemória na medida em que generalizam as representações do passado em determinados sujeitos, em detrimento de outros, tendo, muitas vezes a raça como componente fundamental nessas diferenciações.

A ausência de personagens históricos ligados a questões étnico-raciais ou de outras causas identitárias é reflexo não somente de uma ausência de artefatos de memória, mas sobretudo de representações e sentidos que os projetos de memória podem e visam atender.

Nesta chave, podemos observar entre outras coisas, a ênfase em que silenciamentos e apagamentos de personagens ou fatos históricos podem se dar em

diferentes contextos e por diferentes grupos políticos. Se em um primeiro momento os escritores Manuel de Araújo Porto Alegre e Joaquim Manoel de Macedo ao biografarem a história de vida do padre José Mauricio Nunes Garcia, não somente informavam a seus leitores a história de vida do filho do padre médico, assim como, exaltavam a figura do doutor Nunes Garcia seja como compositor, professor e anatomista carioca. Entretanto, em fins do século, por exemplo, o Visconde de Taunay, biógrafo do padre e amigo pessoal do filho médico, buscou constantemente ocultar a figura do filho do sacerdote ao forjar um padre José Mauricio, antes de tudo, da raça mista, ou seja, mulato, e não negro, porém um religioso celibatário e de vida exemplar ainda que com cinco filhos. Todavia, já em princípios do século XX, a figura do médico saía do ostracismo forjado pelo Visconde e era pouco a pouco reabilitada, até a divulgação de trechos de sua autobiografia, em princípios do século XX pelo historiador, Viera Fazenda e, posteriormente pela musicologia nas pesquisas de Francisco Curt Lange na década de 1950. Esse movimento de amostrar e ocultar a figura do nosso personagem é reflexo dos movimentos políticos e dos jogos de força que produzem as condições de protagonismo ou esquecimento dessas pessoas.

Um dos objetivos dessa pesquisa foi desnaturalizar o esquecimento nos campos dos estudos étnico-raciais como algo natural nos projetos e enredos de memória e destacá-lo como uma modalidade produtora de apagamentos projetados de forma complexa, a partir de personagens racializados (negros). Essas práticas se dá a partir dos discursos de memória histórica, visando constituir uma imagem exclusiva de subalternização ou escravidão de pessoas afrodescendentes, em detrimento a personagens como o de nossa pesquisa, com a justificativa de que não podemos de tudo lembrar e, por conta disso, e que tensionamos esses uso naturalizado do esquecimentos de ordens diversas, ora, visamos justamente iluminar que a partir dos estudos étnico-raciais o esquecimento torna-se uma chave ainda mais complexa na medida em que pode assumir-se como algo projetado mas sobretudo coercitivo.

Além de buscarmos desnaturalizar a ideia do esquecimento como algo natural nos discursos de memória nossa análise empreendeu investir atenção na relação dessas entidades que resguardam atualmente os artefatos do nosso titular e o reflexo dessa relação na atualidade, afim de observar em primeira ordem o que esse personagem diz de si, em seguida a biografia dos artefatos pessoais do personagem e, finalmente, os sentidos que essas instituições de memória dão a documentos históricos a partir de um caso

específico. Ao buscar forçarmos nesse olhar tridimensionalmente o que se objetivou foi revelar as dimensões e camadas do personagem, de sua relação com a vida, com seus contemporâneos e com a constituição de sua própria imagem.

Analisar sua escrita, seus sentimentos e a justificativa para acumulação de documentos e a questão racial, nos contrapôs a imagem dos debates relativos a arquivos pessoais e recentemente acervos pessoais e gênero (feminino) nos inspirando a iluminar possibilidade de epistemes sobre arquivo e raça, nesse caso, arquivo pessoal negro cujo os sentidos registram ações relacionadas as causas étnico-raciais. A relação do nosso personagem com os seus documentos pessoais é de confiança, pessoalidade é um espaço de liberdade, ainda que com um ego que busque valorizar antes de tudo sua pessoa e o seu contexto

Podemos dizer que a escrita do doutor Nunes Garcia foi constantemente movida pelo ideal da liberdade e da garantia de todos os seus direitos como cidadão brasileiro em diálogo com aquilo que Ana Flavia Magalhaes Pinto (2018) conceitua como escritos de liberdade e que já vem sendo problematizado em importantes trabalhos nos últimos anos que pese as especificidades do sistema escravista brasileiro gotejado por espaços de liberdade em que pessoas negras não somente conseguia estabelecer estratégias para suas liberdades, assim como, por meio de redes interconexas conseguiam alcançarem projetos coletivos de liberdade.

Seguramente, essa liberdade pode ser observada por diferentes dimensões. Ao percorremos a biografia dos artefatos que compõem o acervo pessoal do nosso personagem, por meio dos seus documentos, revela-nos a obstinação do médico em ser recordado como um sujeito livre que gostaria de ser lembrado com “memória e honra” (GARCIA JUNIOR, 1860) pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro por exemplo; o objetivo de resguardar sua história de vida é destacar o lugar que um sujeito de “cor” livre pode experimentar como médico catedrático é refletido nos escritos desse personagem.

A mesma história de vida revela ainda outros aspectos a depender da abordagem relacionada e das perguntas de pesquisas. A rede de homens negros sobretudo médicos e professores catedráticos na Faculdade de Medicina no século XIX carece de maiores estudos que revelem os posicionamentos desses médicos de “cor” com a escolas médicas. Pode ser interessante pensar que, a partir da constituição de 1822, por conta do artigo 179 que garantia a liberdade a todo brasileiro e que constantemente era usada por pessoas de

“cor” para garantir suas liberdades e ascensões sociais foi um meio estratégico para esses homens médicos. O posterior surgimento de uma imprensa negra, procedente a presença de médicos negros, concursados na Faculdade Médica, em 1833, pode ser indicativo de um momento de mudanças para os homens de “cor”. É plausível pensarmos que esse sujeito, múltiplo, em um contexto tão adverso, por conta da escravidão, usasse de estratégias coletivas com reflexos na sua vida pessoal e que lhe permitiu alcançar seus projetos pessoais e profissionais, adaptando-se as diferentes conjunturas políticas, porém, perseguindo todas as possibilidades de vivenciar os seus direitos como homem livre.

Finalmente, buscamos jogar luz para as múltiplas possibilidades de explorar o esquecimento como projetos políticos que permeia toda a sociedade e que merecem serem questionados, analisados por diferentes dimensões e enredos, por meio de um caso específico, percebemos que silêncios e apagamentos, muitas vezes, buscam elucidar histórias, fatos, e acontecimentos que, muitas vezes, estão documentados, ainda que de forma incompletas, porém, a partir dos poucos documentação podemos contar outras histórias.

Ao finalizarmos o percurso de uma pesquisa como esse doutorado, dentre as muitas sensações, paira um sentimento de que outros caminhos poderiam ter sido trilhados, outras perguntas terem sido feitas, assim como, outras questões poderiam ter sido colocadas em cena o que produzira outras respostas, é certo. Porém, as múltiplas possibilidades sempre provocam uma sensação de incompletude. Para além dessas sensações, a questão entre o objeto de pesquisa e a pretensão em apresentar um debate teórico que pudesse conceituar o esquecimento social, a partir dos estudos étnico raciais, como necromemória colocou em cena as multi possibilidades teóricas de se falar de esquecimento e uma constante sensação de outros referenciais poderiam ter sido referendados quando se trata de apagamentos nos campos dos estudos étnico raciais.

Todavia, todas essas sensações se tornam menores na possibilidade de se pesquisar a história de vida desse médico, sobretudo, por poder descortinar a história desse sujeito esquecido, apagado, e necrosado por discursos e memórias ditas oficiais o que acaba fazendo com que o problema de pesquisa se torne também, uma denúncia, que nos faz questionar esses esquecimentos manipuláveis de intelectuais negros. Nesse sentido, entre apagamentos, racismos, violência e silenciamentos pairara uma constante interrogação. Não seriam esses apagamentos, essas necromemórias, uma política coercitiva, realizada de forma complexa, por diferentes estruturas da sociedade visando

exclusivamente a eliminação de fatos, lugares e personagens históricos de forma planejada?

# REFÊRENCIAS

- ANDRADE, Mário de. *Modinhas Imperiais*. Obras completas de Mário de Andrade XVIII. Belo Horizonte: Editora Itatiaia [orig. 1930]; 1980
- ARAUJO, Fernanda da Costa. Arquivo e feminismo: o acervo de Maria Lacerda de Moura. *História e Cultura. Dossiê Temático*. v.11, n.1, jul/2022
- ASSANTE, Molefi K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. IN: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009
- DE AZEVEDO, Celia Maria. Marinho. *Onda negra medo branco*, Ed: Annablume, São Paulo, 2006
- BARROS, José. D'Assunção Barros. Sobre a feitura da micro-história *OPSIS*, Goiânia, v. 7, n. 9, p. 167–186, 2010. DOI: 10.5216/o.v7i9.9336. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9336>. Acesso em: 3 abr. 2022.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*, tradução Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BAUDRILLARD, Jean. 1968. *Le Système des objets*. Paris, Gonthier/Denôel. 1981. Simulacres et simulations. Paris, Galilée;
- BERTAUX, Daniel. *Les récits de vie*. Collection 128. Paris: Nathan, 1997.
- BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações contínuas. *Cadernos Pagu*, n. 43 Campinas July/Dec. 2014
- BRIZUELA, Natalia. *Fotografia e Império: paisagens para um Brasil moderno*. São Paulo: IMS/Companhia das Letras, 2012.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: editora, 1997.
- CANDAU, Joel. *Antropologia da memória*. Portugal, Instituto Piaget, 2013
- \_\_\_\_\_. *Memória e identidade*. São Paulo, Editora Contexto, 2011

CAMILO, Vandelir. *Necromemória: Reflexões sobre um conceito*. Ebook. Amazon, 2020.

\_\_\_\_\_. *Necromemória*. In: VIEIRA, Paulo Roberto; MATIOLLI, Erica Aparecida. *Raça e gênero no pensamento social brasileiro: leituras contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Paco, 2021

\_\_\_\_\_. Homens de cor: as performatividades de um mulato frente ao racismo doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior (1808-1884) *Revista de Pesquisa Histórica*, UFPE, v. 38, nº 2, 2020

\_\_\_\_\_. Vestígios da memória de Antônio José Nunes Garcia: A trajetória e o esquecimento de um jornalista, professor e literato negro do século XIX (1813-1894) *Revista Mosaico*, v. 12 n. 19, Debates sobre racismo e antirracismo no pensamento social brasileiro, 2020

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo: álbuns de São Paulo (1887-1954)*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008;

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Schwarcz, 1990.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação arquivística*, v.1, n. 1, 2012. [1998]

CONNERS Jr. James L. *Africana studies: a disciplinary quest for booth discipline and method*. Jeferson, NC: MC Farland and Company. 2003

CURY, Marília Xavier. Reflexões sobre a importância pública das exposições antropológicas. Museu, Identidades e Patrimônio Cultural. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 7, 2008.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagem metodológica na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 51, 523-740, set./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Fundamentos epistemológicos da pesquisa biográfica em educação. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.27, n.1, p.333-346, abr.2011.

DOMINGUES, Petronio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*, vol. 34, n 67

ENDERS, Armelle. Les Lieux de memoire, dez anos depois. *Revista Estudos Históricos*, v. 6 n. 11 (1993)

FANON, Franz. *Peles negras máscaras brancas*. Salvador: EUFBA, 2008.

FARIA, Regina Lucia. Nacionalização da literatura brasileira e sua configuração da imagem do País. *Diálogos Latino-Americanos*, nº 1, 2000

FERLIM, Uliane Dias Campos. Música popular no Brasil do século XIX: sujeitos em debates estéticos e políticos na definição das “modinhas” como representação da identidade nacional. *Música Popular em Revista*, Campinas, ano 3, v. 2, p

FERRAROTI, Fanco. *Historie et histories de vie: la methode biographique dans le sciences sociales*. Paris: Téreaèder, 2013.

FERREIRA, Luiz Otávio. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. *PhysisUERJ. Impresso*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 57-78, 1994.

\_\_\_\_\_. MAIO, M. C. ; AZEVEDO, Nara . A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: gênese de uma rede institucional alternativa. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 475-491, 1997.

\_\_\_\_\_. *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996 (História, Tese de doutorado),

FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil, 1840-1900*. Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1985

FLORENTINO, Manolo(org.). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

FONSECA, Marcus Vinícius. Escola e status raciais em Cachoeira do Campo/MG no século XIX. *Cad. Pesqui.* [online], vol.45, n.155, pp.156-177, 2015

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo: *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia*: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricas*, v. 1, n. 21, 1998.

GARCIA, Gilberto Vieira. (2019a). Araújo Porto Alegre e a música no Brasil Império: filosofia, história, ideias e projetos. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, 480(1), 121-147.

GARCIA JUNIOR, José Mauricio Nunes. *Apontamentos biográficos*. Rio de Janeiro, 1860. Transcrição Vandelir Camilo

\_\_\_\_\_. *Curso Elementar de Anatomia ou lições de antropotomia*, Tipografia Imparcial de Silva Junior, Rio de Janeiro, 1855

GARNEL, Maria Rita Lino. A polemica sobre o celibato eclesiástico (1820-1911), *Penelope*, nº 22, 2000

GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989

\_\_\_\_\_. *Queijos e vermes*. Cia das Letras, São Paulo, 1998

GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no império: Francisco de Paula Brito, 1808-1861*. São Paulo, EDUSP, 2016

GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escritas de história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão no Brasil*. Passo Fundo: UPP, 2003.

\_\_\_\_\_. LAURIANO, J., SCHWARCZ, L. *Enciclopédia negra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

\_\_\_\_\_. DOMINGUES, Petrônio. A nitidez da invisibilidade: experiências e biografias e biografias ausentes. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez a invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013

\_\_\_\_\_. PAIXÃO, M. (2014). Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. *Revista Maracanan*, 4(4), 171–194. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/13>

GARCIA, Gilberto. Vieira. Araújo Porto Alegre e a música no Brasil Império: filosofia, história, ideias e projetos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 480(1), 121-147, 2019

\_\_\_\_\_. Música, ginástica e dança no ensino secundário no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira De História Da Educação*, 21(1), e158. 2021. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e158>

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre a memória social. In: DODOBEI, Vera. FARIAS, Francisco R. GONDAR, Jô. *Revista Morpheus*. Edição Especial. V 9, n 15, 2016

HANCHARD, Michel. Black Memory versus State Memory: Notes toward a Method. *Small Axe* 12 (2): 45–62, 2008

HEYMANN, Luciana. Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n.19, p. 41-66, 1997.

\_\_\_\_\_. Os "fazimentos" do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 34, 2005.

\_\_\_\_\_. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLV, p. 42-57, 2009.

\_\_\_\_\_. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 19, p. 261-282, 2012.

\_\_\_\_\_. O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos, In: GOMES, Ângela Maria de Castro. *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 15-44

\_\_\_\_\_. MEMÓRIAS DA ELITE: arquivos, instituições e projetos memoriais. *Revista Pós Ciências Sociais*, 8(15). Recuperado de <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/579>

HUYSSSEN, Andreas. Silêncios públicos e políticos. IN. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014

\_\_\_\_\_. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia* Aeroplano Editora e Consultoria, Rio de Janeiro, 2000

KOPYTOFF, Igor. The cultural biography of things: commoditization as process. In: APPADURAI, Arjun (ed.) *The social life of things*. Commodities in cultural perspectiva, Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 64-94.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa; *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.44, p.36-51/2021

KURY, Lorelai Brilhante, FILHO, Osvaldo Monteal. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da sociedade literária do Rio de Janeiro. *Acervo*, nº 8 1-2, 1995

LATOUR, Bruno *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994

LEME, Monica. Impressão musical no Rio de Janeiro (sec XIX): modinhas e lundus para iaiás e ioiôs. *ANPPOM – Décimo Quinto Congresso/2005*

LE GOFF, Jacques. *História e memória* {tradução Bernardo Leitão} Ed Unicamp, 2013

LIMA, Edilson Vicente de. A modinha e o lundu dois clássicos nos trópicos (tese de doutorado) Escola de Comunicação e Artes, Musicologia, USP, 2010

LIMA, Silvio Cezar de Souza. O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em história da saúde, Casa de Osvaldo Cruz/ FioCruz

\_\_\_\_\_. Joaquim Candido Soares de Meirelles: um médico negro na corte imperial (1797-1868). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 320-343, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/968>. Acesso em: 04 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. *Repaginando o Social. Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: EUFBA, 2012

LOPES, Gustavo Accioli. Negro da Costa da Mina e o comercio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos em Pernambuco (tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em história econômica, USP (2008)

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986

MACEDO, Joaquim Manoel. Dúvidas sobre alguns pontos da História pátria”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 25, p. 3-41, 1862

MARIZ, Vasco. *História da música no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MATTOS, Cleofe Person de. *José Maurício Nunes Garcia: biografia*. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

\_\_\_\_\_. *Catálogo Temático*. Rio de Janeiro. Ed: MEC, 1970

\_\_\_\_\_. *José Maurício Nunes Garcia: Matinas de Finados*. Série Acervo Funarte / Associação de Canto Coral, 1980

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. IN CARVALHO, José Murillo et al (orgs). *Repensando o Brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, Glenda Cristina Valim de; LOPES, Luiz Paulo Moita. As performances discursivo-identitárias de mulheres negras em uma comunidade para negros no Orkut. DELTA. *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* (PUCSP. Impresso), v. 29, p. 237-265, 2013.

\_\_\_\_\_. Ordens de Indexicalidades Mobilizadas nas Performances Discursivas de um Garoto de Programa: ser negro e homoerótico. *Linguagem em (Dis)curso* (Online), v. 14, p. 653-673, 2014.

\_\_\_\_\_. FERREIRA, Julina Tito Rosa. As ordens de indexicalidade de gênero, de raça e de nacionalidade em dois objetos de consumo em tempos de Copa do Mundo 2014. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 17, p. 405-426, 2017.

\_\_\_\_\_. Slave Trade ads in the 18 th century : textual trajectory, entextualization and indexical orders mobilized on contemporary ads. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 19, p. 871-900, 2019.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas Considerações. IN TRAVANCAS, Isabel; ROCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs). *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

MENEZES, Ulpiano T. Bezzera. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricas*, v. 11, n. 21, 1998

MIGNOLO, Walter. La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). *Crítica y Emancipación*, (2): 251-276, primer semestre 2009

MONTEIRO NETO, Antonio Campos. "Infância e Juventude". In: *José Maurício Nunes Garcia*, 1999-2011

MOREIRA, Welington Coelho. Historicidade e representações: celibato, conjugalidades e paternidades sacrílegas em Goiás (1824-1896) UFG (dissertação de mestrado), 2010. Acesso em 20 de dezembro de 2021

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. São Paulo: Autêntica, 2004.

NEVES, José Maria. *Música Contemporânea Brasileira*, Ed. Contra-capa, [1982] 2008

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2011

PEREIRA, Júlio Cesar da Silva. *A flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Ed Garamond, Rio de Janeiro, 2011

PEREIRA, Teresa Matos. Fotografia e propaganda colonial. Notas sobre uma união de interesses na primeira década do Estado Novo», *Comunicação Pública* [Online], Vol.12 nº23 | 2017, <http://journals.openedition.org/cp/1966>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.1966>

PEIXOTO, Priscila Alves. Os escritos de Manuel de Araújo Porto Alegre sobre cidades {1844-1853} temporalidades e sedimentações (dissertação mestrado) PROURB FAU UFRJ

PEREIRA, Zelia Maria Cruz. Mulheres e Arquivos Pessoais nas Instituições de Memória Portuguesas. *Seminário de Saberes Arquivísticos*, UEPB, 2019. Fonte: 4635-12576-3-PB.pdf Acesso em 14 de Agosto de 2023;

PINTO, Ana Flavia Magalhães. *Escritos de liberdade*; Ed. Unicamp, 2018

\_\_\_\_\_. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano, socialista negro. *Revista Estudos Históricos*, 32 (66) Jan-Apr 2019

\_\_\_\_\_. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. Ed. Selo Negro, São Paulo, 2010

\_\_\_\_\_. Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX (tese de doutorado) Programa de pós-graduação em história, UNICAMP. 2014

\_\_\_\_\_. Para não esquecer de lembrar: A imprensa negra do Século XIX (1833-1899). *Em Tempo de Histórias*, [S. l.], n. 09, 2011. DOI: 10.26512/emtempos.v0i09.20104. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20104>. Acesso em: 16 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. RAMOS, Ana Flavia Cenic. A imprensa negra e sua intelectualidade. *Intellèctus* ano XVII, n. 1, 2018 ISSN: 1676-764

POLLAK, Michel. Memória, história, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. V2. N3, 1989.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. "Apontamentos sobre a Vida e Obras do Padre José Maurício Nunes Garcia". In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, 1856; XIX (21):354-36

\_\_\_\_\_. Algumas Ideias sobre as Bellas Artes e a Industria no Império do Brasil”. In: “Revista Guanabara - Revista Artistica, Scientifica e Litteraria. Rio de Janeiro: (diversas), 1849 a 1855. Tomo I

PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. *Notas de pesquisa*. V 13, n. 4, p. 1019-27, out.-dez. 2006

RADLEY, Alan. Anefact, memory and a sense of past. In: MIDDLETON, David; EDWARDS, Derek (eds.). *Collectroe remembeTing*. London: Sage, 1990, pp. 46-59.

RICÆUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história*, São Paulo: Editora UNESP, 2010

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001

SANTOS, Ynae. Irmãs do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844) (tese de doutorado), Programa de Pós-graduação em História, USP, 2012

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Livraria Letra Livre; Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2013.

SILVA, Maria da Conceição. A ausência do celibato na cidade de Goiás no século XIX concupiscência e pecado. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.317-331, jan/jun 2009

SILVA, Susana Serpa, Alcoolismo e Criminalidade no século XIX. O caso da ilha de S. Miguel (Açores)», *Ler História* [Online], 53 | 2007, posto online no dia 22 março 2017, consultado no dia 19 janeiro 2024. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2978>; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2978>

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Mulheres, arquivos e memórias. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 71, p. 19-27, dez. 2018.

SOUZA, Elizeu Clementino. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. *Educação*. Santa Maria, v 39, n. 1, p. 39-50 |jan./abr. 2014

SOUZA, Santos Cristiele; GASTAUD, Rodrigues Carla. Dos lugares e das políticas de memória em contextos de transição e pós-transição. *Historiæ*, Rio Grande, v. 12, n. 1, p. 79-99, 2021

STILLINGER, Elizabeth, ed. 1980. *The antiques*. New York, Knopí.

STUMPF, R. G. Filhos das Minas, americanos, portugueses. Identidades coletivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792). São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

\_\_\_\_\_. Minas contadas contadas em números. A capitania de Minas Gerais (1776-1821) *Revista. brasileira. estudos. populares.* 34 (03) • Set 2017

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história.* Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016

VACCARI, Pedro. A modinha como expressão nacional do século XIX: desmistificando a aura de gênio do Padre José Maurício Nunes Garcia. *Revista Da Tulha*, 6(2), 35-63, 2020

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem.* Editora da UNICAMP, Campinas, 2007

VEIGA, Claudio. Sobrevivência de um escritor: Caetano de Moura, *Univeritas*, Salvador 19 (especial) 29 -43, 1978

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação, conflito. In: AMORIM, Carlos (org.). *O patrimônio cultural dos templos afro-brasileiros.* Salvador: Oiti, 2011. p. 53-67

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

WHITEHEAD, Anne. *Memory.* London: Routledge, 2009

# ANEXO

## DISCURSO<sup>207</sup>

### LIDO NA ABERTURA DA AULA NA FACULDADE DE MEDICINA EM 1840

Doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior<sup>208</sup>

*Etablizer l'ordre, l'habitude l'entretiendra*

**Lévis.**

Senhores!

Foi neste lugar, foi dessa cadeira e há um ano que, pela primeira vez, em vossa presença, e em virtude da lei orgânica desta escola, eu tive a honra de abrir seu curso de anatomia. Então, dirigindo todos os meus esforços para tornar-me útil, imaginei um sistema de ensino todo meu, a despeito das dificuldades e embaraços que de todos os lados se me oferecia: foi nesse momento solene que eu proclamei os mesmos princípios em que vejo hoje fundado o sistema de *Broc[a]*, pois que, como ele, eu sinto – “*que o espírito só elabora os conhecimentos que estão em exata relação com o seu estado, assim como, a terra se fecunda os germes que estão em relação com sua natureza*”

Nesse tempo, senhores, em que ousei vestir a capa da esperança, como substituto desta escola que não tinha competidores, como o substituto que unicamente se sentara nesta cadeira em todos os impedimentos do proprietário dela, bem que já acabrunhado pela hidra da perseguição e da protérvia apenas pude substituir por pouco um anatômico celebre, cujo método de ensino me cumpria modificar, por em relação com as circunstâncias peculiares do curso, hoje porém, como Professor, como o sucessor de meu mestre o Snr. *Dr. Joaquim José Marques*, desembaraçado desses verdugos, desses inimigos gratuitos que deixei no pó da terra, sangrados de dor pela espada da justiça e

---

<sup>207</sup> Fonte: Curso elementar de anatomia humana ou lições de antropotomia, Tipografia Imparcial de Silva Junior, Rio de Janeiro, 1853.

<sup>208</sup> Transcrição: Vandelir Camilo

entregue ao seu nada, se por um lado não é sem temor que venho abrir de novo este curso na presença de tantas notabilidades médicas, de um tão ilustre auditório; por outro vejo também, que o prazer que sobra no semblante dos meus verdadeiros amigos; a harmonia dada entre os meus e os princípios de *Broca*<sup>209</sup>, e a coincidência desses fatos, verificados no mesmo momento em que o governo acaba de lançar protetoras vistas sobre esta parte de ensino medico, não podem deixar de inspirar-me a mais viva esperança pelo êxito feliz dos meus trabalhos, não é crível que eu possa deixar de sentir um verdadeiro prazer pela quase certeza da vitória, em prol das doutrinas que hoje professo; nem é possível que a sorte do mais importante ramo dos conhecimentos médicos continuem a ser a mesma, sendo tão lisonjeiros os projetos concebidos em seu favor!... não, senhores, eu me possuo de um nobre orgulho quando sou forçado a comparar tais esperanças com as vantagens que pode trazer ao ensino desta cadeira um método cujo o nascimento vós mesmos presenciastes ainda ontem, e cujas ideias, por mim sustentadas na instauração dele, são as mesmas de um clássico tão recomendável como é *Broca!*

Começando assim o exercício de meus primeiros deveres catedráticos no corrente ano letivo, não penseis, senhores, que, levado de tão belos motivos, eu vos apresente agora uma dessas peças de eloquência, muitas vezes artificiosa ou falsa, com que se procura encobrir assuntos mesquinhos! Não; isso não é dado a uma pena tão estéril como a minha; nem um objeto de tanta magnitude disso carece...! Não espereis mesmo que eu procure atrair vossa atenção com o exame das belezas que as doutrinas desta cadeira oferecem a contemplação do médico, do naturalista e do pintor. Não julgueis, enfim, que a imitação de *Dubois d'Amiens*<sup>210</sup>, cujo tratado do estudo e ensino da medicina cumpre que seja imitado, eu vos venha fazer também a exposição circunstanciada de todas as condições necessárias ao ensino da anatomia, confrontadas com as reformas que ele exige e deve sofrer entre nós, ou em paralelo com suas vantagens! Não, senhores; não é isso o que ora procuro gravar em vossa memória: anelo somente estabelecer definitivamente o meu

---

<sup>209</sup> Paul Broca (1824-1880), foi cientista, anatomista e médico francês. Foi professor de patologia da Universidade de Paris e um importante pesquisador de sua época em trabalhos que contribuíram com a neurociência. Publicou em 1838 um tratado de estudos médicos

<sup>210</sup> Frédéric Dubois Elionor (1799-1873), foi um médico e historiador francês. Publicou referenciais trabalhos na época, dentre tratados, estudos e exames históricos. Foi crítico ferrenho e detrator do mesmerismo praticado por Franz Anton Mesmer como membro da Academia Francesa de Medicina. Em 1838, publicou um tratado, voltado para os estudos médicos: *Traité des études médicales et de la manière d'étudier et d'enseigner la médecine*.

sistema de ensino, a favor do qual procurarei dar-vos todos os esclarecimentos, compendiando lhe todos os embaraços, todas dificuldades a vencer.

Vós sabeis, senhores, que a muito me ocupo das reformas de que carece o ensino desta cadeira, e já uma vez vos disse que elas se não podiam fazer de salto. Não vos são desconhecidos os motivos porque tais reformas ainda não tiveram plena execução; e é publica a privação em que tenho estado dos meios necessários para que este curso se torne completo e mais perfeito: consequentemente, devendo-se contar de agora a idade de ouro da anatomia entre nós, e não porque me julgue digno ou no caso de ilustra-la, mas sim porque datam de hoje as melhores prestações do governo em auxilio do seu ensino, eu me julgarei mais feliz, eu alcançarei tudo o que desejo neste momento, si vos puder traçar aqui, e com os motivos e princípios em que ei fundado o meu sistema de ensino, a história das dificuldades que o engendraram ou embalaram, e o exame dos progressos que apesar de tudo a anatomia tem feito no Brasil, como em outras partes do mundo.

Discriminando como convém, senhores, tudo o que se possa confundir de um tal assunto com os efeitos de um cego amor de pátria, tomais no seu justo valor as considerações que a respeito haja de fazer-vos com verdade, com toda a exatidão e com toda a franqueza de que sou capaz, para que possam elas corresponder a vossa expectação, deixando-me tranquilo em haver satisfeitos e por tal modo, um dos meus primeiros desejos entrando em matéria.

Todos tem dito que anatomia, é a ciência da organização, senhores, é ciência que se não pode estudar e menos ensinar bem, senão sobre o cadáver; porém, ninguém cuidou ainda de examinar, fazendo superar as dificuldades que se oferecem contra esse estudo e ensino em os diversos pontos do globo em que a temperatura atmosférica é sempre elevada, como no nosso pais, os prejuízos de educação da nossa mocidade, como os hábitos e costumes de certas nações, e mil erros populares, que são desfavoráveis ás necessárias pesquisas anatômicas: portanto, si as dissecções anatômicas são as condições sem a qual se não pode adquirir um exato conhecimento do objeto da anatomia, e, si em o nosso pais não é seu grande incomodo e perigos que o homem que se vota a um tal estudo pode chegar a seus fins, razões de sobejo tive para fundar meu método, ora em problema, como o mais próprio a obviar essas dificuldades para remover esses perigos e minorar os longos e tão penosos trabalhos inerentes ao magistério desta cadeira.

Não foi, porém, isto o que minhas palavras puderam inspirar outrora em todos os ânimos, senhores, do que resultou que não fosse mais completa a glória que procurei! Mas isso o que importa? Não pude superar os obstáculos que por falta de conhecimento da verdadeira importância dele e suas condições me ofereceram? É novo ou poderá surpreender a série de dificuldades que se encontram na fundação de um sistema qualquer? Não pude achar o meu tão solidamente nos mesmíssimos princípios de *Broca*? Não tenho já e em seu favor o proveito que dele tiraram os alunos desta mesma escola, abstração feita da interrupção que sofreu logo a princípio, e *por causas que ora devo calar*? É o que me basta: o mais não me pertence, e sim ao tempo, a quem o entrego, e por amor das verdades contidas na máxima de *Lèvis*

*“Etablizer l’ordre, l’habitude l’entretiendra”*

É sabido que a mocidade brasileira tem demasiado talento para as ciências: e posto que nenhum gênio, por mais sublime que seja, deixa de obedecer as influências da educação que recebera ou das condições a que se acha sujeito, contudo, não preciso gastar muito tempo para provar que, do mesmo modo porque se deve estudar uma ciência, convém que seja também estudado um razoável método de estudo para ensiná-la; e que tanto mais proveito deve esperar obter aquele que ensina, quanto mais claro e simples for o sistema que adotar. Partindo daqui, senhores, já se vê, que o estudo da anatomia, tão difícil como árido; tão incomodo como perigoso entre nós mas tão necessário ao médico, é do gênero daqueles que, exigem essencialmente a cooperação de um mestre, do mesmo modo que do discípulo a invariável obrigação do bem observá-lo-ão nos golpes que dá, imitando-a na paciência, e disputando-a na exação dos resultados de seus trabalhos! Achando-se, porém, aqui a primeira das dificuldades à notar-se, serei breve na exposição de suas causas.

*Se o espirito só cura dos conhecimentos que estão em uma relação exata com o seu estado, do mesmo modo que a terra só desenvolve as sementes que estão em relação com sua natureza,* o gérmen da anatomia, senhores, cujo desenvolvimento depende necessariamente de um aturado exame cadavérico é quase impossível no Rio de Janeiro, por serem sobremaneira raros os cadáveres que se podem obter para dissecar que não estejam em um avançado estado de putrefação: segue-se necessariamente que, ou as disseções devem de ser entre nós de objetos mui limitados para serem breves; ou muito

passageiras; e por isso imperfeitas. Sendo portanto isto o que traz a necessidade de serem repetidas essas mesmas dissecções, para chegar-se a demonstração perfeita dos órgãos ou objetos dados, o que é impraticável em um curso elementar que só pode durar sete meses, e dentro dos que tem de ser feita ainda a demonstração de muitos outros e variados fatos anatômicos, ou as preparações que o objeto repetido pode exigir, segundo os métodos conhecidos e com prejuízo do estudo de outros, trarão sempre a impossibilidade de completar-se um curso, a despeito da sua importância; ou me trocarão com isso a necessária perfeição, o que constituem uma dificuldade até hoje invencível, e quiçá bem contrária ao ensino anatômico nesta escola, mas que ora presumo poder vencer eficazmente.

A vista disto, senhores, ninguém poderá dizer que está em relação exata com o verdadeiro estudo da anatomia um clima quente e úmido como o nosso, nem que o germe desta ciência se possa bem desenvolver na escola do Rio de Janeiro como ela se acha, sem o socorro de um progresso d'arte; sem o concurso dos meios próprios para a conservação dos cadáveres no seu anfiteatro e muito principalmente devendo saber que, para a perfeição desse mesmo estudo, exigindo macerações a demonstração completa de certos órgãos, estes, depois de macerados mesmo por poucas horas estão podre, e jamais podem ser examinados impunemente, por isso que os melhores meios para se evitar um tal pernicioso inconveniente e que tanto avulta no número dos obstáculos inerentes ao ensino desta cadeira, são justamente aqueles que, por dispendiosos em extremo, ainda se lhe não tem podido prestar.

Todo mundo sabe que é da classe mais indigente da sociedade, ou dos escravos, que saem os corpos trazidos para as demonstrações deste curso; e que esta circunstância ligada a perniciosa influência do nosso clima – a natureza das moléstias com que tais indivíduos sucumbem, - ás consequências dos tratamentos, que as vezes nem poderão ter, do mesmo modo que ao uso dos maus alimentos a que foram forçados, modificando o estado de suas organizações durante a vida, como influindo na dissolução mais ou menos pronta dos seus cadáveres, é, não só uma verdadeira trave anteposta aos necessários exames cadavéricos que o estudo da anatomia exige; como também uma rela dificuldade anexa ao ensino dela neste curso. Uma nova maneira de proceder, pois, na preparação e demonstração das lições desta cadeira convinha adotar em proveito dos alunos, a favor dos quais praza o céu que o sucinto exame que me fiz cargo de apresentar

agora, n'um dia tão solene, excite em quem compete, um vivo interesse pelo remédio de que precisam, e *pois que ainda é tempo!*...

A lei fundamental desta escola obrigando a ensinar nesta cadeira de anatomia geral e descritiva dentro de um ano escolar, que abrange apenas o espaço de sete meses letivos, e com prelações que não podem exceder de uma hora em dias alternados, é quem exige, ou que se trate somente dos objetos mais essenciais ao estudo da anatomia; ou que se exponham desta todas as doutrinas muito superficialmente, do que resulta uma imperfeição indizível para o curso, que só aos nossos legisladores cumpre remediar, e por isso mesmo constituem uma dificuldade quase insuperável para o lente<sup>211</sup>. Para documentar esta asserção, senhores, nada mais é preciso do que chamar vossa atenções para o que praticava a respeito na antiga Academia Medico- Cirúrgica<sup>212</sup>, onde não precisavam ser alternadas as lições desta cadeira como agora, e, além disto, sendo objeto dessas lições os fatos da anatomia descritiva somente, não obstante, nem sempre se podiam examinar todos, quando as faltas de cadáveres eram frequentes. Por consequência, ou a matéria designada pela lei e para o ensino desta cadeira deve ser dividida; ou a disposição legal a que me refiro se deve entender muito diferentemente, como mostrarei.

Os estatutos em vigor que, quanto a mim estão a respeito em oposição à lei orgânica desta escola, querem que, considerando-se este curso feito em dois anos, se ensine no primeiro anatomia geral, e no segundo a descritiva e pratica, o que é impraticável; à vista disto que se segue: - Todo o mundo sabe que em ciências descritivas como a anatomia, não *só* o espaço de uma hora é pouca para a demonstração ligeira de certos órgãos; como que, exigindo esta demonstração um trabalho próprio, uma preparação previa, as vezes tão difícil, que tem de ser feita de novo e com prejuízo de muitas outras demonstrações, da paciência do preparador, e do tempo que nela se gastou inutilmente, é isto mesmo o que perturba gravemente o regular andamento do curso, *e que traz o ódio à ciência*, por onerar sobremaneira o magistério desta cadeira, além do que a lei orgânica exige, e que se prova com o fato de dividir em duas classes os alunos

---

<sup>211</sup> Lente, do latim "que lê" foi o professor titular ou catedrático que é a categoria mais elevada da docência universitária.

<sup>212</sup> A Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro foi criada pelo decreto de 2 de abril de 1808, no hospital militar da Corte. Passando por diversas reformas estatutárias nos primeiros anos. A partir de 1815, o termo escola foi substituído por Academia Médico Cirúrgica. Após a reforma estatutária de 1832, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

que o devem ouvir, estremando-se para isso, materiais que por sua natureza e por vantagem do respectivo ensino entre nós, só se devem lecionar conjuntamente.

Salta aos olhos que, de tal disposição resulta ainda uma anomalia, que torna defeituoso este curso, e só desvantagens dá ao Professor, que tem de lecionar no mesmo ano as mesmas matérias, que são divididas sem precisão pelas duas classes de alunos, *uma das quais e sempre nova*, e por isso tem necessidade de estudar as preliminares da ciência, que se dão no princípio do primeiro curso; ou então esses preliminares devem ser repetidos no segundo, que so por isso já fica vicioso e desordenado! Por consequência, se, dividindo-se assim um curso que é, e deve de ser único, um vício tão pernicioso se introduz no seu ensino; cumpre que antes se revogue uma tal disposição, e não só porque é difícil dar-se com os limites de uma tão infundada divisão; como por ser fácil o achar-se as mas consequências que deve ter; e à vista do que procede, a exposição desordenada ou irregular de doutrinas tão necessárias quão importantes. Ainda mais: si é fato que as dissecções sendo a alma do estudo anatômico jamais podem ser proveitosamente vistas, imitadas e repetidas por aqueles que as observam com repugnância e tédio, ou que não procuraram vencer primeiro o terror que lhes inspira a mutilação dos cadáveres em que têm de estudar os diversos órgãos de que se compõe o corpo humano, é claro que, sendo também da necessidade de constatar os fatos anatômicos com a história' que deles nos fazem os autores que nasce a simpatia pelo seu estudo, e simpatia que nos leva a suportarmos sem constrangimento os incômodos inerentes às dissecções para isso indispensáveis: é isto ainda o que exige, que aqueles que tem de examinarem as doutrinas anatômicas sejam obrigados a estudá-las com o escalpelo na mão e desde o momento que a isso se entregam, à vista da vastidão do seu objeto didático para um ano letivo, - que de necessidade se deve empregar também no ensino da anatomia pratica, e que não pode estar ligado as prelações do curso, nem depender somente dos resultados da escola pratica, como os mesmo estatutos indicam. Portanto, uma tal disposição é inexecutável, além de nenhum proveito dar ao ensino; e forçado a executá-la, não posso deixar de a considerar uma dificuldade real para o respectivo magistério, à qual cumpre atender-se para que seja removida de pronto.

Convinha que neste curso estudássemos completamente o homem, fisicamente considerado; porem essa máquinha complicadíssima e maravilhosa, que só ao Autor do Universo custaria tão pouco a organizar; exige tantos e tão variados processos para o exame de cada uma das peças de que é formada, que somente o compendio das regras e

preceitos necessários para isso basta para absorver o tempo que tem ainda de ser repartido com a história metódica e circunstanciada na sua essência em um curso elementar, por muito regular e perfeito que seja, quanto mais naqueles em que tudo falta do mais necessário, como neste, que, demais a mais, pertence a uma escola há pouco criada!

É sabida a recomendação dos práticos – *de jamais se empregarem maus instrumentos nas disseções*, como conselho que eles dão – de usar-se, e por vantagem nas demonstrações, conjuntamente de peças preparadas de antemão: a falta porem que temos ainda de um arsenal completo e de um gabinete anatômico para os miseres desta cadeira, constituem uma outra dificuldade para o seu ensino, contra a qual nenhum outro remédio vejo, que não seja a paciência com que soffro o excesso de trabalho que disso me provem. Ora, sendo palpáveis as vantagens que deve trazer ao ensino a meu cargo a conservação de uma peça difícil de preparar, mas que ficando perfeita e guardada pode servir de modelo no anfiteatro, ou suprir as faltas de cadáveres para as demonstrações futuras, é preciso convir também, e por ser mui obvio, que, sem tempo e sem os precisos meios, um tal resultado não se pode conseguir, e por isso constitui uma outra dificuldade que deixaria de existir, se menos vasto do que é fosse, o objeto deste curso, cuja importância esta e por isso, muito fora do alcance de todas as vistas.

Prescindindo de ponderar aqui, Senhores, todas as dificuldades devidas a falta de um preparador constante, e não amovível como os que pelos mesmos estatutos se dá para este curso, e que além disto se não podem prestar nos misteres dele por serem tirados dentre os substitutos da escola, cujo número nem chega às vezes para a substituição das cadeiras, uma outra e bem grave dificuldade me cumpre ponderar-vos: tal é, senhores, a acepção diversa em que se tem querido tomar a palavra Anatomia, a qual exige que eu me demore um pouco no seu exame.

Que a palavra anatomia, derivado do grego, significa – dissecação metódica de um ou de todos os seres organizados, concedo; do mesmo porque admito a divisão recebida pelos autores – de geral e especial, segundo se a considera no seu todo, abrangendo o exame comparativo da organização de todos os seres; ou segundo trata da de uma das espécies deles somente. Não é, porém, a definição disto o que me cumpre examinar agora, e sim, aquilo que nossos legisladores entenderam, ou quiseram dar para a matéria didática desta cadeira, quando trataram de organizar as escolas de medicina do Império. Por conseguinte, embora se possa tomar a palavra Anatomia com relação à interpretação dada pelos filólogos, ela se restringe aqui a especialidade do seu objeto estudado neste curso,

a Anatomia do Homem propriamente dita, que também se divide em geral e especial, segundo trato do estudo completo dos órgãos, ou dos elementos que os formam, e que constituindo em um caso a Anatomia Descritiva, e no outra a de Textura. O mais pertence ao estudo zoológico, que se não pode fazer na cadeira de anatomia, e sim na de botânica.

Tal foi, e sem dúvida, senhores, a intenção do nosso Legislador, confeccionando a lei orgânica desta escola: e se não me engano tenho na distribuição das doutrinas das diversas cadeiras a melhor prova disso, à vista da que se pode chamar absurdo tudo o eu se queira concluir em contrário. E de mais: se está destinado para objeto desta cadeira o exame de aparelhos d'órgãos de que se compõe o corpo humano, não é da história compendial dos elementos orgânicos ou anatômicos, estudados nos diversos animais que se deve tratar nela; mas sim e puramente com relação ao mesmo homem, até porque, não sendo indiferente que o estudo da Anatomia Humana seja feito depois do da comparada, porquanto quem tem já estudado esta última para ouvir as doutrinas daquela, não só acha mais vantagem no emprego dos meios a usar e para esse fim, como mais facilmente obtém os resultados que não poderia obter, aquele que os fosse estudar conjuntamente: - É isto mesmo o que previne a lei orgânica, quando exige daqueles que tem de frequentar as doutrinas deste curso; os necessários conhecimentos de zoologia. Por consequência, Senhores, devendo-se tomar a palavra Anatomia na sua acepção medico-cirúrgica, como eu a tomo, e não sendo possível que o contrário disto se exigisse deste curso, com relação ao seu ensino, deve-se concluir que ele não fica imperfeito ou incompleto por se tratar, como eu entendo e a vista do que precede, do estudo da Anatomia Humana somente, porquanto além de ter bem presente e em apoio disto, o exemplo do que pratica na Escola de Paris, como em muitas outras, e do que tendes melhores provas nas obras de *Cruvielhier*, *Meckel*, e *Broc* por ex; que vos são bem conhecidos, é desse modo que eu poderei cumprir exatamente a minha missão e desejos.

Não é portanto por evadir-me aos trabalhos que disso me resultaria, e sim por efeito de razões ou em virtude da lei, que me cumpre executar literalmente, que eu devo fazer desaparecer do meio de nós e com justiça mais uma dificuldade, contra o qual prescindindo de apresentar-vos todos os argumentos que dizem respeito a capacidade dos alunos que tem de ouvir-me, e ao bem da instrução pública, que jamais deixa de sofrer quando o objeto do ensino é superior ao espaço dado para o respectivo exame: ou quando fica acima da compreensão dos estudantes o que se quer que eles aprendam... Se estou

em erro, agrada-me errar com *Broc e Dubois d'Amiens*<sup>213</sup>, cujos princípios didáticos estão nisto em harmonia como os que professo.

Prometi falar, senhores, dos progressos que tem feito no Rio de Janeiro o estudo da anatomia, e por conseguinte o seu ensino nesta Escola, por isso que ouvi lamentar-se o atraso em que se nos quer dar a tal respeito, ou a ignorância em que se nos supõe do verdadeiro sistema de estudar a ciência que hoje professo: cumpre que, não so por amor da verdade, como pelo bem da escola a que pertenço, eu mesmo vos faça e deste lugar, a defesa que cada uma delas me merecem, certo de que assim cumpro um dever tanto mais sagrado, quanto maior é a dor que me causa a inexatidão de um tal júízo!

Pelo que fica exposta se vê, senhores, que não é exato o dizer-se que não conhecemos o verdadeiro sistema de estudar a anatomia, ou que esta ciência seja entre nós uma coisa desconhecida; e sem querer trazer para aqui a história de todos os trabalhos anatômicos feitos na antiga Academia médico-cirúrgica desta corte, por isso mesmo que é de vós bem conhecido o professor que a honrou com a excelência do seu escalpelo, com a exatidão de suas disseccções, e com a perfeição das suas demonstrações; prescindindo de apontar aqui os muitos discípulos dele que neste ramo dos conhecimentos médicos fazem honra à escola de que são filhos, e podem so por isso encher de orgulho o nome Brasileiro; prescindindo, enfim, de fazer-vos uma relação exata das muitas peças anatômicas entre nós preparada, à custa das fadigas dos Senhores Mazarem<sup>214</sup> e Américo de Urzedo<sup>215</sup>, e que existiram ainda neste mesmo edifício, se entregues a si mesmas, como quase todas as nossas coisas, e tornadas prezas ou pasto de bichos hoje se não encontram; por muito imperfeitas que fossem, essas peças bastariam para convencer a alguém da falsidade de suas ideias a nosso respeito. Cumpre portanto que, quando se trate de examinar o estado dos conhecimentos anatômicos entre nós, á esse exame se proceda com a necessária imparcialidade, e em paralelo com os esforços por alguém empregados e os resultados obtidos, e com os progressos que eles tenham feito em os diversos pontos do mundo civilizado, cujas condições para isso fossem iguais às que

---

<sup>213</sup> Frédéric Elionor Dubois, (1799-1873) foi um médico, historiador francês, foi eleito para a Academia de Medicina Francesa.

<sup>214</sup> Joaquim da Rocha Mazarem, nasceu em Lisboa em 1775, estudou anatomia e cirurgia no Hospital Real de São José onde se formou em 1806. Foi cirurgião da primeira nau "Príncipe Real" que saiu de Portugal em 1807, acompanhando o príncipe dom João VI. Estabeleceu no Rio de Janeiro e por decreto régio lecionou na cadeira de anatomia do Hospital Militar de Ultramar. Em 2 de abril de 1808, foi nomeado para a cadeira de anatomia da antiga FMRJ. Retornou a Portugal em 1821.

<sup>215</sup> Doutor Américo de Urzedo (1786-1863), foi professor de patologia externa na Academia-Médico Cirúrgica, foi um dos membros fundadores da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro em 1829

militam contra nós, embora nenhuma paridade possa haver por ser tão desproporcionada a soma dos fatos que a respeito se encontram em um país nascente e desvalido na sua parte científica como é o nosso, com o que se dá naqueles já criados, constituídos há muito, e protegidos em tudo pelo braço poderoso dos seus governos...

Qual tem sido nesta parte, senhores, a sorte das Acadêmicas medicas no Brasil, para cuja mofina bastava a ambiguidade da lei que as criara; a política do gabinete português, no reinado do senhor D. João VI, que tão claramente mostrou o desejo e interesse que tinha em obstar os progressos que elas prometiam em favor dos conhecimentos médicos entre nós, e a necessidade que havia de que as ciências se não cultivassem em nosso solo? Todos sabem que estão ligados à sorte das nações que se constituem, mil embaraços, toda sorte de estorvos que se empregam para entorpecer a instrução publica, e quiçá a civilização: e só por estes motivos já se vê que o Brasil, que não só teve de lutar com os inimigos da sua emancipação, como também com as consequências da sua mesma política, não podia prosperar pelo lado científico, faltando-lhe o indispensável para isso, por quanto é obvio, que a cultura das ciências pressupõe a tranquilidade dos ânimos, ou a posse dos meios necessários á superarem as dificuldades que tem de vencer os que a elas se dedicam. A história das nações nos oferece mil exemplos destas verdades em cada uma das suas páginas, e fundado neles perguntarei: o que fez a França em favos das ciências no tempo de *Richelieu*? Que fez a Inglaterra no reinado de Carlos I, ou durante as perseguições de *Chromwel*? Não foi nesse mesmo tempo que as ciências floresceram na Itália, e sob a proteção de seu Imperador: que a Alemanha viu nascer a sua Academia denominada dos Curiosos da natureza, que tantos serviços leigos aos amigos das ciências? Certamente que sim; porém, do que tem servido estes exemplos para os Brasileiros?!

Para vos provar melhor estar minhas asserções, senhores, basta que chame vossas alterações para os serviços prestados à medicina pelo rei dos franceses, na pessoa de *Ambroise Paré*<sup>216</sup>, e no meio da perseguição das cruzadas!... Basta lembrar-vos os relevantes serviços feitos à cirurgia pelo barão *Larrey*, no Egito e nos campos de Marti, d'onde pode ele e por isso mesmo voltar acumulado de honras, de gloria e de bem merecidos louros, sob os auspícios de um imperador, que soube fundar o seu trono nos progressos da civilização, ou com a cultura das artes e ciências, para consolidar suas

---

<sup>216</sup> *Ambroise Paré*, (1510-1590) foi um cirurgião francês que iniciou a carreira com barbeiro concluído estudos posteriormente. Foi responsável por inovações no campo.

glorias, e deixar à posteridade, com o padrão de suas vitórias, o respeito de suas cinzas à saudade dos seus admiradores! - Sim, oh Napoleão! Teu nome servira sempre, como outr'ora a tua vida, para marcar o século da ilustração, das artes e das ciências! Oxalá te imitassem!... Basta enfim, que eu vos lembre somente, senhores, a proteção dada a *Heróphilo*<sup>217</sup> pelo rei da Macedônia, quando deixou entregarem-lhe esses condenados que teve de anatomizar em vida, à bem do exato conhecimento da organização humana...

Este último exemplo, em verdade, é sumamente perturbador das funções de um coração bem formado: porém, sendo-me outorgado nas tradições de Celso, pela história da medicina nos séculos da barbaridade, bem longe de ser invejado, apenas serve para provar de quanto valia a proteção dos reis ou dos governos para as ciências, que mesmo nesses tempos menos felizes para espécie humana, já se dava, com o castigo dos culpados, o mais seguro meio de estudar a anatomia, à poder-se conhecer e melhor remediar os sofrimentos mórbidos dos mais fiéis dos governados! Mas apesar de todas as privações que, como de proposito tocaram os brasileiros; abstrações feitas mesmo das ponderações que vos hei feito, não bastara o pouco que milita à respeito em nosso favor, para destruir completamente ideias tão mesquinhas como falsas? Sem dúvida.

De 1811 data a fundação das Academias de medicina do Brasil, as quais não obstante começarem muito incompletas, ótimos resultados deram, a par dos conhecimentos médicos de então: porém, nesse tempo o Brasil flutuava entre os prazeres da nova *gerarchia* nacional que assumiria, e o das esperanças de uma futura independência, o que por si só era bastante para exercitar o desenvolvimento da esfera científica dos Brasileiros, os quais além de não conhecerem nessa época a face das necessidades públicas e das desordens, contavam, ainda mais, com toda a proteção do governo, embora fosse ele pouco livre... Em 1818, essas mesmas Academias tomaram uma nova face, com a aquisição do exercício de outros e bem hábeis professores, de que a metrópole pouco depois buscou privar-nos *com a sua mensagem ao trono!* Abandonadas, porém depois a si mesmas, ou antes privadas de todos os recursos, e até *negando-se a seus discípulos* o único título de suas fadigas literárias etc.; etc! como poderiam progredir, ou mesmo marchar bem? No entanto, muitos e bons médicos, assim como, todos os nossos mais antigos operadores, delas nasceram, e nelas se criaram a suas

---

<sup>217</sup> Foi um médico grego nascido na região da Asia menor. É conhecido como um dos primeiros anatomistas da história ao lado de Erasistrato. Pioneiro nas disseccões de cadáveres foi um dos fundadores da Escola de Medicina de Alexandria.

mesmas expensas, o que é incompatível com a ignorância total dos conhecimentos anatômicos, que se nos quer atribuir, sendo ainda mais verdade, *que a cadeira respectiva era uma das que se achavam otimamente servidas.*

Tem isto paridade com a fundação dessas outras escolas do mundo, cujos progressos se quer trazer para deslumbrar-nos? Fizeram-nas, por si só todos os serviços que a anatomia tem recebido até hoje? Estaremos nos ainda na ignorância completa desses progressos ou desses louros científicos que por tantas e tão favoráveis condições tem florescido no meio delas? Não dê certo; logo, não é a indolência nem a preguiça, e menos a incapacidade moral ou intelectual que disso nos tem afastado: e sim a falta em que estamos até hoje, dos necessários meios, que elas têm tido com profusão. Todavia, apesar do contato imediato em que elas estão, as descobertas anatômicas acham-se fracionados pelas diversas nações, e marcharam, por assim dizer, de século em século, pelos diferentes pontos da Europa civilizada! Poderá haver quem duvide disto, senhores, sendo tão conhecida de vos a história das descobertas anatômicas, da qual se ve que foi na Itália que a anatomia se aperfeiçoou, na escola de *Vesalio*, e nos tempos de *Fallopio*, *Eustaquio*, *Fabricio* e outros, muitos antes que a França visse nascer os *Bichats*, *Beclards*, *Sabatier*<sup>218</sup> e outros, e a Alemanha os *Meckels*<sup>219</sup>, etc; etc?

Concedamos por um momento que isto não basta: o renome que sabido granjear por seus serviços feitos em prol dos conhecimentos anatômicos e no século atual, *Cruvilhier*, *Bourgery*, *Manec*, *Broc*, *Baille* e muitos outros que a França tem tido a fortuna de servir de berço, não é em grande parte devido aos trabalhos dos seus predecessores ou á mesma doutrina deles? Pode-se dizer que estes últimos ignoravam tudo aquilo que aqueles não foi possível reformar por ser exato, ou por que correspondeu aos resultados das suas pesquisas? Logo, não se pode duvidar também que saiba uma ciência, aquele que, tendo como nós e debaixo dos olhos, a história de todos esses fatos para confrontar, prescindia de averiguá-los de modo conhecido por melhor, isto é, das disseções; mas que, por causas muito independentes de sua vontade, lhe tem sido negados, para isso,

---

<sup>218</sup> Armanda Sabatier foi um médico e anatomista na Universidade de Montpellier. Fundou a Estação de Biologia Marinha de Sète, na costa mediterrânica francesa, fo um dos pioneiros nas técnicas histológicas no estudo dos invertebrados marinhos além de introdutor de diversas técnicas de campo ainda hoje utilizadas na realização de inventários faunísticos nas zonas costeiras.

<sup>219</sup> Johann Friedrich Meckel, nasceu no Halle em 1781 e morreu em outubro de 1833. Ele foi um médico e anatomista alemão. Junto com Isidore Geoffroy Saint-Hilaire (1805-1861) foi um dos fundadores da teratologia. Trabalhou como professor de anatomia, patologia e zoologia da Universidade de Halle.

os melhores meios... É neste caso, senhores, em que nós estamos para os progressos da anatomia, e como muitas outras escolas do mundo, a favor das quais não militam todas as dificuldades e embaraços que vos deixo expostos a nosso respeito! Contudo, quem me poderá negar, que desta mesma cadeira foram proclamadas as doutrinas de *Bichat*, e quase no momento da sua publicação? Quem me poderá contestar a relação exata que se observava nas demonstrações desta mesma cadeira com aquelas doutrinas (que ainda hoje inspiram respeito aos mais afamados anatômicos do mundo!) quando era ela servida pelo delicado escapelo do senhor Dr. *Joaquim Jose Marques*? Quais são as modificações que tal doutrina tem sofrido e que nos tenham escapado, para que se nos possa provar a ignorância delas ou o nosso atraso? Se recorro a história dos tempos em que floresceram tantos anatômicos celebres, senhores, eu vejo, e desde o século XVI até o atual, que um sem-número deles se esforçam para deixar á posteridade os melhores trabalhos, e que a despeito de suas fadigas, muitos pontos da anatomia são ainda o objeto de questões renhidas; mas nem por isso so poderão esquecer os belos e excelentes trabalhos devidos a *Galeno*, ou que se fizeram depois dele até *Vesalio*!... Se tomo esses mesmos trabalhos feitos a bem da anatomia, em seus diversos ramos, e desde a época do celebre anatômico Belga até nos, eu vejo mais, que as melhores descobertas pertencem ao século XVI, porém, não querendo fatigar mais vossa paciência, nem abusar tanto da atenção que me haveis prestado, com tudo não posso deixar de apresentar-vos agora as razões que tenho para questionar isto em nosso favor; e portanto, mais um pouco de sofrimento da vossa parte será preciso.

Se é verdade, senhores, que o estudo que fazemos sobre o trabalho dos Mestres nos leva á propriedade das doutrinas deles, e do mesmo modo que a ciência dos fatos estudados, eu tenho nisso uma prova incontestável dos progressos que o estado da anatomia tem feito entre nós, embora não tenhamos podido fazer por ele e como alguém, mais do que confrontarmos com os meios que os autores nos tem dado em seus escritos, os várias processos que cada um deles tem seguido ou adaptado para o exame da estrutura de certos órgãos ou de todo o corpo humano. Para documentar esta asserção, senhores, bastará que eu chame ainda vossa atenção sobre a história da medicina no século de *Vesalio*: ai vos achareis e mesmo atraindo todos os cuidados de *Verole*, *Silvio*, *Wiles*, *Fabricio* e muitos outros que o estudaram com esmero, depois que *Vicque d'Asir* deu á luz os seus trabalhos sobre o cérebro, que *Reil* nos fez ver os seus preciosos estudos sobre

o aparelho nervoso e sua estrutura, e que os celebres *Gall*<sup>220</sup> e *Spurzheim*<sup>221</sup> nos mostraram o seu sistema e método de estudar o encéfalo, etc... etc... é escritos de *Beclard*, *Balinvillie*, *Mechel*, *Cruvilhier*, *Manec* e outros. Não obstante, a razão mostra, que a gloria dos segundos, a cujas fadigas e anatomia deve o aperfeiçoamento de um ponto tão importante de suas doutrinas, é compartilhado pelos primeiros a quem pertence a palma da descoberta!

O sistema vascular, que depois dos serviços de *Hirophilo*, *Galeno* e *Fabricio* tanto deve aos de *Vesalio* e *Columbus*, em paralelo com os de *Fallopio*, *Levasseur*, *Aranzi*, *Harvey*, e do infeliz *Michel Servet!*... e que bem substituídos foram por *Corvizat*, *Portal*, *Eustaquio* e *Botal*, e pelo incansável *Ruisch*, porém que nós o estudamos hoje, segundo as doutrinas de *Gerdy*, *Manec*, *Cruvilhier*, *Bourgerly*, etc, está também no mesmo caso que o sistema nervoso.

Ninguém dirá, senhores, que o estudo de todo o aparelho locomotor, feito nas tradições de *Mondine*, *Archilini*, *Vesalio*, *Guidi*, *Ingrancio*, *Fallopio* e *Silvio*, é igual ao que se faz nos escritos de *Bichat*, *Chaussier*, *Cruvilhier*, *Dumas*, e em outros muitos tratados de anatomia do século XIX em que o temos estudado: com tudo, é preciso considerar estes últimos como verdadeiros melhoramentos dos antigos trabalhos, que a história no apresenta.

A esplanchnologia, enfim, que tanto deve às observações e fadigas de *Massa*, *Spigel*, *Winslow*, *Silvio*, *Berenger*, *Warthon*, *Stenon*, *Taglicozzi*, *Aranzi* e outros, poderá considerar-se no mesmo estado em que nós a estudamos hoje e a expensas de muitos outros anatômicos do nosso século? Não, de certo. *Fallopio*, e mesmo *Eustaquio*, foram os melhores indagadores do órgão da audição no seu tempo; porém suas ideias a respeito, examinadas depois por *Sammering*, *Scarpa*, e afim por *Chaussier*, e *Brechet*, que o estudaram em todos os animais, não só não pertencem mais aos insignes anatômicos de Itália, como, enriquecendo a ciência com os trabalhos que para isso tem sido feitos por seus sucessores, são mui bem expostos hoje por *Cruvilhier*, e outros que ultimamente os tem estudado melhor. Seria muito bom que tivéssemos imitado um tal exemplo, senhores, para concorremos com a quota que nos pertencia dar também: contudo, apesar

---

<sup>220</sup> Franz Joseph Gall (1758-1828) foi um médico e anatomista alemão. Foi o criador da frenologia – que segundo ele – foi uma teoria que seria capaz determinar características, personalidade e criminalidade das pessoas pela forma de sua cabeça.

<sup>221</sup> Johann Gaspar Spurzheim (1776- 1832) foi um médico alemão discípulo de Gall e um dos responsáveis por disseminar a frenologia no Reino Unido e nos Estados Unidos.

da carência que temos dos meios necessários, como se ensina a anatomia entre nós? Será ainda pelas velhas doutrinas dos séculos XIV a XVI? Certamente que não. Que diferentes eram as demonstrações feitas até hoje neste curso, das que os melhores anatômicos do nosso século apresentam? Os belos preceitos de *Meygrier* e os excelentes conselhos de *Marjolin* para as dissecções, tem sido observado entre nós, em tudo o que é compatível com as circunstâncias desta escola. Vos sabeis que o bem acabado das peças de dissecção ou a perfeição delas (que mais se pode exigir de nós) está ligada ao habito de se fazerem essas mesmas dissecções, e demanda, além de muita paciência, o tempo que a duração das lições deste curso e dos cadáveres não pode dar; sabeis que é muito diverso o estudo que se faz da estrutura do corpo humano, em um curso escolar, daquele que cada um pode fazer em particular, para sua instrução, e depois de haver observado ali o método seguido para o mesmo fim; sabeis em sua que, e por falta dos necessários instrumentos, somente não tem sido bem estudado de *Bogrós*, *Panizza* e outros tocou a perfeição, e que por circunstancias bem alheias da nossa vontade é que o não temos podido examinar praticamente como convinha, em todas as suas partes.

A vista disto, senhores, eu devo concluir, e sem temor de ser desmentido, que bem longe de atrasados, estamos no nosso País em dia com os conhecimentos anatômicos de toda a Europa; que, a despeito de todos os obstáculos e dificuldades, nós achamos a par dos seus progressos; e que, para avançarmos mais em favor deles, senão para vencermos todos os óbice que para isso se nos oferece, necessitamos somente que o governo nos proteja, prestando-nos tudo de que carece a importância deste estudo. O contrário disto so poderá sustentar quem ignora completamente o que é anatomia, e muito mais o seu magistério.

Não há nada tão difícil nem mais necessário, senhores, do que estabelecer-se um método de estudo para qualquer ciência, muito principalmente quando tudo o que se podia aproveitar das melhores tradições a respeito; tudo o que se devia imitar, tomar para norma ou para o ponto de partida, tem de ser modificado por circunstancias, ou por conveniências particulares a cada país ou a cada escola.

Tal foi a posição em que me achei quando tive de fazer o meu 1º curso, tendo de tomar na devida consideração e 1º, a importância dos conhecimentos anatômicos para o cultivo da medicina; 2º a vastidão do objeto do domínio dela, e a impossibilidade de se poder estudá-lo bem por teorias; 3º, a carência dos meios que se proporcionam à investigação de seus fatos neste mesmo curso; 4º, a escassez do tempo em que tais

doutrinas tinham e ainda têm de ser expostas nele e a despeito da sua magnitude; 5º, a dificuldade de se acharem sempre bons cadáveres para as demonstrações; em auxílio da paciência que os exercícios práticos ou as disseções exigem; 6º, enfim, a necessidade e as vantagens que as disseções breves e multiplicadas ou variadas de um mesmo objeto, porem metódica ou sistematicamente feitas deviam oferecer aos fins desta cadeira. Era, portanto, necessário ou indispensável para o bom andamento deste curso, e em suas circunstancias atuais, um sistema todo particular ao seu ensino: e vos achareis, à vista do que passo a ponderar-vos, como o que adotei pode chegar a seus fins, superando todos os obstáculos e justificando minhas fadigas, com as vantagens que em seu favor ousei propor desta cadeira, mesmo antes que fosse ele executado.

Examinar os fatos da anatomia geral e descritiva, estudando ao mesmo tempo as regras, os métodos e os processos ou os exemplos para isso oferecidos pelos autores, são os misteres capitais dos estudantes desta escola, e depois que tem recebido os princípios da *Physica* e da *Botânica* aplicados à medicina. É a favor disto que eles podem estudar a máquina animal e seus usos, para melhor entrarem no conhecimento do homem, e das leis que presidem a seus atos orgânicos, ou ás funções da sua economia. Este homem, que a zoologia lhes tem mostrado já em relação com os diferentes animais, e que segundo as modificações do seu organismo, pode gozar dos atributos das vidas vegetativa e animal, convém ser estudado primeiro de um modo geral em sua composição e em seu desenvolvimento; como ainda e depois no arranjo elementar dos sistemas e tecidos que entram na composição dos seus órgãos, nos caracteres e propriedades destes últimos, e no número e arranjo com que formam os aparelhos orgânicos destinados a certas funções.

Daqui se conclui já, senhores, a necessidade de ser um curso completo de anatomia humana dividido, como o seu objeto, em duas seções distintas, que denominareis – ORGANOLOGIA e ORGANOTOMIA – por tratar-se na 1ª da história dos elementos orgânicos considerados em geral, em relação a cada aparelho d'órgãos ou a cada órgão, e desde a respectiva formação até o estado perfeito de todos os aparelhos orgânicos, a par da história que deles nos faça qualquer dos autores escolhidos para compendio; e na 2ª, do exame dos métodos, das regras e dos processos para se estudar esses mesmos órgãos no cadáver.

Resulta sem dúvida e disto, senhores, o ensinar-se no 1º caso anatomia geral, e no 2º a descritiva e prática, que, outra coisa não são mais do que a mesma *organologia*, estudada por modo diverso. Devendo eu porem dividir este curso em duas partes,

conforme dispõe os estatutos desta escola, para caber ás duas classes de alunos que o frequentam as respectivas divisões, como a mim a obrigação de fazer-lhes um *curso único* e regular; formulei um programa e um regulamento disciplinar, que *receberam a aprovação da faculdade*, e desse programa se vê, que a anatomia humana, único e essencial objeto das doutrinas desta cadeira, promiscuamente ensinada ás duas classes de alunos que me ouvem, bem definida fica na *Antroptomia geral*, que faz a 1ª parte do curso e é por isso destinada, mais imediatamente, ao estudo dos alunos do 2º ano medico; e a *Antropotomia especial*, descritiva e pratica, essa que compõe a 2ª parte do mesmo curso, é que pertence aos estudantes do 3º.

Com efeito, senhores, depois de examinadas, com a história geral dos aparelhos d'órgãos, as propriedades físicas, químicas e vitais das fibras orgânicos, nada há mais natural do que indagar-se a topografia de cada um órgão, e com ela os caracteres que distinguem tal ou tal órgão dos demais outros com que ele se relaciona. É isto mesmo o que estudo prático da anatomia so pode fazer-se com proveito no segundo ano anatômico, em exercícios cadavéricos a que ambas as classes de alunos sejam obrigadas.

Salta aos olhos que a Anatomia, senhores, não se podendo ensinar bem teoricamente, não pode também tirar dela todo o proveito, aquele que uma vez somente testemunha as suas dificuldades na pratica, ou que vê unicamente os objetos depois de preparados: é preciso ainda levar o escapelo sobre o cadáver, medir exatamente o espaço que esse instrumento deve percorrer, marcar precisamente a extensão que ele tem de penetrar e dirigir-lhe o gume por tal modo e sobre os tecidos que, embora se destruam muito, fique ileso o órgão que se quer ver, estudar ou demonstrar. Se isto é uma verdade, fica também dada a razão por que convém que o estudo de Organotomia seja feito pelos próprios esforços dos alunos reunidos em turmas das quais disseque por um dia, com a obrigação de o secundarem nisso os outros, e tendo quem os dirija nesse exame. Tornando isto mais claro: vos sabeis, senhores, que para a boa disciplina desta escola os cursos de cada um ano não podem deixar de ser alternados como as respectivas prelações, e que estas não podem exceder do espaço de uma hora: sabeis mais que bons cadáveres nos são raros, e que os ótimos mesmo se tornam péssimos durante longas dissecções: sabeis ainda, que por estas mesmas razões não se tem podido criar ainda entre nos cursos particulares de anatomia, onde qualquer dos alunos à exemplo dos da escola de Paris, se pudesse habitar ou exercitar. Consequentemente, é só *no ensino mutuo das turmas* criadas que suas precisões se tornam sanáveis, e que todas as dificuldades provadas poderão

desaparecer completamente, acrescentando-se mais que, se nada eles poderiam lucrar em ver uma vez somente o modo de demonstrar um outro órgão, ficando na ignorância do de todos aqueles que a falta de tempo não permitisse preparar igualmente, o estudo pratico da anatomia, feito do modo que venho estabelecer, lhes é muito mais proveitoso do que qualquer sistema de ensino que se seguisse em contrário, pois que, acima de tudo lhes dá o necessário habito de dissecarem, senão *o amor* e gosto pelas dissecções. Dirão talvez que, não passando o trabalho das turmas (para poder ser repetido) da demonstração sumaria dos fatos da anatomia descritiva, que essa demonstração fica imperfeita, e bem assim defeituosa a descrição ouvida; porém, se vos lembrares que as melhores descrições dos órgãos e tecidos da economia são as que o escapelo mostra: se refletires que existe escapelo não corresponde a seus fins sem que a mão que o dirige tenha encontrado primeiro os obstáculos para isso; não se podendo negar que é inútil repetir a descrição minuciosa de um órgão que se tem de preparar três vezes e mais, e cuja demonstração sumária mais facilmente se concede e pode por isso mesmo guardar de memória; eu direi também que nisso comete-se um erro, porquanto, além de estar na repetição do trabalho das turmas a vantagem do método de ensino em questão, so poderá dizer isso quem desconhecer: 1<sup>a</sup> a verdadeira importância do estudo da anatomia para a medicina, como o do método que o seu ensino reclama entre nós, e 2<sup>o</sup>, as circunstancias peculiares desta escola que modificam necessariamente qualquer sistema de ensino, por muito bom e proveitoso que tenha sido em outras. Demais disso, se é o método de estudar qualquer ciência o que se aprende nas aulas, a clareza e concisão com que nestas se fizer a exposição de suas doutrinas, serão sempre as melhores condições para o aproveitamento; e tudo o que puder sobrecarregar a memória dos discípulos, tornar-se menos fácil a demonstração da matéria didática, perder-se há facilmente como supérfluo, ou por ser nimiamente difícil e complicado.

Em conclusão, senhores, tendo de fazer um curso de *Antropotomia* e segundo as divisões que lhe pertencem e deixo ditas, trataria em 1<sup>o</sup> lugar da *Organotomia*, para aproveitar a época em que há entre nos melhores cadáveres, e porque naquela são mais raras as faltas destes, a fim de que, no tempo que este curso pode durar, se estudassem todos os objetos e doutrinas que nele se devem tratar praticamente. Deste modo se tornaria muito fácil o estudo da *Organografia*, feito pelos alunos do segundo ano anatômico ou terceiro escolar, e enquanto eu tratasse da *Organologia*, que mais imediatamente pertence aos do primeiro ano anatômico, ou 2<sup>o</sup> do curso médico. Notai

bem, senhores, que ainda disto resultaria mais uma vantagem para as duas classes de estudantes, e vantagem que mostra no fato de tratarem eles sempre dos mesmos objetos que viram uma vez e antes, porquanto os alunos que hoje tivessem de ouvir as lições de *Organotomia e Organografia*, por exemplo, seriam os mesmos que no ano pretérito estudaram a *Organologia e Organogenia* que uma segunda vez passam a ouvir, por terem de habitar-se mais imediatamente nas doutrinas da anatomia descritiva e pratica que os do 1º ano anatômico *assistem, ouvem e ajudam*, para e por sua vez o praticarem no ano seguinte, e depois de estudarem a anatomia de textura. Não permitindo, porém, a escassez do tempo completar-se o curso dentro de um só ano escolar, é força sacrificar tudo à lei das circunstâncias, como vos farei ver na minha próxima lição.

De tudo o que venho de dizer se deduz, senhores, não ser possível que prosperasse ou progredisse uma escola de medicina como está, na qual tudo eram privações e necessidades para o seu curso de anatomia! Colocado à frente dele, e sob tão má estrelam, não foi seu fundamento que empreendi a tarefa de fazer-vos hoje a história de todos os o beis <sup>222</sup> que tenho encontrado; e convencido de que a anatomia, como base de todos os estudos médicos deve de ser estudada com muita perfeição; tendo examinado todo as causas que à isso se tem oposto nesta escola, e como o fim de poder montar melhor o seu respectivo curso, prestando toda atenção ao particular sistema de ensino de *Broca*, comparado com o de muitos outros anatomistas celebres, julgo poder vencer melhor algumas dificuldades, com a aquisição dos meios que o governo acaba de dar-me, e por todos os de que preciso e espero obter ainda para a conservação dos cadáveres, que muitas vantagens deve trazer ao ensino anatômico nesta escola, ou para um tal estudo no Rio de Janeiro.

Agora que vos hei feito ver um método de ensino todo apropriado aos misteres desta cadeira, senhores; agora que vos tenho provado os verdadeiros progressos que a anatomia tem feito, mostrando-vos evidentemente todos os passos que ela tem dado entre nós, a par do que a história nos oferece em muitos pontos do mundo civilizado, e a despeito de todos os obstáculos; agora enfim, que tendes ouvidos o compendio das circunstâncias em que outr'ora se achará este curso, na exposição das dificuldades que tem podido obstar, não so a sua marcha regular, como o proveito que dele deviam esperar obter os alunos, será ainda preciso que eu vos faça também o exame das vantagens desse

---

<sup>222</sup> Bei ou begue é um título nobiliárquico turco adoptado por diferentes governantes dentro dos territórios dos antigos Império Seljúcida e do Império Otomano.

método ante as dificuldade que me propus obviar por meio dele? Creio que não: basta consultar a história da medicina, examinar os escritos anatômicos dos antigos, comparar a escola anatômica moderna e os princípios em que todas tem fundado suas doutrinas com a importância e vastidão destas ultimas, para se achar que, por nenhum outro modo se poderá chegar, na escola do Rio de Janeiro, ao estudo completo do objeto atual desta importante cadeira.

Qualquer dos métodos até hoje conhecidos para o ensino da anatomia, senhores, atentas, as condições que os fazem modificar, nenhum proveito pode dar ao estudo anatômico entre nós; e além do que fica dito a tal respeito, eu faltaria ao primeiro dos meus deveres, si adotando cegamente um deles e tão contra os interesses desta escola, não pudesse dar outro motivo mais do que, o respeito que me inspiram as doutrinas de todos esses anatômicos, que vieram deste *Galeno* até *Broca*, e que depuseram a ciência da organização para enriquece-la de tantas descobertas, e de tantos proveitos a medicina. Esse procedimento de minha parte seria tanto mais criminoso, quanto é sabido que eles não viveram no meio das precisões e dificuldades que militam contra nós; e que em nada podem deixar de ser por mim apreciadas as suas doutrinas, no fato de as querer examinar e ensinar por um modo mais próprio à evitar as desfavoráveis condições em que se acha esta escola contra o melhor modo de se estudar a anatomia. Bem pelo contrário; e, se da escola, *Vesalio*, que tanto cooperou para os progressos da medicina no século XVI, fazendo curvar-se à Italia todas as potestades da medicina da velha Europa, não saíram perfeitos os estudos anatômicos; nem todas as descobertas que tornam hoje seu domínio tão vasto: se o mesmo *Herophilo*<sup>223</sup>, *dissecando homens vivos!* Não pode tirar disso o partido que a moral do seu século lhe proporcionara: se é verdade que, e por motivos diversos, os *Bichat*<sup>224</sup> e outros não poderão arrancar da natureza os segredos da organização humana que com mais fortuna os *Gall*<sup>225</sup> e *Spurzheim*<sup>226</sup>, os *Blandin*<sup>227</sup>, os

---

<sup>223</sup> Foi um médico grego, nascido na Ásia menor em 335 antes da era cristã. Foi um dos primeiros médicos a basear suas pesquisas e conclusões nas disseções de cadáveres. Ficou conhecido como o primeiro anatomista da história.

<sup>224</sup> Marie François Xavier Bichat foi um médico francês (1711-1802) é lembrado por ter contribuído com importantes investigações para a compreensão do corpo humano. Foi um importante figura do vitalismo, corrente filosófica que reagia ao materialismo. O nome de Bichat é um dos 72 inscritos na Torre Eiffel.

<sup>225</sup> Franz Joseph Gall (1758-1828) foi um médico alemão, anatomista, desenvolveu pesquisas ligadas a frenologia.

<sup>226</sup> Johann Gaspar Spurzheim foi um médico alemão discípulo de Franz Joseph Gall, foi responsável por disseminar a frenologia no Reino Unido e nos Estados Unidos.

<sup>227</sup>

*Gerdy*<sup>228</sup> e os outros nos tem revelado; se está finalmente tão demonstrado pela história da anatomia, que para as descobertas e progressos desta ciência no tempo dessas celebridades, além de muitas outras condições favoráveis a seus fins foi ainda precisa a ilimitada proteção que a anatomia encontrou desde os tronos até à casa daqueles que a poderão conhecer como uma verdadeira necessidade médica; não é muito que eu, tendo podido examinar todas as fases porque a ciência anatômica tem passado desde o seu nascimento até nossos dias, desejando preencher cabalmente meus deveres, mesmo para provar os direitos com que ocupo um lugar que tanto me custou a vencer quanto lhe sei conhecer a importância, me julgue suficientemente habilitado para o preencher, da pequena esfera que me pertence, e quando tenho razões de sobejo para acreditar-me capaz de levar ao cabo e livre de maior parte dos obstáculos, senão das imperfeições que tenha, o sistema de ensino que vos deixo exposto.

*Fallopio*, senhores, não substituí *Vesalio* seu mestre, somente por haver repetido as mesmas doutrinas, e sim estudando a mesma ciência por ele enriquecida de muitas descobertas! No mesmo caso estão, - Eustaquio e o mesmo *Vesalio* para *Galeno*, *Fabricio d'Aquapendente* para *Fallopio*; *Bichat* para *Portal* e *Corvisat*, e *Beclard* e *Meckel* para *Bichat*! Se isto não basta para justificar-me, sem que eu queira elevar-me à tanto, sirvam os fatos falar melhor, em favor do método que tenho adotado por contar com a cooperação do Governo à bem da instrução medica de nossa pátria, ora verificada na proteção digo, que não se pode confundir com a de anatômico; dada a *Herophilo* (para escarnio da espécie humana!), nem com a de Carlos IX da França em favor de *Pareo*, e menos com a de Napoleão, verificada na pessoa de *Larrey*<sup>229</sup>! A do segundo pode deixar dúvidas, se foi o interesse da ciência ou a necessidade que havia de *Pareo*, para o bem e conservação do trono francês na pessoa de Carlos IX, porquanto só o fato de ser ele protestante bastava para obriga-lo a acompanhar tantos outros e bem ilustrados companheiros ou irmãos de religião, das palavras de salvação dadas pelo Rei, no momento de as fazer valer à bem do Pai da Cirurgia Francesa! – “Não é justo que morra, disse ele, quem dá vida a tantos!...” Ao 3º enfim, com quanto tenha de seu lado os fatos que provam que Napoleão nasceu para fazer da França o teatro das artes e das ciências,

---

<sup>228</sup> Pierre Nicolas Gerdy (1797-1856) foi um médico francês e professor na Faculdade de Medicina de Paris. Apresentou contribuições no campo da anatomia, patologia, fisiologia e cirurgia. O famoso anatomista Paul Broca foi seu assistente por algumas décadas.

<sup>229</sup> Barão Dominique Jean Larrey (1766-1842) É considerado pelos franceses o primeiro cirurgião militar moderno. Atuou como cirurgião no Grande Armée de Napoleão Bonaparte. É considerado um inovador no campo médico por realizações pré-anestésicas.

também não tem paridade por isso que, quando se quer contrabalancear tantas honras, títulos e condecorações dadas ao *Barão Larrey*, com o destroço que o exército francês podia sofrer na ausência do seu cirurgião chefe, e do mesmo modo porque aquele exército se lançava contra as fileiras inimigas na firme convicção em que estavam os próprios soldados, *que tendo o Larrey para lhes guardar a vida nada deixaram de vencer*; tudo parece pouco, e mesmo nada vale, a par da quota que por tal modo tem o historiador do Egito, nas vitórias conquistadas na Europa!...

Terá isto paridade com o que o governo acaba de fazer por este curso, e pelo ministério do Snr. Manoel Antônio Galvão<sup>230</sup>? Poderá confundir-se a proteção dada por ele hoje a esta escola com a daqueles, e quando num caso há puramente o interesse da ciência, e nos outros podia haver somente o de glória para *Napoleão*; o da conservação da existência para Carlos IX, e o de vingança ou da tirania para *Cassandra*?! Não dê certo: Eis-aqui, senhores, a melhor e mais poderosa origem dos progressos que o estudo anatômico promete fazer entre nos d'ora avante, ou que até hoje não foi tão fácil; e sendo assim que meus discípulos acharam uma garantia contra os incômodos e perigos inerentes a um estudo tão difícil como arriscado nos países quentes; é também assim que as doutrinas deste curso propuseram no Rio de Janeiro, e que um dia, vendo erguer-se do meio deles a Anatomia no distinto lugar que lhe pertence no quadro das ciências médicas, poderei dizer a todos esses mais afamados anatômicos que nos tem precedido: “Ali tendes a filha de vossa mesmas doutrinas diversamente estudada em nosso país, porem tal qual se acha retratada nos vossos escritos! Ali tendes o melhor monumento para a glória dos Governos que sabem proteger as ciências, ou que procuram fundar seu renome nos progressos da instrução publica da civilização! Ali tendes o mais forte documento que eu buscava para vos provar de quanto seria capaz o estudo dela ou o seu ensino entre nós, se a mais tempo nos fossem prestados todos os meios que ainda a pouco pudemos obter!... Recebei, portanto, mais uma coroa que vos pertence, e a palma da vitória que este grupo de brasileiros pode ganhar em honra de vós mesmos, a despeito de tantos trabalhos e de tantas dificuldades a que o seu clima, e muitas outras condições desfavoráveis, o tem forçado a obedecer.”

---

<sup>230</sup> Manuel Antonio Galvão (1791-1850) foi um político, desembargador e juiz. No período de 1844 a 1850 foi ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foi uma figura importante na trajetória do médico doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior em questões que envolvem, preconceito racial na FMRJ. O método anatômico de autoria do doutor José Mauricio Nunes Garcia foi dedicado ao então ministro Manoel Antonio Galvão.

Sim, caros Discípulos! Não vos deixeis na obscuridade! O momento de estudar a vossa própria organização é chegado! Porém, se a importância e dificuldade desse estudo estão ligadas tão de perto com a necessidade de que dele tem todo aquele que se deseja chamar *Médico*, ou que se destina a curar da saúde dos seus semelhantes, todo o tempo que empregares nisso será pouco para alcançares o fim desejado! Confio muito, é verdade, no vosso talento e aplicação; porém, isto so também não basta; cumpre ainda que procureis imitar todos os passos dados por esses anatômicos de que a história vos falta tão vantajosamente; cumpre que observeis seus preceitos para o estudo completo da Anatomia, cujas dificuldades desaparecem d'entre vós com o método que vos deixo exposto; cumpre, enfim, que todos me procureis atender e imitar, para que sejam iguais entre vós os frutos de vossas próprias fadigas, e isso conseguireis facilmente prestando-me a devida atenção!... olhai para alguns dos que vos procederam neste mesmo curso, invejai a satisfação com que os procuro ver juntos de mim, disputai-lhes os lugares que deixaram nesta mesma aula; procurai excede-los (se é possível!) no interesse com que buscaram aprender tudo o que lhes pude mostrar, que nada mais será necessário para alcançares a possível instrução anatômica e o habito de anatomizar, que tendes precisão imediata, e que vos levara ao perfeito conhecimento da *Antropotomia*, o que será para mim a melhor recomendação em vosso favor.

E vós, ilustre e respeitável auditório, que me honrais com a vossa presença! Vos que vos dignaste assistir a abertura deste curso, assinalando por tal modo o primeiro dia do meu Professorado!... Vós que tanta aplaudistes esse ato de retidão e justiça a que devo a conservação da minha existência nesta escola, e que com tanta benignidade vos prestaste em vir animar-me, dando-me tanta consideração... Recebei com meus sinceros agradecimentos, minhas homenagens ao vosso saber!... Possam os meus esforços e fadigas serem aplaudidos por vossa aprovação!

Doutor José Mauricio Nunes Garcia Junior.

Professor proprietário da cadeira de anatomia da Faculdade de  
Medicina do Rio de Janeiro.



---

<sup>ii</sup> Severiana Rosa de Castro (1788-1878) parda, livre e desimpedida o que indicaria filha de escravizados e libertos. Severiana sempre viveu na região do valongo, onde também habitava a mãe de José Mauricio Nunes Garcia. O primeiro filho com o padre nasceu quando tinha 16 anos. Viveram em concubinato entre 1808 até 1813, quando nasce o ultimo filho do casal. Em princípios de 1820, se casa com o comerciante Antonio Rodrigues Martins e com ele tem o filho, futuro médico, doutor Severiano Rodrigues Martins. Após a morte do padre e da viuvez se aproxima dos filhos com o padre José Mauricio. Severiana viveu durante muitos anos no bairro de Laranjeiras, na rua Ipiranga. Veio a falecer em xxx de 1878, aos 90 anos, após três meses da partida do filho medico doutor Severiano Rodrigues Martins para Paris. O filho doutor José Mauricio foi o responsável pelas exéquias da mãe